

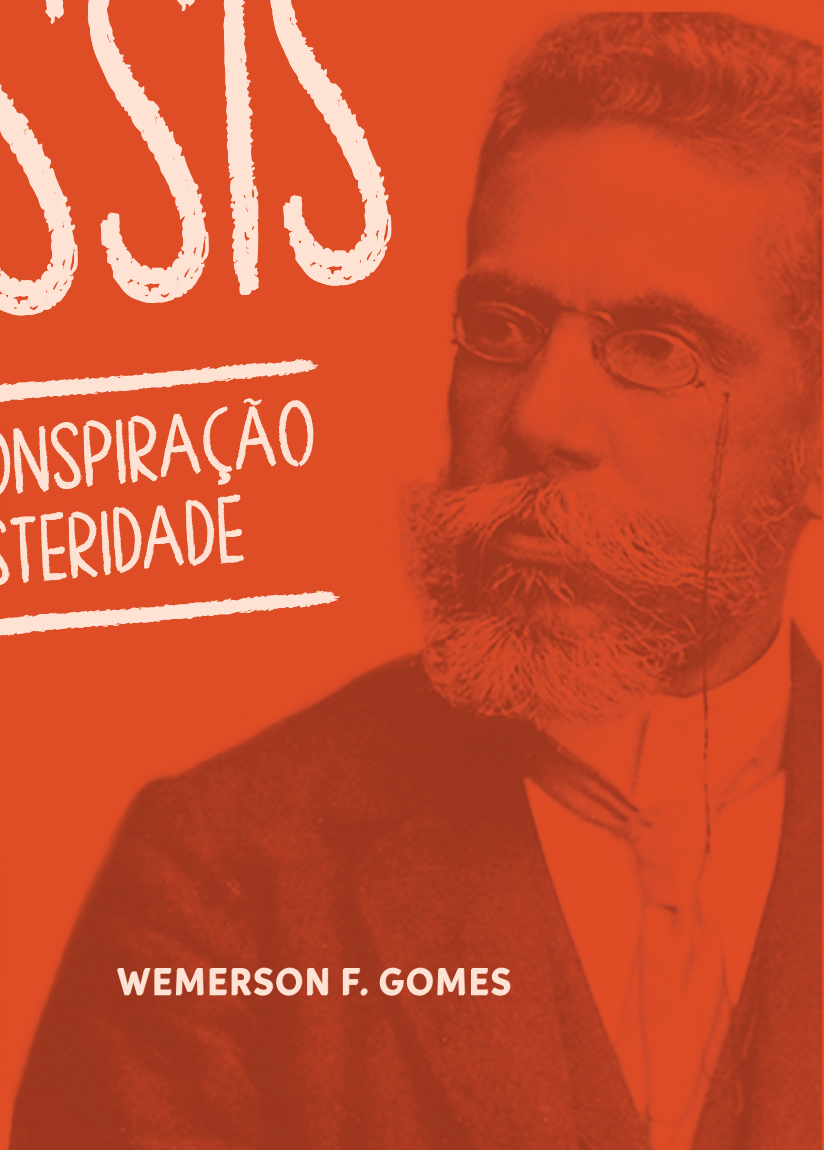
MACHADO DE ASSIS

E A CONSPIRAÇÃO
DA POSTERIDADE

EDITORA

Unimontes

WEMERSON F. GOMES



MACHADO DE ASSIS

E A CONSPIRAÇÃO
DA POSTERIDADE

©Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Wagner de Paulo Santiago

Reitor

Dalton Caldeira Rocha

Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello

Pró-Reitora de Ensino

Marlon Cristian Toledo Pereira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Maria das Dores Magalhães Veloso

Pró-Reitora de Pesquisa

Pablo Peron de Paula

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Rogério Othon Teixeira Alves

Pró-Reitor de Extensão

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Editora Geral

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Royo

Apoio:



MACHADO DE ASSIS

E A CONSPIRAÇÃO
DA POSTERIDADE

Agência LCR

Projeto gráfico, capa e diagramação

Angela Heloiza Benedito Buxton

Revisão linguística

Maria Clara Maciel de A. Ribeiro

Maria Gabriela de Souza

Luana Pereira Santos

Equipe editorial

Este livro foi selecionado por edital e submetido a parecer duplo-cego.

G633m Gomes, Wemerson F.
Machado de Assis e a conspiração da posteridade [livro eletrônico] /
Wemerson F. Gomes. - Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2026.
275 p. ; E-book (PDF).

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-85-7739-813-3. E-book (PDF).

1. Assis, Machado de, 1839-1908. 2. Literatura brasileira. 3. Funerais
cívicos. 4. História. I. Gomes, Wemerson F. II. Título.

CDD B869.09

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso – CRB-6/1892



O conteúdo desta obra, quando não houver indicação específica em contrário, é disponibilizado sob a Licença Creative Commons 4.0 Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações. Os direitos desta edição pertencem à Editora Unimontes.

©Editora Unimontes

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro – Montes Claros –
Minas Gerais – Brasil | CEP 39401-089 – CAIXA POSTAL 126
www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



**EDITORIA
ASSOCIADA
À ABEU**
abeu.org.br



Sumário

Prefácio

Morte, rituais e escrita em torno de Machado de Assis
(com auxílio de Georges Bataille)6

Apresentação..... 11

Prólogo

O desfecho, ou a saída para a eternidade16

Parte I - O homem e a palavra 35

Um olhar necrológico36

A última flor do Lácio65

Língua, estilo, nação80

O cultor do vernáculo125

Parte II - O morto e o imortal 161

Ritualizar o tempo, eternizar os mortos162

Um Prometeu nos trópicos.....169

Preâmbulos da imortalidade184

Um sonho de tristezas.....206

Epílogo

Contra o silêncio216

Apêndice

As faces de Calabar230

Referências 260

Prefácio

MORTE, RITUAIS E ESCRITA EM TORNO DE MACHADO DE ASSIS (COM AUXÍLIO DE GEORGES BATAILLE)

Seu sentido [da poesia] é, então,
vizinho ao de sacrifício.

Georges Bataille, *La part maudite
précédé de La notion de dépense*¹.

Não é incomum o entendimento da escrita como prática ritual. Um enfoque memorialístico, por exemplo, pode acentuar seus vínculos com as formas do luto e de aculturação da morte, como já indicado em diversos estudos acerca do “nascimento” da historiografia². A dimensão simbólica da prática da escrita fica então caracterizada. Levada a fundo, ela pode estimular a reflexão sobre o significado não apenas da escrita, mas da literatura e da ficção, essas formas pelas quais, segundo Georges Bataille, a sociedade moderna visou contrabalançar o desaparecimento de práticas efusivas de suspensão do tempo e de manifestação do sagrado³. Dependente das operações de perda, nas quais paga-se com o próprio corpo (o sacrifício em certos modos anteriores de vida societária) pelo instante

¹ Bataille, 1967, p. 36. Tradução livre.

² Cf., entre outros, Hartog (2003) e Catroga (2009). No sentido, de fato, do emprego da palavra “história” e da criação do historiador como figura subjetiva, tal como indicado por François Hartog (já que, considerando-se a história em termos mais amplos, os gregos teriam sido “os últimos a chegar”). Emprega-se também “nascimento” por diferenciação à “origem”, conforme a crítica de Michel Foucault. Cf., entre outros, Foucault (1979).

³ Bataille, 1967.

soberano, essas práticas indiciariam a inevitabilidade, mesmo diante da chamada modernização, de ritos e atos (individuais e coletivos) de puro dispêndio, em que se impõe a recusa daquilo que Marshall Sahlins chamou de uma crosta praxiológica que se acumula em nossos olhos e nos impede (nós, ditos modernos ocidentais) de compreender ações ou sequências de atos de teor não utilitário⁴.

O mais curioso, nos rituais estudados por Wemerson F. Gomes, é que essa chamada para o “fora de si”, para a perda completa do controle advinda de uma força dilacerante, da qual o luto parece dar prova da mais extrema dramaticidade (e, em Bataille, outros modos de perda de si, como o erotismo, somente o são pela lembrança fugaz que produzem da existência da morte⁵), conectam-se com o pragmatismo dos projetos de glorificação cívica, ancorados em usos pragmáticos do passado inerentes às experiências imanentes do tempo, de natureza progressiva e acumulativa. A racionalização das práticas rituais, submetidas aos projetos e anseios de controle do imponderável (a reflexividade do chamado homem moderno, assombrado diante do espelho que registra, em seu próprio rosto, as marcas de sua finitude, de sua existência como ser temporal⁶), choca-se com o teor desconcertante, em certos casos verdadeiramente visceral, do fim de uma vida – nesse caso, daquele que seria alçado a símbolo maior da literatura nacional: Machado de Assis.

É, sobretudo, desse choque ou conflito de fundo, de sua teatralização a partir dos condicionantes específicos que conferem a necessária imprevisibilidade da pesquisa histórica, que o livro de Wemerson F. Gomes trata. E os vínculos das práticas rituais com a escrita são aqui enfatizados não apenas porque o estudo de Wemerson permite problematizar a historiografia, mas porque esse valor da forma se expressa nos modos de encadeamento de suas frases, na escolha das palavras, no léxico empregado, enfim, em seu próprio texto. Não é por menos que o caminho natural de continuação de sua pesquisa,

⁴ Sahllin, 1990, p. 69.

⁵ Conforme a metáfora da *petite mort*. Cf. Bataille (1957).

⁶ A tópica do espelho para tratar da reflexividade moderna, como em Jorge Luis Borges, Charles Baudelaire, Fernando Pessoa e tantos outros, tem lugar em farto material literário. Para os casos de Baudelaire e Pessoa, cf., por exemplo, Starobinski (2014) e Lourenço (2004). No caso de Borges, pode-se consultar, entre outros, o conto “O espelho e a máscara” ou o poema “Os espelhos”, que constam, respectivamente, no *O livro de areia* (Borges, 2009, p. 62-66) e em *O fazedor* (Borges, 2008, p. 71-75).

no doutorado, atualmente, em andamento, tem sido o de se debruçar sobre a escrita de Machado de Assis, particularmente sua produção poética – aliás, aquela que mais se aproximaria do sacrifício como dispêndio absoluto, conformando-se em essência da literatura em Georges Bataille (autor que, diga-se de passagem, não foi central na pesquisa de Wermerson, mas é aqui tomado como fio condutor dos pontos-chave desse difícil exercício de síntese, e não de resumo, que compõe um prefácio).

Não poderia ficar de fora, então, uma preocupação com a retórica dos rituais cívicos em exame, pois, tal como na escrita, sua dimensão performativa é elemento central, apesar de ser geralmente negligenciado pelos, ainda relativamente, poucos estudos nessa seara. Uma retórica dos rituais, uma retórica da escrita – a forma, geralmente, vista como separada e secundária em relação ao conteúdo por uma disciplina que talvez tenha também se deixado cegar (o olho que persegue e inquieta, a luz penetrante e onipresente da razão que cega, novamente, uma metáfora-imagem batailleana⁷) pela membrana praxiológica que intermedia o intervalo entre o olho do historiador e a “realidade” – ou, poderíamos dizer, o “real”, esse vazio incandescente que Bataille, assim como, depois, Jacques Lacan, localizaria dentro e fora da linguagem como sistema simbólico⁸.

A realização de tudo isso foi amparada em expressivo esforço e fôlego de pesquisa. A abordagem teórica do necrológio como gênero literário (o que Wermerson chamaria de “função-necrológio”) e da retórica dos rituais cívicos ganha, então, particularidades quando confrontada com uma ampla investigação documental, além de ser auxiliada pelo frutífero e alargado diálogo com os estudos históricos sobre a Primeira República. É justamente desse confronto heterogêneo que surge uma leitura original dos funerais de Machado de Assis, sua relevância para a compreensão da recomposição dos modos de ritualização do poder e do tempo, das formas de sacralização cívica e das reconfigurações da memória e das biografias de um escritor que, claro, já conta com extraordinária fortuna crítica. Leitor voraz de Machado de Assis, Wermerson, de forma indireta, tendeu a con-

⁷ Conforme o mito do “olho pineal” (Bataille, 1970a, p. 41-47) ou, ainda, o verbete “Olho”, do “Dicionário Crítico” da revista *Documents* (Bataille, 1970b, p. 187-189).

⁸ Roudinesco, 1995, p. 191-212.

frontar o exame dos rituais fúnebres em sua dimensão cívica com tópicos dos próprios textos do escritor, o que torna a leitura do livro certamente mais estimulante e agradável – além de fazer com que Machado, numa espécie de inesperado e afortunado retorno espectral (esse fantasma assombra, mas, em sentido criativo, e não com o horror habitual), esteja sempre presente. Tratando-se da morte em Machado de Assis, aliás, não se poderia começar o livro senão pelo desfecho (ao modo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*?). Aqui o narrador, no entanto, está bem vivo – vivo, vívido, com fôlego criativo e imaginativo. Embora, evidentemente, imaginação também não faltasse ao autor-defunto de Machado.

A “saída para a eternidade” indicada no “desfecho”, no entanto, tem sempre o alcance limitado da transitoriedade das coisas e, logo, inúmeros capítulos futuros (ou imaginados) poderão continuar essa história. Nesse caso, a luta com a morte, esse tema de fundo teatralizado no livro, mostra-se sem possibilidade de vitória. “Fatalmente”, como diria Michel de Certeau, “a infeliz retorna e ceifa”⁹. Cabe continuar, então, o gesto da escrita, voltando-se, ainda mais diretamente, aos textos daquele que tanto realizou a tarefa de dar nobre curso à linguagem. Que venham, então, os frutos do doutorado, certamente, outra relevante contribuição para os estudos de Machado de Assis. Pela íntima relação de Wemerson com as palavras, talvez agora menos pela retórica dos rituais do que pela performatividade dos textos, teremos novamente, sem dúvida, o feliz (e raro) encontro entre densidade teórica e leveza da escrita, como lhe é próprio.

Douglas Attila Marcelino

Departamento de História da UFMG

13/05/2026

⁹ Certeau, 1975, p. 18. Tradução livre.

Referências

- BATAILLE, G. *La part maudite précédé de La notion de dépense*. Paris: Éditions de Minuit, 1967.
- BATAILLE, G. *L'érotisme*. Paris: Éditions de Minuit, 1957.
- BATAILLE, G. L'œil pineal. In: BATAILLE, G. *Œuvres complètes II*. Paris: Gallimard, 1970a.
- BATAILLE, G. Œil. In: BATAILLE, G. *Œuvres complètes I*. Paris: Gallimard, 1970b.
- BORGES, J. L. *O fazedor*. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BORGES, J. L. *O livro de areia*. Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CATROGA, F. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, M. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: UnB, 2003.
- LOURENÇO, E. *O Lugar do Anjo*. Ensaios Pessoaanos. Lisboa: Gradiva, 2004.
- ROUDINESCO, E. Bataille entre Freud et Lacan: une expérience cachée. In: HOLLIER, D. *Georges Bataille après tout*. Paris: Belin, 1995.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Apresentação

Está perto
E difícil de alcançar, o Deus.
Mas onde há perigo
Há também salvação.
É nas trevas que moram
As águias, e sem medo
Os filhos dos Alpes cruzam,
Sobre frágeis pontes, os abismos.
Por isso, já que se amontoam
À volta os cimos do Tempo,
E os que amamos estão perto, enlanguescendo
Nos montes mais díspares,
Dá-nos, água inocente, dá-nos asas
Para, de ânimo fidelíssimo,
Irmos até lá e de lá voltarmos.

*Hölderlin, **Patmos**.*

Entre as referências religiosas cifradas no poema “Patmos”, Friedrich Hölderlin comunica um saber precioso: lá, onde está o maior perigo, está também a salvação¹⁰. Em ampla medida, como as águias, que moram nas trevas, mas que cruzam as frágeis pontes do abismo em busca de alimento e proteção, esta experiência de pesquisa também implicou um tipo particular de travessia – um tipo particular de perigo. Confessar o perigo da pesquisa é arriscar-se à beira da falésia, saltando como quem salta para a morte, e, com ânimo fidelíssimo, de lá voltar são e salvo; quem sabe relativamente fortifi-

¹⁰ Hölderlin, 1991.

cado, pela experiência extraordinária, a despeito de definitivamente rasurado. O pesquisador, soterrado por fontes e bibliografias, por demandas e inseguranças, vê-se momentaneamente só – arrebatado do mundo, como Paulo, em Patmos, antevendo o apocalipse. Mas o risco, a dificuldade mesma que configura a necessidade do ato, traz consigo inevitavelmente o germe das possibilidades; e, então, se o um apocalipse se aproxima, é porque se aproxima, também, o paraíso.

Este livro se estrutura a partir de três eixos fundamentais: os estudos tanatológicos, a história da recepção crítico-biográfica e a história das ideias linguísticas. Isso não implica dizer que todos esses eixos foram desenvolvidos plenamente, e nisto consiste o risco assumido nesta pesquisa: o interesse em cada um desses campos – autônomos, teórica e metodologicamente – daria plenos resultados, sobretudo em se tratando de um estudo feito no prazo conciso de uma dissertação. Mas a construção narrativa da pesquisa, que principia como um estudo tanatológico, solicitou a ampliação desses diálogos, de modo que, dentro das possibilidades de trabalho, este primeiro aspecto fosse compreendido por meio de um olhar que levasse em conta a complexidade de uma personagem como Machado de Assis.

O livro está organizado em duas partes, antecedidas por um prólogo e sucedidas por um epílogo e um apêndice. As fontes foram majoritariamente os jornais do período, em especial aqueles de grande circulação, que acompanharam de perto a morte de Machado de Assis, além de estudos críticos e biográficos sobre a sua vida e obra. Os periódicos, quando não indicado o contrário, foram todos consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e publicados na cidade do Rio de Janeiro.

No Prólogo, intitulado “O desfecho, ou a saída para a eternidade”, é apresentado, a partir de fontes iniciais, e em diálogo com perspectivas teóricas vinculadas ao debate sobre ritos de recordação e dinâmicas de consagração, uma primeira problematização em relação aos modos pelos quais as memórias sobre Machado foram se transformando – em um movimento de tensão e protensão, de lembrança e esquecimento – ao longo do século XX.

Na parte I, com os capítulos “Um olhar necrológico”, “A última flor do Lácio”, “Língua, estilo, nação” e “O cultor do vernáculo”, é feita uma análise das primeiras figurações produzidas por amigos e detratores na ocasião da morte de Machado de Assis, em setembro de 1908. Além disso, o problema central da pesquisa é enfrentado: como pôde ser consagrado civicamente, em função dos funerais e da retórica cívica que mereceu, uma personalidade que, segundo alguns comentaristas, era destituída de “alma brasileira”. Não se trata, é claro, de desconsiderar o fato de que Machado, àquela altura escritor respeitado, não pudesse ser reconhecido civicamente em virtude de méritos estritamente literários. A conjuntura política da nascente República permitia a incorporação de figuras de diferentes matrizes ao “politeísmo cívico”, mas essa inclusão era mediada por uma retórica de “julgamento” das contribuições morais e cívicas dos indivíduos à nação. A análise da história da recepção machadiana demonstra que parte da crítica e do público tinha uma impressão negativa da obra, e mesmo do homem: como diria um periódico, quem lesse a obra machadiana sem conhecer, entretanto, o escritor na intimidade, “teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”¹¹. Essa impressão, bastante disseminada, não impediu a consagração cívica, mas colocou um conjunto de percalços que os cultores machadianos precisaram se desvencilhar. Para viabilizar a alocação de Machado de Assis no panteão simbólico republicano, os amigos promoveram uma *retórica da purificação*, ou seja, eles mobilizaram o conhecimento íntimo do homem para destituir os predicados de pessimista e misantropo que já se apregoavam à figura de Machado de Assis. Nesse sentido, o argumento é de que o uso peculiar – porque ao mesmo tempo clássico e moderno, casto e popular – da língua portuguesa, funcionando como *predicado patriótico*, justificou a consagração cívica de Machado de Assis. Sem desmerecer a monumentalidade da obra e a centralidade institucional do escritor, mas levando em consideração os parâmetros político-literários da época, a lapidação de uma língua portuguesa “tingida fortemente de Brasil” teria sido louvada como a grande contribuição machadiana ao desenvolvimento nacional.

¹¹ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Na parte II, na qual constam os capítulos “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”, “Um Prometeu nos trópicos”, “Preâmbulos da imortalidade” e “Um sonho de tristezas”, é desenvolvida a hipótese, formulada anteriormente por João Felipe Gonçalves, entre outros, de que, no final do século XIX, há um processo importante de mudança no âmbito das formas de ritualizar o tempo e o poder¹². Os funerais cívicos, outrora restringidos às personalidades oriundas do mundo militar e da nobreza, passaram a incorporar, cada vez mais – e tanto mais à medida que se estabelecia um imaginário e uma cultura política republicana –, figuras provenientes de áreas como arte, música, literatura, ciência etc. A pesquisa explora, nesse sentido, as narrativas do passamento de Machado de Assis, que enfatizam a dor da sua jornada pelo mundo e o caráter libertador da sua morte, destacando as especificidades dos funerais cívicos e comentando o esmorecimento da memória machadiana a partir de 1910; por fim, mesmo brevemente, ainda são examinadas as implicações da possibilidade, intentada por alguns contemporâneos de Machado de Assis, de que fosse construído um panteão cívico republicano, nos moldes franceses, para receber as figuras notáveis da pátria.

No epílogo, “Contra o silêncio”, as dinâmicas de consagração são estudadas a partir da “lógica das conspirações”: conspiração da amizade, conspiração da posteridade, conspiração do silêncio, conspiração da indiferença, conspiração do despeito. Essa parte da pesquisa recupera um debate característico do decênio final do século XIX brasileiro sobre a importância de instâncias extraliterárias para a afirmação de determinados escritores na cena literária. O argumento é que o reconhecimento, embora ancorado no mérito, não prescindia absolutamente dessas instâncias. Esse capítulo também desenvolve aspectos importantes para o exercício de uma crítica literária que, isenta de critérios escusos, não abatesse “por capricho” nem levantasse “por vaidade”, como asseverava Machado. Nesse sentido, a sobrevida da memória e o louvor à obra de uma figura finda convocavam um esforço ativo dos sujeitos interessados – por justiça e/ou amor – na consagração e na “glória por associação”. A conspiração da posteridade é, portanto, um modo de compreender como afeto, política e rituais podem ser mobilizados com o intuito de fazer com que alguém

¹² Cf. Gonçalves (2000a, 2000b) e Marcelino (2015, 2016).

saia da vida para entrar na imortalidade. No apêndice, “O Calabar literato”, questões de história da recepção são apresentadas e opiniões contrárias à consagração de Machado são analisadas.

Em relação ao critério de adequação para a publicação em livro, foi feito um conjunto de modificações, que dizem respeito, sobretudo, à organização do percurso narrativo da pesquisa. Assim, a sugestão foi que o livro se concentrasse nas partes que, efetivamente, discorressem sobre o sujeito da pesquisa: Machado de Assis. Para tanto, além da reorganização da estrutura da dissertação, foi cortado um capítulo metodológico sobre necrológios¹³; capítulos sobre outros funerais cívicos brasileiros¹⁴; e todo o “Anexo”, que consiste na reunião do corpus documental. Quando necessário, esses capítulos serão indicados ou retomados em nota de rodapé. Foram feitas, ainda, adequações de estilo, cortes e correções, mas, por serem pouco significativas, não serão indicadas. Sempre que possível, houve atualização da linguagem das fontes conforme a norma vigente. Esta pesquisa foi realizada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

¹³ O capítulo apresenta a *função-necrológio* como modalidade intergênero que transgride formalidades textuais para cumprir uma função de luto ainda sem espaço específico nos jornais do final do século XIX. Os textos sobre a morte de Machado são, assim, reunidos metodologicamente por essa função.

¹⁴ Foram analisados os funerais de Gonçalves Dias, José de Alencar, Carlos Gomes, Chapot Prevost, Piza e Almeida, Marechal Cantuária, General Osório, Marechal Floriana Peixoto, Marechal Simeão, Visconde de Pelotas, Augusto Severo e Martins Júnior.

Prólogo

O DESFECHO, OU A SAÍDA PARA A ETERNIDADE

Prometeu sacudiu os braços manietados
E súplice pediu a eterna compaixão,
Ao ver o desfilar dos séculos que vão
Pausadamente, como um dobre de finados.
Mais dez, mais cem, mais mil e mais um bilião,
Uns cingidos de luz, outros ensanguentados...
Súbito, sacudindo as asas de tufão,
Fita-lhe a águia em cima os olhos espantados.
Pela primeira vez a víscera do herói,
Que a imensa ave do céu perpetuamente rói,
Deixou de renascer às raivas que a consomem.
Uma invisível mão as cadeias dilui;
Frio, inerte, ao abismo um corpo morto rui;
Acabara o suplício e acabara o homem.

Machado de Assis, O desfecho.

“Acabara o suplício e acabara o homem”, escreveu Machado de Assis (1839-1908) a respeito daquela figura mitológica que, imersa na agonia contínua do seu sofrimento, assistiu, quase ensandecida, “o desfilar dos séculos que vão, pausadamente, como um dobre de finados”. Prometeu, nesse sentido, é o herói cuja finitude implica liberdade: “a eterna compaixão”, suplicada pelo filho de Jápeto, efetiva-se no instante mesmo em que “frio, inerte, ao abismo um corpo morto rui”. Findo o corpo, fica o herói e sua obra – imortalizados no canto do poeta.

O desfecho da heroica existência de Prometeu, coroada por uma morte, a um só tempo, brutal e libertadora, que serviu de mote a este belo soneto machadiano, serviria – como de fato serviu – como uma profícua alegoria para o passamento de Machado de Assis. Olavo Bilac (1865-1918), amigo íntimo, em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* poucos dias depois de saído o “préstito que levou ao cemitério o despojo do escritor exemplar”, assevera, compungido: “todo homem de pensamento é filho e herdeiro do sofrimento de Prometeu”. Porém, continua o crítico e poeta, “raros terão sabido sofrer tanto e tão nobremente como Machado”¹⁵. E como teria sofrido esse homem. Acometido tanto pela dor física quanto pela moral, o sofrimento atingiu-lhe pelo transcurso da vida e na iminência da morte. Todavia, o martírio ao qual foi submetido o “grande mestre” – suplício de corpo e de alma – teria lhe rendido bons frutos; talvez mesmo, sugerem alguns dos seus companheiros e apreciadores, os melhores “que ainda sa[íram] da pena de um homem de letras brasileiro”¹⁶.

São vários os discursos, pósteros e coetâneos, que enfatizam o sofrimento machadiano como um elemento essencial ao seu brilhan-tismo. Seu último livro, por exemplo, publicado poucos meses antes de falecer, sintetizaria, segundo alguns dos seus pares, além de um testemunho de saudade e bondade, o seu esforço último, a sua derradeira e sofrida contribuição às letras pátrias: “como se só vivesse para acabá-lo”, diz Alcindo Guanabara (1865-1918)¹⁷. Olavo Bilac, em coluna publicada em um jornal mineiro, insinua, acompanhando esse raciocínio, que “as letras brasileiras tiveram um grande lucro com essa tortura, que produziu o último livro do Mestre: o sereno e suave *Memorial de Aires*”¹⁸. Hélio Lobo (1883-1960), em artigo necrológico, insiste que “não se vai impunemente de sacristão da Lampadosa [onde teria exercido Machado sua primeira atividade, como coroinha] ao mais alto cerro das letras nacionais sem se arrastar na alma lacerada alguns espinhos do caminho feito”¹⁹.

¹⁵ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹⁹ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

É sobretudo a partir dessa imagem sofrida e martirizada, embora cativante e genial, que Machado de Assis será lembrado em vários contextos ao longo do século XX. Nesse sentido, mesmo que Hélio de Seixas Guimarães destaque, contra a imagem “grave, distante e sisuda” frequentemente atribuída ao autor de *Helena*, vários depoimentos que “evocam um Machado francamente risonho”²⁰, como aquele que de tudo sorria, vislumbrado por Arthur Azevedo (1855-1908)²¹, não há como negar o caráter dissimulado desse sorriso “macio e um pouco misterioso”, tal qual o lembrado por Carmen Dolores (1852-1910)²². Seja como for, certo é que depois da morte da esposa, Carolina Xavier de Novais (1835-1904)²³, em outubro de 1904, o “sorriso foi-se-lhe abrindo num rictus melancólico”²⁴. A figura soturna, abatida e acabrunhada, pela qual ficará conhecido a partir de então, talvez seja, como sugerem algumas leituras, apenas o prolongamento dessa circunstância²⁵, cujo corolário (a tristeza, o sofrimento, a solidão – epítetos reconhecidamente machadianos) pode ter sido retrospectivamente projetado na trajetória de Machado de Assis, em um movimento que toma o efeito como causa presumida do seu êxito literário²⁶. Nessa lógica, a dor torturante provocada pelos espinhos dispostos na sua longa carreira teria encontrado sentido e consumação, especialmente para os “discípulos da machadolatria”²⁷, na sua arte: fim último de uma adversa existência²⁸. É uma caminhada heroica, mas dolorosa, paradoxo que, como o do Prometeu machadiano, só se resolverá em uma morte terrível e piedosa.

²⁰ Guimarães, 2019, p. 12.

²¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

²² Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²³ Carolína Augusta Xavier de Novaes Machado de Assis, irmã do poeta Faustino Xavier de Novaes (1820-1869), casou-se com Machado de Assis em 1869.

²⁴ Sousa Bandeira. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²⁵ Para Viana Filho (1965, p. 261), “a posteridade guardará justamente essa figura do ancião abatido pela melancolia”. Notável, ainda, o relato de Alceu Amoroso Lima, apresentado por Viana: “nem sombra de sol, nesse vale sinuoso e úmido, à hora em que Machado, incuravelmente ferido pela morte da companheira, descia de sua casinha deserta, sozinho, sombrio, com a bengala às costas entre as mãos cruzadas, a barba inculta e rala, o olhar baixo, arrastando consigo uma longa tristeza. [...] Sabíamos também que esse homem era também ilustre e que havia em sua vida uma grande dor. Nada mais. Era o bastante para a nossa curiosidade por essa figura triste” (Viana Filho, 1965, p. 242).

²⁶ Massa (1971, p. 430, p. 309) e Raimundo Magalhães Jr. (2008, p. 203) relativizam o mito da solidão de Machado, argumentando que, em sua juventude, o escritor era ativo, engajado e idealista.

²⁷ “O inimigo da Machadolatria” é um capítulo do livro de Montello (1998), dedicado a Agripino Grieco.

²⁸ “[...] pobre rapaz, muito há de ter sofrido. Tinha, porém, para consolá-lo de tudo, a sua arte, essa arte a que esse arisco se deu todo, sem reservas, sem hesitações” (Pereira, 1936, p. 71).



Notável, aqui, o fato de que a contradição entre vida difícil e genialidade, entre corpo enfermo e sumidade espiritual, será sempre enfatizada em se tratando de Machado de Assis. Os paradoxos pululam quando são analisados os esboços biográficos produzidos sobre as vicissitudes e contingências da sua vida e obra. Em ampla medida, é como se da “sua tristeza [nascesse] a sua bondade”²⁹, como se do seu pessimismo e ceticismo se produzissem as mais belas páginas de humor e ironia da língua portuguesa, como se do seu supremo desengano se originassem as obras primas da literatura brasileira³⁰. Paradoxo que críticos e biógrafos machadianos não deixarão de notar e, muitas vezes, acentuar. Segundo Lúcia Miguel Pereira, por exemplo, o autor de *Iaiá Garcia* é, a um só tempo, “um forte – uma vontade muito ambiciosa e um raciocínio muito independente – e um fraco, enleado na sua timidez”³¹. Alcides Maya percebe ambiguidade semelhante, diz ele: “é um forte bom, vencido, mas sobranceiro à derrota, e na atitude que assume, não de orgulho puro, e sim de altivez dolorosa, há, anulando o despeito pessoal, uma certeza superior das contingências terrenas”³².

Dando forma à ambiguidade, Antonio Candido destaca a tendência da crítica machadiana de realçar a dimensão do “gênio vs. destino”³³. O crítico sugere, assim, a percepção de que, em determinados momentos, fazia sentido a inserção da figura de Machado de Assis dentro de uma perspectiva que partia do pressuposto de que uma vida de percalços era a condição de uma presumida genialidade. Consequentemente, vários aspectos biográficos considerados problemáticos, como a “cor escura, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa” etc., foram realçados, sendo apresentados como particularidades significativas da sobressaltada vida machadiana³⁴. Essa perspectiva foi evidenciada ainda por Alfredo Pujol (1865-1930) nas disputadas conferências proferidas por ele, entre novembro de 1915 e março de 1917, e reunidas em volume no mesmo ano, em 1917. Segundo Candido, a retórica mobilizada nessas

²⁹ Olavo Bilac. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³⁰ Olavo Bilac: “E fez do seu desengano uma série de obras primas, em que o ceticismo, pela graça de que se veste, chega a ser consolador como uma crença”. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³¹ Pereira, 1936, p. 14.

³² Maya, 2007, p. 15.

³³ Candido, 1970.

³⁴ Candido, 1970, p. 15.

conferências fixou “a singular história do menino pobre que atingiu, como compensação, os pináculos da expressão literária”³⁵.

A biografia de Pujol, interessada que estava em fazer o elogio do literato socialmente vitorioso, será então uma peça central no processo de sacralização, uma vez que “sintetiza a primeira etapa da produção da admiração pelo escritor”³⁶. Essa etapa, constituída sobretudo pela ênfase na sofrida trajetória social de ascensão, organiza-se a partir de uma estrutura narrativa de tipo dramática. Para Antonio Candido, ainda marcada por um modo de ser essencialmente romântico, a tendência quase invencível dessa modalidade de crítica biográfica e literária teria sido a de “atribuir aos grandes escritores uma quota pesada e ostensiva de sofrimento e de drama, pois a vida normal parec[ia] incompatível com o gênio”:

Dickens desgovernado por uma paixão de maturidade, após ter sofrido em menino as humilhações com a prisão do pai; Dostoiévski quase fuzilado, atirado na sordidez do presídio siberiano, sacudido pela moléstia nervosa, jogando na roleta o dinheiro das despesas da casa; Proust enjaulado no seu quarto e no seu remorso, sufocado de asma, atolado nas paixões proibidas³⁷.

Para Lindolfo Xavier, “esses vultos surgem assim, para a glória e para o esplendor, [mas] não [trilham] caminhos fáceis, nem [nadam] em lagos serenos”³⁸. “É próprio do gênio”, afirma o memorialista, lutar e rebelar-se “contra o meio, reagir sempre contra os costumes”. Machado, fruto de um terreno modesto e acanhado, teria nascido para ser um iletrado, um medíocre, um anônimo, em suma: para ser ninguém, “mas o gênio protestou e fez dele um escritor notável”³⁹. Do mesmo modo, para Moysés Vellinho, a vida de Machado de Assis era uma “parábola caprichosa, quase absurda, entre a miséria de sua origem e a glória do seu destino”. “Sem outro auxílio que não o de seu gênio”, ele conseguiu erguer-se ao “mais legítimo patriciado do espírito”⁴⁰. Para Graça Aranha, o autor de *Ressurreição* “venceu as suas

³⁵ Candido, 1970, p. 19.

³⁶ Werneck, 2008, p. 66.

³⁷ Candido, 1970, p. 15.

³⁸ Xavier, 1940, p. 19.

³⁹ Xavier, 1940, p. 21.

⁴⁰ Vellinho, 1939, p. 8.

origens modestas, tornou-se homem de cultura, de gosto e criou a sua própria personalidade. É um doloroso e belo poema o da elaboração do gênio neste obscuro heroísmo”⁴¹. Sob essa perspectiva, diversos “críticos que estudaram Machado [sobretudo nas primeiras décadas do século XX] nunca deixaram de inventariar e realçar as causas eventuais de [seu] tormento social e individual”⁴². Como lembra Guimarães, “para o processo oficial de canonização, à semelhança do que ocorre no gênero hagiográfico, importa menos o que de fato ocorreu, o dado histórico, e mais o caráter exemplar dos elementos escolhidos para a composição da figura”⁴³. Desse modo, mesmo que o discurso de tipo dramático se acentue definitivamente, embora carecendo de fundamento documental⁴⁴, com a produção da década de 1930⁴⁵, é possível insistir que, nas cercanias da morte do “Bruxo do Cosme Velho”, esses elementos receberam notável destaque, impactando, em alguma medida, as abordagens posteriores.

Todavia, importa não perder de vista que a trajetória de Machado é, em ampla medida, a trajetória de um homem negro que venceu e sobreviveu em meio a uma sociedade racista, racialista e escravocrata; e, nesse sentido, os imaginários a seu respeito, assim como a sua obra, estão inevitavelmente atravessados por essa dimensão. No entanto, se, no sentido do sofrimento como condição da genialidade⁴⁶, e não como trajetória destituída de violências e empecilhos, os sofrimentos machadianos não “excederam aos de toda gente”, “nem a sua vida foi particularmente árdua”⁴⁷, como aponta Candido⁴⁸, não parece forçosa, então, a hipótese de que a ênfase na trajetória dramática se constitui como um artifício retórico, cujo objetivo seria o de consolidar determinado imaginário sobre o autor de *Dom Casmurro*.

⁴¹ Aranha, 1923, p. 12.

⁴² Candido, 1970, p. 15.

⁴³ Guimarães, 2017, p. 152.

⁴⁴ Modesto de Abreu, 1939, p. 72.

⁴⁵ Cf. Guimarães (2017) e Ferreira (2011).

⁴⁶ Cf. Candido (1970) e Massa (1971, p. 589).

⁴⁷ Candido, 1970, p. 15.

⁴⁸ Compartilho com Candido (1970) a crítica à ideia de que a genialidade decorre de experiências individuais extraordinárias, como a noção de uma vida “árdua” em Machado de Assis (Barreto Filho (2014, p. 29-30). Contudo, a condição de Machado como homem negro em uma sociedade racista teve, certamente, impactos decisivos em sua trajetória e obra, sendo fundamental para compreender sua experiência (Duarte, 2009; Magalhães Pinto, 2018; Souza, 1983).

Os ardis da memória

Sem descurar do que efetivamente existe de notável e sofrível na biografia de Machado de Assis (essa dimensão é, em certo sentido, condição das possibilidades de algumas figurações machadianas)⁴⁹, trata-se aqui, porém, de compreender a biografia (e o necrológio como uma modalidade específica do biográfico em interlocução com outras práticas discursivas *post mortem*) como obra de memória⁵⁰. Obra potente, pelo poder que tem de evocar fragmentos do passado; mas também, e por isso mesmo, obra aberta à permanente tensão entre lembrança e esquecimento; obra disponível a usos, abusos e manipulações⁵¹.

A memória sobre Machado de Assis é, por assim dizer, uma *memória manipulada*, conformada, *i.e.*, feita com as mãos – com várias mãos⁵². Dizê-lo, note-se bem, não implica mobilizar de imediato as categorias da memória pragmática. Como insiste Paul Ricoeur, as “múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação”⁵³. Nesse sentido, se a manipulação em meio humano, especialmente em sua relação com a ideologia, merece ser “marcada com um estigma da infâmia”⁵⁴, visto que essa forma de manusear situações constitui, do ponto de vista coletivo ou público, um efetivo abuso por parte dos detentores do poder, nem por isso o filósofo francês deixa de reconhecer que lembrar-se, no sentido da *anamnese* grega, já é colocar em movimento um uso da memória, “a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”⁵⁵. É a partir da narrativa, então, que se representa, no presente, o “ser sido” da coisa passada; é a partir da narrativa que se organizam

⁴⁹ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

⁵⁰ Cf., na dissertação, Parte I, cap. 1, “O fascínio da morte”.

⁵¹ Nora, 1993, p. 9.

⁵² Etimologicamente, o termo “manipular” refere-se a tudo o que pode ser manuseado com as mãos. Essa é a primeira acepção da palavra em dicionários como o *Michaelis*, em que manipular é: a) “preparar, dar forma, tocar, segurar ou transportar com as mãos”. Além desse primeiro sentido, foram acoplados ao termo, no eixo do tempo, vários outros significados. No sentido figurado, por exemplo, que além de tudo é o mais reconhecido cotidianamente, “manipular” é “influenciar” ou “controlar” pessoas ou situações. É nesse sentido que Ricoeur mobiliza o termo, caracterizando-o como uma forma de abuso. Aqui, porém, me afasto do sentido figurado para privilegiar o etimológico. Nada disso, no entanto, impedirá de convocar o termo no sentido ricoeuriano quando for pertinente.

⁵³ Ricoeur, 2007, p. 72.

⁵⁴ Ricoeur, 2007, p. 74.

⁵⁵ Ricoeur, 2007, p. 455.

as instâncias portadoras da experiência de tempo, tornando-as inteligíveis à sensibilidade humana. No entanto, “assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo”, razão pela qual “a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva”⁵⁶. Lembrar-se, portanto, em um movimento que incorpora a passividade da reminiscência, é também, de alguma forma, “se apropriar da memória para fazer algo com ela”⁵⁷. Uso que, todavia, não necessariamente recai em abuso, antes evidencia a “vulnerabilidade fundamental” implicada na distância entre a anterioridade do passado e a presença da lembrança, que, sem ser o passado, também não é sem ele: sombra do objeto ausente na fantasmagoria do presente.

Mantendo-nos na trilha de Paul Ricoeur e Fernando Catroga, não é, pois, pretensão deste trabalho negar “a função involuntária dos ‘ardis da memória”⁵⁸, como quem olha com suspeição um movimento (a lembrança e as suas injunções) que é próprio da humanidade no tempo, sobretudo daquelas pessoas que se encontram enlutadas. Assim, por um lado, a fala positivada dos amigos de Machado – muitos dos quais acompanharam, sentidos, a dor da sua morte – tem muito que ver com o amor que sentiam pelo homem que desaparecia e que tanto bem fizera por eles. O louvor dos amigos, as palavras de carinho e consideração, o próprio esforço em consagrar Machado têm, nesse sentido, uma dimensão afetiva vinculada à emotividade provocada pelo desaparecimento. Não há, portanto, que perder de vista essa dimensão essencial: memória é também afeto. Por outro lado, entretanto, seria ingenuidade ler os discursos produzidos sobre Machado (em particular as necrologias) como se de memórias puras ou desinteressadas se tratassem. Como sugere Maria Helena Werneck, em ocasiões como funerais, “o elogio do literato vitorioso socialmente era transformado numa performance que podia garantir também ao conferencista ou biógrafo um lugar no panteão da literatura nacional”⁵⁹. Todos os discursos construídos em função do passamento de Machado de Assis apresentam-se, nessa lógica, como uma espécie de imagem fragmentada, cujo fluxo discursivo – que atribui sentido e unidade a essas narrativas diversas e plurais – busca enfatizar, por meio de artifícios de linguagem e rituais

⁵⁶ Ricoeur, 2007, p. 455.

⁵⁷ Reis, 2010, p. 35.

⁵⁸ Catroga, 2015, p. 75.

⁵⁹ Werneck, 2008, p. 26.

mnemônicos, determinados aspectos da biografia e das obras desse homem que saía da vida para “entrar na imortalidade”⁶⁰.

Mário de Alencar (1872-1925) é exemplo paradigmático desse movimento que incorpora intencionalidade pragmática e afeto: o amigo comovido que lamenta a “longa e invencível” distância que o separa de Machado e busca minorá-la pela memória – essa coisa fugidia, “que aparece nas retinas fechadas ao mundo exterior e logo se desfaz quando procuro fixá-la”⁶¹ – é também aquele que, sem contradição, transforma o “conhecimento da vida privada em mais valia no mercado da leitura da obra do autor”⁶². Se aqui a intimidade é publicizada, quando conveniente, entretanto, fatos desagradáveis à *retórica da purificação*, como a visita de Rio Branco (1845-1912) ao Machado acamado, dias antes da sua morte, ficaram de fora das memórias, esquecidos ou negligenciados⁶³. É nesse sentido que, uma década depois dos funerais, Medeiros e Albuquerque (1867-1934), que participou do hino de louvor entoado ao escritor fluminense, confessa: “todos nós, que frequentamos Machado de Assis, estamos muito perto de sua memória para poder julgá-la com imparcialidade”⁶⁴.

Entre a lembrança e o esquecimento instaura-se, assim, além de uma relação fenomenologicamente necessária, um jogo sutil de intenções, nem sempre explicitadas. O risco, tendo em vista a representação de uma vida – especialmente uma eminente, monumental e cívica –, é que “só algumas das suas partes sejam evocadas e, conseqüentemente, sacralizadas”, enquanto outras “são esquecidas e depreciadas”⁶⁵. Nessa forma presumida de abuso, o esquecimento é o mal a ser combatido, porque se privilegia a lembrança, mesmo que seletiva. Entretanto, embora a lembrança se apresente, inicialmente, como o polo positivo da memória, porque salva a vida do esquecimento; o esquecimento não parece designar sempre o polo negativo, haja vista que, sem ele, não há vida crítica, apenas imobilização – como em

⁶⁰ Do ponto de vista da retórica dos “imortais”, empregada na Academia Brasileira de Letras, há um inconveniente em se comemorar efemérides como a de nascimento e a de morte, haja vista que, a rigor, “imortais” não morrem. No entanto, em um movimento retórico notável, diz-se, na instituição, que o nascimento é a entrada do imortal na vida; e, a morte, é a sua saída para a eternidade.

⁶¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁶² Werneck, 2008, p. 22.

⁶³ Cf. Parte II, cap. 2, “Um Prometeu nos trópicos”.

⁶⁴ Livros. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. V, n. 19, p. 334-335, jul. 1917 (Guimarães; Lebensztayn, 2019, p. 190).

⁶⁵ Catroga, 2015, p. 75.

Funes, o Memorioso, em que o passado toma conta do presente; e também em Nietzsche, em que o passado monumental não serve à potencialidade plástica da vida. O risco, desse modo, é inevitável (em função da seletividade implicada na narrativa do passado), mas, a um só tempo, imprescindível, a tal ponto que se pode dizer, na esteira de Heidegger, que o esquecimento se reveste de uma significação positiva, uma vez que “é ao passado como tendo-sido que se vincula esse esquecimento que [...] condiciona a memória”⁶⁶.

Se, por um lado, inverter o polo tradicional, sugerindo, com Heidegger, o esquecimento como matriz da memória, não resolve o problema; por outro, a importância de uma “fenomenologia do esquecimento” está em explicitar as tensões entre lembrança e esquecimento, *i.e.*, argumentar que o esquecimento, entendido a partir da complexidade que o caracteriza, não é marginal ou patológico, mas imprescindível à dinâmica de tornar presente um objeto ausente. Andreas Huyssen sugere algo nesse sentido ao comentar o conto borgiano: “o esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução nas narrativas que compõem nossa vida pública e íntima. Esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória”⁶⁷.

Embora as disputas em torno de um perfil cívico ampliem a possibilidade de controle por parte dos “agentes de consagração”, esse controle não necessariamente rompe com as formas mais espontâneas e afetivas de construção memorial⁶⁸. Nesse sentido, como destaca Luigi Bonafé, “mais do que ‘deixar o Santo de lado para alcançar o homem’, o historiador que se depara com este tipo de ‘canonização’ deve compreendê-lo como construção histórica, desvelando operações mnemônicas e suas formas de enunciação”⁶⁹. Não se trata, então, de denunciar a manipulação ideológica (embora seja razoável apontar os abusos aos quais estão susceptíveis tanto a lembrança como o esquecimento),

⁶⁶ Ricoeur, 2007, p. 450.

⁶⁷ Huyssen, 2014, p. 158.

⁶⁸ “Isto porque, na leitura de Catroga, quanto mais extensa a coletividade imaginada, mais sujeita ficaria à manipulação e aos mecanismos políticos-ideológicos, embora o uso mais racionalizado do passado, que remete para recursos mais artificiais como a ‘fabricação’ e a ‘invenção’, não fosse compreendido como uma total ruptura em relação às formas mais espontâneas de construção de memória em suas dimensões comunitárias e afetivas” (Marcelino, 2017, p. 64).

⁶⁹ Bonafé, 2008, p. 17.

mas, sim, compreender a feitura das memórias sobre Machado a partir da conjuntura histórica, política, social e afetiva na qual elas foram forjadas. Daí a importância, ao não negar o polo positivo do esquecimento, de não se esquecer de lembrar o esquecido, mantendo perguntas como “quem recorda o quê? E por quê? Que versão do passado se registra e se preserva? O que é que ficou esquecido?”⁷⁰.

Uma memória póstuma

Do ponto de vista de uma memória em franca construção e publicização, como a de Machado de Assis no contexto em que tratamos (1908-1909), é absolutamente profícuo o deslocamento dessas perguntas (quem? por quê? etc.) para uma tipologia de fonte – o necrológio – que, em função de sua característica elementar, pretende instalar a morte “en una memoria definitiva, precisamente por lo que tiene de brevedad e inmediatez”⁷¹. Definitiva não no sentido de última ou única, mas como um destino definido, desfechado, encerrado pela morte: é a vida, em sua precária e virtual integralidade, que interessa ao obituarista. Além disso, esse porta-voz do sentimento de luto escreve no instante quente da recordação: *a circunstancialidade da morte* – momento no qual o ente amado se ausenta definitivamente e só pode ser convocado sob o signo impreciso daquilo que não mais existe. Destaca-se, então, não a totalidade de uma vida, mas “os principais feitos de quem possui características que merecem ser recordadas”⁷². No caso de Machado, conforme Guimarães, os termos religiosos mobilizados em vários discursos “não deixam dúvidas sobre a canonização em curso”⁷³. O necrológio constitui-se, assim, como um instrumento importante no processo de consolidação de uma “memória póstuma”, sobretudo porque, na hora da morte, o choro da perda mistura-se com os olhares curiosos e com os semblantes encabulados dos que observam as pompas.

Diversas manifestações fúnebres, especialmente os necrológios, lançam na esfera pública aspectos do mundo privado. Como destaca Ricoeur, essas práticas, no mais das vezes, encontram-se

⁷⁰ Catroga, 2015, p. 76.

⁷¹ Baltasar, 1997, p. 7.

⁷² Fagundes, 2016, p. 44.

⁷³ Guimarães, 2019, p. 14.

“a meio caminho entre a memória privada e a memória social”⁷⁴. Não por acaso, uma característica elementar do necrológio é a fala denotativa da proximidade (afetiva e/ou intelectual) com o morto. Via de regra, conta-se nesses textos alguma anedota sobre a vida privada do defunto. Nas palavras de Basilio Baltasar, “al proclamar en público el vínculo privado, el poeta [e os oradores de maneira geral] reconoce en la muerte del amigo el misterio de la indisolubilidad que une a los hombres que han pasado por este mundo y se han conocido en él”⁷⁵. Assim, a fala que, em um primeiro momento, insere-se no “tempo dos parentes e amigos”, é alçada, em um segundo momento – em função da plataforma jornalística em que aparece e/ou dos lugares a que está ligada –, no espaço público e no tempo social da memória, no qual passa então a cumprir uma importante função comunitária:

Todas as vezes em que pronunciamos ou escrevemos a frase “em memória de ...”, inscrevemos o nome daquele que trazemos à memória no grande livro da co-lembrança, que se inscreve, por sua vez, no tempo maior⁷⁶.

É justamente ao se inscrever nesse tempo social da memória – o “tempo maior” por excelência – que “a margem de manipulação e de uso político-ideológico aumenta”⁷⁷. Ao entrar no espaço público, a memória sobre Machado torna-se mais maleável. Mas, entre usos e abusos, explicita-se não apenas os interesses dos “agentes da consagração”, engajados na glória por associação, como também a necessidade existencial de sofrer o luto pela perda do ente querido. Em se tratando de uma figura identificada à pátria, amplia-se, uma vez mais, as margens afetivas e manipulatórias, considerando que o trabalho de luto é sofrido e realizado coletivamente. Nesse sentido, para Guimarães, a assimilação de Machado de Assis “nas primeiras décadas que se seguiram a sua morte assemelha-se a um processo de luto, lento e duradouro”, ao final do qual o escritor foi aos poucos incorporado ao cânone do século XX⁷⁸.

Guimarães, nesse caso, não se refere explicitamente à retórica fúnebre e se concentra sobretudo na recepção crítica e em atos ins-

⁷⁴ Ricoeur, 2007, p. 60.

⁷⁵ Baltasar, 1997, p. 7.

⁷⁶ Ricoeur, 2007, p. 60.

⁷⁷ Catroga, 2015, p. 75.

⁷⁸ Guimarães, 2019, p. 21.

titucionais da década de 1930. Segundo Gabriela Manduca Ferreira, a imagem de Machado de Assis foi mobilizada durante a Era Vargas (1930-1945), tanto pela crítica literária especializada quanto pelo aparato estatal, com o objetivo de elevar o autor à condição de “símbolo da nação”⁷⁹, ou seja, houve, sobretudo em torno das comemorações da efeméride de 100 anos do nascimento⁸⁰, um movimento sistemático que visou construir e consolidar um perfil louvável e exemplar do escritor carioca. Ferreira desenvolve, assim, a mesma hipótese defendida anteriormente por Guimarães⁸¹. Todavia, como nota Douglas Attila Marcelino, houve, ainda em 1908, um movimento encenado pelo Estado que visou cooptar a figura de Machado de Assis para elevá-la, dentro dos parâmetros simbólicos disponíveis à época, à categoria de “herói cívico” e “símbolo da nação”⁸².

Desse modo, se levarmos em conta que, “como fenômeno social, a morte e os ritos a ela associados consistem na realização do penoso trabalho de desagregar o morto de um domínio e introduzi-lo em outro”⁸³, os funerais machadianos (como quaisquer outros funerais cívicos) podem ser pensados como um mecanismo de incorporação de figuras cívicas (reconhecidas ou em vias de reconhecimento) no panteão nacional. Por esse ângulo, mesmo que a consolidação de Machado de Assis como “símbolo da nação” aconteça na década de 1930, parece razoável sugerir que os funerais machadianos se constituem, se não como o primeiro, talvez como um anterior movimento de sagração patrocinado pelo Estado.

⁷⁹ O processo de consagração de Machado de Assis teve como marco a *Exposição Machado de Assis*, organizada pelo INL na Biblioteca Nacional, em 1939, com a presença de figuras centrais do Estado Novo, inclusive Getúlio Vargas. Em discurso na ABL, Capanema definiu Machado como “o mais primoroso bem do nosso patrimônio intelectual” (Ferreira, 2011, p. 95). Nesse contexto, sua trajetória – como homem do povo, mulato e funcionário público ascendido socialmente – passou a ser mobilizada como expressão dos valores promovidos pelo regime varguista (Guimarães, 2008, 2011). Para Xavier (1940, p. 105), “abalar um país inteiro, ter-lhe o espírito voltado para o seu nome [o de Machado], durante uma comemoração de mais de três meses, em que tomam parte todas as forças vivas da nação [...] é, certamente, algo de excepcional, de grandioso e sublime”.

⁸⁰ Segundo Guimarães (2017, p. 112-113), “promovia-se ali, pela primeira vez na história do país, uma grande concentração de esforços da intelectualidade e de órgãos do Estado em torno da consagração de uma figura literária, algo que não mais se repetiu com as proporções de 1939”.

⁸¹ Cf. Guimarães (2011, 2017, 2008).

⁸² Marcelino, 2016.

⁸³ Rodrigues, 2006, p. 42.

Os agentes de consagração: entre a justiça e o benefício

A visibilidade de um evento como os funerais, associada ao prestígio de um morto eminente, não deixa de convocar “agentes de consagração”: amigos, escritores e oportunistas assumem a cena para louvar as virtudes do defunto. Estar à frente das homenagens é uma distinção que, em ampla medida, cabe aos herdeiros do morto. Nos funerais romanos, por exemplo, o herdeiro seguia “o féretro com a cara coberta por uma máscara que representava as feições do defunto: queria-se com isso significar que o herdeiro o substituíra em tudo e para tudo, passando a representar sua pessoa”⁸⁴. Machado não deixou filhos, nem ninguém que pudesse, morto ele, continuar o seu nome. No entanto, como escritor, os herdeiros presumidos – não necessariamente do seu nome, mas da sua glória – logo se apresentaram.

Sofrer publicamente o luto do escritor era uma forma de se filiar a ele. Como diria Luciana Fagundes, na esteira de Manoel Salgado Guimarães⁸⁵, o necrológio possui uma função estratégica, uma vez que “recordar os grandes feitos do morto, até mesmo de uma forma crítica, significa construir uma filiação, propor uma linhagem, estabelecer relações de aproximações e de distanciamento”⁸⁶. Tudo acontece como se, ao falar do morto prestigiado, elevando ainda mais o seu prestígio (ou mesmo o diminuindo), esse prestígio (às vezes por oposição) refletisse também no orador. Confessa Mário de Alencar: ao falar de Machado de Assis, “era inevitável por isso falar também de mim; mas ninguém achará que pretendi pôr-me em realce à custa da lembrança de meu grande amigo”⁸⁷. Será assim? A despeito do luto e do lamento, pode haver interesses inomináveis no choro pelo desaparecimento de outrem⁸⁸.

Para Werneck, aproximar-se de Machado de Assis, especialmente no decênio inicial do século XX, significava usufruir, por consequência, do imenso prestígio do escritor. Naquela conjuntura,

⁸⁴ Pagliaro, 1983, p. 20.

⁸⁵ “Estamos, no Oitocentos, diante de uma outra forma de lembrança dos mortos, agora individualizados como portadores de virtudes ou qualidades que se pretendem únicas. Lembrá-los, contudo, significa construir uma filiação, propor uma linhagem, estabelecer relações” (Guimarães, 2009, p. 275).

⁸⁶ Fagundes, 2017, p. 142.

⁸⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁸⁸ Como sugere Rodrigues (2006, p. 57) ao analisar práticas mortuárias mobilizadas por diversas comunidades para “livrar-se do cadáver”, “parece que em todas as sociedades, ou quase todas, o ato de morrer – talvez o mais íntimo da existência humana – é transformado em uma ocasião pública. Há quase sempre uma manifestação de tristeza, mais ou menos real, mais ou menos convencional”.

o prestígio resultava “nem tanto de ligações com políticos ou com homens de imprensa”, como seria razoável pressupor, “mas de um círculo de amigos, que planejava e executava rituais públicos de homenagem, disputando a inclusão de seus nomes nessas iniciativas”⁸⁹. As honras atribuídas a Machado de Assis – figura consensual, embora não necessariamente unânime, no campo literário brasileiro – poderiam refletir em todos aqueles que, direta ou indiretamente, estivessem engajados nas cerimônias. Com isso, a luta entre os cultores era pelo direito de participar das “solenidades com discursos, odes e versos de ocasião”. Em alguma medida, essa dimensão aparece como denúncia, coroada de ódio, na pena de Sílvio Romero (1851-1914). Segundo o crítico, “a vasta obra de exageração” do “merecimento real” de Machado “tem sido um trabalho produzido por certo grupo de retirantes literários que nos derradeiros três decênios tem vindo, de vários pontos do país, a estas plagas tentar fortuna”⁹⁰. Teriam sido esses escritores “que, por diplomática habilidade, levantaram sobre os ombros o inigualável mérito, o incalculável valor do mestre, no intuito, consciente ou inconsciente, de aproveitaram também o brilho de alguns dos raios do grande astro”⁹¹.

Conforme destaca Regina Abreu, a constituição de um conjunto de “depoimentos” sobre o morto ilustre acabava possibilitando aos “construtores de memória” realizarem “um movimento com alto teor ‘aurático’ onde todos os envolvidos participam de uma troca de bens simbólicos”⁹². Esse movimento servia tanto “para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra” como também “para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos”⁹³. No caso de Machado, portanto, a participação nessas “instâncias de consagração e legitimação”, que funcionavam paralelamente à produção literária, era capaz “de construir e assegurar uma identidade de literatos dignos da posteridade”⁹⁴, ou seja, os figurantes dessas cerimônias tornavam-se merecedores da honrosa responsabilidade de guardar a memória do “mestre”.

É algo sobre esse trabalho coletivo com a memória que um anônimo cronista do *O Paiz* parece apontar. Em texto publicado no dia

⁸⁹ Werneck, 2008, p. 58.

⁹⁰ Romero, 2002, p. 305.

⁹¹ Romero, 2002, p. 306.

⁹² Abreu, 1994, p. 211.

⁹³ Abreu, 1994, p. 210.

⁹⁴ Werneck, 2008, p. 58.

30 de setembro, um dia depois do falecimento de Machado de Assis, diz o escritor sobre o movimento de consagração em curso: “os grandes vultos da literatura e da arte só começam realmente a viver no culto de seus discípulos e admiradores depois que o seu espírito criador se desembaraça do invólucro material que [o] animou durante a [sua] passagem por este mundo”. Após o passamento, os cultores machadianos procuraram viabilizar a entronização no rol dos grandes homens pátrios. Trava-se, como afirma Bilac, de “sopitar a dor causada pela notícia terrível, e tratar imediatamente de honrar a memória do morto com a grandeza e com a significação que a homenagem reclama[va]”⁹⁵. Esse processo, que se estenderia para muito depois da morte do escritor carioca, contou com a participação de incontáveis intelectuais brasileiros, além de alguns escritores estrangeiros, como Anatole France (1844-1924). Não por acaso, como evidente na interessante expressão de Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), todos queriam contribuir com uma estrofe de admiração no “hino da imortalidade” de Machado de Assis⁹⁶.

Como destaca João Felipe Gonçalves, “não é natural que os ‘grandes homens’ sejam ‘grandes homens’ – eles foram construídos enquanto tal, histórica e intersubjetivamente”⁹⁷. Para o sociológico, esse processo de consagração é menos derivado do mérito pessoal do sujeito em vias de encimamento que da forma como ele é visto e valorizado por certos “agentes de consagração”. A construção dos “grandes homens” responde, em um certo sentido, a conjunturas específicas, sendo que a consciente produção/criação simbólica dessas figuras espelha os mecanismos políticos que alteram a realidade⁹⁸. Pensar na feitura dos grandes vultos implica, portanto, desnaturalizar imagens construídas, evidenciando suas raízes históricas, sociais, culturais, afetivas, mitológicas, políticas etc., sem as quais os heróis cívicos não vingariam. O tom, se é duro ao denunciar os abusos, também deve ser “compreensivo/explicativo” ao reconhecer os ardis próprios do fenômeno da memória.

⁹⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁹⁶ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁹⁷ Gonçalves, 2000a, p. 151.

⁹⁸ Cardoso, 2003, p. 553.

A palavra mágica, ou a memória dos mortos

Antonino Pagliaro tenta reconstruir – ideal e, portanto, poeticamente – o momento em que “a primeira palavra irrompeu como um relâmpago dos lábios do primeiro homem”⁹⁹. Na descrição do linguista, “mal acabara de articular um breve conjunto de sons, quando a imagem de um objeto lhe surgiu nítida e viva, como se o tivesse diante dos olhos”. Deslumbrado com a recente descoberta, experimentou o “primeiro homem” repetir, “por meio de sons articulados, o canto das aves, [e] surgiram perante os seus olhos o milhafre evoluindo no céu e a pomba arrolhadora empoleirada num ramo”. Ele quis, ainda, “reproduzir com a voz a sensação de rapidez da lebre que fugia ou a lentidão pesada do urso das cavernas, evocou a lebre e o urso”. Lembrando-se, por fim, do grito “com que chamava a companheira quando estava viva junto dele (dorme agora num barranco escondido entre penedros!), repete-o com a angústia de quem espera”. “Atenta ao chamamento”, a mulher, que antes era só ausência, torna-se então presença, “como que ressuscitada na atitude que lhe era mais querida”. “Possuidor da palavra, o homem tornou-se senhor do mundo da natureza e do mundo dos espíritos. Por isso, Novalis dizia: ‘A palavra é obra de magia: chamamos um espírito e ele vem’”¹⁰⁰.

A palavra, dita ou escrita (a depender do caso, mais esta ou aquela, tendo em vista, por exemplo, os desdobramentos do “Mito de Θεού [Theuth]”), é sem dúvida alguma um dos meios mais eficazes para tornar presente e, em alguma medida, conservar um objeto ausente. Talvez por isso os registros necrológicos – tanto nos tempos antigos, com as lápides e elegias, quanto no presente, com os obituários e testemunhos – tenham ocupado um lugar tão importante nas ritualísticas fúnebres. No entanto, convocar, pelo poder da “palavra mágica”, esse espírito que vem, não é movimento destituído de tensões e contradições. Se existe, na fala do “primeiro homem”, uma dimensão involuntária, articulada à descoberta desse “poder mágico”, a imagem da mulher, que se lhe apresenta, era, entretanto, aquela que lhe era “mais querida”. Os “ardis da memória” aqui se explicitam com vigor: a imagem que vem do passado, nuançada pela distância e pela afetividade, pela dor da perda e pela alegria do reencontro, não perde

⁹⁹ Pagliaro, 1983, p. 15.

¹⁰⁰ Pagliaro, 1983, p. 16.

realidade de modo algum – não é, então, uma forma de falsidade; a imagem, mágica como a palavra que lhe torna inteligível, apenas responde aos anseios de alguém que perdeu, mas que, de algum modo mesmo que precário e superficial, quer de volta.

Nesse exercício posto em cena por Pagliaro, apresenta-se, com clareza, “o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”¹⁰¹. É nesse seguimento que parece profícuo insistir, mesmo deslocando um tanto a carga semântica vinculada ao uso do termo por Ricoeur, em uma *memória manipulada*, feita à mão, construída, elaborada (por meio de selecionamentos conscientes e inconscientes), usada e, por vezes, também abusada. Manipular, aqui, recupera um sentido prático, laboral: a memória sobre Machado de Assis – como um chamamento ao fantasma, como uma representação “mais querida” ou mesmo “mais odiada” – é uma memória “preparada com as mãos”, sobretudo por mãos que escrevem. O movimento é voluntário, intencional: põe em cena afetos conflitantes (amor, medo, orgulho, admiração, inveja etc.); mas também é involuntário, intuitivo: responde a condicionantes históricos, existenciais, políticos, econômicos, afetivos etc. Em suma: lembrar-se (no sentido de uma memória que se quer socialmente partilhada) é manter, no presente e para o futuro, uma imagem que, pontilhada de determinados elementos do passado, nunca coincide com a totalidade do que se espera recuperar. Se algo inevitavelmente ficar inerte no rio do esquecimento, esse movimento tem, ao menos, a virtude de convocar, sempre sob o signo impreciso de uma presença que mascara uma ausência, uma “representificação” dotada de sentido e de ação.

Em alguma medida, portanto, os discursos fúnebres, necrológicos, artigos e manifestações de pesar, *i.e.*, todas as estrofes do “hino da imortalidade” de Machado, podem ser pensadas como uma resposta afetiva ao drama da finitude¹⁰², mas também, e a um só tempo, como partes constitutivas de um movimento coletivo de manipulação, no sentido de “dar formato” às memórias sobre Machado. Memórias que, precárias em sua potencialidade de “representificar”, quando

¹⁰¹ Ricoeur, 2007, p. 455.

¹⁰² Cf. Parte II, cap. 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”.

coincidem em muitos pontos, estabelecem ainda tensionamentos e contradições. As mãos que forjam memórias, como as mãos que, sinestésicas, manipulam um instrumento, têm em comum – nos seus melhores exemplos – a produção de algo que incorpora o controlável e o incontrolável, a razão e a emoção, a política, o rito e o afeto.

PARTE I

O HOMEM
E A
PALAVRA

UM OLHAR NECROLÓGICO

[...] Está morto:
podemos elogiá-lo à vontade.

Machado de Assis, O empréstimo.

Nos vários necrológios e artigos biográficos publicados sobre a trajetória de Machado de Assis, destaca-se, sobremaneira, sua origem humilde, sua trajetória ascendente, sua vida laboriosa, sua personalidade justa e generosa, sua genialidade, seu comediamento, seu espírito original, único, inigualável; distinguem-se as suas obras notáveis e imorredouras; ademais, enfatiza-se, especialmente, a trajetória sofrida desse homem que fez-se do nada e cuja vida teria sido vivida “sem outra preocupação de ordem geral além da literatura”¹⁰³.

Machado de Assis nasceu de pais “obscuros”¹⁰⁴, no Morro do Livramento (RJ), pelos idos de 1839¹⁰⁵. Na expressão de Lindolpho Xavier, ele era, no fundo, “um humilde, era um filho do nada”¹⁰⁶. Seus pais foram Francisco José de Assis (1806-1864), homem negro e pintor, e a portuguesa (açoriana) Maria Leopoldina (1812-1849). O jovem, todavia, perdeu cedo a mãe (tuberculosa) e a irmã, Maria; o pai casou-se novamente, com Maria Inez (mulher negra, figura praticamente ignorada nos necrológios)¹⁰⁷, tendo ele também falecido quando Machado contava 25 anos. Machadinho, como era conhecido nessa época, teve formação considerada irregular, estudando, na maior parte do tempo, por conta própria. Saindo da escola, e da casa da madrastra, talvez sua grande incentivadora nos estudos¹⁰⁸, Machado foi tentar a vida no mundo das letras, sendo, a partir de então, na sintética fórmula do Conde de Afonso Celso (1860-1938), “tipógrafo, empregado público, escritor – os três capítulos da sua história”¹⁰⁹.

¹⁰³ Sousa Bandeira. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁰⁶ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁰⁷ A única referência à Maria Inez que eu identifiquei nas fontes periódicas que consultei é feita por Hemetério José dos Santos. O professor e poeta acusa Machado de Assis de ter abandonado a madrastra à própria sorte. Cf. Apêndice, “O Calabar literato”.

¹⁰⁸ Segundo Lúcia Miguel Pereira (1936, p. 32), “Maria Inês foi a primeira mestra de Machado de Assis; ensinou-lhe o pouco que sabia, as letras, as primeiras operações”. Para Massa (1971, p. 74), Maria Inês, embora importante, não foi “‘anjo tutelar de Machado de Assis’, como pretendia Hemetério”.

¹⁰⁹ Sexta-feira, 30 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*. Discurso proferido em sessão solene em homenagem à memória de Machado, organizada pelo Grêmio Jurídico e Literário da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio.

Como tipógrafo, Machado de Assis trabalhou na Imprensa Nacional (IN), tornando-se, depois disso, revisor de provas da famosa casa de Paula Brito (1809-1861) e do *Correio Mercantil*. Na década de 1860, entrou para o jornalismo e publicou os seus primeiros ensaios literários em jornais e revistas da época. Nesses anos, Machadinho contribuiu em publicações como a *Marmota Fluminense*, a *Revista Popular*, o *Jornal das Famílias*, o *Diário do Rio de Janeiro*, dentre outras. Esses foram, entretanto, apenas os primeiros passos desse homem que seria grande, destacam os periódicos. Sua juventude teria sido produtiva e esforçada:

Modesto por índole, tímido por temperamento, mas de uma timidez que recobria uma singular energia moral, Machado de Assis, estranho desde logo à toda a petulância da juventude, estuda, trabalha, medita, lê e relê os clássicos da nossa língua e as obras primas de todas as literaturas [...]¹¹⁰.

Em 1873, começou a sua carreira atuando como primeiro oficial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ao longo de quase quarenta anos de serviço, sendo sempre funcionário eficiente, “exemplar, rigorosamente pontual, chegando e saindo a horas certas, zeloso dos seus deveres, não deixando para o dia seguinte o que lhe estava afecto”¹¹¹, Machado galgou posições até atingir o cargo de Diretor-Geral de Contabilidade, tratando-se já, no período republicano, de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (apenas Viação e Obras Públicas a partir de 1908). Como sustenta Magalhães Jr., “embora nunca tivesse sido republicano e, ao contrário, sempre houvesse timbrado em se mostrar monarquista”, Machado “aceitara a República como um fato consumado”¹¹². Nessa lógica, “tanto no Império, como na República, mais de um Ministro honrou-se chamando-o para secretário”¹¹³. Machado, portanto – nesse biografema que se repetirá por décadas –, foi deveras apreciado pelos seus dotes de “funcionário exemplar”, que teriam prevalecido mesmo ante a mudança de regime político¹¹⁴.

¹¹⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹¹¹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹¹² Magalhães Jr., 1970, p. 63.

¹¹³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹¹⁴ Magalhães Jr., 1970.

Em 1867, o governo agraciou Machado de Assis com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa por serviços prestados às letras brasileiras; em 1888, a princesa Isabel elevou-o a oficial da mesma ordem. No entanto, segundo Arthur Barreiros (1856-1885), “a honra maior que recebeu em vida foi a presidência da Academia Brasileira que os seus confrades lhe deram por aclamação” e que ele exercera com dedicação até o fim da vida¹¹⁵. Esse período marcou a consolidação de Machado como “patrono” da literatura brasileira. Mesmo de acordo com um antagonista como Sílvio Romero¹¹⁶, ele era, em 1901, entre os “escritores vivos”, “o mais celebrado e, ainda contando os mortos”, “um dos nomes mais queridos”; no que concordaria Lúcia Miguel Pereira, para quem, “antes dos cinquenta anos, em plena produção, Machado de Assis se via, por gente de todas as gerações, celebrado e admirado”¹¹⁷.

Sobre o escritor, as considerações são extensas. Discorrem os periódicos sobre a bibliografia machadiana, apresentando as primeiras obras publicadas, como *Teatro de Machado de Assis*, com duas comédias em ato: “O protocolo” e “O caminho da porta”¹¹⁸; passando ainda, e necessariamente, pelas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que se destacam a perplexidade causada por essa obra “cujo feitio bizarro e original desorientara um tanto as opiniões do tempo, divididas em favoráveis, entusiásticas, e irônicas, perplexas ou mesmo contrárias”, segundo Carmen Dolores¹¹⁹; até chegar ao *Memorial de Aires*, livro no qual se encontrava, de acordo com alguns apreciadores, a culminância do seu talento e da sua bondade. Um dos periódicos chegou, inclusive, a listar quase todas as publicações feitas pelo escritor em vida¹²⁰, em um esforço, talvez, de demonstrar a monumentalidade da obra.

Ademais, são ressaltados certos aspectos enigmáticos da biografia de Machado de Assis, como se ele fosse uma impossibilidade, algo de extraordinário: Machado de Assis “era tudo quando deveria não ser nada”, segundo Lindolpho Xavier¹²¹. Para um cronista não identificado do *O Paiz*, Machado era, “verdadeiramente, na história de nossa

¹¹⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*. Texto de 1885, republicado no *O Paiz*.

¹¹⁶ Romero, 2002, p. 305.

¹¹⁷ Pereira, 1936, p. 211.

¹¹⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹¹⁹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*. Carmen Dolores era um dos pseudônimos da escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo.

¹²⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹²¹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

cultura, um fenômeno quase inexplicável”. Ainda conforme esse cronista, “mal se pode[ria] conceber, em tão estrito e acanhado meio, o surto deslumbramento dessa obra literária – que, pela forma e pelo fundo, tanto excede e se aparta de tudo o que a cercou”¹²². Arthur Barreiros, em artigo de 1885, recuperado e publicado pelo *O Paiz* como informe biográfico em 30 de setembro de 1908, afirma que Machado não se elevou “pelas inexplicáveis combinações do acaso ou da política”. À volta do seu berço, “não lhe sorriram as boas fadas da lenda, que lhe outorgassem bens transitórios e de sua natureza injustos”. Em compensação, o talento e o trabalho “estenderam-lhe as mãos, e da humildade do seu nascimento o trouxeram ao combate homérico da vida, e o armaram cavaleiro, certos de que os seus triunfos seriam sem conta e as vitórias gloriosas”¹²³. A sua trajetória ascendente e autodidata é, portanto, bastante acentuada nos necrológios, sendo apresentada como um dos traços mais louváveis e exemplares da sua personalidade. Carlos de Laet (1847-1927), por exemplo, comenta:

Modesto nas suas origens, porque começou a trabalhar como simples operário tipógrafo, ele cresceu até às alturas em que o vimos, não por um desses abalos sísmicos com que frequentes vezes emergem celebridades, como no oceano Pacífico se improvisam ilhas; antes a comparáramos, a fama literária do extinto amigo, àquelas outras formações matrêporas, que, lentas e lentas, se vão erguendo do abismo, pelo trabalho acumulado¹²⁴.

De modo geral, é exaltada, nesses textos póstumos, a trajetória ascendente, lentamente lapidada no estudo dos clássicos e no labor literário. Na categórica expressão do *Jornal do Brasil*, “Machado de Assis poderia ter uma lápide em que gravassem os seguintes dizeres: nasceu humilde e morreu glorioso”¹²⁵. As sugestões nesse sentido são incontáveis e configuram o que Antonio Candido identificou como a tópica retórica do escritor genial que luta contra o destino inescrupuloso. Sousa Bandeira (1865-1917), por exemplo, afirma que Machado de Assis era “o resultado magnífico de uma afirmação do próprio esforço,

¹²² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹²³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹²⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹²⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

para levantar a sua individualidade acima do seu meio”¹²⁶. A *Gazeta de Notícias* assim se exprimiu sobre o morto recente: “se o Brasil quisesse dar um tipo de grande homem que se tivesse feito exclusivamente pela irradiação do seu talento, teria um exemplo em Machado de Assis”¹²⁷. O *Jornal do Commercio*, em edição publicada nesse mesmo dia, assegura que o escritor fluminense “foi, em todo o rigor da expressão inglesa, um *self made man*”. Além disso, segundo o periódico, pode-se avaliar, mas não admirar suficientemente

o que houve de força de vontade, de efetiva energia moral neste homem tímido de natureza e mais de aspecto, para vencendo os tropeços criados pela sua nativa inferioridade social, pelos preconceitos de cor, chegar à culminância a que atingiu no mundo intelectual brasileiro, e à respeitada situação que ocupava em nossa sociedade. E tudo isso sem jamais sacrificar nada dos seus sentimentos e escrúpulos morais¹²⁸.

A retórica da purificação

Seria oportuno desconstruir a relação que essas falas estabelecem entre sofrimento e genialidade: o homem que se fez a si mesmo como o contraponto biográfico de uma obra lapidada com sangue e suor. Sobre esse aspecto, porém, não há muito o que acrescentar: uma vida sofrida, embora matéria para obra e para sua recepção, não é força suficiente para explicar o ímpeto artístico de um escritor¹²⁹. No entanto, o aspecto que vale a pena aprofundar é o fato de que, por sobre esses textos elogiosos, paira certo paradoxo: se a vida não foi fácil para Machado de Assis, deixando nele as marcas do arrivismo; se ele conheceu de perto a maldade, a hipocrisia e as quebradas sombrias da alma humana (aspectos potencializados, segundo o periódico, pela sua “nativa inferioridade social” e pelo “preconceito de cor”); ele não teria, porém, se contaminado: continuou, na sua luta contra o destino, puro, íntegro, exemplo de homem cordato e escritor correto e maneirado. Para Carlos de Laet, nesse sentido, Machado de Assis poderia portar um daqueles brasões antigos,

¹²⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹²⁷ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹²⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹²⁹ Cf. Parte II, cap. 3, “Preâmbulos da imortalidade”.

onde figura o arminho com a legenda – *Potius mori quam foedari*. Antes morrer que manchar-se. Soberbo lema de fidalgos; e que sem deslize da verdade também se poderia insculpir sobre a lápide deste honrado homem do povo, tão fidalgo, ele também na [sua] imaculável probidade¹³⁰.

No entanto, mesmo que no momento da morte não apareçam questionamentos incisivos (com exceção o de Hemetério José dos Santos (1858-1939), que todavia esperou passar um mês do enterro para publicizá-lo)¹³¹, é sintomático que os cultores de Machado se esforçassem para rebater algumas críticas, deixando em aberto a sugestão de que, de algum modo mesmo que sutil, opiniões contrárias estavam em circulação quando do passamento, em setembro de 1908. Assim, ao que tudo indica, além de evidenciar o caráter do homem que se sobressai às circunstâncias adversas, vencendo os empecilhos da época, a conversão de Machado de Assis em símbolo nacional implicou a mobilização de uma *retórica da purificação*, em que as suas obras, seu corpo físico e o seu espírito – destituídos dos elementos perturbadores que, para muitos comentadores, os caracterizavam – eram exaltados em um movimento à contrapelo: a exposição da maldade, do pessimismo, do humorismo às vezes sórdido era, então, estratégia moralista, e não a reprodução exata dos valores do autor¹³².

Augusto Meyer, anos depois, explicitaria a questão, que será debatida ainda pelos contemporâneos: “ele será de fato, como quer Alcides Maya, ‘um forte bom, vencido mas sobranceiro à derrota’? Ou um despeitado que dissimula em displicência irônica o seu ressentimento, nova espécie de raposa da fábula?”, pergunta o crítico¹³³. Teria sido Machado um dissimulado, um ressentido, como atestariam vários personagens da sua obra? Mário de Alencar, opinando sobre essa polêmica, diz que tudo em Machado de Assis “era expressão humana, e não lhe cabia senão olhar e comentar os homens. Não os acusava, reproduzia-os; e à natureza má opunha o sorriso inteligente,

¹³⁰ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹³¹ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

¹³² Astrojildo Pereira (1991, p. 167), sobre o bom e o mau Machado, comenta: “era Machado de Assis um homem bom, um homem mau? O ponto preliminar a esclarecer neste caso é o seguinte: o fato de botar a nu a crueldade, a dissimulação, a hipocrisia, as pequenas vaidades e os secretos apetites de homens e de mulheres observados na sociedade, e revividos em contos e romances, significa que o psicólogo, que estuda e desnuda o caráter alheio, seja ele próprio portador das taras e defeitos que analisa?”. Para uma discussão sobre o moralismo machadiano, cf. Bosi (1999).

¹³³ Meyer, 2008, p. 89.

que é o gosto adequado à beleza, melhor que as lágrimas indiscretas”¹³⁴. Alcindo Guanabara, no discurso que pronunciou na Câmara, insiste, favoravelmente a Machado de Assis, que o recém finado era um “analista das coisas e dos homens, das almas e dos costumes, dos indivíduos e do meio, das paixões grandes e dos pequenos vícios” e que, por ser assim, ele “não tinha o sarcasmo dissolvente, mas um doce e benévolo ceticismo. Era um anotador, comentando a situação, os costumes e as ideias, aplaudindo ou combatendo com bondade, sublinhando o risível com o sorriso”¹³⁵. Carlos Magalhães de Azeredo, dando vazão a sentimento parecido, comenta:

Nem a Machado de Assis faltaram emoções e simpatia pelo sofrimento humano, como a mais de um crítico se lhe afigurou, por ter ele exposto com singeleza de narrador verídico alguns dos casos grotescamente dolorosos que a existência nos oferece a cada passo, por ter salientado com sapiente humorismo decepções nascidas da imbecilidade ou da jactância, e com vingador sarcasmo humilhante derrotas de iníquos ou de fraudulentos, privados do fruto dos seus tenebrosos planos. Nunca, porém, nem numa só página, nem num só período ele recusou o piedoso tributo do seu respeito a um infortúnio digno de respeito; nunca ele agravou com uma palavra motejadora ou ligeira a aflição de uma criatura débil, injustamente oprimida¹³⁶.

Por detrás da defesa, estavam, certamente, vários ataques que acoplavam à figura de Machado a pecha de pessimista, misantropo, dentre outros predicados negativos. Embora não predominante, essa era, ao que tudo indica, uma leitura circulante. Em um artigo necrológico publicado na *Gazeta de Notícias*, afirma-se que, “quem não conhecesse esse escritor, que morreu com cerca de 70 anos, coberto de glória, respeitado e amado [...] e lesse a sua obra formidável e enorme [...], teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”. Mas assim não era, confessa o periódico: Machado “teve na sua vida um desejo intente: não contrariar ninguém”¹³⁷. Nesse sentido, os cultores do recém finado precisaram contornar o pessimismo e o azedume dos livros e dos personagens

¹³⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹³⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹³⁶ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹³⁷ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

para encontrar, no final das contas, o escritor moralista. Na opinião de Olavo Bilac,

Alguns dos tipos das suas novelas são modelos de egoísmo, de maldade fria, de dureza de alma; parece, porém, que ao acentuar esses defeitos, o novelista está dizendo nas entrelinhas da narração: “coitados, são o que tinham de ser; não são o que desejariam ser, se lhes fosse permitido o desejo de melhorar...”¹³⁸.

Nesses textos, tudo funciona como se, por detrás do aparente pessimismo e sadismo machadiano, estivesse, como águia solitária e melancólica, o homem bom. A função dos necrológios (dos amigos, portanto) seria, justamente, aproximar do público a faceta privada do escritor, até então interdita em função da sua personalidade embotada. Precisamente por causa desse estranho embotamento (que teria impedido uma postura mais participante), a figura e a obra machadiana se tornavam passíveis de figuras diversas e adversas. Assim, contra a imagem, considerada incorreta, de um Machado misantropo e absenteísta, os amigos e admiradores – respondendo ao ímpeto de consagração e ao apelo do amor e da amizade – apresentavam um escritor mais humano, demasiado humano; esse Machado, representado pelos amigos da intimidade a partir da imagem “mais querida”, deveria ser preservado, especialmente nos necrológios, como insistia Rui Barbosa (1849-1923):

O que se apagaria talvez se o não colhêssemos logo na memória dos presentes, dos que lhe cultivaram o afeto, dos que lhe seguiram os dias, dos que lhe escutaram o peito, dos que lhe fecharam os olhos, é o sopro de sua vida moral. Quando ele se lhe exalou pela última vez, os amigos que lho receberam com o derradeiro anélito, contraíram a obrigação de o reter, como se reteria na máxima intensidade de aspirações dos nossos pulmões o aroma de uma flor cuja espécie se extinguísse, para o dar a sentir aos sobreviventes, e dele impregnar a tradição, que não perece¹³⁹.

¹³⁸ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹³⁹ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Portanto, em mais de um momento, os amigos são apresentados – e se apresentam – como os conhecedores do “verdadeiro” Machado de Assis, *i.e.*, daquele Machado que não se deixava ver inteiramente nas obras, mas sobretudo no trato íntimo. Para Graça Aranha, na intimidade, o escritor “era outro homem que não o imaginado pelos seus livros desabusados”. Assim, “se ele cultivou sistematicamente o desprezo e mesmo a aversão aos seus semelhantes, os amigos o conheceram afetuoso, interessado na sociedade deles e consagrado a uma obra humana, falível e frágil, como é uma academia”¹⁴⁰. Arthur Azevedo comenta que “o melhor, talvez, da sua obra ficou inédito, e para conhecê-lo seria preciso ouvi-lo, mas ouvi-lo antes que aquela viuvez inesperada e terrível o deixasse sozinho no quarto da sua morte”¹⁴¹. Enquanto isso, para Magalhães de Azeredo, a parte perecível de Machado era tão cara quanto a imortal, presente nas suas obras; tanto mais, diz ele, “que no homem, no seu gesto, na sua palavra viva, no seu trato cortês, leal, carinhoso, de todos os dias, os finos quilates do talento e do coração se revelavam não menos que nos seus livros”¹⁴². Já Lindolpho Xavier, em texto necrológico, conta que “a convivência de perto dos dois anos com o ilustre mestre lhe pôde mostrar quantas facetas havia naquela alma querida e bem formada”¹⁴³.

Mário de Alencar, por seu turno, confessa não ter cuidado de escrever, nas “Páginas de Saudade”, “sobre a obra do escritor, senão do homem, contando as impressões de nossa convivência de alguns anos”¹⁴⁴. Embora insista que nem mesmo para ele, ouvinte de tantas confidências, tenha ficado “o conhecimento exato daquela alma esquisita”, começa dizendo ter ouvido “as falas íntimas” e, em posse delas, revela que ficou “conhecendo a feição de bondade que [Machado] trazia talvez velada para o mundo”. Nesse sentido, pondera ainda que, os “que só conheceram o escritor, não adivinharão o homem, e os que só tiverem lido superficialmente o homem e o escritor, entenderão que houve nele duas figuras distintas e opostas”. Ledo engano: para o crítico e amigo, Machado de Assis era “uma só figura, que se velava ou descobria voluntariamente, pelo respeito de si mesma e o receito

¹⁴⁰ Aranha, 1923, p. 28.

¹⁴¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹⁴² Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁴³ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁴⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

de não parecer sincera aos olhos dos outros”. A reserva machadiana, em contraste com a feição insolente de muitos dos personagens dos seus livros, colocava para os amigos a responsabilidade de explicitar o conhecimento da intimidade: “capaz de ser terno, com abundância de coração, Machado de Assis escondeu no escritor a ternura do homem, e na intimidade do afeto reservara a manifestação do seu sentimento à eloquência do gesto sóbrio”¹⁴⁵.

Além de precisar desembaraçar a impressão de “homem amargo”, a *retórica da purificação*, mobilizada pelos oradores públicos da morte de Machado, careceu também relativizar outros aspectos da sua biografia. A percepção de que Machado não se ocupava das coisas terrenas, por exemplo, era bastante disseminada, mesmo quando da sua morte. Dois meses antes de falecer, na coluna “A soberania em ação”, do *O Paiz*, o criador de *Brás Cubas* foi sutilmente criticado. Para o colunista, “ainda não se estudou entre nós o Rio de Janeiro subterrâneo”. Machado, “o príncipe das nossas letras”, a quem supostamente cabia essa responsabilidade, não quis, escrevendo em tom muito erudito e nobre, “sair do mundo burocrático ou do meio elegante em que sempre viveu” para ocupar-se com o mundo vivido¹⁴⁶. Seja como for, as diversas ocorrências desse tipo de crítica – mesmo sutis e disfarçadas, embora constantes e sugestivas – suscitaram imediatas, e sempre espontâneas, reações das penas amigas. Magalhães de Azeredo, por exemplo, escreveu que Machado de Assis

Não era o homem exclusivamente cerebral que muitos erradamente imaginaram: nem o aplauso das gentes, nem a pura contemplação da verdade e da beleza, nem o exímio culto da perfeição e a consciência dos seus muitos contatos com ela, bastavam para recompensá-lo; ele precisava de sentir em torno de si o amor dos seus¹⁴⁷.

O esforço empreendido pelos oradores será então o de evidenciar e proteger esse Machado de Assis que, carente do amor fraterno dos amigos, fora, todavia, “gentilissimamente bom durante a vida”¹⁴⁸, e não um malvado que visava apenas sorrir da iniquidade e das mazelas dos homens. Dando forma a esse esforço, Sousa Bandeira

¹⁴⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹⁴⁶ Sábado, 1 de agosto de 1908, *O Paiz*.

¹⁴⁷ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁴⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

aponta que a passagem machadiana pelo mundo “foi simples e serena como a de um justo”¹⁴⁹. Mário de Alencar, em seu tempo, assevera que Machado de Assis “era essencialmente bom e puro, de uma delicadeza e sensibilidade que não podia, por mais que o quisessem, acomodar-se à rudeza das coisas e dos homens”¹⁵⁰. O senador e acadêmico Rui Barbosa, no discurso que pronunciou em nome da Academia Brasileira de Letras (ABL) no velório de Machado de Assis, aponta esse mesmo aspecto: “nascido com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados”¹⁵¹.

Abstergido pela *retórica da purificação*, que todavia não conseguiu extirpar, de todo, a impressão malfadada, Machado era apresentado, no fundo, como “um sensível, um afetivo, um terno”, “por mais que a filosofia pessimista e um tanto misantrópica dos seus escritos fizesse supor o contrário a observadores apressados ou malévolos”¹⁵². Há um esforço considerável empreendido por alguns cronistas no sentido de relativizar (ou valorar em outro sentido, como moralismo) os aspectos desconcertantes da literatura cética e pessimista de um Machado que, na realidade, segundo Azeredo, teria mesmo “atravess[ado] a escola moral do Cristianismo”, encontrando em Jesus um dos “educadores do seu espírito e do seu caráter”¹⁵³. Atando as duas pontas da vida, o diplomata ainda afirma que o jovem Machadinho, que fora sacristão na Lampadosa, não abandonara, na velhice, os preceitos da religião que servira antigamente: “se os seus lábios desaprenderam o Credo, o seu coração não desprezou nem esqueceu o Evangelho”¹⁵⁴. Curiosamente, embora compreensível, as notas sobre a recusa da extrema união são parcas nos textos publicados em 1908. De modo geral, a tônica dos discursos recaiu sobretudo na bondade propagada pelo criador de *Mariana*¹⁵⁵.

¹⁴⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁵⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹⁵¹ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁵² Carlos Magalhães de Azeredo. Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁵³ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁵⁴ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

¹⁵⁵ “Não creio... Seria uma hipocrisia, respondeu quando lhe falaram em chamar um padre. Pela última vez o seu espírito se recusava a se abandonar, a procurar amparo fora de si, a conhecer o repouso supremo” (Pereira, 1936, p. 324).



Se a *retórica da purificação* incorpora uma intencionalidade pragmática (vinculada ao esforço republicano em eleger os figurantes do seu panteão)¹⁵⁶, ela deixa ver também um lado mais afetivo. Assim, o movimento purificador tanto colocava em uso uma figuração íntima de Machado de Assis, tendo em vista a sua consagração (e a de seus cultores), como também servia para fazer justiça ao amor, à amizade e, ainda, para proteger a figura machadiana de um tipo de discursividade que, quase sem peso de crítica, deixava ver apenas o constrangimento de uma sociedade racista, racialista e escravocrata em ter um homem negro como o seu maior escritor¹⁵⁷. Isso não impediu, é verdade, que os amigos, em um gesto igualmente racista, acabassem legando à posteridade um Machado de Assis destituído do seu corpo negro. Joaquim Nabuco, por exemplo, em um comentário sintomático, adverte José Veríssimo: “eu não o teria chamado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir o artigo a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa”; e continua: “o Machado para mim era branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego”. Para Nabuco, a cor era um aspecto negativo: ela afetava e constrangia a “caracterização caucásica” de Machado de Assis e, portanto, deveria ser retirada quando o texto fosse publicado em “páginas permanentes”. Embora não seja possível levar adiante esse aspecto¹⁵⁸, vale registrar que a *retórica da purificação* foi um dos procedimentos que contribuiu para a construção de uma imagem embranquecida de Machado de Assis no imaginário social.

De todo modo, sem que resolvesse definitivamente qualquer conflito – uma vez que continuaram circulando as figurações negativas e os comentários preconceituosos a respeito da etnicidade machadiana –, a *retórica da purificação* deixa ver um processo de consagração em que objetivos pragmáticos e afetivos foram sistematicamente

¹⁵⁶ Cf. Parte II, cap. 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos” e, na dissertação, toda a Parte III.

¹⁵⁷ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

¹⁵⁸ André Ramos (2018, p. 13-14) desenvolve esse tema na sua tese de doutorado. Segundo ele, “o discurso canonizador mobilizado por letrados contemporâneos a Machado apresenta uma ambivalência fundamental, pois é estruturado em uma compressão que lega ao futuro um nome sem um corpo. Projeta no futuro a obra de um escritor asceta, disciplinado e moralista, que produziu textos ficcionais e não ficcionais corrosivos a essas compreensões prescritivas”.

tensionados. Observada hoje, embora possa parecer razoável, quase espontânea, a consagração machadiana foi, pelo contrário, um processo complexo, longo e, até meados do século XX, ainda em aberto.

O enigma Machado de Assis

Essa tensão, mesmo que latente, pode ser mapeada no debate que buscava estabelecer um lugar para Machado de Assis no panteão nacional. Nesse sentido, mesmo purificadas, algumas representações machadianas, assumidamente positivas, deixam, porém, antever uma dimensão enigmática, sombria, que, nem por isso, deixava de cativar. É como se Machado de Assis escondesse, por detrás da sua sempre simpática e dócil personalidade, uma face oculta e menos polida (recalcada nesse momento de consagração). Como diria Graça Aranha, “há um encanto nesse mistério original, e a brusca e inexplicável revelação do talento concorre vigorosamente para fortificar-se o secreto atrativo, que sentimos por tão estranho espírito”¹⁵⁹. Carmem Dolores, comentando os encontros que tivera com Machado de Assis no *Clube Beethoven*, onde se reunia a elite carioca para escutar interpretações de obras clássicas, afirma: “ademais, a doçura sutil do recente finado, certa forma enigmática ou interrogativa do pensamento, qualquer coisa de oriental na tez bronzeada de faquir e no silêncio risonho dos lábios prudentes, tudo isso interessava, agradava, pendia”¹⁶⁰. É, entretanto, visivelmente magoada, de uma mágoa superada, mas jamais esquecida (e talvez por isso o texto não soa como uma vingança pós-tuma), que ela conta o episódio em que procurara Machado, buscando nele apoio para os seus interesses literários:

Há cinco anos, talvez, procurei-o na Secretaria de Indústria e Viação, para consultar sobre o projeto que já se definia em meu espírito de escrever para jornais. Achei-o gentilíssimo, amável, com o macio sorriso de sempre: mas nessa gentileza um pouco negativa, nessa doçura talvez enigmática, senti a falta de apoio intelectual que lhe pedia. E afastei-me, entristecida¹⁶¹.

¹⁵⁹ Aranha, 1923, p. 11.

¹⁶⁰ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁶¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Doce enigma, Machado de Assis. O homem que recusou apoio à Carmen Dolores não o negou à Julia Lopes de Almeida (1862-1934), embora tenha consentido com a estupidez do tempo e adotado o modelo francês para a ABL, coisa que, por consequência, tornou inviável a entrada de mulheres no rol dos imortais até a década de 1870¹⁶². Julia Lopes, já escritora conhecida, tendo participado das reuniões que antecederam a fundação da ABL, ficou fora da lista dos fundadores; como “compensação”, seu marido, Filinto de Almeida (1857-1945), foi incorporado à galeria dos imortais¹⁶³. Além disso, Machado de Assis sempre incentivou jovens escritores, inclusive colocando-os para dentro da ABL. Mário de Alencar, exemplo típico dessa atitude complacente, depois de mostrar a Machado alguns dos seus escritos (que depois assumiu não serem bons), recebera palavras incentivadoras:

Não me falava o crítico, nem ele o queria ser, senão a pessoa polida e fina, e o mestre condescendente, sem orgulho, que se fazia pequeno para não magoar a pequenez do discípulo. Foi esta feição do homem, mais do que o valor do escritor, que gerou a minha simpatia e respeito¹⁶⁴.

Mesmo testemunho dá Arthur Barreiros, para quem Machado não fazia “louvor a juro ou com a intenção de agremiar caudatários”, mas advertia e estimulava para ver os amigos “triunfar[em] em toda a linha, nobremente e sem ódios”¹⁶⁵. Seja como for – por machismo, soberba, desinteresse ou simplesmente pelo lugar inapropriado, onde geralmente Machado só fazia mesmo trabalhar –, a recusa de apoio não impediu que Carmen Dolores continuasse a acompanhar, mesmo de longe e sentida, o escritor que “subia no meio da geração nova que o cercava de admirações”. Morto, era ainda com um “olhar saudoso e úmido” que Dolores se despedia do homem que, acima de tudo, sempre fora “correto, sereno, amável”¹⁶⁶.

¹⁶² O Art. 2º do estatuto da ABL previa que “só pode[riam] ser membros efetivos da Academia os brasileiros”. Em 1939, Amélia de Freitas Beviláqua (1860-1946) teve sua candidatura negada sob o argumento de que o estatuto não permitia a entrada de “brasileiras”. Apenas em 1977, uma mulher, Raquel de Queiroz, tornou-se membra efetiva da ABL. Antes dela, porém, na década de 50, Dinah Silveira Queiroz (1911-1982) também tentou ingressar na instituição, mas sua entrada foi embargada.

¹⁶³ Gomes; Silva, 2018.

¹⁶⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

¹⁶⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹⁶⁶ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Assim como Carmen Dolores, vários cultores deixam ver, em uma leitura a contrapelo, uma imagem sombria de Machado de Assis. No entanto, em boa parte dos textos coetâneos, as virtudes machadianas – a bondade, a temperança, a simpatia, a amabilidade, a cortesia, a disponibilidade, a polidez etc. –, ressignificadas pela *retórica da purificação*, misturavam-se com a sua literatura (ou com certa leitura dela: a que destacava a sua feição moralista e bondosa), tornando-o, mormente para os amigos próximos, um tipo moral, modelo a ser seguido (tanto na esfera literária como na do costume social). Para Enéas Galvão (1832-1895), por exemplo, “desse gênero literário que se chamou Machado de Assis e atravessou a vida como um sábio, um bem e um justo, se pode dizer com justiça que era o sumo pontífice da literatura nacional”¹⁶⁷. Eduardo Raboeira, insistindo ainda no primado machadiano, afirma que o “seu exemplo, a sua obra, a sua recordação ali fica para estímulo de todos nós, para guia de todos nós, para modelo dos que queiram seguir um ideal de arte e de amor”¹⁶⁸. Arthur Barreiros, sempre recuperado nos necrológios e artigos póstumos, é novamente mobilizado para sustentar que Machado de Assis “é um mestre”, mas que “não o procura ser, não se impõe, não arma às aclamações, não disputa proeminências; e todavia é um mestre pelos honrados exemplos da sua vida, pelas primorosas concepções da sua pena”¹⁶⁹.



Posta em prática a *retórica da purificação* (que é apenas um modo de visualizar a seleção narrativa, ou a “ilusão biográfica”¹⁷⁰, que emerge do processo de “representificação”), Machado era apresentado, na *circunstancialidade da sua morte*, em franca contradição. Mestre e mentor, homem bom e amável, escritor correto e moralmente assistido, ele também era chamado mórbido, pessimista e enigmático. O que importa destacar, entretanto, é que, no momento quente da recordação, *i.e.*, na morte (quando há uma tentativa de apreender os aspectos determinantes da personalidade que ora finda, articu-

¹⁶⁷ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

¹⁶⁸ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁶⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

¹⁷⁰ Em ampla medida, a ilusão biográfica supõe um modo de conceber uma trajetória que, contra a dinamicidade e contraditoriedade da vida, tende a enquadrar essa vida em uma narrativa ordenada e dotada de sentido. A partir da *retórica da purificação*, foram, dessa forma, selecionados determinados elementos da trajetória de Machado de Assis no sentido de ordená-los para compor uma trajetória de vida destituída dos aspectos considerados “problemáticos”. Cf. Bourdieu (2006, p. 183-191).

lando-os em uma narrativa dotada de sentido e de ação), houve um exercício – fartamente explorado pelos amigos, embora não de todo consumado – que teve como objetivo (explícito ou não) depurar e proteger a figura de Machado de Assis de predicados considerados negativos; predicados que, contra a imagem amorosa que os amigos tinham da intimidade, se acoplavam à sua figura; e que talvez, como de fato ocorreu, dificultassem a consagração, uma vez desaparecido o seu corpo físico e relativizado o impacto fulgurante da sua influência.

O homem subterrâneo

O resultado prático da *retórica da purificação* foi, em um sentido importante, a consolidação da uma imagem “oficial” de Machado de Assis. Imagem que, por um lado, desvencilhou-se como pôde da carga simbólica considerada negativa que tanto o homem como a obra provocaram em alguns comentadores; mas que, por outro lado, passado o pasmo e a emotividade da morte, legou um perfil que teria sido pouco capaz de granjear engajamento. Nesse sentido, talvez tenha sido Augusto Meyer – que, entre os grandes críticos dos anos 1930, “é o que produz[iu] mais estragos na figura do medalhão e na estátua construída pelos antecessores”¹⁷¹ – o primeiro a notar a cristalização de uma leitura pacificada: “estamos familiarizados com um Machado de Assis mais sereno, amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável, quase anatoliano”¹⁷². Para Meyer, entretanto, “talvez essa atitude [o perfil purificado] seja uma simples aparência”; “aparência” que esconderia, no seu avesso, um “homem subterrâneo”, definitivamente mais complexo¹⁷³.

Para o crítico, a leitura purificada da obra e do homem Machado de Assis teria principiado com o escritor ainda vivo; condição que teria limitado as possibilidades de leituras: “o homem presente e corpóreo, com sua pele, as suas vísceras, os seus achaques, o mulato macio e polido com o seu ramo de carvalho do Tasso, o acadêmico integrado em seu papel, encalhado em si mesmo, resignado a si mesmo, tem o grave inconveniente de estar vivo”¹⁷⁴. A presença de Machado era,

¹⁷¹ Guimarães, 2017, p. 109.

¹⁷² Meyer, 2008, p. 19.

¹⁷³ Meyer, 2008, p. 19.

¹⁷⁴ Meyer, 2008, p. 124.

assim, um “estorvo inevitável que se levanta[va] entre a obra e o intérprete”¹⁷⁵. A “primeira crítica” teria sido assaltada por “certo sentimentalismo inadequado na maneira de encarar o homem e a obra, como se o dever da boa crítica não fosse justamente um rigor de análise a excluir os elementos sentimentais impuros que deturpam a objetividade”¹⁷⁶. Sopitando as “impurezas”, e privilegiando, com isso, não o *escritor*, mas o *amigo*, os primeiros críticos teriam se deixado influenciar pelos encantos de Machado:

Em vida do autor, porém, nem tudo se pode avançar por conta dos direitos da crítica. E se esse autor se chama Joaquim Maria Machado de Assis, é presidente da Academia de Letras e sensível, sestroso como quê, por uma simples questão de delicadeza moral, o crítico há de sentir-se mais ou menos tolhido no seu papel de dissector, evitando tocar em muitos pontos que presente nevrálgicos, conde-nando à omissão as observações menos discretas¹⁷⁷.

Cercado pelo louvor dos companheiros, que “formam a reserva dos bons leitores, os devotos que não admitem reticências no seu culto e mantém aceso noite e dia o fogo do louvor”¹⁷⁸, foi-se levantando “um muro de simpatia ou de automatismos imitativos, de admirações ou de aceitações” que, reiteradamente expostos, teriam criado, em torno de Machado, “esse primeiro clima de renome incipiente, tão precário e tão superficial quase sempre, em que os motivos de exaltação raro assentam numa compreensão profunda do espírito da obra, por falta de recuo no tempo”¹⁷⁹. Analisando o artigo de Alcindo Guanabara, Meyer comenta que, “dentro dos limites circunstanciais e embora a largos traços, o que aí aparece é a imagem do Machado anatoleano, devida principalmente à crítica de José Veríssimo”. Na leitura do crítico, será esse Machado de Assis um dos mais “perduráveis, espécie de versão oficial ou média das opiniões correntes”; será, insiste o crítico, “o seu medalhão”¹⁸⁰. O “medalhão” seria “o destino comum de todos os grandes espíritos, moeda de troco miúdo em que a efígie simplificada facilmente faz esquecer a complexidade viva e irreduzível do

¹⁷⁵ Meyer, 2008, p. 124.

¹⁷⁶ Meyer, 2008, p. 95.

¹⁷⁷ Meyer, 2008, p. 75-76.

¹⁷⁸ Meyer, 2008, p. 96.

¹⁷⁹ Meyer, 2008, p. 124.

¹⁸⁰ Meyer, 2008, p. 130.

modelo”¹⁸¹. Mesmo após a morte de Machado, e com o relativo esquecimento em que entra a sua memória, essa leitura ainda encontraria força: a crítica machadiana empenhada em “amaciando as conclusões, para não ferir os melindres da beatice literária, numa lamentável confusão de categorias em que homem, obra e intérprete resvalam pelo mesmo plano inclinado das condescendências, tem um patrono ilustre: Alfredo Pujol”¹⁸². Como já destacou Werneck¹⁸³, as conferências de Pujol são peças centrais no processo de sacralização machadiana. Mayer, entretanto, é ainda mais incisivo na crítica contra o imortal:

Pujol era um homem que sabia admirar, um espírito capaz de responder ao menor toque em vibrações de simpatia, deitando-se aos pés da sua admiração como um reflexo humilde. Espíritos desta índole, generosos e sintonos, entregues à primeira impressão, tornam-se facilmente irrefletidos quando passam da leitura em voz alta, animada e exaltada, ao silêncio da crítica¹⁸⁴.

Nesse sentido, para Meyer, Pujol estaria propondo ao auditório “a imagem de um Machado suavemente irônico, sorrindo por malícia, é certo, triste e retraído, é evidente, mas no fundo tão sensível às cordas da humana ternura, tão meigo e bondoso ...”¹⁸⁵. É como se, para esses críticos, Machado escondesse “um coração de ouro aos olhos mais íntimos, em essência, quase o contrário da sua obra”¹⁸⁶. “Tranquilizando assim o conferencista, quanto aos dotes morais do biografado” – *i.e.*, purificada a figura machadiana –, “entrava a retrair sua aventura entre os homens e os livros, como o amigo que põe no retrato de um amigo ausente todo o fogo da admiração, dando ao elogio o bafejo do seu tom cáldo”¹⁸⁷. Para Meyer, a constituição do “medalhão”, especialmente quando da sua morte, era compreensível: “ninguém que se preze fará verdadeira crítica à beira de um túmulo; ninguém teria a coragem de afirmar, que ele se encaminharia pausado e trôpego para a terra do nunca mais, como quem se retira tarde

¹⁸¹ Meyer, 2008, p. 130.

¹⁸² Meyer, 2008, p. 95.

¹⁸³ Werneck, 2008, p. 66.

¹⁸⁴ Meyer, 2008, p. 95.

¹⁸⁵ Meyer, 2008, p. 96.

¹⁸⁶ Meyer, 2008, p. 96.

¹⁸⁷ Meyer, 2008, p. 97.

do espetáculo, tarde e aborrecido”¹⁸⁸. No entanto, esse perfil teria se disseminado, consolidando uma figuração destinada a refletir as “opiniões policiadas”¹⁸⁹. Segundo Meyer, “encontraremos, no decorrer da história das suas interpretações, com algumas variantes, a mesma tendência a edulcorar esse espírito sombrio que escreveu as páginas mais amargas da nossa literatura”¹⁹⁰. Esse Machado “melancólico, despetalando a flor amarela do aborrecimento como um virtuose do eufemismo, [teria] longa vida”¹⁹¹:

Em vão os críticos inclinados a uma interpretação conciliadora, quando não edulcorada, se apegam teimosamente à ideia de um Machado de Assis que aos poucos vai caminhando para a serenidade interior, até conquistar aquela espécie de trégua e paz crepuscular que eles supõem representada no *Memorial de Aires*¹⁹².

Contra essa percepção “superficial”, Meyer deseja recuperar um Machado em franca contradição: “sobre as ruínas interiores de Machado velho e doente, ficou sempre de pé o analista voluptuoso, o monstro cerebral que dava tudo por meia hora de mergulho nas complicações e deformações psicológicas”¹⁹³. Se, nesse sentido, os amigos teriam escamoteado a dimensão mais sombria da obra – por força de um “sentimentalismo” acrítico –, o crítico (que se quer objetivo e distanciado) procura evidenciar o escritor que gostava de “pegar uma ideia na ponta dos dedos com muita delicadeza e arrancar-lhe as asas com tanta graça”; “esfregá-la como vaga-lume para fazer fosforescências fritas. E longamente descascar feridas, gozando entre os limites da dor e do gozo”¹⁹⁴. Assim, por trás do perfil purificado, estaria um outro Machado: “um ser subterrâneo, demoníaco, trágico, perverso no seu ódio à vida, um monstro cerebral que esfolava com cuidado e perfeição as suas criaturas”¹⁹⁵.

¹⁸⁸ Meyer, 2008, p. 131.

¹⁸⁹ Meyer, 2008, p. 135.

¹⁹⁰ Meyer, 2008, p. 130.

¹⁹¹ Meyer, 2008, p. 102.

¹⁹² Meyer, 2008, p. 171.

¹⁹³ Meyer, 2008, p. 26.

¹⁹⁴ Meyer, 2008, p. 31.

¹⁹⁵ Costa e Silva, 2008, p. 9-10.

Abandonada a leitura psicologizante que, em ampla medida, perpassa boa parte das leituras críticas até meados do século XX¹⁹⁶, Meyer (especialmente nos textos de 1958) parece se interessar mais pelo *autor* do que propriamente pelo homem: “deixemos em paz o homem chamado Joaquim Maria Machado de Assis e tratemos um pouco do autor, às vezes também desconhecido”¹⁹⁷. Aqui, não deixa de ser interessante perceber que, ao contrário da crítica coetânea e a das biografias da década de 1930, a crítica da década de 1950, sob a alcunha de “realismo” ou “análise psicológica”¹⁹⁸, parece enxergar melhor a relação entre Machado e o seu universo criativo. Astrojildo Pereira¹⁹⁹, Lúcia Miguel Pereira (em *Prosa de ficção*) e Augusto Meyer²⁰⁰, por exemplo, embora evidenciem a maldade das personagens machadianas, não parecem supor, na maioria das vezes, ser esse essencialmente um predicado machadiano, aspecto que, ao contrário, fica latente nos comentários de 1908.

Essa concepção, que segue as pegadas do *new criticism* anglo-americano e da estilística espanhola, não pode, entretanto, ser generalizada, uma vez que, ainda nessas décadas, havia uma apreciação sobre a obra machadiana que, muitas das vezes, não deixava claro se era extensível também ao autor. Em 1908, de modo ainda mais acentuado, embora a *retórica da purificação* já buscasse desvencilhar o homem do aspecto considerado “mal” da sua obra, ainda circulava a opinião de que Machado de Assis, visto sobretudo por meio dos seus temas, era um “homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser” – coisa que, se não impedia a consagração cívica, pelo menos colocava alguns constrangimentos.

¹⁹⁶ Como nota Alfredo Bosi (2018, p. 18-19), “quase todos os intelectuais brasileiros nascidos entre o final do século XIX e o princípio do XX amadureceram na crença de que a obra literária teria sua gênese em certas características psicológicas do autor”.

¹⁹⁷ Meyer, 2008, p. 184.

¹⁹⁸ Para Augusto Meyer (2008, p. 84), “o que salvou obra tão monótona, limitada por força a um repertório um tanto seco de situações e concepções morais, foi a paixão da análise psicológica”.

¹⁹⁹ Para Guimarães (2017, p. 97), “nos ensaios, de maneira geral, Astrojildo qualificou Machado como escritor realista, ressaltando não se tratar do realismo de escola, mas realista à medida que suas criaturas estampam a psicologia real da sociedade”.

²⁰⁰ Diz Meyer (2008, p. 90): “de Machado de Assis talvez se pudesse dizer que esquecia as suas boas intenções ao sentar-se diante de uma folha em branco. Sumiam-se num sopro de mágica as suas virtudes domésticas ou sociais. O bom marido, o funcionário modelar e outros ‘eus’ interinos retiravam-se, enfiados e prudentes, quando o humorista molhava na tinta da ironia a sua pena aguda”.

Dois atos: 1908-1939

Discorrendo sobre o modo com que Chateaubriand navegava entre dois regimes de historicidade, François Hartog escreve: “justapor duas datas ou, antes, sobreposição, é ao mesmo tempo expressar seu distanciamento, sua impossível coincidência e aproximá-las uma da outra: remeter de uma à outra, produzir um efeito de reverberação, de contaminação”²⁰¹. Assim, mesmo em se tratando de contextos e circunstâncias diversas, marcadas por especificidades políticas, culturais, econômicas, simbólicas, rituais, afetivas etc., vale a pena relacionar, mesmo que breve e superficialmente, dois anos: 1908 e 1939.

Nesse sentido, não deixa de ser curioso observar que, quatro anos depois do primeiro livro de Meyer sobre Machado, e um mês antes de ser publicado o Decreto-lei n.º 1085, de janeiro de 1939 (que determinava as comemorações em torno da efeméride de nascimento do “Bruxo do Cosme Velho” – comemorações que fizeram com que Machado se tornasse o “símbolo”, “o gênio brasileiro”, o “chefe de fila dos vultos da história pátria, numa operação de construção de uma figura oficial como poucas vezes se viu na história do país”)²⁰², o secretário de educação de Porto Alegre, envolvendo-se em uma polêmica de alcance nacional, tenha publicado um despacho em que negava a uma professora a solicitação de nomeação de uma escola com o nome “Machado de Assis”, sob o argumento de que, “artista maravilhoso da dúvida sutil”, a obra machadiana era “uma negação continuada”²⁰³. Embora reconheça Machado como um “puro homem de letras”, Coelho de Souza insistia que “só os homens já formados podem ler, sem perigo, esse fascinante inocular de venenos sutis”, e complementa:

Às escolas elementares devem ser dados os nomes de grandes educadores, em gesto de gratidão, ou de grandes homens públicos, animados de uma intenção específica de servir à pátria como sugestão cotidiana de virtudes cívicas. Os puros homens de letras, por mais sedutores que sejam, devem ser cultuados em escolas de outros graus²⁰⁴.

²⁰¹ Hartog, 2013, p. 121.

²⁰² Guimarães, 2017, p. 121.

²⁰³ A *Tarde*, 19 fev. 139 (Guimarães, 2017, p. 119).

²⁰⁴ A *Tarde*, 19 fev. 139 (Guimarães, 2017, p. 119).

Embora fosse um “puro homem de letras”, faltava a Machado de Assis uma “intenção específica de servir à pátria”. José Lins do Rego, nesse mesmo sentido e período, insiste, por sua vez, que Machado de Assis “andava ameaçado de ser tido como agente de dissolução”²⁰⁵. Para alguns, comenta o autor de *Menino de Engenho*, “os germes da dúvida, do ceticismo envenenaram os seus mananciais. A água que corria daquela fonte podia contaminar gerações. Era um líquido que trazia consigo venenos sutis. E para que a mocidade não se corrompesse devíamos esquecer Machado de Assis”²⁰⁶. Para esse autor, entretanto, que apoiava o fluxo consagrador capitaneado pelo Estado varguista, embora a obra machadiana não fosse um “manual de ensinamento moral ou de exaltação cívica”, o escritor deveria ser visto como uma “glória nacional”, porque sua obra transcenderia todas as épocas: “é o caso de se perguntar também pelo que trouxe à Inglaterra, em conquista material, o pálido príncipe Hamleto da Dinamarca. E, no entanto, estou certo de que a ficção de Shakespeare tem mais importância para o inglês médio que todo o império que lhe deu a rainha Victoria”²⁰⁷.

Apesar do caráter explosivo desses comentários, percebe Guimarães que, decorrido “exatamente um ano da comoção provocada pelo despacho do secretário gaúcho, a figura machadiana estava completamente purgada da imagem do ‘fascinante inoculados de venenos sutis’”²⁰⁸. Feitas as comemorações em torno da efeméride, sugere o pesquisador que a transformação estava completa: o autor “esquisito” e “não representativo” se tornava, então, “o gênio da raça, síntese das qualidades diluídas nas massas brasileiras, que por sua vez poderiam ser moldadas à imagem e semelhança do seu novo herói”²⁰⁹. Em ampla medida, a obra tinha sido “neutralizada em sua malignidade e transformada em exemplo para as crianças”²¹⁰. Pode-se dizer, portanto, que durante esse período consagratório, Machado (tanto o homem como a obra) sofreu um novo movimento purificador. Como aconteceu em 1908, também em 1939 foi preciso destituir a figura e a obra machadiana de predicados negativos. Assim, “com o decreto, que teria sido o

²⁰⁵ *O Jornal*, 2 abr. 139 (Guimarães, 2017, p. 129).

²⁰⁶ *O Jornal*, 2 abr. 139 (Guimarães, 2017, p. 129).

²⁰⁷ *O Jornal*, 2 abr. 139 (Guimarães, 2017, p. 129).

²⁰⁸ Guimarães, 2017, p. 152.

²⁰⁹ Guimarães, 2017, p. 131.

²¹⁰ Guimarães, 2017, p. 152.

primeiro especialmente feito em favor de um escritor brasileiro, neutralizava-se essa percepção e abria-se caminho para tornar Machado de Assis não apenas ídolo oficial, mas figura principal do panteão do Estado Novo”²¹¹.

Para Augusto Meyer, a figuração machadiana “purificada”, “oficial”, seria resultado de uma proximidade afetiva: presidente da mais prestigiada instituição de letras, sempre amável, cordato e sestroso, Machado teria tolhido, mesmo que inconscientemente, os ímpetos da crítica imparcial. Nesse sentido, e por essa razão, muitos críticos coetâneos teriam evitado, por escolha ou necessidade, “tocar em muitos pontos que pressent[iam] nevrálgicos”. Além desse “sentimentalismo”, que explicaria, para Meyer, a admiração demasiadamente servil representada por Alfredo Pujol, faltaria a essa crítica o devido distanciamento. Embora seja relevante não perder de vista essa dimensão, importa perceber também que o “sentimentalismo” é, muitas vezes, um procedimento inevitável. Basta lembrar que a escrita de muitos contemporâneos, absolutamente laudatória, era produzida, claro, tendo em vista um fim pragmático (a consagração recíproca), mas também cumpria uma função afetiva: ela respondia ao amor e à amizade nutrida por todos eles pelo amigo desaparecido.

De qualquer modo, é em posse de uma leitura pretensamente “objetiva” e “distanciada” que Augusto Meyer teria conseguido resgatar, da obra machadiana, um Machado de Assis (mais o *autor* que o *homem*) subterrâneo e demoníaco. É, com os traços diluídos, esse mesmo Machado de Assis que aparece na fala de José Lins do Rego e, sobretudo, no despacho de Coelho de Souza. Para Guimarães²¹², “na contramão de tantos outros leitores que o antecederam, e mesmo entre seus contemporâneos, que julgaram inócua a obra machadiana, Coelho de Souza chama a atenção para a dubiedade e o negativismo nela presentes, ressaltando seu potencial crítico e dissolvente”. Para o analista da história da recepção machadiana, essa perspectiva “não era comum àquela altura e coincidiu com o que acabava de ser proposto pelos estudos de Augusto Meyer”. No entanto, a hipótese desenvolvida

²¹¹ Guimarães, 2017, p. 121-122.

²¹² Guimarães, 2017, p. 120-121.

nesta pesquisa é a de que a explicitação dos aspectos considerados maléficos da literatura machadiana, embora efetivamente encontre um grande divulgador em Augusto Meyer, não tem nele (nem na sua década) uma origem. Como vimos, os elementos perturbadores podem ser identificados, em uma leitura a contrapelo, nos escritos de alguns comentadores coetâneos de Machado de Assis. Assim, o analista sutil das mazelas humanas, o “inoculador de venenos” – que aparece de modo dissimulado na escrita de vários literatos na década de 1930 –, já existia, em negativo, na oportunidade da morte de Machado, e mesmo antes dela.

Os eventos encenados em 1908 e em 1939 tencionaram a relação entre Machado de Assis e a pátria. Nesses momentos em que o Estado cooptou a figura machadiana, identificando-se com ela e, portanto, colocando-a em evidência, surgiram críticos insinuando a estranheza e o caráter – para eles – um tanto desconcertante dessa consagração de contorno cívico. É essa, justamente, a crítica de Coelho de Souza: deveriam ser reconhecidos civicamente os escritores “animados de uma intenção específica de servir à pátria como sugestão cotidiana de virtudes cívicas”, e não um pessimista e misantropo, modo pelo qual Machado de Assis era constantemente apresentado por alguns de seus detratores. Nesse sentido, a *retórica da purificação* – posta em cena nesses dois momentos – funcionava tanto como manifestação de um afeto amoroso e protetor, como também, e a um só tempo, como um mecanismo que tornava possível a cristalização de uma imagem machadiana positivada – imagem que, sem ser absolutamente falsa ou verdadeira, era, todavia, relativamente mais adequada à representação cívica (homem bom e trabalhador ascendente, respectivamente). A eficácia dessa imagem, porém, mostrou-se restrita. Se, em 1939, tanto a obra como o autor foram “neutraliza[dos] em sua malignidade”, no ano seguinte as críticas voltaram, mesmo que não na mesma intensidade²¹³. Já em 1908, e nos anos seguintes, o esforço viabilizado pela *retórica da purificação* não parece ter tido, por si só, força suficiente para justificar (e manter simbolicamente eficaz) a inserção cívica machadiana no panteão nacional, uma vez que a obra e o autor, mesmo protegidos pelo “perfil oficial”, ainda continuaram sob suspeita moral.

²¹³ Salla, 2012.

O convicto do mal

Se é possível identificar, em 1908, uma postura contrária a Machado de Assis; em 1939, como vimos, ainda existiam resquícios desse imaginário – que teria atravessado, como um caudaloso rio subterrâneo, sob a superfície dessas décadas, e além. Desse modo, como tópica discursiva, os momentos em que direta ou indiretamente o “demonismo machadiano” se explicitou podem ser mapeados. Todavia, se a crítica da década de 1930, na esteira de Augusto Meyer, parece se concentrar no aspecto negativo da obra, esboçando um movimento de afastamento entre criador e criatura; para a crítica coetânea a Machado, essa desvinculação foi muito mais problemática, de tal forma que, em ampla medida, falar da obra era falar, mesmo que indiretamente, do homem. Portanto, durante todo esse período, atribuindo ou não o malefício moral da obra ao homem, estabeleceu-se um viés de crítica literária e biográfica contrário à consagração machadiana. Sem ser exaustivo, e deixando para outro espaço a análise das falas coetâneas de Hemetério José dos Santos e Sílvio Romero²¹⁴, o texto que segue busca mapear algumas ocasiões em que esse discurso se explicitou.

A hipótese de um Machado francamente “mal” (*i.e.*, personificando um tipo de atitude sórdida para com a vida e o mundo), embora apareça de forma dissimulada em várias falas coetâneas, ganha, definitivamente, seus traços mais significativos e emblemáticos na década de 1930²¹⁵. Para Mário Matos, por exemplo, embora as últimas obras trouxessem um quinhão de bondade – e o homem fosse em essência bom, mesmo que por omissão –, “no sentido cristão, Machado não foi criatura boa”²¹⁶. Isso porque a “impressão geral que se tem desse mulato infeliz e cheio de fel é a do escriba debruçado eternamente sobre laudas e laudas de papel, desde a manhã até a noite, a dissecar a alma humana nos vícios miúdos e fraquezas cotidianas”²¹⁷. Sórdido, Machado “deleitava-se com a maldade da vida e gostava de acompanhar, com o olho minudente, as diversas formas que essa maldade toma[va]”. Aqui, diz o biógrafo, “se pode afirmar que era mau. Era mau, porque

²¹⁴ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

²¹⁵ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

²¹⁶ Matos, 1939, p. 59.

²¹⁷ Matos, 1939, p. 59.

não atentava para os atos bons”²¹⁸. A obra de Machado de Assis se definiria, portanto, como “a antologia das canalhices dos personagens”²¹⁹; em outras palavras, essa obra era como uma “teoria detalhada do egoísmo humano”²²⁰. Machado de Assis, autor desses tipos, é visto como “o convicto do mal”²²¹, “é um professor de melancolia”²²². Mesmo na pena amiga de Lúcia Miguel Pereira aparece opinião semelhante – mais positivada, certamente, uma vez que se articula com o que a biógrafa identifica como um “realismo psicológico”²²³ –, diz ela: “dos quarenta anos até depois dos sessenta, a sua obra será um desafio aos mistérios que o cercavam, uma devassa das misérias humanas”.

Ano antes de sair o livro de Mário Matos, foi José Maria Belo quem expressou posição similar. Para ele, as figuras dos últimos livros de Machado “são figuras miúdas, de extrema mediocridade. Ele é sempre o analista das nuances, das sutilezas, das pequenas misérias e dos ridículos humanos”²²⁴. Embora destacasse o autor de *Memorial de Aires* como uma das grandes inteligências do Brasil, Belo pondera que, “falido nos sentimentos simpáticos e na capacidade de agir, [Machado] é um misantropo, um negativo, que se defende pelo humor”²²⁵. Ainda nesse sentido, para o ensaísta, Machado “foi um tímido, um linfático e, mais triste ainda, um epilético, a extravasar a bÍlis e o desespero em livros de ficção”²²⁶. Faltou-lhe, complementa, “o clássico leite de bondade humana, que é, afinal, a maior ventura da vida”²²⁷. Triste e acabrunhado, tímido e doente, ele teria visto “o mundo através do véu cinzento da sua misantropia e de sua implacável moléstia”²²⁸. Por ser assim, “este artista, que nos fala uma língua encantadora, e parece tão inocente e ingênuo, é uma alma cheia de fel”²²⁹.

²¹⁸ Matos, 1939, p. 60.

²¹⁹ Matos, 1939, p. 172.

²²⁰ Matos, 1939, p. 230.

²²¹ Matos, 1939, p. 176.

²²² Matos, 1939, p. 230.

²²³ “Por isso, se nos pormenores as suas personagens são muita vez repulsivas, contempladas em conjunto mostram-se sobretudo lastimáveis. É preciso não esquecer que Machado de Assis foi, no melhor sentido, um realista, e que tirou as suas figuras quase sempre da sociedade escravocrata e burguesa, da qual, precisamente por não lhe pertencer pelo nascimento e por tê-la mirado como um ideal, desvendaria com mais nitidez as fraquezas” (Pereira, 1988, p. 98).

²²⁴ Belo, 1938, p. 32.

²²⁵ Belo, 1938, p. 27.

²²⁶ Belo, 1938, p. 62-63.

²²⁷ Belo, 1938, p. 63.

²²⁸ Belo, 1938, p. 64.

²²⁹ Belo, 1938, p. 62.

Nas décadas anteriores à consagração de Machado como “mito nacional”, reverberando considerações de Hemetério José dos Santos, Sílvio Romero e Graça Aranha²³⁰, não poucos escritores encontraram em Machado um homem assumidamente mau. Sintomático é o caso de Luís Murat (1861-1929). Em longo artigo publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em 1926, o jornalista e acadêmico denunciou a “mistificação satânica” e a “apatia cívica” de Machado²³¹. O ataque impiedoso, e quase todo injusto e descompassado, começa com Murat dizendo que, de Machado, “se poderia dizer o que Paul de Saint-Victor disse da esplêndida figura radiosa do escritor inglês [Swift]: ‘tomara ele que a humanidade tivesse uma só cabeça, para lhe escarrar na face’”²³². Para o acadêmico, Machado era a “personificação do desdém”. Em seu “desprezo pelo gênero humano”, o criador de Brás Cubas sorria, “e o seu sorriso era como rictus das faces convulsionadas pela infestação diabólica”²³³. Assim como outros críticos, Murat também enxergava em Machado “um frio cinzelador de paixões ridículas: alumiava-o um fluido mau e vesano”²³⁴. Como esclarece Astorjildo Pereira, “alguns críticos interpretam o humorismo e a ironia de Machado de Assis como um produto típico do homem mau, árido e cruel”²³⁵. A José Maria Belo, por exemplo, desagradava esse aspecto do gênio de Machado de Assis, diz ele:

Afigura-se-me, de algum modo, manifestação de egoísmo e misantropia. Num país de velha civilização e cultura sedimentada, explica-se a existência de puros homens de letras, encerrados em suas torres de marfim. Completam o ritmo das coisas e a própria entrosagem social. Numa terra como o Brasil parecem não ter função. São valores negativos, um tanto lunático. Julgamo-nos, embora absurdamente, no direito de exigir-lhes que ponham a sua inteligência a serviço ativo da coletividade²³⁶.

Machado de Assis, com uma literatura considerada por muitos – antes e depois de finda a sua extensa vida – pessimista e pouco partidária

²³⁰ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

²³¹ Montello, 1998, p. 280.

²³² Montello, 1998, p. 276.

²³³ Montello, 1998, p. 280.

²³⁴ Montello, 1998, p. 292.

²³⁵ Ribeiro, s.d., *apud* Pereira, 1991, p. 169.

²³⁶ Belo, 1938, p. 34.

ria, era frequentemente visto como absenteísta e desinteressado (ele não teria colocado sua inteligência a “serviço ativo da coletividade”); de tal forma que, para os detentores dessa opinião, essa literatura só deixava ver o lado feio da existência humana: sempre perversa, sempre corruptível, sempre falha. “De Machado, não se sabe nada. Atravessa os períodos mais agitados da nossa vida pública, é testemunha de tantas coisas tristes ou más, sem que se lhe ouça uma palavra de aplauso ou condenação”, diz José Maria Belo²³⁷. Fato é que essas leituras, se ganham terreno durante a primeira metade do século XX, já circulavam no tempo de Machado de Assis²³⁸. Múcio Teixeira (1857-1926), por exemplo, já em 1902 comentava que, quando chegou o grande dia da abolição, “só o sr. Machado de Assis não teve uma súplica, nem um protesto, maldição da ode ou o florete da sátira para os algozes dos seus semelhantes”²³⁹. João Ribeiro, por seu turno, afirmou que a insensibilidade machadiana “pela dor humana é absoluta; o seu egoísmo é sem limites. O interesse de Machado pelas naturezas fracas, espontânea e imbeles, é inteiramente falso. Nunca o teve. No sentido da caridade ele é um anticristão”²⁴⁰. Olavo Bilac comenta um caso que se passou em Portugal, quando, em uma roda de brasileiros, Eça de Queiroz (1845-1900) perguntou: “que pensa sobre isso o Machado? – só podíamos replicar: ‘o Machado não pensa nada sobre isso: o Machado escreve romances e contos’”²⁴¹.

Quem não conhecesse Machado de Assis, e lesse a sua obra, “teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”, destacou um periódico. Nesse sentido, contra a imagem de homem mau, alheio ao mundo, fechado em sua glória, muitos críticos, amigos e “agentes da consagração” se esforçaram para apresentar o “verdadeiro” Machado de Assis – interessado na vida, nos homens, nas dores alheias, nas questões nacionais. Desse modo, o que vale insistir é que, no contexto da morte de Machado de Assis, apesar da expressividade com que um Romero ou Hemetério expli-

²³⁷ Belo, 1938, p. 34.

²³⁸ Outras críticas como essas serão apresentadas e analisadas no último capítulo desta parte. Cf. Parte I, cap. 4, “O cultor do vernáculo”.

²³⁹ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 242).

²⁴⁰ Pereira, 1991, p. 168.

²⁴¹ Pujol, 1917, p. 274.

taram o dissenso²⁴², o consenso, precariamente forjado pelos amigos, mas com bastante repercussão na imprensa, foi a favor do homem puro, simples – mestre na arte de escrever e na de viver. Esse “perfil oficial”, mesmo deixando ver pelas fissuras um lado mais sombrio da obra, terá vida longa. Fundamental, embora não necessariamente suficiente, esse aspecto é, contudo, essencial para a compreensão do *viés de enquadramento cívico de Machado de Assis na circunstancialidade da sua morte*. Se, porém, o “perfil oficial” foi insuficiente, resta então investigar a que outros aspectos os cultores se filiaram para viabilizar a consagração.

²⁴² Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

A ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO

Última flor do Lácio, inculta e bela
És, a um tempo, esplendor e sepultura
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela

Amo-te assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo
Amo-te, ó rude e doloroso idioma

Em que da voz materna ouvi: “meu filho”
E em que camões chorou, no exílio amargo
O gênio sem ventura e o amor sem brilho.

Olavo Bilac, A última flor do Lácio”

Outro aspecto destacado nos necrológios é a relativa impermeabilidade de Machado de Assis às tendências e modas literárias (ou, pelo menos, uma influência que não se reduzia à pura subordinação e à reprodução superficial), o que teria lhe permitido estabelecer um diálogo crítico e produtivo com as várias correntes que se desenvolveram durante a segunda metade do século XIX, mantendo, no entanto, sua própria independência e criatividade como artista. Segundo Sousa Bandeira, “atravessando todas as escolas, e sendo influenciado por todas as correntes literárias, ele nunca abdicou a bela liberdade do seu espírito”. Para o diplomata, esse seria o motivo primeiro pelo qual Machado teria conseguido “conservar-se sempre ele próprio, no meio da diversidade de influência literária que atravessou”²⁴³.

Essa característica é importante, visto que parece realçar a percepção de Machado como um “mestre da literatura brasileira”, *i.e.*, o seu não engajamento em uma determinada perspectiva literária teria possibilitado um contato aberto e proveitoso com todas as demais ten-

²⁴³ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

dências, permitindo que ele se tornasse o “ídolo de duas gerações”²⁴⁴. Dentro dessa lógica, sua obra é consagrada. Para o *Jornal do Commercio*, “é incontestavelmente a obra mais sólida, mais una, mais completa, mais acabada e mais perfeita das nossas boas letras”²⁴⁵. Segundo a *Gazeta de Notícias*, a obra consubstancia “o que de mais acurado tem o [perfil] de uma raça, e a sua compreensão da vida e da beleza”²⁴⁶. Conforme *O Paiz*, trata-se, provavelmente, da maior obra que “saiu da pena de um homem de letras brasileiro”²⁴⁷. O *Diário de Pernambuco*, endossando essa opinião, afirma que nenhum escritor pátrio conseguiu “consagração tão unânime e sentiu tão intenso o perfume embriagador da glória prematura”, sendo que, em torno de todas as obras, “à medida que surgiam, ia condensando-se a nuvem rósea dos louvores”²⁴⁸. Osorio Duque-Estrada insiste, nesse sentido, que bem se pode avaliar a grandeza da obra “pelo consenso unânime de uma classe que, dividida sempre por ódios, despeitos e rivalidades, às vezes irreconciliáveis, jamais deixou de reconhecê-lo mestre e de proclamá-lo com orgulho o maior vulto da intelectualidade brasileira”²⁴⁹.

O entusiástico comentário do periódico pernambucano, assim como a fala exaltada de Duque-Estrada, não são, como antecipado no capítulo anterior, absolutamente precisos: embora a admiração por Machado crescesse exponencialmente, conformando um “roteiro de consagração”, diversos volumes, assim como o próprio autor²⁵⁰, foram friamente recebidos. O interessante, no caso de Machado de Assis, segundo Ubiratan Machado, “é que os ataques aumentaram de intensidade (e de agressividade) à medida que o escritor recolhia o reconhecimento quase unânime de seus pares”: “era como um contraponto àquela glória que ‘fica, honra, eleva e dignifica’, mas também irrita tanta gente”²⁵¹. Nesse sentido, ainda segundo o pesquisador, “quando da publicação das *Memórias*, Machado já era um veterano

²⁴⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

²⁴⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

²⁴⁶ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

²⁴⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

²⁴⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

²⁵⁰ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

²⁵¹ Machado, 2007, p. 45-46.

na arte de receber pancadas”²⁵². Depois da publicação desse livro, os ataques continuaram espelhando em negativo a intensidade da crescente admiração. Três meses antes de falecer, um cronista do jornal *A imprensa* comentava: “tive o insigne desazo de escrever, certa vez, num rodapé de jornal, que a obra de Machado de Assis era incoerente, insuportável, não resistindo a qualquer crítica que fosse, de fato, uma crítica imparcial, fora das normas da panelinha”²⁵³.

No entanto, mesmo nos casos em que a obra era louvada, não parecem ser exatamente os aspectos “literários” os mais apreciados. Para o Alcindo Guanabara, por exemplo, Machado de Assis “não tinha imaginação, ou não se servia dela: falava como filósofo, como contador, como crítico”²⁵⁴. Em ampla medida, a opinião de que a obra machadiana carecia de “movimento” perpassou boa parte da recepção crítica coetânea. É esse o parecer de José Rufino Roiz de Vasconcelos sobre a primeira peça escrita por Machado de Assis, *A ópera das janelas*; o parecer, favorável, desabona apenas “que não haja mais pureza na linguagem e vivacidade no diálogo”²⁵⁵. Quintino Bocaiúva, no prefácio a *O caminho da Porta*, lamenta a falta de ação da narrativa; o jornalista afirma ainda que a peça tinha “o defeito de não condescender com o gosto do público, ainda não habituado a essas filigranas do espírito e a esses caprichosos labores sobre uma tela literária por demais delicada”²⁵⁶. Sobre *Ressurreição*, Carlos Ferreira (1884-1913) destaca a imaginação “fria e positiva” do autor²⁵⁷. Urbano Duarte (1855-1902), ao comentar o romance *Iaiá Garcia*, sugere que o escritor apimentasse “um pouco mais o bico da sua pena, a fim de que seus romances não [morressem] linfáticos”²⁵⁸. Oliveira Lima (1867-1928), sobre *Esau e Jacó*, insiste nesse mesmo sentido: “não será talvez uma literatura forte, uma arte intensa capaz de comover-nos com emoções superiores; mas é, como raras, inteligente, original, distinta e deliciosa”²⁵⁹.

A literatura machadiana causava, nessa significação, certa estranheza, como deixa antever o comentário de Carmen Dolores no

²⁵² Machado, 2007, p. 18.

²⁵³ Quinta-feira, 2 de junho de 1908, *A imprensa*. Cf. Epílogo, “Contra o silêncio”.

²⁵⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁵⁵ Parecer do Conservatório Dramático, 24 de setembro de 1857 (Machado, 2003, p. 29).

²⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de setembro de 1862 (Machado, 2003, p. 40).

²⁵⁷ *Correio do Brasil*, 12 de maio de 1872 (Machado, 2003, p. 84).

²⁵⁸ *Revista da Sociedade Phoenix Literária*, março de 1878 (Machado, 2003, p. 118).

²⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1904 (Machado, 2003, p. 280).

tocante às *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, citado anteriormente²⁶⁰. Segundo Ubiratan Machado, a reação inicial à publicação do romance “foi de pasmo e de uma mal disfarçada indignação”²⁶¹. Araripe Júnior (1848-1911), quando da publicação do livro, em 1881, também expressou estranhamento, afirmando que o livro “era o mais esquisito de quantos se têm publicado em língua portuguesa”²⁶². Valentim Magalhães (1859-1903), do mesmo modo, afirma que “*Brás Cubas* e *Quincas Borba* são dois livros originalíssimos, estranhos e extraordinários”²⁶³. Segundo Barreto Filho, “compreende-se o escândalo que semelhante tentativa teria causado na época”, tendo em vista que o livro destoava da “forma corrente em nosso romance”, ou seja, não surpreende que o livro tenha sido visto como “esquisito, arbitrário, carregado de ditos, reflexões, narrado antes do que vivido”²⁶⁴. Para Guimarães, antes e depois da morte de Machado, vários leitores ressentiram-se do “gosto amargo deixado pelo livro, lamentando a ausência de valores claros e positivos para orientar e aperfeiçoar o espírito do leitor”²⁶⁵. Mesmo estranhamento acontece em relação a *Várias Histórias*. Nas resenhas sobre esse volume, proliferam frases interrogativas sobre a pertinência do novo estilo machadiano, mais ácido, mais pessimista e mais irônico: “o autor não estaria indo longe demais na exploração de aspectos mórbidos da natureza humana? O exemplo apontado era ‘A causa secreta’. Outros críticos achavam que, pelo fato de não exibir o pus e as chagas dos naturalistas, o escritor preocupa-se em ‘velar a fealdade’”²⁶⁶.

Em ampla medida, portanto, pode-se dizer que as reações de alguns dos críticos que se debruçaram sobre *Memórias Póstumas*, “intrigados se era ou não romance o que tinham diante de si, não são manifestações isoladas”. Pelo contrário, Guimarães insiste que essas reações eram “emblemáticas e muito representativas da reação geral à obra de Machado de Assis, e em especial ao seu romance, desde a publicação de *Ressurreição*, em 1872, até a do *Memorial de Aires*, em 1908”²⁶⁷. Assim, tal como os livros publicados a partir de *Brás Cubas*,

²⁶⁰ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²⁶¹ Machado, 2003, p. 17.

²⁶² Domingo, 4 de outubro, *Jornal do Commercio*.

²⁶³ A literatura brasileira, 1896, Antônio Maria Pereira (org.) (Machado, 2003, p. 189).

²⁶⁴ Barreto Filho, 2014, p. 114.

²⁶⁵ Guimarães, 2017, p. 23.

²⁶⁶ Machado, 2003, p. 23.

²⁶⁷ Guimarães, 2017, p. 24.

“as reações produzidas pelos quatro primeiros romances [...] foram [também] de desconcerto generalizado”²⁶⁸. De modo geral, é como se as qualidades da produção machadiana – embaraçadas pelo tom demasiadamente ameno dos primeiros escritos e, depois, pelo estranhamento provocado pelas obras que inauguraram a chamada “segunda fase” – estivessem alheias à imaginação romântica e naturalista, convencionalmente, naquela conjuntura, o cerne da atividade artística²⁶⁹, e, assim, precisassem ser buscadas algures. Por esse ângulo, é possível afirmar que, a despeito dos crescentes louvores, até os anos iniciais do século XX a crítica “reiteradamente expressara frustração com a falta de imaginação, a pouca movimentação e a frieza dos enredos de Machado”²⁷⁰. Múcio Teixeira, comentando a *Poesia Completa*, elenca de modo sintético os “defeitos de sempre” de Machado de Assis:

Os mesmos defeitos, ou antes falhas, que se lhe podem notar no estilo, carência de cor, falta de eloquência ou energia, ausência de animação, abuso de hesitação, são os do seu próprio temperamento, aumentados por uma excessiva delicadeza, uma sensibilidade exagerada às mesquinhas e ridicularidades da vida, um descomedido receio de ilusão²⁷¹.

Para Guimarães, “ao desestabilizar noções arraigadas, tanto para românticos como para naturalistas, do que é e para que deveria servir a literatura [...], os livros de Machado de Assis provocavam estranheza e frustração”²⁷². Machado tornava-se, então, “uma figura incontornável, mas incômoda, com uma obra propositiva e construtiva, constituída principalmente sobre negativas e ruínas”²⁷³. Por isso mesmo, alguns dos críticos e ensaístas mais sofisticados e reconhecidos do período trataram logo de apresentar Machado de Assis como um autor deslocado, quase estranho, no cenário literário nacional. Assim, “apesar do notável adensamento da crítica verificado nos anos 1880 e 1890, a estranheza diante da produção de Machado de Assis permaneceu ao

²⁶⁸ Guimarães, 2017, p. 25.

²⁶⁹ Segundo Pereira (1988, p. 53), *O Mulato* teve recepção inicial mais imediata do que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* porque correspondia às expectativas já difundidas por autores como Émile Zola e Eça de Queirós. Para a biógrafa, a inovação machadiana, centrada na sondagem psicológica e em uma forma narrativa inédita, teria encontrado um público ainda pouco preparado para explorá-la.

²⁷⁰ Guimarães, 2017, p. 47.

²⁷¹ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 245).

²⁷² Guimarães, 2017, p. 24.

²⁷³ Guimarães, 2019, p. 19.

longo de toda a trajetória do escritor, até os momentos finais da sua produção”²⁷⁴. Para alguém como Belmiro Braga (1872-1937), “nunca a língua portuguesa possuiu até hoje um escritor tão original” como Machado. No entanto, seria essa mesma “a razão por que não teve a popularidade que outros, que lhe não valem a metade, gozam aqui e em Portugal”²⁷⁵. Araripe Júnior, nesse sentido, insistia que Machado era uma “planta excêntrica de uma flora todavia original”²⁷⁶, enquanto José Veríssimo tinha dificuldade em localizá-lo no desenvolvimento da história da literatura brasileira: “não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em ismo ou ista”, afirma o crítico²⁷⁷. Veríssimo, a certa altura, parece mesmo “perceber a insuficiência dos parâmetros disponíveis diante da singularidade e da estatura da arte de Machado de Assis”²⁷⁸. O lugar do autor de *Helena* no âmbito da historiografia literária brasileira só poderia ser, então, um lugar reservado, especial, único. Segundo Veríssimo, “o sr. Machado de Assis não é simplesmente um escritor, é também um escritor à parte. Na literatura brasileira ele pode não ocupar o primeiro lugar, ou sequer um dos primeiros lugares, mas, se não me engano redondamente, ocupará um lugar especial”²⁷⁹. Sílvio Romero, por seu turno, atribuía a Machado a marca do escritor eclético, indefinível:

Machado de Assis é fundamentalmente o mesmo eclético de trinta ou quarenta anos atrás: meio clássico, meio romântico, meio realista, uma espécie de *juste-milieu* literário, um homem de meias tintas, de meias palavras, de meias ideias, de meios sistemas, agravado apenas com a mania humorística²⁸⁰.

Sintetizando a percepção geral, sugere Guimarães que, apesar do “reconhecimento quase geral do grande talento e da correção de sua escrita, a obra inicialmente foi percebida como um rematado capítulo de negativas e como corpo estranho no panorama literário do perío-

²⁷⁴ Guimarães, 2017, p. 26.

²⁷⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

²⁷⁶ Domingo, 4 de outubro, *Jornal do Commercio*.

²⁷⁷ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1892 (Machado, 2003, p. 156).

²⁷⁸ Guimarães, 2017, p. 44.

²⁷⁹ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1892 (Machado, 2003, p. 156).

²⁸⁰ Romero, 1897, p. 132.

do”²⁸¹. Posição que, se era a da crítica coetânea, passa a figurar também na póstuma. Na percepção de Pereira, por exemplo, Machado “construiu uma obra solitária, ainda que participasse da vida literária do seu tempo”, sendo, portanto, “uma exceção no Brasil do século XIX”²⁸². Para José Maria Belo, nesse mesmo sentido, Machado era “um caso à parte, um escritor singular, sem filiação, nem parentesco em nosso meio literário”²⁸³. Tantos anos depois, Jean-Michel Massa dirá que, em certos aspectos, a obra machadiana desenvolveu-se, “se não fora das tendências principais da literatura brasileira, ao menos à sua margem”²⁸⁴.

Embora a excepcionalidade fosse, muitas vezes, vista sob primas positivos, Sílvio Romero observa que, “não satisfeita de haver inventado dois Machados num só Machado, a crítica, pensando ilusoriamente exaltá-lo, obscurece-lhe a característica, querendo dele fazer uma *avis rara*, ou um ser desclassificado”²⁸⁵. Além disso, o professor sergipano evidencia o que considera uma espécie de contradição: “se bem existirem aí devotos do ilustre escritor que o chamam grande artista, grande poeta, ao mesmo tempo que chamam frio, sem efusões, sem paixão, sem o calor próprio das fundas emoções”²⁸⁶. Seja como for, essa aprovação com ressalvas – esse misto de encanto e perplexidade, em suma: essa quase completa incompreensão – parece mesmo não ter escapado à percepção do próprio Machado. Em carta a Magalhães de Azeredo, diz ele: “a minha fortuna [...] tem sido que me entendam as novas gerações”²⁸⁷. Luiz Viana Filho, recuperando uma carta enviada a Miguel Novais, identifica a amargura de Machado de Assis “ante a incompreensão que cercou inicialmente as *Memórias Póstumas*”; “acabrunhado, o romancista teria mesmo aventado a ideia de quebrar a pena”²⁸⁸. Além disso, como sustenta um cronista não identificado do *O Paiz*, “Machado de Assis não foi um escritor popular, como, aliás, raros outros tem sido entre nós. Nem mesmo nas rodas, que se presumem de literárias, sua obra é sequer bem conhecida”²⁸⁹. Para Bilac, do mesmo modo, Machado de Assis era, em verdade, um homem “fadado

²⁸¹ Guimarães, 2017, p. 25.

²⁸² Pereira, 1988, p. 57, p. 61.

²⁸³ Belo, 1938, p. 28.

²⁸⁴ Massa, 1971, p. 4.

²⁸⁵ Romero, 2002, p. 307.

²⁸⁶ Romero, 2002, p. 308.

²⁸⁷ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

²⁸⁸ Viana Filho, 1965, p. 113.

²⁸⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

a viver, se não ignorado, ao menos mal entendido dos seus contemporâneos”²⁹⁰. Como de fato ocorreu, a percepção e o entendimento da complexidade das obras machadianas foi, em ampla medida, uma “descoberta” póstuma, cujos desdobramentos sentimos ainda hoje.

Desse modo, a beleza, a grandiosidade e o caráter exemplar identificados nas obras machadianas encontravam-se, àquela altura, não necessariamente em uma complexidade no movimento do enredo ou, de modo mais ampliado, em uma consonância estética ou formal com os valores vigentes na época, mas, sobretudo, na elegância da sua linguagem, considerada pura, castiça. Os comentários sobre o estilo machadiano (assim como as insinuações sobre a sua frieza compositiva) acompanharam a recepção crítica das suas obras desde os seus primeiros movimentos na imprensa carioca até a sua morte, em 1908²⁹¹. Na ocasião da sua morte, esse aspecto será reiteradamente exposto. *O Paiz*, por exemplo, sintetiza: “sem falar nos seus dotes de imaginação, que não eram extraordinários, Machado de Assis foi um dos escritores mais puros da língua portuguesa no século XIX”²⁹². Arthur Azevedo conta, nesse sentido, que, certa vez, encontrou à venda um livro traduzido do francês pelo jovem Machado de Assis. O livro era o *Quedas que as mulheres têm para os tolos*. Azevedo o comprou “não curioso de conhecer aquela singularidade do coração feminino, que não era uma novidade; mas desejoso de ler alguma coisa escrita por Machado de Assis em que houvesse defeitos de linguagem”. “Perversidade inútil” – comenta o dramaturgo –, “o autor do *Brás Cubas* já possuía, aos vinte e dois anos, a mesma pena com que ultimamente escreveu o doloroso romance *Memorial de Aires*”. Machado de Assis, na expressão de Arthur Barreiros, recuperada por Arthur Azevedo, era, fatalmente, um “escritor de nascença”²⁹³.

Essa qualidade é, certamente, uma das mais destacadas nos necrológios e ensaios diversos: “autor de nascença”, Machado teria vindo ao mundo para lustrar as letras pátrias, para regar, com o seu precioso talento, a “última flor do Lácio”. Embora alguns críticos

²⁹⁰ 30 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

²⁹¹ Machado, 2003.

²⁹² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

²⁹³ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

tenham se interessado em fazer análises mais extensas, como Oliveira Lima, em ampla medida, na *circunstância da morte*, a obra machadiana foi louvada “de modo geral”. Certamente que esse movimento pode ter que ver com espaço insuficiente nos periódicos para uma abordagem sistemática dos escritos machadianos, mas como, do ponto de vista dos *parâmetros críticos de recepção*, as obras de Machado de Assis causavam “estranheza e incompreensão”, parece razoável dar valor aos elementos mais destacados nos necrológios. Nesse sentido, pode-se dizer que o louvor da “obra monumental”, quando não puramente convencional, parecia quase sempre servir apenas para enfatizar outro aspecto, o da linguagem. Desse modo, as obras machadianas eram apreciadas não necessariamente por serem belas, irônicas, serenas, geniais ou mesmo esquisitas e excêntricas – ou coisa qualquer –, mas sobretudo porque funcionavam, para muitos comentadores, como expressão castiça da língua portuguesa.

Via de regra, predomina nos necrológios a imagem do “cultor do vernáculo”. Para a *Gazeta de Notícias*, Machado “era o primeiro pelo culto da língua, pela pureza das ideias”, e mesmo “doente, sem ver, do seu lábio sabia lapidar a obra mais perfeita da língua portuguesa moderna”. Contrastando vida e obra, o jornal ainda afirma: “o venerado chefe de uma literatura, de quem Camilo [Castelo Branco] dizia ser um dos primeiros escritores da língua portuguesa, era de uma simplicidade e de uma modéstia incomparáveis”²⁹⁴. Igualmente, diz o *Jornal do Commercio* que o morto era “o único escritor da nossa língua, a quem se [pode], sem inexactidão, chamar de ático, o único que realizou plenamente o ideal de graça e beleza, sem esforço nem falso brilho da nossa literatura mestiça”²⁹⁵. O *Paiz*, por seu turno, afirma:

Estilista impecável, estilista desde que pela primeira vez se viu armado de uma pena e com algum papel branco diante de si (porque há escritores de nascença), Machado de Assis burilou no mais belo mármore, com um sagrado respeito à forma, com uma noção nítida e poderosa do belo, essa longa e original série de contos, de romances, de folhetins, de fantasias delicadas, imprevistas, deliciosamente irônicas, cintilantes de graça [...] ²⁹⁶.

²⁹⁴ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

²⁹⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

²⁹⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

Sousa Bandeira também endossa a opinião geral. Segundo ele, a linguagem empregada por Machado, linguagem “da mais lídima vernaculidade, mas sem os artifícios de um purismo pedantesco, fazem dele o grande clássico da nossa época”. O diplomata segue dizendo que o estilo de Machado era “profundamente saturado do versar constante dos mestres da língua, que ele praticava com amor”. A grande virtude machadiana estaria, desse modo, em traduzir conceitos profundos sobre a vida e a sociedade na “linguagem a mais casta, a mais elegante, a mais sóbria, que jamais empregou um escritor da sua língua”²⁹⁷. Ainda nesse sentido, mas longe das paradas cariocas, Hélio Lobo publicou um texto nomeado “O culto do vernáculo”. Nesse texto, Lobo estabelece um contraste oportuno entre um Machado estritamente literário e um outro, cultor da língua: “o que mais me seduz nessa individualidade do extinto, não é a ironia primorosa da obra, senão o culto austero do vernáculo”. Desvinculando-se, conforme a *retórica da purificação*, do aspecto perturbador da obra machadiana, Lobo reconhece uma dimensão cívica na obra do finado ilustre. De acordo com o colunista, o aspecto machadiano que interessava (ou pelo menos deveria interessar) “era, mais do que tudo, o [do] purista da língua, de cujos preciosos segredos [Machado] estava senhor”. Esse exemplo seria “altamente educador”, sobretudo em um momento em “que caminha[vam] em tamanho desamparo essas coisas formosas da pura linguagem”²⁹⁸.

Juntando-se a esse coro, o deputado Eduardo Raboeira afirma que Machado de Assis era o “exímio cultor da nossa língua”²⁹⁹. Lindolfo Xavier, escritor e colega de Machado no Ministério da Agricultura, assevera que as obras do colega saíam sempre “em moldes raros, do mais puro estilo e na mais castiça linguagem”³⁰⁰. Carlos de Laet, por seu turno, afirma que Machado era “um clássico verdadeiro, no tocante à forma, no minucioso estudo da língua, e no escrupuloso cuidado com que se apartava de quanto se lhe afigurasse dissonância”³⁰¹. Notável, porém, é o discurso de Enéias Galvão (1863-1916), então desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, lido

²⁹⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

²⁹⁸ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

²⁹⁹ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³⁰⁰ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

³⁰¹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

como justificativa ao voto de pesar apresentado à corte pela morte de Machado de Assis. Para o meritíssimo, embora parecesse exagerada uma homenagem a um cidadão que não havia se distinguido nas letras jurídicas, existiam, todavia, “personalidades cujo prestígio, cuja influência não se limitam ao círculo de profissionais onde viveram, [mas] irradiam para horizontes mais vastos e os envolvendo na mesma luz”. Por esse ângulo, a influência de Machado de Assis não teria atingido “apenas o espírito dos poetas e escritores, mas de todos os que vivem do pensamento, no falar e no escrever a língua portuguesa”. Galvão, ele também poeta, tendo publicado *Miragens* em 1885 – prefaciado por Machado de Assis –, continua dizendo que o nobre homem de letras que então findava enriqueceu e cultivou “com esmero o idioma nacional”, concorrendo, assim, “para o apuro da forma desses produtos abstratos da inteligência humana”. Por fim, insiste:

[...] Machado de Assis era um genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade, um príncipe do saber, porque era um dos primeiros dentre os maiores escritores da língua portuguesa, sua obra literária lhe assegura um posto de elite dentre os que com maior brilho cultivaram a língua do cantor do *Lusíadas*. Desse gênero literário que se chamou Machado de Assis e atravessou a vida como um sábio, um bem e um justo, se pode dizer com justiça que era o sumo pontífice da literatura nacional³⁰².

A relação de Machado de Assis com o apuro da língua portuguesa foi interpretada de diversas formas ao longo da volumosa fortuna crítica do escritor. Antonio Candido, por exemplo, defende que as referências coetâneas ao “estilo refinado”, em um contexto marcado pelos excessos descritivistas do realismo e do naturalismo, reforçariam a sua associação a uma “ideia geral de urbanidade amena”, ou seja, o uso de uma linguagem correta e sóbria não chocaria as “exigências da moral familiar”, possibilitando um desenvolvimento literário sem estremecimentos na ordem dos costumes³⁰³. Já de acordo com Hélio de Seixas Guimarães, o uso castiço da língua portuguesa estaria compensando, para a recepção crítica machadiana até os anos de 1900, a falta de imaginação das suas obras³⁰⁴. Segundo Aurélio

³⁰² Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³⁰³ Candido, 1970, p. 18-19.

³⁰⁴ Guimarães, 2017, p. 47.

Buarque de Holanda Ferreira, “parece que ainda foi este recurso [uso correto da língua] que encontrou o mestiço Joaquim Maria de fazer esquecer a própria origem”³⁰⁵, opinião compartilhada por escritores como Moysés Vellinho e Silveira Bueno³⁰⁶. No entanto, por ocasião da morte de Machado de Assis, a língua parece abandonar essa função “conciliadora”, “escamoteadora” e “compensadora”, assumindo, por conseguinte, uma missão “civilizadora”. A língua é, nesses escritos, apresentada como uma modalidade absolutamente profícua de afirmação da nacionalidade, ou seja, como modo de inserir o Brasil no mundo culto e civilizado. Os que contribuíam para o engrandecimento do português mereceriam, então, todas as honras e homenagens, já que garantiriam, por meio das suas obras, “o mais forte elo da comunhão social”³⁰⁷. Nesse aspecto, Machado seria um “genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade”³⁰⁸. É o que também sugere Arthur Azeredo, ao dizer:

E assim possa o Brasil um dia quando o nosso formoso idioma, pensado e falado por cem milhões de homens, se impuser à atenção e ao conhecimento do mundo inteiro, possa o Brasil então mostrar com orgulho aos outros povos as altas, perfeitas e geniais criações, com que um brasileiro do século XIX adquiriu o direito de ser contado entre os grandes artistas universais³⁰⁹.

Como não deixa de perceber Guimarães, muitas vezes as percepções sobre os livros publicados por Machado de Assis resultavam “‘na visão de um escritor mais português que brasileiro’, ‘cultor da forma’, ‘um dos nossos primeiros estilistas’”³¹⁰. Para o crítico, mesmo que o

³⁰⁵ Ferreira, 2007, p. 6.

³⁰⁶ Vellinho (1939, p. 8-9): se Machado “logrou realizar uma literatura que se distingue sobretudo como um milagre de refinamento, foi porque no substrato de suas páginas está sempre vigilante, como um fantasma impiedoso, o seu pobre passado, do qual ele procurava libertar-se pela crescente sublimação das faculdades da inteligência”. Bueno: “em toda a obra de Machado é, justamente, esta parte [o purismo] a que mais irrita porque nela se entremostra o vaidoso, o orgulho que sempre viveu disfarçado sob aquela capa de profunda modéstia e humildade franciscana. É aí também que mais alto grita a sua mestiçagem porque é próprio do mestiço procurar efeito em bagatelas, queimando fogos de artifícios para ocultar defeitos profundos. Machado ‘cavava’ certas frases, alambicava-as ainda mais e depois, de supetão, as arremessava aos olhos do leitor para embasbacá-lo” (07 de janeiro de 1943, *O Estado de S. Paulo*).

³⁰⁷ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³⁰⁸ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³⁰⁹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

³¹⁰ Guimarães, 2017, p. 25.

lusitanismo seja, em muitas ocasiões, “apontado como elogio, há forte tensão com a literatura portuguesa, seja pela reivindicação de originalidade da literatura brasileira, seja pela concorrência comercial entre livros brasileiros e portugueses”³¹¹. As primeiras obras machadianas foram criticadas justamente por serem consideradas demasiadamente portuguesas. Luís Guimarães Júnior (1847-1898) aponta que o principal defeito de um livro como *Falenas* era “a ausência do espírito pátrio, a falta de inspiração características”:

O poeta das *Falenas* sujeitou o seu livro às regras metódicas do velho classicismos latino e português. A própria frase, o próprio estilo não pertence a escritor nacional; dir-se-ia não trazer a coleção o conhecido nome do ilustre poeta, pertencer ela ao arquivo literário português em fundo e em forma³¹².

No entanto, no *momento mortis*, essa questão – que poderia afastar Machado de um vínculo mais estreito com as questões nacionais – parece mudar de tom. Rui Barbosa, mobilizando um paralelismo com um autor clássico da literatura portuguesa, insiste que Machado “modelo foi de pureza e correção [...] no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís de Camões”³¹³. Belmiro Braga também preconiza a aproximação com Camões; segundo ele, “nunca a língua portuguesa possuiu até hoje um escritor tão original” como o mestre de *Quincas Borba*; e que, nesse sentido, o “espólio literário de Machado de Assis há de ser transmitido de geração em geração como os *Lusíadas* em Portugal”³¹⁴. As referências a Luís de Camões (1524-1580) e ao frade e escritor Luís de Sousa (1555-1632) não são nada desinteressadas, uma vez que, como percebe acertadamente Guimarães, deixam antever certa “tensão com a literatura portuguesa”, especialmente do ponto de vista da nacionalidade. Essa tensão, por um lado, permanece de forma relativa nos necrológios e nos esboços biográficos machadianos (traduzindo, consequentemente, a centralidade da questão); mas, por outro lado, também é sutilmente dissimulada: se Rui Barbosa, o grande publicista da pureza da língua, coloca Machado de Assis quase como um “imitador” de Camões

³¹¹ Guimarães, 2017, p. 25.

³¹² *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de fevereiro de 1870 (Machado, 2003, p. 76).

³¹³ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

³¹⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

(ressaltando o uso do substantivo feminino “pátria”, que singulariza a imitação em favor do nacional), Belmiro Braga, por seu turno, aponta propriamente a originalidade machadiana e a equivalência entre os dois autores. Nesse sentido último, então, as obras de Machado de Assis estariam para o ainda nascente e questionado português brasileiro como os *Lusíadas* estavam para o português de Portugal.

Muito mais que uma associação negativa entre a obra (e a sugerida “ausência do espírito pátrio”) e a literatura lusitana, há, no momento fúnebre, a identificação de uma “sensibilidade nacional” que perpassa a linguagem machadiana. Em ampla medida, a especificidade machadiana na mobilização de uma língua portuguesa “tingida fortemente de Brasil”³¹⁵ só começará a ser melhor compreendida, ou menos criticada, a partir do final do século XIX. Assim, conforme Ubiratan, “entrelaçada à questão do nacionalismo, estava o [problema] da linguagem de Machado, pura e de correção clássica, observa Azevedo, mas incorporando novos termos e construções típicas da evolução da língua no Brasil”³¹⁶.

Efetivamente, o estilo mobilizado por Machado acompanhou as (e por isso dá testemunho das) transformações linguísticas que passaram, não sem tensões e contradições, a configurar uma variante brasileira do português. Como demonstrou Agnaldo Sérgio de Martino, o criador de “Hélio”, por meio das suas crônicas, debateu temas importantes discutidos no âmbito das querelas linguísticas que agitaram o Brasil durante o Oitocentos³¹⁷. O interesse machadiano pela questão da linguagem teria resultado em uma obra esteticamente notável, mas sobretudo na construção de um estilo próprio, equilibrado, ou seja, Machado teria consolidado, no uso que promovia da língua pátria, uma mistura coerente e “bem dosada de brasileirismos, anglicismos, galicismos e latinismos, que dá ao texto de suas crônicas – e também de sua produção ficcional – o ‘equilíbrio ideal’ entre o clássico e o moderno”³¹⁸. Para Candido, esse equilíbrio é fundamental, e é também a marca do que “temos realizado de mais perfeito como obra e como personalidade literária”³¹⁹. Machado, entre outros, representaria

³¹⁵ Andrade, 2019, p. 309.

³¹⁶ Machado, 2003, p. 22.

³¹⁷ Martino, 2013.

³¹⁸ Martino, 2013, p. 274.

³¹⁹ Candido, 2006, p. 116.

um desses “momentos de equilíbrio ideal entre as duas tendências”³²⁰. Mas, se a hipótese é acertada, e é a língua, menos que as temáticas dos livros, a mediar a relação entre Machado e o nacional na *circunstancialidade da sua morte*, o que existe nessa língua que, compensando o azedume da obra, justificou a virtude cívica do homem?

³²⁰ Candido, 2006, p. 116.

LÍNGUA, ESTILO, NAÇÃO

Em que língua se diz, em que nação,
Em que outra humanidade se aprendeu
A palavra que ordene a confusão
Que neste remoinho se teceu?
Que murmúrio de vento, que dourados
Cantos de ave pousada em altos ramos
Dirão, em som, as coisas que, calados,
No silêncio dos olhos confessamos?

*José Saramago, **No silêncio dos olhos.***

A relação entre língua, estilo e nação parece ter interessado pouco a extensa fortuna crítica machadiana³²¹. Felizmente, o tema não passou despercebido por um grande gramático e filólogo como Evanildo Bechara, que estudou o processo de construção do ideário linguístico machadiano, refletindo ainda sobre como, e em que medida, esse ideário influenciou na função atribuída pelo escritor carioca à língua portuguesa na constituição de um “instinto de nacionalidade”. Bechara insiste, inicialmente, no fato de que o ambiente idiomático machadiano foi, desde sempre, um ambiente letrado e português³²², ou seja, tanto no espaço familiar quanto na escola³²³, na casa da madrinha e na igreja (os primeiros espaços de sociabilidade), Machado tivera acesso fácil, e talvez mesmo incentivado, ao aprendizado da língua materna³²⁴. Prematuramente, pois, “deve ter nascido em Machado o gosto da leitura, que também cedo lhe despertou e favoreceu o melhor aprendizado do idioma”. Certamente, esse contato inicial com a língua portuguesa possibilitou, ou ao menos facilitou, o seu ingresso na imprensa carioca, onde pôde aperfeiçoar-se no uso da língua ao encontrar novos livros e escritores. Bechara destaca,

³²¹ Cabe destacar que as reflexões apresentadas não expressam um posicionamento sobre os problemas linguísticos discutidos. Os autores e teorias mobilizados servem apenas como instrumentos para compreender o posicionamento machadiano acerca de determinadas questões da linguagem.

³²² Bechara, 2009, p. 21-22.

³²³ Autores como Evanildo Bechara (2009, p. 21) e Lúcia Miguel Pereira (1936, p. 129) atribuem à convivência com a mãe açoriana e, depois, com Carolina, influência decisiva na formação linguística de Machado. Massa (1971, p. 594), contudo, relativiza essa interpretação ao afirmar que não há evidências concretas de transformação estilística significativa após o casamento.

³²⁴ Saraiva (2016, p. 668) destaca a escassez de estudos sobre a presença da cultura portuguesa na vida e na obra de Machado, apesar de seus profundos vínculos com Portugal. Sobre a relação de Machado com Portugal cf. Calheiros (1993), França (2018) e Granja (2012).

nesse sentido, a presença contínua de Machado no Gabinete Português de Leitura (GLP), lugar no qual o “menino pobre do Morro do Livramento” teria travado relações com figuras eminentes do universo linguístico³²⁵, como Ramos Paz e, sobretudo, com o filólogo Manuel de Melo³²⁶, “dono de uma ciência filológica e linguística comprovada pela exaustividade bibliográfica de livros técnicos relacionados nas notas de rodapé do seu livro *Da Glótica em Portugal*”. Esses linguistas, sugere Bechara, devem ter exercido em Machado “uma influência seminal sobre a natureza da linguagem”. Assim,

Em contacto com Ramos Paz e Manuel de Melo, nas reuniões aos domingos no Gabinete Português de Leitura, penetrou Machado de Assis não só no terreno idiomático dos clássicos lusitanos, mas ainda na boa conceituação e compreensão da natureza da linguagem e dos usos linguísticos³²⁷.

Foi nesse ambiente idiomático, em que se privilegiava o uso castiço da língua portuguesa, que Machado de Assis formou-se escritor. Para Mário Matos, tanto Ramos Paz como Manuel de Melo “tiveram ascendência decisiva na feição clássica do estilo de Machado de Assis”³²⁸. Foi com eles, complementa Alfredo Pujol, que Machado “iniciou os seus estudos da língua pátria. Nessa íntima convivência apurou-se o seu gosto do vernaculismo e do trato dos escritores clássicos”³²⁹. Sílvio Romero, por outro lado, comenta que o jovem e esforçado garotinho, além de se aproximar desses filólogos, também dedicou-se ao “cultivo dos bons mestres da língua” por meio do contato com Castilho, aprendendo com ele “a graciosidade da correção e apuro gramatical”³³⁰. José Feliciano de Castilho Barreto (1810-1879), filólogo e professor português residente no Brasil, denunciou, por meio de livros didáticos, “o perigo iminente de o português clássico ser dissolvido e morto pelos ‘galicismos’ e ‘barbarismos’, apegando-se ao passado clássico, à pureza da língua vernácula portuguesa e ao retorno ao ‘mundo velho’”³³¹. Embora Machado, como veremos à frente, se afaste

³²⁵ Bechara, 2009, p. 24.

³²⁶ Para mais informações sobre Manuel de Melo, cf. Bechara (2010).

³²⁷ Bechara, 2009, p. 23.

³²⁸ Matos, 1939, p. 30.

³²⁹ Pujol, 1917, p. 34.

³³⁰ Romero, 1897, p. 86.

³³¹ Albuquerque; Boto, 2018, p. 123.

definitivamente dessa concepção mais radical – concepção presente também em outro amigo seu, esse, porém, distante: Pinheiro Chagas (1842-1895)³³² –, certo é que nos anos formadores, e para além deles, José de Castilho influenciou definitivamente o autor de *Iaiá Garcia*. Tanto é assim que Machado e Castilho tornaram-se, a partir de 1865, amigos e correspondentes³³³.

De todo modo, é possível insistir, com Bechara, que desde cedo surgiu em Machado de Assis, em função das companhias que frequentava, uma compreensão coerente sobre “a posição do escritor diante do idioma [e a] sua ação normativa para os leitores do seu tempo”³³⁴. No livro *Papéis Avulsos*, Machado de Assis acrescenta, por exemplo, uma nota comentando o uso do substantivo “reproche”³³⁵. Para Magalhães Jr., “tal nota é uma indicação valiosa a respeito dos estudos linguísticos que Machado vinha pacientemente fazendo, há longo tempo, para depurar seu estilo”³³⁶. É assim que o vemos, em 1862, escrevendo artigo crítico sobre a publicação do *Compêndio de Gramática Portuguesa*, de Vergueiro e Pertence. Sobre essa gramática, diz então Machadinho – depois, é claro, de se desculpar pela ousadia:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil. Quando se consegue o resultado alcançado pelos senhores Pertence e Vergueiro tem-se dado material para a estima e a admiração dos concidadãos. Há na gramática dos srs. Pertence e Vergueiro aquilo que é necessário às obras desta natureza, destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica³³⁷.

³³² Como destaca Massa (1971, p. 200, p. 375), “sua amizade pessoal aos portugueses não implicava em abandonar sua condição de brasileiro” e, mais a frente, “[Machado] conheceu José Feliciano de Castilho e vários outros portugueses, permanecendo, contudo, o ardente patriota que se conhece”.

³³³ A relação entre Machado e Castilho está mapeada em Magalhães Jr. (2008) e Teles (2015).

³³⁴ Bechara, 2009, p. 22.

³³⁵ “*Reproche* não é galicismo. Nem *reproche*, nem *reprochar*. Morais cita, para o verbo, este trecho dos Ined. II fl. 259; ‘nada tinha que *reprochar* um ao outro’; e aponta os lugares de Fernando de Lucena, Nunes de Leão e d. Francisco Manuel de Melo em que se encontra o substantivo *reproche*. Os espanhóis também o possuem” (Magalhães Jr., 2008, p. 41).

³³⁶ Magalhães Jr., 2008, p. 41.

³³⁷ Machado de Assis, 2009, p. 21-22, *apud* Bechara, 2009, p. 23.

Bechara sugere, a princípio, a novidade da concepção de gramática presente nesse enxerto machadiano³³⁸, certamente derivada do contato com Manuel de Melo. Para Machado, a língua seria uma técnica, *i.e.*, “um sistema de noções destinadas a conseguir um fim”, que, a saber, seria o de “estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica”. Segundo Bechara, no contexto em que se encontra, pode-se entender “ciência filológica” pelo que é chamado na sociolinguística de “competência linguística”, *i.e.*, a “capacidade do usuário da língua de produzir e entender um número infinito de sequências linguísticas significativas”³³⁹. As regras e as bases do idioma serviriam, então, para que os alunos, e, de modo geral, o conjunto dos utentes da língua, empreendessem um contato reflexivo (*empeiría*) com as variedades dialetais em circulação, reconhecendo, para além das variações linguísticas, uma “unidade idiomática”. Nesse sentido,

Outro aspeto que se há de ressaltar nas citadas palavras de Machado é a relação desse saber filológico de cada utente ou usuário da língua com o saber dos demais utentes do país na construção de uma unidade idiomática mais ampla, de caráter nacional, unidade que iria construir aquilo a que ele mesmo, em célebre artigo estampado em *O Novo Mundo*, em Nova York, em 1873, chamou Instinto de Nacionalidade³⁴⁰.

De fato, como alvitra Bechara, a questão da língua é um tópico importante no “Instinto de Nacionalidade”, fechando a reflexão sobre a “Notícia da atual literatura brasileira”. Entre os vários defeitos da literatura produzida no Brasil, constava, justamente, o uso inadequado da língua. Sobre esse aspecto, diz Machado: “entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem”³⁴¹. Como diria Pagliaro, em um enunciado com o qual muito provavelmente Machado concordaria, “mais do que uma ação retrospectiva, o verdadeiro purismo é a atitude vigilante da consciência linguística que se sente

³³⁸ Segundo João Ribeiro (1860-1934), a gramática, convencionalmente, “é a arte que ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas dotas” (Fávero; Molina, 2006, p. 166).

³³⁹ Cf. o verbete “Competência Linguística” no *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores* (Travaglia, 2014).

³⁴⁰ Bechara, 2009, p. 24.

³⁴¹ Machado de Assis, 2013, p. 440.

ligada a um sistema de que não quer separar-se sem necessidade”³⁴². Nesse seguimento, a pureza vislumbrada por Machado não estava na adoção inalterada da língua de Camões, como insistiam alguns, mas em uma compreensão coerente sobre o funcionamento do “sistema linguístico”. Machado professa, dessa forma, a melhor “lição acerca de como se há de entender a correta política idiomática na consolidação normativa da língua comum”³⁴³, diz ele:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão³⁴⁴.

Como esclarece José Barreto Filho, Machado estaria mostrando, ou sugerindo, “como deve ser admitida a contribuição do povo na elaboração da língua literária contra a errônea tendência de reproduzir no diálogo a linguagem vulgar, pretendendo com isso aumentar a verossimilhança e a naturalidade das cenas”³⁴⁵. A unidade buscada por Machado não era uma unidade de fato (coisa que manteria a língua embotada, estática e demasiadamente restrita), mas “um esquema no qual encontram lugar todas as concordâncias substanciais que se verificam nas variedades dialetais”³⁴⁶. Nesse sentido, se,

³⁴² Pagliaro, 1983, p. 95-96, *apud* Bechara, 2009, p. 159.

³⁴³ Bechara, 2009, p. 26.

³⁴⁴ Machado de Assis, 2013, p. 440.

³⁴⁵ Barreto Filho, 2014, p. 99.

³⁴⁶ Pagliaro, 1983, p. 140 *apud* Bechara, 2009, p. 26.

por um lado, os brasileiros não estavam obrigados a “receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr”; por outro, o purismo excessivo, como diria Serafim da Silva Neto (em outro enunciado com o qual provavelmente Machado concordaria), “é uma exagerada e exclusiva imitação do passado, é deturpação, é imobilidade morta”³⁴⁷. Para o filólogo, “o passado não deve ser um modelo cristalizado e hirtó, mas um modelo em perpétuo movimento, constantemente vivificado e enriquecido”³⁴⁸. Astrojildo Pereira aponta o mesmo desenlace:

O grande leitor dos clássicos da língua não podia aplaudir as impurezas da linguagem, os solecismos vulgares, nem o excesso de francesismo em moda. Não era questão de imitar vetustos cronistas e moralistas, nem de escrever como Azurara ou Fernão Mendes Pinto, nem mesmo como Bernardes ou Frei Luís de Sousa. Seria anacronismo intolerável. Cada época possui o seu estilo próprio. O aconselhável, isto sim, é estudar nos clássicos as formas mais apuradas do dizer e deles extrair o tesouro de riquezas, sobretudo aquelas “que à força de velhas se fazem novas”. E sentenciava, com o seu bom senso habitual: “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum”³⁴⁹.

Dentro dessa lógica, a “ciência filológica” machadiana implicaria na capacidade dos utentes da língua de compreenderem e mobilizarem a variedade dialetal (“ciência filológica”) sem, no entanto, caírem nem em purismo excessivo (proveniente do pedantismo quinhentista) nem na incorporação indiscriminada de transformações lexicais, morfológicas e sintáticas (os chamados “modismos”). Aos escritores, em grande medida, caberia a tarefa de mediar essa relação, trabalhando para a criação de uma unidade idiomática que se expressasse através de “uma boa gramática”, ou mesmo através de determinadas obras literárias, que Machado chamará, em outro lugar, de “obras clássicas”. No limite, a posição machadiana é, talvez, uma forma de elitismo: parece tratar-se menos de um afastamento do purismo e mais de um processo de depuração “linguagem do povo”;

³⁴⁷ Silva Neto, 1976, p. 14.

³⁴⁸ Silva Neto, 1976, p. 14.

³⁴⁹ Pereira, 1991, p. 62.

isso porque, nesse processo de mediação, a estigmatização de determinadas variantes da língua pesaria mais para o “povo” do que para os “puristas”.³⁵⁰ De todo modo, é nesse sentido que pode ser compreendida a recriminação machadiana aos escritores no “Instinto de Nacionalidade”. Para Machado, o apuro do idioma, se bem pensado, estaria a serviço não de um preciosismo formal de cariz quinhentista, mas da consolidação de uma “unidade linguística” que, “depurada” das variações “indevidas” (que surgiam ancoradas na “exageração do princípio” de que se deveria incorporar todos os brasileiríssimos para, assim, construir um idioma independente para uma nação independente), marcaria as especificidades idiomáticas do país. Essa “unidade linguística” importa, sobretudo, pois seria através dela (e não necessariamente da “cor local”) que se expressaria qualquer coisa que fosse o “Instinto de Nacionalidade”. Como explica Bechara,

uma gramática [ou indiretamente uma obra literária] procura assentar em cada falante da língua de um país a sua ciência filológica (entenda-se: a sua competência linguística), cuja unidade espelha o instinto de nacionalidade, dentro do conjunto de outros saberes nacionais, para se consubstanciar numa futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua³⁵¹.

A gramática e as obras literárias, que certamente assumem uma função “didático-normativa”, porque fixam o idioma, também assumem uma função “lógico-cognoscitiva”, porque respondem, ou espelham, a complexa funcionalidade do sistema linguístico. A questão, entretanto, é como sistematizar a complexidade (e a pluralidade) das manifestações do sistema linguístico, ou seja, como conseguir uma unidade ideal de expressão “que se encontra em cada dialeto sem ser própria de nenhum”³⁵². Segundo Pagliaro, “antes de mais nada é necessário que se tenha uma sistematização certa de tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento do sistema, para podermos ensinar e aprender com relativa segurança”³⁵³. A unidade que a gramática (e algumas obras literárias) reproduz (ou procura reproduzir) propor-

³⁵⁰ Para uma discussão preliminar sobre esses aspectos da história da formação do português brasileiro, cf. Galindo (2022).

³⁵¹ Bechara, 2009, p. 15.

³⁵² Pagliaro, 1983, p. 139.

³⁵³ Pagliaro, 1983, p. 148.

ciona a cada utente da língua (pelo menos idealmente) a possibilidade de compreender as variedades dialetais em circulação (“competência linguística”) sem, todavia, perder de vista a unidade que configura e legitima, de modo mais ampliado, a “comunidade linguística”³⁵⁴. De acordo com Bechara, essa intuição machadiana (de uma consciência de nacionalidade mediada pela “unidade idiomática”) ganharia forma teórica, anos depois, com Pagliaro:

A língua constitui a imagem mais completa e genuína da fisionomia natural e histórica dos povos. Disse-o, há mais de um século, Guilherme von Humboldt, bom conhecedor de assuntos desta natureza e, pelo que sei, ninguém jamais o contradisse. Acrescentava ele que a índole espiritual de uma comunidade e a estrutura da língua estão intimamente tão ligadas entre si que, conhecida uma, a outra devia com facilidade deduzir-se da primeira. Sobre isso não há controvérsia: a língua, representando por um lado a maneira natural através da qual um povo vê e conhece a realidade, sistematizando-a e organizando-a nos sinais de classificação que são as palavras, encerra em si, por outro, o reflexo de todas as experiências internas e externas, de todas as conquistas e de todos os contrastes, por que esse povo passou na cadeia das gerações. De resto, observamos o mesmo na fala individual; nada revela melhor a fisionomia interior de cada indivíduo, a sua inteligência ou obtusidade, a sua cultura ou ignorância, o seu gosto ou tacañez, do que a sua expressão linguística; mas também as maneiras da sociabilidade, o meio, a ocupação, a companhia que frequenta, o bairro em que habita, dão à fala de cada um indícios que permitem uma identificação fácil e imediata³⁵⁵.

“A expressão linguística”, construída por meio da constituição de uma “unidade idiomática”, sistematizada pela literatura (literária e lexicográfica), junto aos aspectos sociais, políticos, mesológicos etc., possibilitaria a ocorrência do “instinto de nacionalidade”, coisa que faria com que um escritor pudesse descrever sua fisionomia interior

³⁵⁴ Comunidade linguística é um “agrupamento humano dotado de um código verbal comum, mas não necessariamente exclusivo, embora dominante, que se impõe a todos os falantes por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social” (Elia, 2001, p. 67).

³⁵⁵ Pagliaro, 1983, p. 95-96 *apud* Bechara, 2009, p. 25.

(e/ou a de seu país) sem que necessariamente tivesse que recorrer a aspectos estereotipados, ou seja, sem produzir uma “nacionalidade de vocabulário e nada mais”³⁵⁶. Questionando esse “exclusivismo temático”³⁵⁷, pergunta, no “Instinto de Nacionalidade”, “se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julietta e Romeu* [não] têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês”³⁵⁸. É dentro desse contexto que Machado insiste que se deve exigir do escritor não apego temático ou normativo, mas “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”³⁵⁹.

Mediante a forma com que um sujeito se expressa por meio da língua, seria possível identificar, de modo relativamente preciso, aspectos importantes da sua identidade (pessoal e social). Isso porque, nas palavras de Herbert Fortes, “uma língua é antes de tudo um instrumento de comunicação das almas de um grupo e ‘vale’ como símbolo de valores reais comuns a esse grupo”³⁶⁰. O pressuposto é o de que, potencialmente, quando se constitui uma “língua comum”, essa língua, conectando todos os membros do corpo social por meio de caracteres linguísticos socioculturalmente reconhecíveis, possibilita a configuração de uma unidade que se expressa por meio de um repertório lexical, sintático e semântico comum. A “língua comum” seria, então, aquela que perpassa a pluralidade das manifestações, sem abolí-las, mas unindo-as em função de um sentimento mais forte (um certo “instinto de nacionalidade”, poderíamos dizer com Machado de Assis). Nesse sentido, uma vez que se estabeleça a “língua comum”, “unitária apesar das suas diferenças”³⁶¹, mais perto estaria um povo de estruturar a sua “consciência de nacionalidade mediante a língua”:

A existência de uma língua comum, capaz de elevar acima de todos os particularismos dialectais, é indício certo de que surgiu aquela consciência unitária, aquele

³⁵⁶ Machado de Assis, 2013, p. 438.

³⁵⁷ Em um artigo sobre *Iracema*, publicado na “Semana Literária”, seção do *Diário do Rio de Janeiro*, em 23 de janeiro de 1866, Machado critica a ideia de que a literatura brasileira devesse restringir-se à temática indígena. Para ele, o indianismo constituía apenas uma das possibilidades da poesia nacional, que também poderia encontrar inspiração na natureza e em outras experiências da realidade brasileira.

³⁵⁸ Machado de Assis, 2013, p. 432.

³⁵⁹ Machado de Assis, 2013, p. 432-433.

³⁶⁰ Fortes, s.d., p. 19.

³⁶¹ Pagliaro, 1983, p. 139.

sentimento e desejo de participar num comum que, de um povo, faz uma nação. Pode afirmar-se com absoluta certeza que, quando um povo atingiu uma unidade linguística própria, por um ato de adesão à forma expressiva de maior prestígio, atingiu também o espírito da sua unidade nacional³⁶².

No nosso caso, a “forma expressiva de maior prestígio” (e não, talvez, a de maior circularidade) era o português culto, vindo de Portugal, falado sobretudo nas capitais, mas bastante matizado pelos “brasileirismos” e outros acréscimos provenientes das variedades dialetais em circulação. Como ensina Silva Neto, geralmente cabe às grandes cidades um papel duplo e oposto: “de um lado fundir usos e costumes da província e por outro redistribuí-los, uma vez adaptados e interpretados pelo seu gênio”³⁶³. É essa, por exemplo, a situação atribuída ao caso lisboeta: essa cidade seria “o grande centro que, ouvindo todas as vozes de todos os cantos, as transforma numa só grande voz nacional”³⁶⁴. Conforme o filólogo, “as línguas comuns tendem, portanto, a representar médias linguísticas”³⁶⁵. No mesmo patamar, pensava-se encontrar, então, o Rio de Janeiro. No Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo em 1939, por exemplo, sugeriu-se que a pronúncia-padrão a ser utilizada no teatro, na declamação e no canto deveria ser a da Capital Federal. Entre várias justificativas, concordaram os participantes que a pronúncia carioca era “uma síntese oriunda das colaborações de todos os brasileiros, e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles”³⁶⁶. Sendo Machado de Assis, segundo Olavo Bilac, “um legítimo, um puro, um extremado carioca – o mais carioca dos cariocas”³⁶⁷, não choca que seu o estilo, marcado, como veremos, pela mediania, tenha sido tantas vezes lembrado como representativo da pátria.

A busca pela mediania no manejar com a língua estava, entretanto, em descompasso com o espírito da época: cada qual dos ajuizados sobre

³⁶² Pagliaro, 1983, p. 136.

³⁶³ Silva Neto, 1976, p. 82.

³⁶⁴ Silva Neto, 1976, p. 82.

³⁶⁵ Silva Neto, 1976, p. 82.

³⁶⁶ Silva Neto, 1976, p. 253.

³⁶⁷ Quinta-feira, 4 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

o assunto, a partir do seu arsenal artístico e/ou científico, afirmava saber a verdade sobre a natureza da língua e buscava defendê-la à toda força. Assim aconteceu com as querelas linguísticas oitocentista, em que, de modo geral, um lado defendia o purismo da língua e o outro a incorporação dos brasileirismos, cada um dos partidários do conflito asseverando que a manutenção, ou alteração, era a condição necessária para a configuração do povo brasileiro em uma nação civilizada. Buscava-se uma “unidade de fato”, *i.e.*, um critério único que definisse a questão da língua. No entanto, na medida em que se explicitava o dissenso, um consenso, mesmo provisório, tornava-se cada vez mais improvável. Como sugere Antonino Pagliaro, a adesão volitiva à variante prestigiada é passo incontornável para a constituição do que Machado chama “instinto de nacionalidade”³⁶⁸. Essa adesão, se é volitiva, não é, porém, homeostática, sendo então os conflitos parte inevitável da dinâmica da língua. Sintomático, nesse sentido, é o caso italiano: “o povo italiano só alcançou no tempo de Dante a sua unidade cultural de nação quando o vulgar toscano se impôs como língua comum, dos Alpes à Sicília”. Assim,

é admirável a intuição com que Dante individualizou o princípio unitário dinâmico que reconduz a variedade dos dialetos à unidade de língua, fazendo dela um sinal inequívoco da historicidade de um povo, visto que este é unitário apesar das suas diferenças, e caracterizado como tal por alguns “simplicíssima signa” que marcam por si todas as outras manifestações³⁶⁹.

No caso brasileiro, a questão difere relativamente (embora o mesmo raciocínio possa ser aplicado): enquanto na Itália certo dialeto (o da Toscana, prestigiado em virtude do florescimento da literatura florentina durante o século XV) tornou-se “língua comum”, absorvendo gradativamente as outras variantes, nós, na leitura de Silva Neto, teríamos recebido “uma língua já feita, já em franco florescimento literário, que se transplantou durante os séculos de colonização”³⁷⁰. Desse modo, “o nosso território linguístico não mostra[ria], tão nitidamente, aquela oposição entre dialeto e língua oficial”³⁷¹.

³⁶⁸ Pagliaro, 1983, p. 136.

³⁶⁹ Pagliaro, 1983, p. 139.

³⁷⁰ Silva Neto, 1976, p. 259.

³⁷¹ Silva Neto, 1976, p. 259.

Partindo desse pressuposto, Benedict Anderson, ao analisar os novos estados nacionais americanos que surgiram a partir do final do século XVIII, insiste que, “quer se pense no Brasil nos Estados Unidos, ou nas ex-colônias espanholas, a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais”³⁷². “Na verdade”, comenta ainda o historiador, “cabe dizer que a língua nunca se colocou como questão nessas primeiras lutas de libertação nacional”³⁷³. No entanto, pode-se dizer, sobre o caso brasileiro, que, aqui, a força centrípeta da língua portuguesa precisou lidar, antes e depois da independência e da “formação da literatura brasileira”, com a força centrífuga, que, do meio da nossa diversidade linguística, buscava a diferenciação em relação a Portugal. Em favor da diferenciação, estavam os brasileiros, que reivindicavam uma nova norma e nomenclatura linguística especificamente nacional.

Esse ponto, como destaca o autor do “Instinto de Nacionalidade”, era “objeto de divergência entre os nossos escritores”: “divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípios”³⁷⁴. Aqui, Machado questiona os escritores que, “por princípio”, faziam uso extensivo de brasileirismos, arrancando, por força de um nacionalismo que ele considera superficial, o português brasileiro do seio do português de Portugal. Nada mais distante do posicionamento de Machado de Assis, que teria buscado afastar-se desse tipo de “nacionalismo linguístico”, vislumbrando uma espécie de “média linguística”, ou seja, um “sentimento de unidade” que explicitasse a nossa especificidade cultural ao ser construído por meio da constituição de uma “língua comum”. Unitária, essa língua conduziria a “variedade dos dialetos [*i.e.*, a variedade das nossas manifestações linguísticas] à unidade de língua”.

A guardiã do idioma

Machado de Assis teria de fato se empenhado na construção de uma “unidade idiomática”. No seu discurso de posse como presidente

³⁷² Anderson, 2008, p. 84.

³⁷³ Anderson, 2008, p. 84-85.

³⁷⁴ Machado de Assis, 2013, p. 440.

da Academia Brasileira de Letras, pronunciado em 20 de julho de 1897, Machado de Assis define, sinteticamente, a missão da instituição que ele encampava: “o vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária”³⁷⁵. Sousa Bandeira, em um evento em memória de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça, realizado em 1912, percebe bem o intento machadiano: segundo o diplomata, para Machado, a Academia, “guarda da unidade da língua, representava a grande força capaz de resistir aos elementos dissolventes, com que uma federação mal compreendida ameaça[va] destruir a unidade nacional, minada pela invasão da língua estrangeira”³⁷⁶. Embora Sousa Bandeira indique tratar-se de uma “invasão da língua estrangeira”, o risco para a unidade era, pelo menos para algumas figuras, também interno. Além da referência implícita ao sistema político fratricida, então em vigor³⁷⁷, Machado de Assis aponta sutilmente para o “problema da língua brasileira” – ou, pelo menos, aponta para o carácter teoricamente frágil da língua portuguesa, que, nesse sentido, não prescindiria de guardiões ante a possibilidade de dissolução. Nesse seguimento, a unidade almejada por Machado de Assis não poderia ser normativa ou temática, no sentido de que todos os escritores deveriam escrever o português de Camões ou, incorporando os brasileirismos, escrever sobre a fauna e flora brasileira – temáticas que pretensamente seriam exclusividades nacionais. Tratava-se, então, de uma unidade linguística, de uma “consciência unitária comum”, haja vista que a língua se estabelecia como o mais “forte elo de comunhão social”³⁷⁸.

Bechara lembra ainda que, no discurso de encerramento do ano acadêmico de 1897, o primeiro da nova instituição, Machado de Assis indica, entre as tarefas a serem realizadas no ano seguinte, a de colher, “se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno”³⁷⁹. Esse dicionário funcionaria como elemento didático que permitiria “ensinar e aprender com relativa segurança” o idioma

³⁷⁵ Machado de Assis, 2013, p. 663.

³⁷⁶ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista* (SP).

³⁷⁷ Rodrigues, 2003.

³⁷⁸ Enéas Galvão. Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

³⁷⁹ Machado de Assis, 2013, p. 669.

nacional. O dicionário possibilitaria a preservação dos elementos comuns da língua (partilhados sobretudo com Portugal) ao mesmo tempo que incorporaria as especificadas das variantes brasileiras do português. Além do mais, segundo Machado:

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guardiã da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores –, não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de nós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva³⁸⁰.

À Academia, caberia, portanto, a função de guardiã do idioma, mas “guardar não é impor”: nem se impor o purismo camoniano nem os modismos extravagantes. Para Machado de Assis, a legitimidade da mudança na língua provinha das manifestações idiomáticas dos brasileiros. Machado de Assis tentava manter, então, algum equilíbrio entre o “povo” e os “escritores”, cabendo a estes últimos a posição de mediadores. Assim, a “autoridade dos mortos”, convocada pelo autor, não implicava purismo excessivo ou apego à sintaxe quinhentista. O presidente da ABL, se reconhecia alguma legitimidade na mudança, não se afastava dos clássicos portugueses (sua autoridade “é definitiva”); nem havia, para ele, conforme sugere Bechara, necessidade de “se considerar a existência de dois idiomas distintos, mormente depois de nós nos termos separado da antiga metrópole em 1822”³⁸¹.

O problema da língua brasileira

Embora clássico, Machado aceitava as transformações consideradas “legítimas”. Vale a pena, portanto, um breve esforço no sentido de localizar Machado (e, especialmente, o “estilo” machadiano) no âmbito do “problema da língua brasileira”. Localizá-lo não implica grande dificuldade e, pelo já exposto, é relativamente fácil inferir o

³⁸⁰ Machado de Assis, 2013, p. 669.

³⁸¹ Bechara, 2009, p. 22.

seu posicionamento: Machado reconhece a autonomia linguística, mas não vê na denominação uma saída razoável para a querela, uma vez que o termo escolhido (nacional ou brasileira) poderia esconder um movimento – considerado por ele desnecessário – de transformações radicais no idioma. No entanto, a questão é relevante, e vale ser melhor explorada, uma vez que mobilizou diversos escritores e intelectuais que influenciaram no debate sobre o português falado no Brasil.

Como já identificado, o “problema da língua brasileira” pode ser exposto da seguinte forma: na esteira de August Schleicher (1821-1868), muitos teóricos consideravam o desenvolvimento da língua como uma realidade mecânica, de tal forma que o português caminharía fatalmente para o brasileiro, do mesmo modo como o latim havia derivado nos romances e, conseqüentemente, nas línguas modernas³⁸²; para outros, entretanto, os brasileiros herdaram a língua portuguesa, e dela não deveriam facilmente se afastar. Segundo Sílvia Elia, essa questão, embora tratada anteriormente por figuras como Luís Maria da Silva Pinto, tornou-se uma “ideia-força” sobretudo durante o Romantismo:

A situação que os românticos encontraram era a seguinte: de um lado, os que se apoiavam exclusivamente na linguagem adquirida, aferravam-se com unhas e dentes à tradição lusa, caindo na imitação temporã e no pasticho; de outra, os que só queriam ver a linguagem transmitida, acolhiam com estrépito todas as inovações, particularmente aquelas que mais fundo cavassem o fosso entre as duas linguagens literárias³⁸³.

Teria cabido a José de Alencar “a responsabilidade da vulgarização do rumoroso ‘dialeto brasileiro’ entre os nossos literatos”³⁸⁴. Rui Barbosa, que assumiu uma postura definitivamente mais purista do que a propagada pelo escritor de *Iracema*, afirmou que, depois de inventado o “dialeto brasileiro”, “apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores”, “todas as mazelas e corruptelas do idioma que

³⁸² Diz Herbert Fortes (s.d., p. 65), sobre o argumento de que “a nossa língua nacional é a língua portuguesa com pronúncia nossa”: “a nossa língua é a língua portuguesa acrescentada de neologismos, estrangeirismos adotados, imensos empréstimos às línguas indígenas e negras, modificada na pronúncia e no mais que o nosso meio lhe ajuntou; e diminuída de tudo que Portugal possui ou adquiriu, mas aqui não existe. Respondemos, com igual simplicidade: é pelos mesmos motivos que o latim deixou de ser latim em Portugal, na França, na Itália, na Espanha”.

³⁸³ Elia, 1961, p. 140.

³⁸⁴ Elia, 1961, p. 83.

nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plenária dessa forma da relaxação e do desprezo da gramática e do gosto”³⁸⁵. Machado, todavia, não parece supor esses predicados radicais em Alencar. A “originalidade do estilo” do escritor cearense estaria a serviço de um viés de consciência nacional, mediado por uma literatura alegórica e mítica que buscava o seu tema na história; contraditoriamente, porém, a fértil imaginação do criador de *Iracema* acabava sobrepujando o seu espírito de análise³⁸⁶. Em todo caso, a despeito de incorporar tupinismos e brasileirismos, Alencar tinha, em elevado patamar, o sentimento castiço da língua portuguesa. Tanto é assim que, ao apresentar o jovem poeta Castro Alves (1847-1871) a Machado, em 1868, Alencar comenta:

Depois da leitura do seu drama [*Gonzaga*], o senhor Castro Alves recitou-me algumas poesias. “A cascata de Paulo Afonso”, “As duas ilhas” e “A visão dos mortos” não cedem às excelências da língua portuguesa neste gênero. Ouça-as o senhor, que sabe o segredo desse metro natural, dessa rima suave e opulenta”³⁸⁷.

As críticas sutis em relação ao uso do português promovido pelo jovem poeta deixam antever um apreço pela língua que afastam, mesmo que ligeiramente, Alencar da “indulgência plenária” sugerida por Rui Barbosa. Alencar buscava afirmar a nacionalidade por meio de uma relação mítica com o passado; os elementos linguísticos oriundos dos povos indígenas, embora enriquecessem o idioma, apresentavam-se, pelo menos na sua percepção, como um passado superado, *i.e.*, como um passado glorioso que, entretanto, cederia lugar à civilização. É nesse sentido que Machado, discursando na cerimônia do lançamento da primeira pedra da estátua de Alencar, insiste que há, no autor de *Lucíola*, “um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas”³⁸⁸. Em um prefácio, enceta a mesma opinião, declarando que a linguagem de Alencar, “já numerosa, fez-se rica pelo tempo adiante. Censurado por deturpá-la, é certo que a estudava nos grandes mestres; mas persistiu em algumas formas e construções, a título de nacionalidade”³⁸⁹.

³⁸⁵ Ribeiro, 1905, p. 12, p. 154, p. 156, *apud* Elia, 1961, p. 119.

³⁸⁶ Machado de Assis, 2013, p. 581.

³⁸⁷ Machado de Assis, 2008, p. 229.

³⁸⁸ Machado de Assis, 2013, p. 580.

³⁸⁹ Machado de Assis, 2013, p. 570.

Para Machado, os “temas indígenas” não eram a “tela exclusiva da poesia brasileira”, mas apenas “um dos modos de exercer a poesia nacional”³⁹⁰. Assim, um “um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais”³⁹¹. O autor de *Americanas* parece ler a obra de Alencar encontrando na variedade dos temas uma busca pela nacionalidade (“formas e construções”) que, embora incorpore elementos da “língua brasileira”, não teria no aspecto da língua uma matriz normativa, ou seja, não se tratava de ser nacional pelo vocabulário, mas pela sensibilidade brasileira que perpassa a obra: “o espírito de Alencar percorreu as diversas partes de nossa terra, o norte e o sul, a cidade e o sertão, a mata e o pampa, fixando-as em suas páginas, compondo assim com as diferenças da vida, das zonas e dos tempos a unidade nacional da sua obra”³⁹².

É assim que Machado de Assis também reconhece a literatura e a linguagem de outro pretenso defensor da “língua brasileira”: Gonçalves Dias. No discurso que proferiu na inauguração do busto do poeta dos *Primeiros Cantos*, Machado sugere que a principal contribuição de poemas como a “Canção do Exílio” teria sido ensinar “aos ouvidos da antiga mãe-pátria uma lição nova da língua de Camões”³⁹³. Tal como ocorrera a Alencar, também Gonçalves Dias foi mobilizado por diversos escritores, pósteros e contemporâneos, como um paladino da “língua brasileira” (nesse caso, especialmente em seu viés tupi). No entanto, como insiste João Paulo Rodrigues, Gonçalves Dias “ainda não está construindo a noção de um português brasileiro que integra elementos tupis. Ele mesmo admitira [...] que os vestígios [da cultura indígena] estavam fadados a ‘desaparecer de nossa linguagem vulgar’”³⁹⁴.

Em vários sentidos, José de Alencar e Gonçalves Dias não são Policarpo Quaresma. A personagem de Lima Barreto (1881-1922), inclusive, embora não seja “a pintura de nenhum linguista em particular do final do século XIX, nem ilustra nenhum movimento ultranacionalista que tenha realmente existido”, sintetiza “algumas das características dos homens letrados da segunda metade do século

³⁹⁰ Machado de Assis, 2013, p. 251.

³⁹¹ Machado de Assis, 2013, p. 438.

³⁹² Machado de Assis, 2013, p. 580.

³⁹³ Machado de Assis, 2013, p. 690.

³⁹⁴ Rodrigues, 2002, p. 49-50.

XIX interessados pelo tupi”³⁹⁵. Para Quaresma, a língua portuguesa era “emprestada ao Brasil”³⁹⁶, não constituindo uma manifestação autenticamente nacional. Assim, especialmente no campo das letras, os utentes da língua sofriam “continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua”³⁹⁷. A personagem critica os puristas, tanto os que se diziam de “direito” (os portugueses) quanto aqueles que, fiéis à tradição, defendiam, no (e do) Brasil, o português clássico. Em certo sentido, essa percepção aparecerá em Fortes, diz ele: “a regra portuguesa perdeu aqui o sentido de sistematização da nossa ‘coação’ linguística espontânea e difusa e se perverteu em ‘pressão’, em imperialismo, em proselitismo exótico, em força negativa da nossa unidade social e histórica”³⁹⁸.

Além disso, Policarpo argumenta contra os dissensos linguísticos que impediam um entendimento sobre a expressão nacional: “os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polémicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma”³⁹⁹. A questão idiomática, como fica claro no desenvolvimento da persona de Policarpo Quaresma, era uma questão central. A despeito do tom irônico, a sugestão de Policarpo ecoa. O argumento principal mobilizado por vários comentadores dessa ala linguística é de cariz essencialmente nacionalista e conforma aquilo que Fortes chamaria de um “paralelismo vital” entre língua e política⁴⁰⁰. Policarpo, no seu requerimento, manifesta-se nesse mesmo sentido, dizendo:

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênica para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática⁴⁰¹.

³⁹⁵ Rodrigues, 2002, p. 85.

³⁹⁶ Barreto, 2017, p. 45.

³⁹⁷ Barreto, 2017, p. 45.

³⁹⁸ Fortes, s.d., p. 38.

³⁹⁹ Barreto, 2017, p. 45.

⁴⁰⁰ Fortes, s.d., p. 51.

⁴⁰¹ Barreto, 2017, p. 45-46.

Em 1858, em um artigo publicado na *Marmota*, Machado de Assis também mostrou-se favorável a uma revolução literária que continuasse a nossa revolução política: “o grito do Ipiranga foi o – *Eureka* – solto pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil”⁴⁰². Na esteira de Almeida Garrett, Machado sustenta que, após o “*fiat* político, dev[eria] vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina”⁴⁰³. No ano seguinte, no periódico *O Espelho*, Machado chega a falar em “independência do espírito nacional”, nesse mesmo sentido⁴⁰⁴. No entanto, essa renovação, como mais tarde indicaria no “Instinto de Nacionalidade”, não é propriamente uma revolução na língua, mas um engajamento do escritor “nos movimentos da sociedade em que vive e de que depende”⁴⁰⁵. Assim, mesmo que Machadinho insistia na necessidade de uma renovação substancial na literatura brasileira, coisa que implicava transformações na língua, não é exatamente a língua o elemento principal, uma vez que, para Machado, não havia necessidade de se afastar do português para imprimir um novo viés à nacionalidade. Quatro anos mais tarde, por exemplo, em um artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro* sobre a revista *O Futuro*, Machado argumenta que as “divergências fatais” entre Portugal e Brasil deveriam ser superadas; diz ainda que esses dois povos só deveriam ter um desejo, qual seja: “engrandecer a língua que falam, e que muitos engenhos têm honrado”⁴⁰⁶.

Seja como for, para os defensores da “língua brasileira” a emancipação política de 1822 deveria fazer-se acompanhar, sob a pena inescapável de subserviência colonial, de uma plena “emancipação idiomática”. Não há, em José de Alencar, nenhuma sugestão assim tão normativa⁴⁰⁷. Nem por isso, como aponta Rui Barbosa, diversos “escritores menores” deixaram de ver nele um precursor e defensor da “língua brasileira”. Essa querela (entre puristas e brasileiristas), na medida em que se desenvolveu, materializou-se em livros e em atos públicos. Sil-

⁴⁰² Machado de Assis, 2013, p. 64.

⁴⁰³ Machado de Assis, 2013, p. 64.

⁴⁰⁴ Machado de Assis, 2013, p. 86.

⁴⁰⁵ Machado de Assis, 2013, p. 65.

⁴⁰⁶ Machado de Assis, 2013, p. 102.

⁴⁰⁷ Segundo Rodrigues (2018, p. 92), “ao contrário do personagem de Lima Barreto, o escritor cearense nunca advogou a adoção do tupi, mas se envolveu num debate sobre a língua brasileira, em que o sentimento difuso do início do século de que o português brasileiro era diferente do europeu por causa de uma incorporação indígena recebe uma nova roupagem”.

vio Elia lembra, por exemplo, que “a municipalidade do Rio de Janeiro, num gesto [considerado por ele como] verdadeiramente de embaixar, chegou a proclamar a formação de uma Língua Brasileira, adulando destarte o jacobinismo de certa imprensa vesga”⁴⁰⁸. No entanto, como explica Eni Orlandi, essa não foi a primeira vez que uma tentativa de definir o “português brasileiro” foi encenada. Em 1823, durante a Constituinte, três formações discursivas estavam em destaque nos debates públicos: “a dos que propugnavam por uma língua brasileira, a dos que se alinhavam do lado de uma língua (padrão) portuguesa e a formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decidia pela língua legitimada, a língua portuguesa”⁴⁰⁹. Junto com a constituição outorgada, veio a primeira definição para a querela: falava-se português no Brasil. No entanto, em 1826, saiu um projeto de autoria de um deputado propondo que os diplomas dos médicos fossem redigidos em “linguagem brasileira”; e, no ano seguinte, foi aprovada uma lei que estabelecia que “os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional”⁴¹⁰. Em outros momentos, a saída foi pela denominação de “língua nacional”, opção que mantinha a resolução do conflito em aberto⁴¹¹.

Rodrigues destaca que também os homens de letras da primeira metade do século XIX polemizaram sobre o “problema da língua brasileira”. Segundo o pesquisador, Luís Maria da Silva Pinto, “escrevendo de Minas Gerais, foi o primeiro a falar em uma língua brasileira”. No entanto, apesar da novidade do seu *Dicionário*, a obra “não causou impacto, talvez porque naqueles anos iniciais da jovem nação, nem mesmo a sua unidade estava garantida”⁴¹². Mais tarde, no “Prólogo” do *Florilégio da poesia brasileira*, Francisco Adolfo de Varnhagen é quem defende o português dos brasileiros⁴¹³. Todavia, mesmo estabelecido um debate preliminar, sugere Rodrigues que nenhum desses autores pregava, ainda, “a existência no Brasil de nada além de um português com novas características de pronúncia e vocabulário, mesmo quando a (posteriormente tão controversa) expressão ‘língua brasileira’ era utilizada”⁴¹⁴.

⁴⁰⁸ Elia, 1961, p. 117.

⁴⁰⁹ Orlandi, 2005, p. 29.

⁴¹⁰ Orlandi, 2005, p. 29.

⁴¹¹ Para um desenvolvimento dessas questões, cf. Dias (1995).

⁴¹² Rodrigues, 2018, p. 88.

⁴¹³ Rodrigues, 2018, p. 91.

⁴¹⁴ Rodrigues, 2018, p. 89.

Especialmente a partir da década de 1870, quando Alencar polemiza sobre a realidade linguística brasileira com figuras como Manuel Pinheiro Chagas, Antônio Henrique Leal e Franklin Távora, a questão da autonomia linguística entrou, efetivamente, no debate público. Joaquim Nabuco, por exemplo, polemizando com José de Alencar, venderá “aos leitores a imagem de que seu oponente pretendia ser o patrono de uma nova língua”⁴¹⁵. No entanto, como percebe Machado, embora Alencar aponte para um futuro em que haveria “um alargamento da distância idiomática, pois se tratava de dois povos com ‘sentimentos’ e ‘costumes’ distintos”, a língua ainda era a portuguesa, apenas matizada por contribuições locais⁴¹⁶. De qualquer forma, os artistas já tinham, segundo Alencar, “material para esculpir os primeiros contornos do que poderia vir a ser uma nova língua”⁴¹⁷. Por esse e outros motivos, os comentários de Alencar sobre questões linguísticas devem ser analisados com cuidado, não prescindindo de uma abordagem que leve em conta os escritos em que materializa suas ideias linguísticas; “sem esta atenção cai-se no simplismo de se afirmar que Alencar defendia a existência ou que usava uma ‘língua brasileira’”⁴¹⁸. Como explica Rodrigues,

A “língua brasileira” – expressão usada pela primeira vez pelo escritor – é o resultado de “franquezas” que a enriquecem frente aos clássicos. Do outro lado do Atlântico, os portugueses também a enriqueciam, mas em outro rumo. O azar da fortuna crítica de Alencar foi, contudo, o uso pouco cuidadoso desta expressão, mesmo que uma leitura mais atenta revele seu sentido menos lato⁴¹⁹.

Como destaca Barbosa Lima Sobrinho, incorporando o debate sobre a língua brasileira na primeira metade do século XX, a despeito das divergências, “todos desejam chegar a uma afirmação de autonomia, embora se altere a extensão dessa autonomia. Uns se contentam com a liberdade do estilo, outros pensam na emancipação total do idioma”⁴²⁰. Nesse sentido, conforme o estudioso, “a divergência [era]

⁴¹⁵ Rodrigues, 2018, p. 114.

⁴¹⁶ Rodrigues, 2018, p. 112.

⁴¹⁷ Rodrigues, 2018, p. 113.

⁴¹⁸ Rodrigues, 2018, p. 110.

⁴¹⁹ Rodrigues, 2018, p. 113-114.

⁴²⁰ Lima Sobrinho, 1977, p. 19.

mais aparente do que real”, uma vez que, “num ponto essencial, todos [estariam] de acordo, no reconhecer a existência de diferenciações, no português falado no Brasil. Discute-se, apenas, quanto à quantidade, ou à extensão dessas diferenças”⁴²¹. Para Lima Sobrinho, havia, portanto, “variações dialetais e dialetos regionais e não, propriamente, um dialeto nacional, que se pudesse substituir à língua portuguesa, constituindo um idioma diferente e autônomo com o direito a uma denominação própria”⁴²².

Unidade linguística, diversidade estilística

De acordo com Sílvio Elia, o esforço em inaugurar uma “língua brasileira” seria o resultado prático do “nacionalismo linguístico, que procurava forjar novas línguas nacionais”⁴²³. Para Herbert Fortes, notável defensor da “língua brasileira”, “a eufonia brasileira se tornou já incomensurável à audição portuguesa e intolerante de suas particularidades”. Desse modo, os brasileiros teriam não apenas a força do fato, mas também o direito a reivindicarem uma “Língua Brasileira”⁴²⁴. Elia, rechaçando essa posição, conclui então “pela unidade linguística entre Portugal e o Brasil”⁴²⁵. Unidade linguística porque, concordando com João Ribeiro, para Elia, “a língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos”⁴²⁶. As diferenças que, eventualmente, existiam entre o português de Portugal e o português do Brasil não eram, para o estudioso, suficientemente significativas para que alguém propusesse a criação de um idioma nacional baseado nesse particularismo. Assim, os caracteres diferenciadores que surgiram (e espontaneamente surgem) na língua corrente não seriam “elementos de uma nova língua, mas enriquecimentos da mesma língua”⁴²⁷, ou seja, para esse pesquisador, o português seria livre para desenvolver-se de acordo com as especificidades linguísticas e mesológicas do ambiente onde ele é falado, sendo as suas transforma-

⁴²¹ Lima Sobrinho, 1977, p. 26.

⁴²² Lima Sobrinho, 1977, p. 35.

⁴²³ Elia, 1961, p. 129.

⁴²⁴ Fortes, s.d., p. 31.

⁴²⁵ Elia, 1961, p. 173.

⁴²⁶ Ribeiro, s.d., *apud* Elia, 1961, p. 121.

⁴²⁷ Ribeiro, s.d., *apud* Elia, 1961, p. 124.

ções fruto da legítima interação sociolinguística. Desenvolvimentos diversos no âmbito de uma mesma língua não criariam, nessa lógica, línguas diversas, “mas revela[ria]m os matizes, as variações, e a originalidade do pensamento americano”⁴²⁸. É dessa forma, conforme o professor, que

Para um português sensato, as diferenças entre a língua de José de Alencar e a língua tradicional dos escritores portugueses não tem importância absolutamente nenhuma, porque elas não dificultam no mais íntimo grau a sua perfeita compreensão por nós, porque em nada modificam a fisionomia da língua⁴²⁹.

Junto à “unidade linguística” entre Portugal e Brasil, Elia reconhece, entretanto, a “diversidade estilística” entre os dois países.⁴³⁰ Elia aponta para uma diferença significativa entre a língua portuguesa falada (na qual não seria possível insistir em um “estilo nacional”, mas em estilos nacionais ou dialetais) e a língua escrita, especialmente no seu recorte literário. Conforme Elia, apenas nesta última seria possível aceitar “um estilo literário nacional”⁴³¹. A hipótese de uma “diversidade estilística” talvez ajude a compreender como o estilo machadiano foi apreciado naquele início de século XX. Sílvia Elia, concordando com a tradição⁴³², afirma que o “estilo é o uso linguístico individual em oposição ao geral”. No entanto, acrescenta: “mas o geral não pode, no fundo, ser outra coisa senão a soma aproximadamente possível de todos, ou pelo menos dos mais importantes usos linguísticos individuais”⁴³³. Dessa forma, o “estilo nacional”, do ponto de vista literário, também seria uma espécie de soma aproximadamente possível dos usos individuais mais prestigiados: “quer dizer, existe na língua culta brasileira um estilo brasileiro, que se traduz por certa dosagem entre a linguagem adquirida da língua escrita e linguagem transmitida da

⁴²⁸ Ribeiro, 1979, p. 164.

⁴²⁹ Ribeiro, 1979, p. 76.

⁴³⁰ Ribeiro, 1979, p. 173.

⁴³¹ Ribeiro, 1979, p. 135.

⁴³² Para Pacheco e Lameira (Fávero; Molina, 2006), estilo era a “feitura característica, que dá ao dizer de cada um o modo especial, porque ele concebe, ordena e exprime os seus pensamentos”, ou seja, era modo particular com que um falante usava a língua para expressar-se, tanto na escrita quanto na fala. Na *Gramática Portuguesa*, de Augusto Freire da Silva (1836-1917), o estilo é definido como “um certo modo original ou particular, que tem cada homem na coordenação ou disposição das palavras e das proposições, quando fala ou escreve”.

⁴³³ Elia, 1961, p. 59.

língua falada”⁴³⁴. Ou seja, seria certo equilíbrio entre as realidades da língua (*i.e.*, entre a escrita de matriz clássica e portuguesa e a fala, eivada de brasileirismos) que constituiria o “estilo nacional”; “estilo” que, sem ser especificamente o de alguém, não é o de todo mundo, mas aquele capaz de unir as diferenças em torno de uma sensibilidade comum com a qual todos poderiam, em alguma medida, identificar-se. A despeito de não ser exatamente o de alguém, nada impede que um escritor se aproxime desse ideal de língua. Segundo Serafim da Silva Neto, por exemplo,

O brasileirismo literário não deve ser, pois, uma preocupação diferencial, um esforço de originalidade a todo o preço. O brasileirismo literário é, sim, uma atitude em face do material linguístico, uma atitude em face da concepção da vida e da visão do mundo. Ele se traduz pela desafetação, e pela naturalidade, uma vez que representa a estilização da linguagem corrente brasileira. O estilo brasileiro deve ser a fusão de nossa sensibilidade e sentido artístico com a fala diária. O brasileirismo literário é, pois, um espírito⁴³⁵.

A língua literária do Brasil

Em 28 de março de 1957, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Josué Montello ministrou a aula inaugural do Curso de Literatura Brasileira. A palestra, intitulada “A língua literária do Brasil”, consiste em um sumário mapeamento do processo de constituição e de autonomização da literatura brasileira, esquematizado em cinco vertentes:

a consciência do exotismo brasileiro; o sentimento nativista; a assimilação de influxos estrangeiros; o sentimento nacionalista, com a ciência da emancipação política; e, por fim, a adequação da língua literária à consciência da nacionalidade, com a formação de um estilo brasileiro de língua portuguesa⁴³⁶.

⁴³⁴ Elia, 1961, p. 139.

⁴³⁵ Silva Neto, *apud* Elia, 1961, p. 139.

⁴³⁶ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

Para Montello, é “no último desses aspectos [que] devemos identificar o elemento inicial da autonomia literária do Brasil”. Nesse sentido, o autor propõe uma leitura da tradição tendo como crivo, ou perspectiva, a questão da língua. Passando, brevemente, pela literatura “exótica”, que inspirou “cronistas e historiadores, senhores de engenho e poetas, governadores e missionários, viajantes e homens de ciência”⁴³⁷, até a literatura arcádica, com Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga, Montello chega à literatura romântica, em que, feita a independência política, a independência literária se apresenta com mais vigor. O palestrante retoma, então, o ensaio “Instinto de Nacionalidade”, em que Machado de Assis reconhece que, se ainda não existia, em 1873, uma literatura “na plena posse de suas originalidades”, estávamos, todavia, próximos dessa conquista. Em seguida, observa que a questão da diferenciação linguística já era censurada por Machado de Assis, quando ele questionava, por exemplo, a falta marcante de uma “pureza da linguagem” nos escritos de seus contemporâneos. Para Montello, como também já destacamos, Machado de Assis percebia bem que “o problema da língua literária se apresentava nas duas linhas de sua divergência polêmica”: “de um lado, colocavam-se os defensores da língua pura, fiéis aos padrões de vernaculidade lusitana; de outro, os apologistas de uma língua independente e livre, mais próxima da fala brasileira”⁴³⁸.

De acordo com Montello, a crítica machadiana se dirigia a escritores como Joaquim Manoel de Macedo, Martins Pena, Manoel Antônio de Almeida e, sobretudo, José de Alencar, “que, além de erigir-se em advogado ostensivo de uma expressão brasileira da língua portuguesa”, a pusera em prática nas suas obras. No entanto, para o romancista maranhense, a atitude de José de Alencar não correspondia à exaltação nacionalista, mas a uma “campanha construtiva, não para contrapor-se ao patrimônio da língua comum, mas para ampliar-lhe os domínios, com um novo estilo – estilo que se moldava sobre os valores do idioma transplantado”⁴³⁹. Para compreender esse “novo estilo”, que tem em Alencar um elo importante, Montello volta ao princípio. De certo modo, “a língua portuguesa, ao iniciar-se a colonização do Brasil no século XVI, completava o ciclo de sua evolução literária”.

⁴³⁷ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴³⁸ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴³⁹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*. Como argumentado logo acima, ao contrário do que sugere Montello, esse era, precisamente, o modo com que Machado lia Alencar.

Recebendo um idioma “opulent[o] no seu vocabulário e disciplinad[o] na sua gramática”, o Brasil ofereceu à língua portuguesa a “mais rica de suas aventuras”. De início, sugere Montello, a língua portuguesa “se impõe à língua do aborígene; em seguida, suplanta a língua do negro africano, e termina por disseminar-se”. No entanto, “a língua que assim se aclimata dissocia-se entre dois idiomas: de um lado, a língua escrita, de uma elite, fiel aos modelos portugueses; do outro, a língua do povo, solta, livre, espontânea, enriquecida e contaminada pelo influxo das línguas ameríndias e africanas”. A primeira dessas línguas, “assistida pelos padrões literários da metrópole, vai fluindo sem alterações substanciais, a segunda sensivelmente se modifica, distanciando-se da outra, num processo crescente de diversificação idiomática”. Feita a Independência em 1822, entretanto, “o que era uma decorrência da estrutura política passaria a ser uma opção”, ou seja: “continuar obedecendo aos moldes tradicionais da antiga metrópole ou assimilar as divergências idiomáticas da linguagem popular”⁴⁴⁰.

E porque o dilema não encontra a sua solução imediata, o romancista [José de Alencar], que preside à formação da literatura brasileira, vai processar-se com o choque de duas correntes na sua língua literária: a corrente que optou pelos modelos portugueses, cunhando o seu estilo à feição dos clássicos lusitanos, e a corrente que optou pela estilização da fala brasileira⁴⁴¹.

“Desde o início de sua carreira literária, José de Alencar alistou-se entre esses últimos. Não apenas como prosélito: [mas] como líder”. Assim, “se no romance ele [Alencar] se deixou conduzir pelos modelos de importação, no estilo o que predomina é a sua indiscutível originalidade”. “E eu estou inclinado a concluir”, complementa o conferencista, “que a significação do autor de *As minas de Prata* é maior como renovador da língua do que como primeiro grande mestre brasileiro”. Alencar, nesse sentido, “nada mais fazia do que atender ao instinto de revigoração da língua literária”, mesmo instinto que havia, décadas antes, impellido “Herculano, Garrett e Camilo a procederem em Portugal à reforma da prosa de língua portuguesa”. José de Alencar, portanto, “não se rebelava contra o gênio do idioma: queria unicamente

⁴⁴⁰ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴¹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

ajustá-lo à realidade linguística da nacionalidade brasileira”⁴⁴². Nesse sentido, se, por um lado, entre a língua literária e a língua popular não havia (como não há) identidade absoluta; por outro lado, “ao mesmo tempo que faz da língua popular a sua fonte de juventude, a língua literária impõe-lhe uma disciplina”. Essa seria, portanto, uma relação baseada em reciprocidade e interdependência. “Assimilando à língua literária algumas das peculiaridades da fala brasileira, Alencar obedecia, assim, a uma ordem natural do fenômeno linguístico”⁴⁴³.

Todavia, não teria sido em Alencar que a “fala brasileira, genuína, viva, natural, transborda da linguagem do povo para o texto literário”. Isso porque, “ao invés de guardá-la intacta, intencionalmente a tocou com o seu gosto de artista”⁴⁴⁴. A fala brasileira, sem mediações do “gosto do artista”, teria permanecido preservada no teatro de Martins Pena, uma vez que as suas personagens “são flagrantes da realidade, permanentemente redivivos pela genuinidade da conversa em que o comediógrafo os fixou”. Ao lado de Pena, destaca Montello que ainda havia quem preservasse na língua “o corte severo e límpido de uma pena perfeita de mestre português”. Escritores como João Lisboa, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e Odorico Mendes eram quem mais se aproximavam, pelo rigor castiço, da língua literária de Portugal. Gonçalves Dias, embora soubesse falar no tom dos antigos trovadores (como nas “Sextilhas de Frei Antão”) e, nesse sentido, devesse “inclinar-se, pelas razões de berço, de ambiente e de formação, no sentido da corrente ortodoxa, a que naturalmente pertence”, é, porém, quem “reconhece, em documento isento de qualquer paixão polêmica, que a língua do Brasil não poderia permanecer inalterada da imobilidade clássica”⁴⁴⁵, diz o poeta:

I - A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o português; II - Que uma coisa [foi] e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua; III - Que se estudem e muito os clássicos, porque é miséria grande não poder usar das riquezas que herdamos; IV - Mas que, nem só pode haver salvação fora do Evangelho de São Luís, como que devemos admi-

⁴⁴² Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴³ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴⁴ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴⁵ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

tir tudo o de que precisamos para exprimir coisas novas ou exclusivamente nossas; V - E que, enfim, o que é brasileiro e que “cuia” virá a ser tão clássico como porcelana, ainda que a não achem bonita⁴⁴⁶.

Tantos anos depois de Gonçalves Dias, seria Eça de Queiroz quem realizaria “o processo de reforma da língua literária do idioma comum”⁴⁴⁷. Segundo Montello, o autor português, “que estendeu a toda a geografia da língua portuguesa a sua influência de romancista e de estilista, parece ter sido no Brasil que[m] atuou de modo mais intenso, como reformador do idioma literário”, ou seja, teria sido Eça de Queiroz quem teria legitimado “muitas das liberdades idiomáticas que nos havia proporcionado, antes dele, a censura dos mestres portugueses”. No entanto, o influxo renovador presente em Gonçalves Dias e Eça de Queiroz foi interrompido pela intempestividade de Rui Barbosa, “que Rui atirou ao papel, na vivacidade nervosa do debate, todo o seu conhecimento das sutilezas e mistérios dos clássicos portugueses”, reatando com força, assim, a corrente ortodoxa da língua literária⁴⁴⁸.

Nesse período, será Coelho Neto, que professava com exaltação “a religião dos clássicos portugueses”, o escritor de mais intensa projeção. E será sobretudo contra ele que se levantará a geração modernista. Coelho Neto era, para esses autores, “a expressão mais típica do desencontro entre a língua literária e a realidade brasileira, na hora em que o transcurso do primeiro centenário de nossa autonomia política reclamava a autenticidade de uma expressão nacional”. No grupo modernista de 1922, foi Mário de Andrade quem primeiro procurou a “expressão genuinamente brasileira”. O modernista “buscava colher na linguagem popular a estrutura de uma língua literária que se contrapusesse, com a sua naturalidade e o seu vigor, ao idioma excessivamente convencional”⁴⁴⁹. No entanto, ainda segundo Montello,

O equívoco de Mário de Andrade, no seu propósito de encontrar a expressão brasileira da língua portuguesa, foi fazer coincidir a língua literária com a “Língua certa do povo”, do poema de Bandeira. E o que daí resultou,

⁴⁴⁶ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴⁷ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴⁸ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁴⁹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

longe de ser a genuína expressão que ele procurava, se reduziu por sua vez a um artifício, mais ou menos tão chocante quanto a língua literária de Coelho Neto, embora partindo de uma posição totalmente contrária à do romancista de Rei Negro⁴⁵⁰.

O estilo brasileiro buscado por Mário de Andrade já existia como realidade idiomática “à revelia de sua insurreição modernista”. Segundo Silva Neto, é da convergência entre a língua transmitida e a adquirida “que resulta a língua escrita, esteticamente depurada, inteira”. Como a linguagem transmitida, base da língua escrita, tomava um caminho próprio em relação ao português de Portugal, nada mais natural que a expressão literária brasileira divergisse relativamente da expressão portuguesa. Todavia, o que importava reconhecer era que, “no painel das nossas dessemelhanças”, prevalecia a conclusão, enunciada por Câmara Jr., de que “a língua de Portugal e do Brasil é ‘fundamentalmente una, já que continuam coincidentes as linhas mestras do sistema fonético, do sistema gramatical e do acervo vocabular’”⁴⁵¹.

Montello, portanto, afasta-se tanto da ortodoxia quanto da insurgência modernista (embora veja em Guimarães Rosa um novo movimento renovador) na busca por um equilíbrio, que ele encontra em Joaquim Nabuco, Gilberto Amado, Gilberto Freyre e, especialmente, em Graciliano Ramos, que atualiza a lição de Eça de Queiroz. Além desses, o escritor maranhense apresenta o “exemplo supremo” de um escritor que “alcançou o seu refinamento e o seu requinte, um pouco com a sua lição, outro tanto com as experiências que foi depurando [consigo] mesmo”⁴⁵². Para Montello, Machado de Assis teria se orientado desde cedo “pelo gosto das formas clássicas” e, assim, “viera evoluindo em seu límpido estilo, até alcançar um molde que não era mais o dos velhos mestres portugueses, já deixando transparecer, na sua concisão, no seu ritmo, no seu vocabulário, a assimilação gradual da fala brasileira”⁴⁵³.

⁴⁵⁰ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁵¹ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁵² Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

⁴⁵³ Terça-feira, 9 de abril de 1957, *Jornal do Brasil*.

O coloquialismo machadiano

O ensaio de Montello, embora problemático⁴⁵⁴, é oportuno por apresentar a associação entre fala e escrita na constituição da língua literária brasileira e, seguidamente, identificar, tal como Candido, Machado como um exemplo de equilíbrio entre essas duas instâncias. Astrojildo Pereira, reiterando esse aspecto, comenta que Machado formula, “com rigorosa exatidão, o movimento dialético de interação entre a linguagem popular e a linguagem literária ou erudita”⁴⁵⁵. Interessante, nesse sentido, as considerações de Câmara Jr., que discute um aspecto central da obra machadiana, a saber: o coloquialismo. Para o linguista, tal aspecto resume-se, em Machado, na “tendência a reduzir uma das antinomias mais nítidas da atividade linguística, qual é a que existe entre a linguagem oral e a linguagem escrita”⁴⁵⁶.

Em se tratando da vertente estilizada da língua, *i.e.*, da literatura, não raras vezes há um esforço em depurar a língua de acréscimos provenientes da realidade da fala. Além disso, a partir da modernidade, o modelo formal de comunicação literária transformou-se: enquanto na antiga Roma, por exemplo, as histórias eram contadas a um público, na modernidade a leitura tornou-se solitária. Nesse sentido, as referências ao leitor e, conseqüentemente, as marcas linguísticas desse contato, passaram gradativamente a desaparecer da estrutura narrativa da prosa escrita. Segundo Mattoso Câmara Jr., essa discussão importa sobretudo porque Machado de Assis, relativamente contra o seu tempo, mobilizou constantemente as referências ao leitor, movimento caracterizado pelo linguista como coloquialismo.

Embora o autor se concentre apenas nesse aspecto restrito do coloquialismo machadiano (referências ao leitor), a sua leitura implica necessariamente a percepção de que Machado de Assis aproxima a “linguagem oral e a linguagem escrita”⁴⁵⁷, leitura essa que pode

⁴⁵⁴ Entre muitas outras razões, sobretudo porque Montello produz uma narrativa um tanto pacificada da história da implementação da língua portuguesa, ignorando, por exemplo, que, até o século XIX, o português correu risco de desaparecer em determinadas regiões suplantado por línguas dos povos originários; nesse sentido, ele parece sugerir que o português teria simplesmente “vencido” as línguas indígenas e os falares africanos quando, na verdade, se considerarmos “proporções e probabilidade, a ideia de que o contingente numericamente dominante de africanos, indígenas e mestiços é que vai dar o tom da língua que se instalará em nosso país não só parece muito mais sedutor do que aquele estranho modelo de um caldeirão português recebendo pitadas disso e daquilo” (Galindo, 2022, p. 180). Conforme Galindo (2022, p. 21), o português que falamos “é resultado do que essas pessoas tiveram que fazer para aprender a tal língua de Camões e, no processo, deixá-la coberta com as suas marcas”.

⁴⁵⁵ Pereira, 1991, p. 65.

⁴⁵⁶ Câmara Jr., 1962, p. 81.

⁴⁵⁷ Câmara Jr., 1962, p. 81.

ser ampliada. Para Mattoso Câmara Jr.⁴⁵⁸, o autor de *Páginas Recolhidas* “tinha em elevadíssimo grau o entendimento da língua viva”, ou seja, Machado compreendia a língua não como uma realidade estática, mas como uma instância de comunicação ao mesmo tempo herdada e transformada. Sem ser purista, Machado reconhecia as inovações, mas não aquelas que, para ele, alteravam, demasiada e desnecessariamente, a língua. A hipótese de Mattoso Câmara Jr. é que Machado usa os brasileirismos de forma intencional para realçar determinados efeitos: “cachorro”, brasileirismo, traduz uma relação afetiva, enquanto “cão”, forma culta, caracteriza o animal. Em um romance como *Quincas Borba*, a variação dos termos corresponde a essa variação semântica, que cumpre uma finalidade estética.

Para nossa análise, porém, importa apenas o pressuposto, aceito por Mattoso Câmara Jr., de que, nas palavras de Charles Bally, “a língua literária se contenta em transpor, para uso seu, os temas que encontra na língua de toda gente”⁴⁵⁹. Nesse sentido, poderíamos dizer que as inovações linguísticas que Machado incorpora (no caso, os brasileirismos) estavam presentes na linguagem comum do “povo” (“cachorro”, “botas” etc.). Isso quer dizer que Machado, ao contrário dos brasileiristas que defendiam incorporação indiscriminada de variações lexicais, forçando assim a circulação desses vocábulos, incorporava à linguagem escrita brasileirismos consolidados (ou em consolidação) na língua. Nas palavras de Câmara Jr., o que Machado efetivamente “pretendia era elaborar uma língua escrita literária na base da nossa fala corrente, da mesma sorte que o francês clássico, o italiano de Dante, o português de Camões se cristalizaram pela lenta elaboração do romance vulgar”⁴⁶⁰. Hemetério José dos Santos, ao questionar os “plebeísmos no dizer”, testemunha a busca machadiana por uma proximidade com a fala corrente, rechaçada pelo professor⁴⁶¹.

Nesse mesmo sentido, Mário Matos, para quem a linguagem machadiana era “inconfundível como o diamante”, “o instrumento de seu triunfo”⁴⁶², sugere, a partir de Teixeira Soares, que Machado teria sido o “primeiro escritor entre nós que soube aproximar o mais possível a palavra escrita da palavra oral, quer dizer, quem primeiro

⁴⁵⁸ Câmara Jr., 1962, p. 13.

⁴⁵⁹ Bally, 1926, p. 111, *apud* Câmara Jr., 1962, p. 24.

⁴⁶⁰ Câmara Jr., 1962, p. 93.

⁴⁶¹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁴⁶² Matos, 1939, p. 142.

escreveu com espontaneidade”⁴⁶³. Mais à frente, afirma ainda que, “entre a tendência a escrever como os clássicos e o pendor para a linguagem corrente e familiar, [Machado] adota o meio termo, guiado pela naturalidade e inteligência do vocábulo específico”⁴⁶⁴. A virtude machadiana, na linguagem, “é medida, equilíbrio, graça na expressão natural. É o desejo enfim de que se deve falar corretamente e escrever como se fala. É oralidade no estilo”⁴⁶⁵. Assim, para Matos, a nota mais viva do estilo machadiano era a oralidade. Essa opinião aparece na fala coetânea de Oliveira Lima, quando ele insiste que Machado utilizava “uma língua corrente e correta”⁴⁶⁶.

Barbosa Lima Sobrinho, ao discutir a língua portuguesa e a unidade linguística do Brasil, também insiste que a linguagem de Machado de Assis “se adaptava melhor ao uso corrente, aproximando-se da linguagem falada”⁴⁶⁷. Machado, segundo o estudioso, não desfazia dos clássicos, “nem os imitava, redigindo com simplicidade e renovando o idioma sob a influência da linguagem falada, que ele procurava acompanhar no seu desenvolvimento natural, como quem procura encontrar o instrumento indispensável, para se comunicar com o povo de sua terra”⁴⁶⁸. Sintetizando o paradoxo, Lima Sobrinho afirma que “não há linguagem mais brasileira do que a de Machado de Assis, nem escritor que se haja inspirado mais nos modelos clássicos, o que vale dizer na tradição portuguesa”⁴⁶⁹, e continua:

Machado de Assis, apesar da convivência com os clássicos, soube encontrar um estilo acessível e fluente. Mais que correção da frase, os mestres antigos lhe ensinaram a fidelidade ao gênio do idioma, para que se pudesse mover com a liberdade de ação de um escritor emancipado de obsessões puristas. Escrevia com simplicidade, dono de um vocabulário preciso, sem ostentações de riqueza léxica. Não tolerava os estilos guindados, as expressões artificiosas e pedantes, o que sempre houve de postiço na literatura nacional⁴⁷⁰.

⁴⁶³ Matos, 1939, p. 109.

⁴⁶⁴ Matos, 1939, p. 313.

⁴⁶⁵ Matos, 1939, p. 142.

⁴⁶⁶ 21 de novembro de 1904, *Gazeta de Notícias* (Machado, 2003, p. 274).

⁴⁶⁷ Lima Sobrinho, 1977, p. 93.

⁴⁶⁸ Lima Sobrinho, 1977, p. 89.

⁴⁶⁹ Lima Sobrinho, 1977, p. 92.

⁴⁷⁰ Lima Sobrinho, 1977, p. 92.

Mário Casassanta e Godim da Fonseca também apontam, cada um ao seu modo, o coloquialismo machadiano. Para este, Machado continuou, durante toda a vida, “misturando doce de coco na linguagem, abasileirando-a até onde podia ir sem escândalo dos medalhões”⁴⁷¹. Para aquele, a feição característica de Machado era “enriquecer os seus meios de expressão com o aproveitamento da produção atual e regular da boca do povo”⁴⁷². Machado teria elaborado “a sua tábua de valores” ao colher “os conceitos e os preconceitos dominantes”, ganhado, com isso, “uma língua saborosa, mistura de portuguesa e brasileira, que melhor do que ninguém soube disciplinar e fixar”⁴⁷³. No que concorda Astrojildo Pereira:

Era a preocupação, poder-se-ia dizer, de nacionalizar a maneira de exprimir-se a língua portuguesa usada no Brasil. Machado buscava nos clássicos da língua comum o que havia de genuíno, o que permanecia vivo e seivoso, submetendo a preciosa colheita ao necessário processo de assimilação e adequação às condições peculiares do nosso meio. Simultaneamente, buscava os modismos admissíveis, as espontâneas invenções do frasear, o timbre diferenciado, a maneira própria de pensar, para incorporá-los, devidamente filtrados, à nossa língua literária. Eis, no que se refere a linguagem, e ao estilo, a sua grande lição nacionalista⁴⁷⁴.

Barreto Filho, insistindo na relação entre o moderno e o tradicional, que parecer ter sido para essa tradição a grande contribuição machadiana, afirma que a força secreta de Machado “e o seu poder de comoção sobre a nacionalidade vem de uma impregnação poderosa e demorada dos elementos populares e das suas constantes tradicionais”⁴⁷⁵. Portando-se como um “verdadeiro artesão”, Machado de Assis teria lapidado o “instrumento de que se utilizaria, isto é, a língua por ele criada, que se ia banhar constantemente nas claras nascentes do português clássico, mas que não perdia com isso a graça e a singularidade de um produto tropical”⁴⁷⁶. Nesse sentido, o sistema de ideias machadiano constituiria “um patrimônio comum, que se comunica a todos, produ-

⁴⁷¹ Fonseca, s.d., p. 119.

⁴⁷² Casassanta, 1939, p. 26, *apud* Pereira, 1991, p. 62.

⁴⁷³ Casassanta, 1939, p. 34, *apud* Pereira, 1991, p. 62.

⁴⁷⁴ Pereira, 1991, p. 63.

⁴⁷⁵ Barreto Filho, 2014, p. 31-32.

⁴⁷⁶ Barreto Filho, 2014, p. 67.

zindo-se a surpresa de um encontro entre o grande trabalho de erudição e de cultura e o insondável sentimento da comunidade”⁴⁷⁷.

Por fim, vale a pena retornar a Mattoso Câmara Jr. Ao que tudo indica, o linguista seria contrário à tese de Machado como um “renovador da língua”, acompanhando aqui Aurélio Buarque de Holanda⁴⁷⁸, cuja “autorizada opinião” foi inquirida antes da publicação dos *Ensaio Machadianos*. Seja como for, ao falar da elaboração de uma “língua escrita literária na base da nossa fala corrente”, o autor parece anteciper, em alguma medida, a hipótese de Bechara, segundo a qual Machado visava a constituição de uma “unidade idiomática”. Embora detenha-se na questão do coloquialismo, a “língua comum” parece latente na fala do ilustre linguista:

Já o objetivo de Machado de Assis é a aproximação da linguagem falada, o coloquialismo em suma, para que a narrativa escrita adquira a naturalidade e espontaneidade de um relato oral. A sua atuação purista é no sentido de um enobrecimento da língua da conversação, que ele sente no Brasil relaxada e amorfa. Em vez de amoldar-se a ela, como fez por exemplo Manuel Antônio de Almeida, que também usou o coloquialismo narrativo, ele quer apurá-la, torná-la nítida e expressiva, concorrer enfim para que se elabore no Brasil um *volgare* no sentido quatrocentista italiano⁴⁷⁹.

A mediania machadiana

Machado de Assis, em seu tempo, acompanhou com interesse os debates em torno da língua falada no Brasil, sobretudo porque não foram raras as vezes que esse debate ganhou ares polêmicos na imprensa. Encoberto pelo véu da ironia que geralmente o protegia em suas crônicas, chegou mesmo a comentar aspectos do problema. Machado, por exemplo, escreveu sobre analfabetismo, sobre leitura, sobre o ensino e as transformações no currículo, sobre o movimento literário, sobre a relação entre portugueses e brasileiros, sobre o problema da “escrita fonética”, sobre galicismos e anglicismos, dentre

⁴⁷⁷ Barreto Filho, 2014, p. 194.

⁴⁷⁸ Cf. em seguida.

⁴⁷⁹ Câmara Jr., 1962, p. 94.

uma infinidade de outros temas. Em todos os casos, porém, Machado adotou uma posição distanciada, mas atenta e coerente. Martino, após analisar algumas crônicas machadianas, percebe que, embora evite alguns “estrangeirismos desnecessários”, como pontuou Magalhães de Azeredo⁴⁸⁰, Machado abre mão de tantos outros “para conversar mais de perto com seus leitores, pois crê que a língua do povo, que emprega esses estrangeirismos no seu dia a dia, pode muito bem conviver ao lado da língua considerada culta pelos puristas”⁴⁸¹. Em alguma medida, é essa unidade, esse equilíbrio no uso da língua, que contemporâneos e pósteros sugerem ter Machado construído por meio da sua literatura – ou, melhor dizendo, por meio do uso e da lapidação do seu estilo.

Para Cândido Jucá Filho, essa é uma questão vital: “um grande escritor acha-se frequentemente perplexo diante deste problema: obedecer à gramática, à tradição, e angariar a fama de técnico, ou seguir o seu próprio temperamento, a sua própria individualidade e granjear o renome de excêntrico”⁴⁸². As reincidentes referências ao estilo machadiano – feita por amigos e detratores – talvez sugeriram que Machado de Assis buscou, tanto quanto pôde, construir uma ponte entre o clássico e o contemporâneo, ou, pelo menos, que essa foi uma importante percepção sobre a sua obra. Nesse sentido, tanto na recepção crítica quanto em atos institucionais, Machado será apresentado a partir da sua relação com a língua portuguesa. Em 1904, por exemplo, quando foi efetivado como correspondente estrangeiro da Academia de Ciência de Portugal, o relator, José de Sousa Monteiro, apontou justamente o “amor à língua portuguesa” como uma das virtudes do novo membro da instituição:

Para que haja em sua pena tanto e tão intencional respeito pela língua portuguesa, pelo gênio que a assinala, pelas tradições que a enobrecem, pelo que constitui o mais vivo de seu ser, é mister que haja em seu coração bem intenso amor à pátria portuguesa. A pena acusa simplesmente o que recata o coração. Machado de Assis quer à língua portuguesa com afeto intenso. Não sei se este afeto ele o confessou alguma vez. Sei que praticamente o afirma em seus livros, quase em cada página⁴⁸³.

⁴⁸⁰ Cf. em seguida.

⁴⁸¹ Martino, 2013, p. 132.

⁴⁸² Jucá Filho, 1939, p. 7.

⁴⁸³ Magalhães Jr., 2008, p. 216.

No entanto, acrescenta Monteiro:

Não pretendo asseverar que não haja, nos mais ilustres escritores brasileiros, que não haja em Machado de Assis brasileirismos. Há. E nem sempre bons, nem sempre plausíveis. Mas há-os até em português. E usados com moderação e o tato fino inseparável dos escritores que valem, podem ser e são, não raro, donaire e garbo⁴⁸⁴.

Essa dimensão afetiva com a língua portuguesa, e com as transformações derivadas do seu uso no Brasil, aparece também em Lúcia Miguel Pereira. Para a biógrafa, a sutileza linguística machadiana – criar matizes entre o português brasileiro e o de Portugal – é tributária da sintaxe que conformou o seu ambiente idiomático: tanto a mãe, Maria Leopoldina, quanto a esposa, Carolina, eram portuguesas – esta do Porto e aquela dos Açores:

Autodidata, tendo aprendido a língua por esforço próprio, Machado, se teve, desde o início, o senso do estilo, foi, a princípio, um escritor incorreto. O tom da frase era bom, coeso e coerente, mas quantos deslizos nas minúcias. Nunca se entendeu bem com a ortografia, craseava os a de maneira fantasista, e os pronomes então eram uma lástima. Carolina, habituada à língua de Camilo Castelo Branco, foi-lhe sem dúvida uma conselheira segura, temperou a sua doçura brasileira com a correção portuguesa⁴⁸⁵.

“E nessa simplicidade e nesse equilíbrio [Machado] fez o milagre de aliar o gênio da língua, o sabor vernáculo, às modificações introduzidas pelo falar brasileiro”⁴⁸⁶. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, por seu turno, enceta opinião parecida. Para ele, a grande virtude machadiana estaria em “conciliar – e nem sempre – as exigências da sintaxe de além-mar com a mais corrente entre nós, sem nunca transgredir, porém, com os seus princípios de cultor extremado do idioma”⁴⁸⁷. Essa dimensão não passou despercebida aos contemporâneos de Machado. Os comentários nesse sentido foram exaustivos, mas esclarecedores. Magalhães de Azeredo, ao comentar *Quincas Borba*, tece importantes considerações sobre a concepção machadiana de língua. Depois de

⁴⁸⁴ Magalhães Jr., 2008, p. 216.

⁴⁸⁵ Pereira, 1936, p. 130.

⁴⁸⁶ Pereira, 1936, p. 330.

⁴⁸⁷ Ferreira, 2007, p. 4.

insistir que a superioridade da linguagem machadiana estava em guardar zelosamente “toda a pureza e correção dos clássicos, aliando com sapiente equilíbrio aos benefícios do progresso”, afirma:

Machado de Assis compreende bem que um idioma é o reflexo de uma época e de uma civilização, e, portanto, não se pode mumificar, eternamente estacionário nos mesmos moldes; é mister que viva com o povo que o faz veículo das suas ideias e dos seus sentimentos, e passe, como ele, por todas as modalidades que importa a cada fase da sua existência coletiva; mas compreende também, por outro lado, que essas modalidades não lhe podem influir na essência, não lhe podem alterar senão a forma; compreende que quem é rico não precisa viver de empréstimos, e por isso proscreve dos seus escritos toda locução estrangeirada e desnecessária; compreende que não devemos atirar por cima dos moinhos as joias mais preciosas do tesouro vernáculo, e por isso reintegra em seus foros de cidade genuínas frases e construções, ineptamente relegadas na vala comum dos arcaísmos obsoletos⁴⁸⁸.

Viva, a língua acontece no tempo: transforma-se seguindo os imperativos da época. Mas, para Machado, as transformações, se necessárias, não poderiam “influir na essência”, ou seja, não poderiam fazer do português um idioma estranho a ele próprio. Afastando as “locuções estrangeiras”, não teme Machado reintroduzir arcaísmos: desde que não afetem a estrutura, as mudanças fazem parte da dinâmica da língua. É nesse sentido que o diplomata Sousa Bandeira, assumindo posição análoga, afirma que autor de *Falenas*

[passaria] às gerações futuras como o escritor que aliou o espírito verdadeiro da língua às necessidades oriundas das transformações sociais, fugindo ao mesmo tempo dos dois extremos cujo exagero orça pelo ridículo: a vulgaridade nas expressões que nivela a linguagem literária às grosserias do plebeísmo, ou o túrgido gongorismo dos escritores que à cata de maior elevação no dizer, enchem os seus escritos de frases feitas, de vocábulos retirados aos dicionários, ou de redundância enfáticas, em que se diluem os pensamentos os mais elevados⁴⁸⁹.

⁴⁸⁸ *O Estado de São Paulo*, publicado entre os dias 24, 26 e 27 (Machado, 2003, p. 174).

⁴⁸⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Araripe Júnior, Oliveira Lima, Olavo Bilac e Alcides Maya também descrevem a mediania machadiana. Para o primeiro, o português machadiano, “sem deixar de ser puríssimo, muito longe [estava] do guindado quinhentismo”⁴⁹⁰. Conforme o segundo, o estilo machadiano era “limpo e castiço, sem sombra de pedanteria nem esforços de purismo, tampouco crivado de neologismos”⁴⁹¹. Para o terceiro, há na linguagem de Machado “alguma coisa de velha e desusada: o carinho com que trata a língua portuguesa e a fidelidade com que, sacerdote de uma crença quase morta, zela a sua primeira pureza”⁴⁹². E, para o último,

Machado de Assis é um artista novo do português novo: a frase harmoniosa, tersa, ladina sem ser culturana, expande uma sensibilidade toda de hoje. Enriqueceu o vernáculo de páginas admiráveis; suavizou de graciosidade a velha sintaxe da língua, revestindo-a, ritmando-a originalissimamente, sem que ela perdesse a pureza, nem se mobilizasse no módulo oracional clássico. O seu estilo é profundamente pessoal, é moderno, e já é brasileiro na corrente nervosa que em frêmito recôndito e constante o atravessa, na flexibilidade dos termos lógicos, na potência de sugestão, no sentimento, nas imagens, em todas as suas modalidades⁴⁹³.

Além dessas figuras, também Nunes Vidal, pseudônimo de Nestor Vítor (1868-1932), recebendo as *Relíquias da Casa Velha*, diz que “das superioridades que se encontram na obra do sr. Machado de Assis, a que se torna geralmente mais sensível é a boa língua, a que todos se apegam para justificar a admiração em que dizem que o têm”⁴⁹⁴. Além disso, Vidal ainda aponta, brevemente, a especificidade compositiva da linguagem de Machado de Assis:

Ela [a “boa língua”] não é propriamente velha; propriamente nova também não é; não tem dúvida de que é boa, mas nem sempre o que se pode chamar rigorosamente correta do ponto de vista lusitano, vindo como vem cheia de modismos brasileiros, registrando melindrosamente os nossos *quês*, refletindo, maleável, a nossa blandícia tropical⁴⁹⁵.

⁴⁹⁰ *Dezesseis de Julho*, 6 de fevereiro de 1870 (Oscar Jagoanharo) (Machado, 2003, p. 77).

⁴⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 21 de novembro de 1904 (Machado, 2003, p. 274).

⁴⁹² Magalhães Jr., 2008, p. 316.

⁴⁹³ Maya, 2007, p. 95.

⁴⁹⁴ *Os anais*, 15 de março de 1906 (Machado, 2003, p. 282).

⁴⁹⁵ *Os anais*, 15 de março de 1906 (Machado, 2003, p. 282).

Maleável, adaptada à nossa blandícia tropical, a linguagem machadiana seria vernacular sem ser exagerada, moderna sem ser grosseira. Para Aurélio Buarque de Holanda, esse aspecto linguístico, caracterizado pela articulação desses dois “extremos” (tradição e progresso; manutenção e transformação; arcaísmo e brasileirismo), soma-se, ainda, ao estético: Machado “tem a grande virtude de ser um dos raros homens de letras brasileiros em quem se realiza uma sábia harmonia do gramático com o escritor”⁴⁹⁶. Ele seria, portanto, o melhor exemplo da “perfeição da língua aliada à elegância sóbria do estilo”⁴⁹⁷. Essa opinião também era coetânea. Hélio Lobo, no já citado artigo “O culto do vernáculo”, também enxergava a linguagem machadiana entre essas duas tendências – a gramatical e a estética:

Não que ele, joalheiro da frase, fosse um “gramático”, na genuína expressão do vocábulo. Não o era porque toda a sua obra constituía a negação dessa individualidade pretensiosa afeita a testilha sempre com as qualidades superiores da língua. O gramático é mau escritor. E Machado de Assis esquivou, a todo seu poder, o cenáculo dos da casa dos *grammatici certant*, ele que, para luzimento do livro e na expressão de Castilho António, nunca se desprezou de “chamar e tornar a chamar dez vezes à unha a obra já perfeita”, e escrevia e reescrevia como a raça insigne de Alexandre Herculano e Francisco Manuel de Mello, em terras portuguesas⁴⁹⁸.

Embora a ênfase no estilo do escritor seja um tópico retórico recorrente no período, a linguagem machadiana parece ter, de fato, sobressaído-se, constituindo-se quase como uma “língua nova”. É o que sugere Alcindo Guanabara, para quem Machado “tinha um estilo seu, próprio, singular, único na nossa e, quiçá, em alheias línguas”. Entusiasmado com o estilo machadiano, Guanabara afirma: “não sei se direi demais, dizendo que tinha, ou que fizera, uma língua nova, que novo ou, pelo menos inconfundível, era o [português] que tratava”⁴⁹⁹. O interessante, na expressão de Guanabara, é que não se trata exatamente de uma “nova-língua” (que parece indicar alterações pro-

⁴⁹⁶ Ferreira, 2007, p. 7.

⁴⁹⁷ Ferreira, 2007, p. 8.

⁴⁹⁸ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁴⁹⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

fundas em um idioma), mas, precisamente, de uma “língua-nova”, ou seja, Machado, ao fazer um uso diferenciado do português, teria mesmo criado uma nova e inconfundível língua. Décadas depois, Barreto Filho, embora não aponte exatamente o estabelecimento formal de uma nova língua, chega, todavia, a comentar o caráter renovador da prosa machadiana: “no seu manuseio, Machado se apropria do gênio da língua e poderá por isso renová-la e enriquecê-la como quem desenvolve as suas possibilidades sem alterar a sua índole”⁵⁰⁰. Mais adiante, o crítico fala ainda em uma “forma nova”, ancorada na tradição trágica, e em um “português novo”, criado por Machado:

A forma nova que adotou inclui uma língua castiça, precisa, de sabor arcaico muitas vezes, porém suficientemente dúctil para se acomodar as sutilezas de sua análise psicológica. Não é uma língua puramente erudita, mas é uma utilização lúdica e cultural da contribuição do povo, conforme a dosagem que ele prescreveu e definiu, no ensaio Instinto de nacionalidade. É um português novo, esperto e flexível como o espírito carioca, mas integrado já, pelo seu polimento, na tradição castiça da língua⁵⁰¹.

Aurélio Buarque de Holanda, no entanto, não chega tão longe. Inclusive, o lexicógrafo, no ensaio sobre a linguagem e o estilo do autor de *Esau e Jacó*, parece mesmo reagir contra essa hipótese (a hipótese de uma “língua-nova” machadiana), condenando aqueles que exageravam o papel de Machado como “renovador da língua, sobretudo no sentido de a ela haver imprimido um cunho brasileiro”⁵⁰². Holanda contrapõe-se, mesmo indiretamente, a Jucá Filho, que havia defendido que Machado, ao “aceitar como boa a colaboração da plebe”, iniciou um “movimento reformador”, tal como Garrett⁵⁰³. Assim, embora reconheça a virtude de articular a “perfeição da língua aliada à elegância sóbria do estilo”, o lexicógrafo não vê nisso indícios do “espírito brasileiro” que, ademais, “não era bastante vivo em Machado”⁵⁰⁴.

A diferença entre as percepções de Holanda e Bechara é não só interessante como sintomática, e tem que ver, sobretudo, com a

⁵⁰⁰ Barreto Filho, 2014, p. 68.

⁵⁰¹ Barreto Filho, 2014, p. 132-133.

⁵⁰² Ferreira, 2007, p. 4.

⁵⁰³ Jucá Filho, 1939, p. 17.

⁵⁰⁴ Ferreira, 2007, p. 29.

concepção de língua subjacente. Para Aurélio Buarque de Holanda, Machado não seria um renovador da língua porque, “bem pesadas as coisas, Machado, além de desossar um pouco o português de Portugal, não fez mais que introduzir nas suas páginas alguns brasileirismos, quase todos léxicos”⁵⁰⁵. Nessa perspectiva, uma renovação substancial na língua implicaria a adoção de brasileirismos lexicais, morfológicos e sintáticos. A Machado, que sempre tivera espírito conservador, teria faltado, para tanto, “audácia, rebeldia, espírito isento de compromissos com a tradição”⁵⁰⁶. Evanildo Bechara, note-se bem, também não vê em Machado um “renovador da língua”, tampouco o criador de uma língua nova (Machado é, em última instância, um escritor vernacular), mas, sim, alguém que intuiu, a partir do mestrado de Manuel de Melo⁵⁰⁷, uma concepção de língua e gramática bastante inovadora para o seu período: para Bechara, Machado tece considerações “ausentes nos compêndios escolares do seu tempo”⁵⁰⁸. Assim, o “espírito brasileiro” machadiano não deveria ser buscado em uma vultosa incorporação de brasileirismos, como parece sugerir Holanda⁵⁰⁹, mas naquele esforço de consolidação de uma “língua comum” por meio da qual se poderia acessar um “sentimento íntimo” de nacionalidade.

Instinto de nacionalidade, ou o poder diferenciador

Feito esse percurso, que encontra no estilo machadiano a mediania entre o antigo e o moderno, vale a pena retornar ao “Instinto de Nacionalidade”. Sérgio Luiz Prado Bellei afirma que, para Machado, a verdadeira nacionalidade em literatura não estava “nos

⁵⁰⁵ Ferreira, 2007, p. 5.

⁵⁰⁶ “Isso, está claro, não importa negar nacionalismo à obra de Machado de Assis. Ou, pelo menos, regionalismo. Não. Há nela muita coisa da nossa terra, particularmente do meio carioca” (Ferreira, 2007, p. 5-6).

⁵⁰⁷ Cândido Jucá Filho (1939, p. 39), por outro lado, constrói sua hipótese (de Machado como renovador da língua) não a partir de uma aproximação com as correntes filológicas do tempo, como Bechara ao insistir na novidade da concepção de gramática presente em Machado, mas através do contato de Machado com o movimento romântico português.

⁵⁰⁸ Bechara, 2009, p. 24.

⁵⁰⁹ Para Bechara (2007, p. XI), Aurélio, ao comentar o estilo de Machado, “tinha ainda suas atenções voltadas para os aspectos normativos que dominavam entre nós os estudos do idioma até a década de 1940”. É sob essa orientação que se articula a compreensão de língua subjacente ao ensaio. Todavia, Bechara destaca também que, a despeito do caráter normativo, o gramático não ficou “atrelado a uma visão estreita de puristas, nem sempre bem apetrechados para essas incursões, como, por exemplo, acontecia com Cândido de Figueiredo. Suas fontes boas eram Mário Barreto, Antenor Nascentes, José Otílica e Heráclito Graça”.

temas nacionais que constituem apenas um efeito, mas no ‘instinto’ que, como vigor originário e ainda inconsciente de si mesmo, pode, mas não precisa necessariamente, conduzir o escritor e o leitor à procura da cor local”⁵¹⁰. Para Bellei, portanto, esse sentimento íntimo é, na poética machadiana, “uma força capaz de gerar diferença em qualquer assunto a que se atenha”⁵¹¹.

É, portanto, uma perspectiva adquirida em um contexto cultural que, sendo diferente de outras perspectivas, modifica toda obra que compõe, ao impregna-la com o seu poder diferenciador. Dizendo de outro modo, é a maneira diferenciadora deixada no indivíduo pela cultura que o constitui e que se manifesta em cada ato criador⁵¹².

Esse “poder diferenciador” não tem que ver, necessariamente, com a adoção de elementos que seriam especificidades nacionais, mas com a “recomposição de um tema qualquer no contexto de um alfabeto linguístico e cultural específico”⁵¹³. Essa recomposição, entretanto, sendo uma força, não é um esforço: é o que a cultura lega à coletividade. Como sugere José Luís Jobim, Machado de Assis teria mobilizado uma concepção do nacional como “identidade herdada”, ou seja, para ele, “a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, pertencer a determinada raça e falar determinada língua”⁵¹⁴. É, portanto, essa “herança” que deveria ser trabalhada pelo escritor verdadeiramente nacional, e não um qualquer aspecto isolado. Para Machado, “a pulsação do escritor com fisionomia própria faria com que ele imprimisse rumores de si e do meio, naturalmente, e a poesia tirada de si mesmo estaria infiltrada de vida nacional”⁵¹⁵. Feito isso, “as fisionomias próprias de todos os escritores dariam a fisionomia própria do pensamento literário brasileiro”⁵¹⁶.

⁵¹⁰ Bellei, 1992, p. 54.

⁵¹¹ Bellei, 1992, p. 54.

⁵¹² Bellei, 1992, p. 55.

⁵¹³ Bellei, 1992, p. 54.

⁵¹⁴ Jobim, 2016, p. 712. Como também mostra Jobim, Machado e Sílvio Romero concordariam nesse aspecto, diz Romero (1897, p. 17): “tome Machado de Assis um motivo, um assumpto entre as lendas eslavas, há de tratá-lo sempre como brasileiro, quero dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das coisas, aquele *tíc*, aquele sestro especial, se assim devo me expressar, que são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira”.

⁵¹⁵ Luz, 2018, p. 127.

⁵¹⁶ Luz, 2018, p. 127.



Como diria Herbert Fortes, “podemos dizer que, em princípio, a língua de um povo é aquela que ele ‘ouve’ sem ‘escutar’ – ouve compreendendo ou sentindo”⁵¹⁷. É um “conteúdo histórico e social” que faz com que os brasileiros, na língua e no que é propriamente seu, se identifiquem, sem que isso demande esforço. Embora Fortes não atribua esse predicado a Machado, considerado por ele um autor de “ontem”⁵¹⁸, Lúcia Miguel Pereira parece fazê-lo. Para a biógrafa, uma sensibilidade brasileira sutilmente perpassa a linguagem machadiana:

No contorno nítido dos seus períodos, na naturalidade das suas expressões, se insinua, dentro das linhas tradicionais do vernáculo, alguma coisa de familiar, um tom diferente, que faz o brasileiro reconhecer como seu, como fruto da sua raça e do seu solo esse homem que “prosava como Luiz de Souza”⁵¹⁹.

Do seio dessa linguagem castiça se explicita um “tom diferente”. Para Machado, a literatura brasileira não deveria recorrer exclusivamente à “cor local”, o português brasileiro também não deveria incorporar todas as mudanças lexicais, sintáticas e morfológicas. Dito de outro modo, assim como nossa literatura não seria mais brasileira por mobilizar, de modo forçado, elementos como a “cutia”, o “jacaré”, a “palmeira”; a língua portuguesa também não se tornaria mais nacional por aceitar “todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma”⁵²⁰. Nesse sentido, o “sentimento íntimo” corresponde, do ponto de vista da língua, a uma “unidade idiomática” que daria à fala de cada um indivíduos que permitiriam uma identificação da sua origem (como aponta Pagliaro), ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (como alvitrava Machado).

Entre tradição e modernidade, entre a defesa retrógrada do purismo camoniano e a incorporação insensata de brasileirismos de toda ordem, Machado de Assis soube construir, de forma equilibrada e esteticamente sofisticada, um estilo seu, em que estavam presentes

⁵¹⁷ Fortes, s.d., p. 16.

⁵¹⁸ Fortes, s.d., p. 175.

⁵¹⁹ Pereira, 1936, p. 330.

⁵²⁰ Machado de Assis, 2013, p. 440.

os aspectos linguísticos centrais das variantes brasileiras. Para José Barreto Filho, esse teria sido o grande ensinamento machadiano: “estilizar a nossa sensibilidade sem alterar a sua nota essencial”. Em outras palavras, Machado teria renovado e enriquecido o idioma “como quem desenvolve as suas possibilidades sem alterar a sua índole”⁵²¹. Para Lúcia Miguel Pereira, nesse mesmo sentido, Machado, “continuando as tradições vernáculas, não desvirtuando a índole da língua, moldou-a ao seu feitio, ao nosso feitio”⁵²². Nesse ponto, segundo a pesquisadora, Machado “foi um inovador, o primeiro grande escritor brasileiro”:

No decurso da sua longa carreira literária, representou contra a incontinência verbal dos românticos, contra o seiscentismo do fim do século, contra a escravização à forma dos parnasianos, a reação da simplicidade, do bom gosto, do direito do brasileiro a se fazer ouvir na língua que ia criando. Lutou, sozinho, contra o perigo de se cavar um abismo entre a linguagem falada e a linguagem escrita. E venceu⁵²³.

Língua, estilo, nação

Em última análise, não se trata de argumentar que Machado foi um renovador da língua. Bechara, ao articular unidade linguística e instinto de nacionalidade, diz que ele vislumbrou uma “futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua”⁵²⁴. Em ampla medida, essa “consciência” só poderia ser conquistada em uma época por vir. Com o Censo Geral do Império, em 1872, ficou clara a escassez assustadora de leitores. Machado manifesta, então, uma “percepção aguda da inviabilidade do projeto de um romance nacional extensivo, ambicioso na abrangência da representação de todo o Brasil e no cálculo de suas possibilidades de circulação pelas diversas regiões e estratos do país”⁵²⁵. Nesse sentido, a desilusão machadiana com o público leitor talvez tenha afetado a potencialidade da “gramática”. Em todo caso, desiludido e ressignificando o papel do leitor,

⁵²¹ Barreto Filho, 2014, p. 177, p. 68.

⁵²² Pereira, 1936, p. 331.

⁵²³ Pereira, 1936, p. 331.

⁵²⁴ Bechara, 2009, p. 15.

⁵²⁵ Guimarães, 2001, p. 71.

Machado de Assis não parece ter perdido de vista a necessidade de que o “instinto de nacionalidade” se manifestasse por meio do estabelecimento de uma “língua comum”. Como diria Barreto Filho, ele “não somente procurou exercer a sua função de escritor com uma perfeição crescente, como contribuiu enquanto pôde para melhorar o gosto e o padrão da nossa literatura”⁵²⁶.

Por outro lado, também não interessa defender que a concepção machadiana de língua portuguesa (especialmente a intuição de uma consciência de nacionalidade mediada pela “unidade idiomática”) foi maiormente compreendida e apreendida pelos seus contemporâneos. Apesar disso, vale destacar a fala de uma figura como Enéas Galvão. Antes de dizer que Machado era um “genuíno e glorioso representante da nossa nacionalidade”, Galvão, dando antecipada razão a Pagliaro e a outros linguistas⁵²⁷, esclarece:

As nações se revelam ao mundo culto não somente pelo símbolo sagrado da pátria, pela identidade dos seus costumes, da sua crença religiosa, de suas leis e de seus Tribunais de Justiça, mas ainda pela unidade da língua do país, o mais natural, e por isso mesmo, o mais forte elo da comunhão social⁵²⁸.

Melhor do que generalizar a intuição machadiana, parece mais profícuo insistir que a linguagem de Machado de Assis, espelhando o “instinto de nacionalidade” ao se aproximar de um “estilo nacional”, conseguiu prestar tributo à língua de Camões (mantendo os aspectos formais do idioma) ao mesmo tempo em que a nacionalizou (incorporando brasileirismos). Esse “segredo” machadiano de conciliar clássico e moderno (moderno que, todavia, não se confundia com os “modismos”), associado “à elegância sóbria do estilo”, fez com ele se tornasse o “sumo pontífice da literatura nacional”. Pontífice, no sentido de “chefe” de uma literatura, mas, poderíamos dizer, também no sentido daquele que, propriamente, construiu uma ponte entre tradições linguísticas. É assim, portanto, que a língua se apresenta como um dos aspectos centrais no processo de inserção da figura machadiana no panteão cívico.

⁵²⁶ Barreto Filho, 2014, p. 69.

⁵²⁷ Para Silva Neto (1976, p. 13), por exemplo, “a língua é um poderoso vínculo de unidade nacional: é um símbolo que une e estreita fortemente os grupos humanos que se comunicam por seu intermédio”.

⁵²⁸ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

O CULTOR DO VERNÁCULO

Amanhã, quando os pósteros te louvem
O estilo simples, lúcido e fluente,
Em que rolam ideias como gemas,
Sobre o leito de plácida corrente,
Saberão porque em vida te sagramos
Dentre os crentes o crente.

Salvador de Mendonça, *A véspera do Capitólio*⁵²⁹.

Politeísmo cívico: viés de inserção

Como veremos⁵³⁰, o período que corresponde à Primeira República foi profícuo na construção de heróis cívicos. Nesse período, vários grandes homens foram alçados à condição de heróis pátrios. Criou-se, assim, uma espécie de “panteão cívico”, no qual, simbolicamente (e não materialmente, como no caso francês), estavam presentes as figuras mais emblemáticas da nação. Nesse sentido, respeitados os limites deste trabalho, caberá pensar sobre o viés de inserção da figura de Machado no âmbito do “panteão cívico” intentado pelo estado republicano, *i.e.*, caberá refletir sobre quais enquadramentos incidiram para que se efetuasse, a partir da ritualística fúnebre, a sua incorporação aos vultos nacionais⁵³¹.

Se os aspectos mais reconhecidamente políticos e ideológicos são relativizados nesse processo de incorporação de personalidades ao panteão cívico republicano – coisa que beneficia o autor de *Dom Casmurro*, criticado por muitos por uma pretensa postura política absenteísta e desinteressada –, outras características, nomeadamente as contribuições à “civilização como um empreendimento moral ou técnico”⁵³², é que atuarão como balizadoras dessa dinâmica de incorporação de elementos cívicos. Esse enquadramento é de suma

⁵²⁹ Poema lido na sessão da ABL de 31 de junho de 1905. Nessa sessão, foi recebido o então eleito Sousa Bandeira e realizada uma homenagem a Machado de Assis. Nela, foi entregue o ramo do carvalho de Tasso, colhido em Roma e remetido ao presidente da ABL por esforço de Joaquim Nabuco. O poema foi recolhido por Graça Aranha (1923, p. 213).

⁵³⁰ Cf. Parte II, cap. 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”.

⁵³¹ Sobre funerais cívicos e “politeísmo cívico”, cf., na dissertação, Parte IV, cap. 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”.

⁵³² Gonçalves, 2000b, p. 157.

importância, visto que caracteriza a exemplaridade do morto, ou seja, evidencia as “virtudes cívicas” que são mobilizadas como justificativa para a transposição simbólica do morto para o panteão da nação. Como esclarece Fernando Catroga, ao falar dos funerais setecentistas:

Neste reino de ilusão ucrónica, o dilatamento da sobrevivência está dependente, não tanto da grandeza material e simbólica dos traços do morto, mas mais de um julgamento póstumo, baseado numa escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado; ou seja, do presumível contributo que o finado terá dado para a consolidação de uma família, para o prestígio de um lugar, para o progresso de uma associação, de uma classe, de um ideário, de uma Nação, da Humanidade⁵³³.

Conquanto as contribuições de parte significativa dos figurantes do panteão republicano estejam mapeadas, inclusive contribuições do próprio Machado⁵³⁴, cabe, todavia, ainda especificar e contextualizar elementos outros, aparentemente secundários, mas não de somenos importância. Em ampla medida, sugerimos que o viés de consagração cívica de Machado, *i.e.*, a contribuição à “civilização” que tornou possível a sua incorporação aos grandes vultos nacionais, encontra-se tanto na sua produção (materializada na obra monumental e no prestígio de que gozava) como também, e sobretudo, no culto do vernáculo⁵³⁵. Não por acaso, Salvador de Mendonça, ainda em 1905 – no poema em epígrafe – insiste que, no futuro, quando os pósteros louvassem “o estilo simples, lúcido e fluente” de Machado de Assis, todos saberiam porque esse escritor tão estranho – e a um só tempo tão querido e especial – foi consagrado por seus contemporâneos “dentre os crentes, o crente”.

⁵³³ Catroga, 2010, p. 178.

⁵³⁴ “Oswaldo Cruz teria sido um herói da civilização brasileira contribuindo para o respeito das outras nações pelo Brasil ao livrá-lo da febre amarela e sanear a capital. Joaquim Nabuco também teria sido um exemplo de ‘bem servir à humanidade e à Pátria’. O cadáver de Floriano Peixoto era descrito como ‘reliquia sagrada da república’, Machado de Assis era o ‘chefe incontestado da nossa literatura’, ‘o primeiro homem de letras que o Brasil tem produzido; em Afonso Pena a nação teria perdido ‘um dos seus mais dignos filhos e um dos seus mais dignos guias” (Gonçalves, 2000b, p. 151).

⁵³⁵ Para Gonçalves (2000b, p. 151), “cada um desses indivíduos era aliás tido como materialização de uma ideia, valor ou instituição. Eles davam literalmente um corpo a noções abstratas que os sobreviventes queriam celebrar. Pinheiro Machado era a Ordem; Rodrigues Alves, a Conciliação; Rui, a Liberdade e o Direito; Machado de Assis, a Literatura; Oswaldo Cruz, a Ciência; Rio Branco, o Território etc.”

O predicado patriótico

Dizer, com João Felipe Gonçalves, que Machado de Assis foi consagrado como o “chefe incontestado da literatura brasileira”⁵³⁶, embora correto por ser expressão coetânea (presente na pena amiga de Sousa Bandeira)⁵³⁷, não esclarece suficientemente as especificidades da retórica cívica mobilizada por ocasião dos funerais machadianos; além disso, essa fala (mesmo coeva) pode fortalecer um olhar retrospectivo que, partindo do lugar que Machado de Assis ocupa hoje na história da literatura brasileira, supõe-no ocupando lugar similar em seu tempo⁵³⁸. Dentro dessa lógica, e por um lado, a conversão de Machado de Assis em símbolo nacional pode parecer (e é em um sentido importante) coerente: ele era não apenas um funcionário público eficiente e uma figura literária destacada – pelas obras publicadas e pelos literatos que, tal qual mestre, amigavelmente tutelou – como também foi o presidente da mais prestigiada instituição literária do país, a Academia Brasileira de Letras. Por outro lado, um olhar mais detido nas contingências da vida, no desenvolvimento literário, na recepção da obra e na *circunstancialidade da morte*, ocorrida em setembro de 1908, sugerem que a inserção da figura de Machado no panteão cívico republicano não operou de modo espontâneo, prescindindo de uma ação determinada (e determinante) daqueles que – dentro ou fora das instâncias de legitimação – visualizaram na consagração tanto um ato de justiça, amor e amizade como um prestígio que se espalharia em benefícios de muitos⁵³⁹.

Em ampla medida, o esforço não é desconstruir ou menosprezar a aura de grande escritor que àquele tempo já gozava o autor de *Esau e Jacó*. Como destaca Romero, “nenhum escritor neste país recebeu jamais em vida tantas provas de admiração, de preito, de louvor, de glória” como Machado⁵⁴⁰. No entanto, é preciso compreender o movimento de consagração machadiano, especialmente a sua construção cívica, dentro dos parâmetros rituais, simbólicos, imagéticos, afetivos e existenciais disponíveis à época e, para além disso, em se tratando de um escritor, levando-se em conta os *paradigmas críticos de recepção*. Nesse sentido, se, como destaca Gonçalves, a consagração é menos

⁵³⁶ Gonçalves, 2000b, p. 151.

⁵³⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁵³⁸ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

⁵³⁹ Cf. Parte II, cap. 2, “Preâmbulos da imortalidade”.

⁵⁴⁰ Romero, 1897, p. 3.

derivada do mérito pessoal e mais da forma com que o sujeito é visto e valorizado por certos agentes de consagração⁵⁴¹, vale a pena um olhar crítico em relação aos modos pelos quais Machado foi, em seu tempo e para além dele, recebido e apreciado. Assim, pode-se dizer que nem a atuação como funcionário público nem a obra (no sentido dos temas desenvolvidos) parecem justificar, por si mesmas, e de um ponto de vista cívico, a consagração machadiana. Quer dizer, esses elementos, embora determinantes, parecem insuficientes para que Machado, em “julgamento póstumo, baseado numa escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado”⁵⁴², fosse elevado sem dissensos à categoria de símbolo da nação.

A obra, embora brilhante – como atestam vários comentadores –, era vista, porém, com certa precaução, uma vez que causava estranhamento e incompreensão em muitos contemporâneos⁵⁴³. Ao confessar-se surpreso com as manifestações promovidas durante os funerais, Magalhães de Azeredo destaca, por exemplo, que Machado “não era o que se pode denominar um escritor patriótico: exteriormente, intencionalmente patriótico, bem entendido”. O patriotismo machadiano, segundo o diplomata, mais se aproximava daquele “modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade”, que Machado visualizava em José de Alencar⁵⁴⁴. Portanto, o patriotismo machadiano, embora intuído por muitos, não se apresentava, aos olhos dos contemporâneos, de modo explícito nas temáticas dos seus livros. Nesse mesmo sentido, o funcionário Machado de Assis, assíduo e exemplar, mas organicamente vinculado ao período monárquico, também precisou lidar com a conjuntura política, defendendo-se da acusação de ser um monarquista que, dentro do funcionalismo público republicano, trabalhava contra o novo regime⁵⁴⁵. Além disso, Machado foi acusado de ter se engajado pouco nos momentos definitivos da vida pública brasileira – Abolição e República –, causando, em amigos e inimigos, a impressão de descaso e desinteresse⁵⁴⁶.

⁵⁴¹ Gonçalves, 2000a, p. 151.

⁵⁴² Catroga, 2010, p. 178.

⁵⁴³ Cf. Parte I, cap. 1, “Um olhar necrológico”.

⁵⁴⁴ *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

⁵⁴⁵ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

⁵⁴⁶ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

Certamente, a atuação no Ministério da Agricultura, sobretudo o engajamento na aplicação da Lei do Ventre Livre e a presença na equipe que escreveu a Lei Áurea, sem falar na grandiosidade do nome, objeto já “de uma reverência e admiração gerais, que nenhum outro romancista ou poeta brasileiro conheceu em vida, antes e depois dele”⁵⁴⁷, não passaram despercebidas pelos contemporâneos. No entanto, mesmo que para o “politeísmo cívico” importasse sobremaneira a pretensa “contribuição”, era preciso ter claro qual a influência dessa contribuição para com o desenvolvimento moral ou técnico da nação; de outro modo, toda a simbologia cívica cairia no vazio. A falta de reconhecimento patriótico em Machado, ou a “negação do nacional” em sua obra por uma parte da crítica⁵⁴⁸, coloca o problema suplementar de compreender como um escritor sem um evidente *predicado patriótico*, ou com uma “brasileidade que prescinde de marcas externas”⁵⁴⁹, pôde ser elevado à símbolo da nação.

Nesse sentido, como aponta Barreto Filho, “não deixa de ser estranha, à primeira vista, a posição privilegiada de Machado de Assis na história das nossas letras”, uma vez que “escritores mais populares, mais ‘nacionais’, não puderam alcançar esse prestígio”⁵⁵⁰. A “apoteose que foi o seu enterro, coisa desconhecida entre nós em relação a intelectuais”, aparece assim como uma espécie de contradição: “como podia ocorrer que esse aristocrata do espírito, esse anti-demagogo, esse retraído, recebesse semelhante consagração?”⁵⁵¹. Para o crítico, “tudo o que se tem escrito e meditado fica aquém desse fascinante segredo que a vida, tão simples e tranquila, e a obra, tão equilibrada e medida, parecem conter”⁵⁵². Se se trata de compreender o estabelecimento de Machado como “norma reguladora para a inteligência e para a sensibilidade brasileira”, *i.e.*, como o centro em que se fixou “toda a nossa história intelectual”⁵⁵³ mantém-se, em ampla medida, o segredo ou, pelo menos, a surpresa de tão excepcional escritor; no

⁵⁴⁷ Candido, 1970, p. 16.

⁵⁴⁸ Analisando a crítica que se consolidou em escritores como Araripe Júnior, José Veríssimo e Sílvio Romero, Alcantara Filho (2017, p. 44) sugere que, “nesse ambiente, a literatura de Machado parecia pouco propensa a representar a nação. Os temas e maneiras de ver a arte literária não encontraram nele o escoadouro mais propício. Foi lida, dessa forma, em geral pela ausência, pela falta de elementos nacionais ou contemporâneos”.

⁵⁴⁹ Schwarz, 2012, p. 10.

⁵⁵⁰ Barreto Filho, 2014, p. 12.

⁵⁵¹ Barreto Filho, 2014, p. 197.

⁵⁵² Barreto Filho, 2014, p. 197.

⁵⁵³ Barreto Filho, 2014, p. 197.

entanto, se se trata de analisar os funerais machadianos, e a especificidade das práticas necrológicas e da retórica mobilizadas naquele contexto, pode ser que alguns caminhos ajudem a iluminar ângulos importantes, mas ainda pouco explorados.

Machado de Assis e Euclides da Cunha: modalidades de inserção cívica

É justamente o patriotismo, consolidado na obra literária (e na atuação profissional como engenheiro), o argumento central na retórica cívica do escritor Euclides da Cunha – morto cerca de um ano depois do falecimento de Machado de Assis. Segundo Regina Abreu, para os euclidianos, o autor de *Os Sertões* era “um ícone da nacionalidade, e é sua história exemplar enquanto modelo e experiência de civismo que importa[va] transmitir”⁵⁵⁴. Como diria Alceu Amoroso Lima, e depois dele Cassiano Ricardo⁵⁵⁵, não teria sido para o povo, “e sim pelo povo, que Euclides escreveu. Ao passo que Machado escreveu para si e pelo homem”⁵⁵⁶.

O movimento que consagrou o autor de *Contrastes e Confrontos* o destacou, assim, a partir da “referência ao ‘homem do interior’ que foi Euclides, ‘o sertanejo’, voltado não apenas para o ‘Brasil periférico’, mas principalmente para o ‘Brasil dos sertões’”⁵⁵⁷. Esses seriam elementos importantes, sobretudo a partir de 1870, quando, com o surgimento da chamada “nova geração”, vários críticos, embasados em um arsenal científico proveniente da Europa, passaram a defender que a “literatura devia estar a serviço da ‘realidade nacional’, e os escritores regidos por novos critérios de consagração, pautados por crítica moderna e científica”⁵⁵⁸. No âmbito dessa crítica, a obra de Euclides da Cunha foi legitimada como o “símbolo de uma proposta de literatura científica, [e ele] só foi destronado no final dos anos [19]30”⁵⁵⁹. Conforme sugere Abreu, “o autor do primeiro grande clássico brasileiro passaria a ser cultuado enquanto herói, mártir e santo”⁵⁶⁰. Desse

⁵⁵⁴ Abreu, 1994, p. 226.

⁵⁵⁵ Algumas das críticas de Cassiano Ricardo a Machado de Assis são analisadas por Salla (2012).

⁵⁵⁶ Lima, 1941, p. 53.

⁵⁵⁷ Abreu, 1994, p. 291.

⁵⁵⁸ Abreu, 1994, p. 262.

⁵⁵⁹ Abreu, 1994, p. 262.

⁵⁶⁰ Abreu, 1994, p. 281.

modo, “se os funerais de Victor Hugo, em 1885, assinalaram na França a entronização dos escritores no panteão dos grandes homens da nação, no Brasil, foram os funerais de Euclides da Cunha”, segundo a pesquisadora euclidiana, “que marcaram o culto a um escritor não apenas como grande homem, mas como herói nacional”⁵⁶¹. Todavia, pode-se argumentar que a comparação entre os funerais de Machado e Euclides “deixa dúvidas sobre a afirmativa de que Euclides da Cunha teria sido o grande inaugurador do ‘culto ao escritor como mártir nacional’, tendo em vista a importância conferida pelo governo republicano aos funerais de Machado de Assis”⁵⁶².

De qualquer forma, se parece apressado insistir “que é com Euclides da Cunha que tem início o culto do escrito como mártir nacional”⁵⁶³, uma vez que, em vários necrológios, Machado aparece como uma espécie de herói e mártir, tendo sofrido, ele também, pelas letras pátrias, parece acertado dizer que Euclides da Cunha, ao contrário de Machado de Assis, mereceu “um culto organizado e de longa duração”⁵⁶⁴. Ao passo que a memória de Machado se enfraquece nos anos seguintes ao da sua morte, só ganhando força novamente a partir da década de 1930, a memória de Euclides continuou viva, atingindo o ápice justamente no período Vargas. Para Abreu, nesse sentido, “imbuídos da missão de manter viva a chama euclidiana, [vários] intelectuais agiram como verdadeiros sacerdotes divulgando a palavra do mestre. Nunca antes, no país, um escritor teve tantas pessoas a seu serviço”⁵⁶⁵. O caráter mais organizado e sistemático das manifestações em favor da memória de Euclides talvez tenha que ver com o fato de que a sua literatura tem como um dos seus pilares a busca, ou mesmo a descoberta, de um “Brasil periférico”, mais real que o Brasil dos “neurastênicos do litoral”, o que, em alguma medida, fez desse autor “um ícone da nacionalidade”⁵⁶⁶. Para Cassiano Ricardo, Euclides liderava os que estavam “preocupados com os problemas do nosso *hinterland*”. Machado, porém, liderava os que sofriam da “hemiplegia do litoral”⁵⁶⁷.

⁵⁶¹ Abreu, 1994, p. 281.

⁵⁶² Marcelino, 2016, p. 277-278.

⁵⁶³ Abreu, 1998, p. 281.

⁵⁶⁴ Abreu, 1998, p. 281.

⁵⁶⁵ Abreu, 1998, p. 304.

⁵⁶⁶ Abreu, 1994, p. 226.

⁵⁶⁷ Abreu, 1998, p. 342.

De certo modo, só tardiamente Machado teve melhor identificados em sua obra os elementos do que ele mesmo havia chamado, em uma crônica, de o “Brasil real”. Nessa perspectiva, não causa estranheza que a obra de Euclides tenha sido, pelo menos até meados do século XX, melhor apreciada que a de Machado (sob o prisma da nacionalidade). Até que as universidades assumissem o papel de “interpretar o Brasil”, essa era uma função importante da literatura; e Euclides, certamente, estava entre os autores que melhor assumiram essa tarefa. Desse modo, segundo Douglas Attila Marcelino, ao contrário de Euclides da Cunha – “exaltado como cientista e por seu espírito republicano, revelador das agruras do povo brasileiro, que era redescoberto em sua verdadeira identidade, humilde e sertaneja” –, Machado de Assis teria sido “consagrado de forma mais estrita por sua atividade literária”⁵⁶⁸.

Em ampla medida, há, nos funerais e na retórica cívica, um movimento que visava consagrar Machado de Assis como “homem de letras puro”. Sem dúvida alguma, esse é um aspecto importante, uma vez que aponta para a percepção crescente de que os artistas, de maneira geral, começavam a ser reconhecidos por suas contribuições, estritamente vinculadas à esfera abstrata da arte, ao desenvolvimento da nação; e os funerais machadianos são centrais nesse movimento de transformação. Para Graça Aranha, por exemplo, “os brasileiros já começavam a admirar em Machado de Assis o puro escritor, o desinteressado espírito, para quem a Arte tinha o seu fim em si mesma”⁵⁶⁹. Como todo começo, entretanto, esse também teve seus matizes; e, nesse sentido, a pureza do “homem de letras”, descendo do mundo das idealidades, ainda precisava trazer consigo o lastro do patriotismo. Desse modo, percebe contraditoriamente Graça Aranha que o “culto secreto e restrito tornou-se claro, luminoso, embora absurdo, porque entre o que se convencionou chamar de alma brasileira e Machado de Assis não havia afinidade evidente ou sutil”⁵⁷⁰.

Embora a retórica cívica em torno de Machado de Assis fartamente se concentre no ideal do “homem de letras puro”, o caráter “estrito” da sua atividade literária não era, como sugere o autor de

⁵⁶⁸ Marcelino, 2016, p. 277.

⁵⁶⁹ Aranha, 1923, p. 91.

⁵⁷⁰ Aranha, 1923, p. 91.

Canaã, autoevidente: muitos contemporâneos louvaram a dedicação total de Machado de Assis à literatura (a arte como fim em si mesmo), mas, igualmente, tantos outros criticaram, justamente, o descolamento dessa literatura da vida da nação. Assim, a literatura machadiana, se causava identificação (sobretudo entre os amigos íntimos e os companheiros das rodas literárias), também causava estranheza e desconforto (como deixa ver o comentário de um periódico, que insiste, como citado anteriormente, que quem lesse a obra machadiana sem conhecer, entretanto, o escritor na intimidade, “teria a impressão de um homem cruel que via a vida amargamente e amargo devia ser”). Portanto, mesmo que a retórica do grande escritor, louvado civicamente por sua produção literária, estivesse em curso naquele momento (e talvez justificasse, como, em alguma medida, certamente justifica, a consagração), parece faltar à retórica machadiana alguma coisa – para além ou aquém da sua literatura e do prestígio institucional de que gozava como presidente da ABL – que compensasse, de um ponto de vista cívico, a distância para com a “alma brasileira”.

Sem levar em conta os comentários azedos de Hemetério José dos Santos – figura que talvez sintetize uma corrente de crítica subterrânea que terá alto alcance nas décadas seguintes –, pode-se dizer que o estranhamento de figuras amigas, como Graça Aranha e Magalhães de Azeredo, para com a grandiosidade dos eventos fúnebres machadianos tinha como pressuposto a opinião (compartilhada ou combatida) de que carecia a Machado vínculos mais estreitos com as questões nacionais. Entretanto, se, do ponto de vista da obra, não havia consenso sobre a dimensão do patriotismo machadiano (questão que permaneceria aberta por muitos anos), talvez tenha sido a língua – elemento importante de nacionalidade, mas menos evidente do que um livro que tematiza objetivamente “os problemas do nosso *hinterland*” – o marcador que, junto com as outras virtudes, possibilitou o enquadramento, com o apoio do Estado e de parte da sociedade, de Machado como uma figura cívica em 1908.

A ABL e os beneméritos da pátria

O carácter excepcional de Machado o tornava, para alguém como Nabuco, uma “palmeira solitária em meio ao oásis”. Embora críticos como Veríssimo enxergassem na excepcionalidade uma virtude; outros, como Romero, diziam não compreender Machado como “um escritor à parte e um poeta à parte em nossa literatura”, sobretudo quando, para o crítico sergipano, “não se demonstra[va] a genialidade inovadora do poeta e do escritor”⁵⁷¹. Para Romero, “apesar da justa admiração e legítima estima que lhe têm geralmente os poetas, artistas da escrita e homens de letras”, a influência de Machado de Assis era nula: “nunca fez escola, nunca foi popular, mesmo no bom sentido da palavra e do fato”⁵⁷². Ainda que o posicionamento arrefeça nos anos seguintes, a percepção continuou a mesma: seria fácil provar “não ser a fama do autor das *Falenas*, nos Estados brasileiros em geral, por demais extensa, como demais extensa não é ela entre o maior número dos leitores fluminenses”⁵⁷³.

É fora de dúvida que Machado de Assis foi reconhecido e admirado em seu tempo. Como destaca Lucia Miguel Pereira, Machado “não era somente benquisto dos amigos; era quase uma glória oficial, sentia sobre si a curiosidade dos fregueses da livraria, a admiração respeitosa dos jovens escritores”⁵⁷⁴. Segundo Modesto de Abreu, uma biblioteca pública em Itajubá, em 1883, teria ganhado o nome de Machado de Assis, coisa que teria aumentado a repercussão do nome do autor⁵⁷⁵. No entanto, o reconhecimento seria, em alguma medida, tributário das relações que Machado havia construído no campo das letras durante toda a sua vida. Para o literato de Sergipe, teriam sido os amigos quem “levantaram sobre os ombros o inigualável mérito, o incalculável valor do mestre, no intuito, consciente ou inconsciente, de aproveitaram também o brilho de alguns dos raios do grande astro”⁵⁷⁶. Múcio Teixeira, nesse mesmo sentido, afirma que Machado era “falado dentro do pequeno grupo de seus amigos de última hora, pois que os do tempo antigo o deixaram em paz e às moscas, cansa-

⁵⁷¹ Romero, 2002, p. 307.

⁵⁷² Romero, 1897, p. 4.

⁵⁷³ Romero, 2002, p. 305.

⁵⁷⁴ Pereira, 1936, p. 248.

⁵⁷⁵ Abreu, 1939, p. 86-87.

⁵⁷⁶ Romero, 2002, p. 306.

dos de suportar-lhe os lamentos de epilético larvado”⁵⁷⁷. Lúcia Miguel Pereira, se reconhece o prestígio machadiano, insiste, porém, que, “se nunca foi, como não é e nunca será, um escritor de grande público, Machado de Assis se impôs desde o Braz Cubas à admiração dos letrados”⁵⁷⁸. É essa a opinião do cronista Tic. Tac., que insistia ser a apoteose de Machado de Assis “um movimento de intelectuais”, em que “foram as letras oficiais e oficiosas que prestaram culto ao talento, ao caráter e ao trabalho”⁵⁷⁹, e não necessariamente o “povo”.

Circulava amplamente, portanto, a opinião de que o reconhecimento machadiano, malgrado a monumentalidade da obra e o perfil moral do homem, era tributário das relações cordiais construídas em quase meio século de atuação no cenário literário, cujo ápice foi a presidência da ABL. Nesse sentido, e em um primeiro momento, o reconhecimento institucional, assim como a mentalidade propagada por essa instituição, parecem, melhor que outros aspectos, ter cumprido um papel fundamental no processo de içamento cívico da figura de Machado; sobretudo porque, quando da morte do autor, a “Academia” já havia se tornado uma instituição “que é quase um estabelecimento do Estado”, como diria Oliveira Lima⁵⁸⁰.

A dimensão pretensamente “apolítica” – cara, embora não necessária, à lógica do “politeísmo cívico” – foi um dos elementos constitutivos da cartilha política/literária adotada pela ABL. Como demonstra Rodrigues, a Academia mobilizou, desde o primeiro discurso do seu presidente, o pressuposto de que, contra a política beligerante do regime republicano, reinaria no âmbito da instituição a paz e a conciliação. Machado queria, nesse sentido, “que o rumo da vida intelectual na Academia, na base da união, fosse mais calmo e consensual do que as divisões causadas pela descentralização na vida pública do país”⁵⁸¹. Os acadêmicos, respondendo a esse ímpeto, deveriam propagar “a neutralidade do artista e de sua criação”, uma vez que ela permitiria aos literatos ocupar “um lugar privilegiado, uma nova identidade, que não deveriam ser atrapalhadas pelas lutas fra-

⁵⁷⁷ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 241).

⁵⁷⁸ Pereira, 1936, p. 201.

⁵⁷⁹ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁵⁸⁰ *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

⁵⁸¹ Rodrigues, 2003, p. 62.

tricidas que envolviam a política”⁵⁸². A neutralidade professada não foi efetivamente adotada, mas dissimulada, sobretudo enquanto Machado, e o seu grupo, comandaram a instituição. Depois da morte dessas figuras, a dimensão mais assumidamente política se explicitou, culminando na eleição de personalidades sem ligação orgânica com o mundo das letras. Seja como for, o importante é que, purgados os aspectos considerados “maus” da literatura e da personalidade pela *retórica da purificação*, Machado “era encarado pelos colegas como um modelo de sucesso, como perfil puramente literário, de trabalho constante e dedicado em prol da atividade literária”⁵⁸³:

O pressuposto presente era o de que a literatura era a mais alta expressão do espírito humano e, consequentemente, se os literatos se unissem na elevação deste ideal e conseguissem assegurar uma posição de prestígio e destaque que lhes permitisse erigir um panteão das nossas glórias literárias do passado e do presente (os imortais já mortos e os ainda vivos, ou seja, os próprios acadêmicos), as letras se legitimariam como parte imprescritível da nossa formação e tradição enquanto nação culta e civilizada⁵⁸⁴.

Do ponto de vista da ABL, a consagração de Machado, mesmo antes da sua morte, era a consagração de quem, por meio da sua atividade literária, teria conseguido construir um “perfil puramente literário”. A literatura, “a mais alta expressão do espírito”, seria assim um elemento imprescindível na formação do Brasil como “nação culta e civilizada”. Machado sintetizava, e buscou sintetizar, especialmente a partir da sua imagem acadêmica, a figura do autor distanciado do mundo da política, interessado no desenvolvimento das letras “enquanto instrumento de elevação espiritual, tanto dos próprios literatos quanto da nação”⁵⁸⁵. O esforço da ABL era, portanto, “legitimar” essa contribuição, *i.e.*, era, conforme Azevedo, “convencer os poderes públicos de que também os escritores podem ser beneméritos da pátria”⁵⁸⁶.

⁵⁸² Rodrigues, 2003, p. 45.

⁵⁸³ Rodrigues, 2003, p. 60.

⁵⁸⁴ Rodrigues, 2003, p. 88.

⁵⁸⁵ Rodrigues, 2003, p. 88.

⁵⁸⁶ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Todavia, o reconhecimento por parte do governo e da sociedade era o reconhecimento do ideal do “homem de letras puro” propagado pela ABL? Em 1897, quando o núcleo fundador da ABL buscou associar-se ao Estado, ele recusou apoio tanto porque a “neutralidade política” dos acadêmicos era difícil de se sustentar (como o foi na prática) como também porque o retorno simbólico era considerado diminuto: apenas um ligeiro reconhecimento de que o governo se preocupava com as Letras. Nesse sentido, o engajamento do Estado nos funerais machadianos, em 1908, parece, de fato, testemunhar um outro momento. O Estado parecia disposto a reconhecer os escritores como “beneméritos da pátria”, *i.e.*, como sujeitos que, efetivamente, contribuíam com a nação. No discurso que pronunciou no enterro de Machado de Assis, o Ministro da Justiça, Tavares de Lyra (1872-1958), assim se expressou:

Resta, entretanto, a todos nós, que admiramos a sua obra fecunda, a todos nós que conhecemos a influência decisiva que exerce e exercerá ainda por muito tempo nas letras pátrias, perpetuar em momento duradouro sua inesquecível memória⁵⁸⁷.

Machado de Assis exerceria ainda uma “influência definitiva” nas letras pátrias: essa era a sua contribuição à nação. Para além do caráter abstrato, e de contorno retórico, do “homem de letras puro” – que certamente cumpriu uma função importante –, parece existir uma contribuição mais efetiva do ponto de vista da nacionalidade que, atualizada pelas novas gerações, faria com que tivesse continuidade a monumental obra machadiana. A “pureza” do homem de letras estava vinculada, sobretudo, a uma abstenção da vida política partidária e fratricida da República – ideário presente tanto na ABL quanto na postura acadêmica de Machado –, mas não necessariamente implicava uma literatura que não deixasse ver, de alguma forma mesmo que superficial, uma forma de desenvolvimento da nacionalidade.

Não se trata de negar que os contemporâneos não enxergassem na obra machadiana elementos patrióticos ou nacionais; ou mesmo que a própria monumentalidade da obra já não testemunhasse em favor do patriotismo do homem. Como destaca Guimarães, tanto

⁵⁸⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

havia aqueles que, sem deixar de ver a importância universal, enfatizavam “a dimensão nacional da obra e sua capacidade de tratar criticamente das questões locais, como fez Araripe Júnior”, como também “aqueles que enfatizam o caráter universal das questões tratadas por Machado, para os quais as questões locais, ainda que presentes, são secundárias”⁵⁸⁸. No entanto, a dificuldade de identificar, no âmbito dos *parâmetros críticos* da época, quais eram esses aspectos e como eles se articulavam com a vida da nação, constrangia a figura machadiana – em especial quando analisada sob o prisma restrito de um tipo engajado de nacionalidade (perspectiva que, prestigiada, acabou legitimando a obra de Euclides). Assim, mesmo que já estivesse em curso a percepção das letras como uma esfera específica da vida pública e, consequentemente, identificada a sua potencialidade cívica, essa retórica ainda esbarrava nas contradições provocadas por uma figura central, mas estranha, como Machado de Assis.

Levando-se em conta apenas os aspectos formais dos funerais e a importância do “ideal de homem de letras puro” propagado pela ABL, o lugar de Machado de Assis no panteão cívico republicano parece ser, naturalmente, o de “chefe incontestado da literatura brasileira”. Todavia, articulando essas dimensões à recepção crítica, que evidencia a figuração de Machado de Assis como “autor de exceção”, essa consagração coloca problemas peculiares.

O lugar de Machado de Assis (1910-1920)

Aqui, portanto, volta o problema: que influência seria a da obra, qual seria o “legado precioso”, o “tesouro que devemos carinhosamente guardar e transmitir aos nossos filhos com todas as recomendações para que continuem a estimá-lo”, como diria Arthur Azevedo⁵⁸⁹. Essa obra, louvada, era vista com certo receio: os aspectos mais destacados eram o pessimismo e o humorismo. Alcides Maya, considerado o autor do primeiro estudo crítico póstumo sobre Machado, discute, justamente, o humor. Para o escritor gaúcho, nesse sentido, Machado de Assis era reconhecido “pela filosofia, pelo estilo, pela técnica dos seus livros, pela visão tragicômica do mundo, pelo agror de crítica

⁵⁸⁸ Guimarães, 2017, p. 52.

⁵⁸⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

humana, pelo incisivo do escárnio indireto, pelo talento no exhibir a sandice, pelo poder de irrisão e pela tristeza oculta no ataque”⁵⁹⁰.

De certo modo, para Meyer, a obra de Maya importa, sobretudo, porque “foi a partir desse estudo que Machado de Assis o complexo, Machado de Assis o sombrio e sutil começou verdadeiramente a crescer noutras direções, perdendo o cheiro a incenso e o ar acadêmico e oficial em que o haviam embalsamado”⁵⁹¹. Assim, ao focalizar o humorismo machadiano, Maya começava a evidenciar – objetivamente, em um livro de crítica – as veredas mais sórdidas da obra de Machado de Assis. Para Guimarães, o “perfil oficial” (que Meyer atribui ao “sentimentalismo” dos amigos) ganharia força com a publicação, por Alfredo Pujol, do *Curso Literário em Sete Conferências* – livro no qual o jornalista teria procurado “neutralizar a dimensão inquietante e a carga de negativismo que Alcides Maya apontou na obra, inventando a imagem do escritor piedoso”⁵⁹². Se, por um lado, é nesses livros que a leitura purificada e oficial (de Alfredo Pujol) e a que evidencia os aspectos sombrios (de Alcides Maya) começaram a se cristalizar (ganhando a materialidade do livro); por outro, temos insistido que esse debate já estava acontecendo anteriormente na imprensa (e nas rodas de conversa)⁵⁹³: tanto a imagem do “escritor piedoso” como a do “pessimista inescrupuloso” foram mobilizadas pelos comentadores ainda em setembro de 1908. Portanto, a *retórica da purificação* já estava reagindo (sob o argumento de um conhecimento íntimo) contra o negativismo da obra, que Alcides Maya captou na atmosfera geral da recepção.

O humorismo, inclusive, foi visto como uma espécie de filiação machadiana a uma literatura estrangeira, notadamente britânica (e não francesa, como convencional), o que, muitas vezes, fortaleceu a leitura do “nacional negativo”⁵⁹⁴. Por isso, lamentava Maya que a obra machadiana viesse sofrendo “repetidos ataques da crítica nacionalista, que a acusa de se não inspirar em fonte sociológica brasileira, preferindo à pintura de usos e costume e de tipos locais, nossos, expediente verbais de um humorismo copiado de estranhos”⁵⁹⁵. O crítico, ao sugerir que o humor não era característica exclusiva dos “homens

⁵⁹⁰ Maya, 2007, p. 23.

⁵⁹¹ Meyer, 2008, p. 75.

⁵⁹² Guimarães, 2017, p. 78.

⁵⁹³ Cf. Apêndice, “As faces de Calabar”.

⁵⁹⁴ Alcântara Filho, 2017.

⁵⁹⁵ Maya, 2007, p. 90.

do norte”, buscava, justamente, rebater a figuração de Machado de Assis como escritor alheio às questões brasileiras, que rapidamente se cristalizava no imaginário socio-literário.

Em ampla medida, portanto, as fissuras na retórica cívica de Machado (fissuras que se revelam na necessidade dos coetâneos de rebaterem, a partir de um conhecimento íntimo, críticas potenciais ou reais) provocaram a percepção de que a consagração era tanto um ato de justiça (era o maior escritor, presidente da ABL) como um ato estranho, porque, para muitos, carecia a Machado elementos típicos de uma suposta “alma brasileira”. Como a *retórica da purificação* parece ter mais efetividade nos momentos quentes da recordação (morte, aniversários etc.)⁵⁹⁶, na medida em que ela foi perdendo eficácia, nos anos e décadas seguintes, as críticas que, já durante os funerais, constrangiam a consagração, se explicitaram, e, para além disso, tiveram que lidar, elas também, com as contradições de “uma obra propositiva e construtiva, [mas] constituída principalmente sobre negativas e ruínas”⁵⁹⁷.

Nesse sentido, se, para Maya, como para outras figuras amigas⁵⁹⁸, o pessimismo machadiano “era impulso de um bom ante a crueldade”⁵⁹⁹; para Alceu Amoroso Lima, cuja juventude coincide com esse período, Machado teria sido “o mestre mal da nossa adolescência”⁶⁰⁰, uma vez que professava uma literatura cética, que entorpeceria “a nossa ingenuidade convidando-nos a descrer de tudo e de todos”⁶⁰¹. Embora, por um momento, o escritor fluminense os tivesse cativado, ele rapidamente foi repudiado “sem piedade, por muito tempo, como a criança que bate na quina da mesa que a feriu”⁶⁰². “Queremos nos autores”, diz Lima, “alguma coisa de mais substancial, uma lição e um estímulo para a vida. E em Machado de Assis encontram apenas os novos [escritores] a melancolia das ilusões passadas, a miséria das paixões humanas, a inferioridade da ironia”⁶⁰³. Para José Maria Belo,

⁵⁹⁶ Thiago Mio Salla (2012) destaca a “circunstancialidade” do engajamento do estado em 1939, uma vez que, a partir de 1940, elementos do estado começam a destacar outra vertente da crítica machadiana, mais centrada no suposto absenteísmo e na falta de “cor local” da sua literatura, em um movimento que, com Cassiano Ricardo (1895-1974), contrapõe Machado a Euclides da Cunha.

⁵⁹⁷ Guimarães, 2019, p. 19.

⁵⁹⁸ Cf. Parte I, cap. 1, “Um olhar necrológico”.

⁵⁹⁹ Maya, 2007, p. 34.

⁶⁰⁰ Lima, 1941, p. 34.

⁶⁰¹ Lima, 1941, p. 32.

⁶⁰² Lima, 1941, p. 32.

⁶⁰³ Lima, 1941, p. 37.

Machado teria sido, para as novas gerações, um escritor demasiadamente “fatigante, incerto e pouco vigoroso”. “A nós próprios”, insiste o ensaísta, “que lhe lemos com indefinido encanto os livros de tão perfeita execução e tão ricos de malícia e de graça, já se nos afigura um homem de outra época, de um passado para sempre vivido”⁶⁰⁴. Graça Aranha insiste que “há muito pudor e delicadeza” nas composições machadianas, “mas no fundo uma perversidade geral, uma audácia íntima que, receosa de transparecer, desfaz-se em cinismo e hipocrisia”⁶⁰⁵. Mário Matos, como vimos, tomava Machado (pelo menos aquele que escreveu até o *Memorial de Aires*) como “o convicto do mal”⁶⁰⁶. Afeito a criar personagens anticristãs, ele era um “semeador de desgraça”⁶⁰⁷. Escritores como Machado, diz Matos, “corrompem os incautos e enleiam a inocência ou o descuido de todos os espíritos”⁶⁰⁸. A obra, tal como o homem, tinha assim um “acentuado sentido anticristão”⁶⁰⁹. Era sofística: “sofística para destruir, para mostrar, com a inanidade das virtudes cristãs, os erros do homem ou, quando menos, sua carência de finalidade divina ou mesmo de fito moral”⁶¹⁰. A obra e o homem eram analisados tão negativamente que mesmo as virtudes eram reprimidas pelo azedume da obra:

Nem a graça primigênia da palavra, que lhe incute tanta frescura ao pensamento, nem propriedade da imagem, que avigora a ideia, nem o vivo da comparação, nem a vernaculidade primitiva da língua e a facilidade do estilo, corrente e grácil, nada, nada consegue apagar no leitor a sensação de vacuidade, a impressão de repugnância, de certa repugnância pelas figuras que ideou na imaginação mórbida⁶¹¹.

Em ampla medida, como sintetiza Belo, a figura de Machado de Assis continuava “despertando extremo interesse mesmo entre os que não podem estimá-la”⁶¹². Apesar, ou mesmo em função, desse

⁶⁰⁴ Belo, 1938, p. 12.

⁶⁰⁵ Aranha, 1923, p. 51.

⁶⁰⁶ Cf. Parte I, cap. 1, “Um olhar necrológico”.

⁶⁰⁷ Matos, 1939, p. 116.

⁶⁰⁸ Matos, 1939, p. 117.

⁶⁰⁹ Matos, 1939, p. 32.

⁶¹⁰ Matos, 1939, p. 32.

⁶¹¹ Matos, 1939, p. 117.

⁶¹² Belo, 1938, p. 19.

interesse, sobretudo durante as primeiras décadas do século XX, a memória de Machado precisou bater-se contra críticas mordazes, que já o perseguiram quando da morte. Para Barreto Filho, por exemplo, “as gerações que se seguiram à sua morte tentaram repudiá-lo, por motivos diversos”⁶¹³. Para essas gerações, “à semelhança de alguns de seus personagens que se mostram sádicos, o próprio escritor passou a sê-lo”⁶¹⁴. Machado de Assis, como um novo Sócrates, tornava-se um “escritor maldito”, “um mestre da perversão e sua obra uma escola de corrupção”⁶¹⁵. As correntes de “renovação literária radical” viam nele “apenas as linhas de uma estrutura formal sem conteúdo: um clássico enfadonho e monótono”. Segundo Barreto Filho, o “movimento de restauração dos valores espirituais se afastava dele como do ‘mestre mau’, que envenenou a adolescência com a sua escola de ceticismo”, e complementa: “e esse libelo póstumo, a que sua obra resistiu, repetia entre nós o episódio socrático: arguia-se dele que era uma espécie de corruptor da juventude”⁶¹⁶.

Tendo em vista tanto a recepção posterior quanto a coletânea (que oscila entre a caracterização de Machado como bondoso ou malévolo, frívolo ou engajado etc.), parece forçoso insistir que a obra machadiana influenciaria, definitivamente, as gerações porvir. Embora durante todo esse período apareçam sempre comentários positivos sobre a obra e a personalidade, não há consenso; e o esquecimento em que entra a memória machadiana até a década de 1930 talvez tenha potencializado algumas críticas. Para Hemetério José dos Santos, o lugar de Machado seria de somenos importância, uma vez que o trabalho do escritor fluminense “era efêmero, porque a ausência de fundo que se nota não tem força de eternizar a forma; passageiro, porque essa mesma forma não se estima e não se valoriza pela excelência na construção e pela variedade dos materiais”⁶¹⁷. Lima, anos depois, dirá que essa obra jamais seria “considerada como a coluna vertebral de nossas letras”⁶¹⁸. Além desses comentários contrários, no conhecido “Sobre a tradição em literatura”, Drummond sugere que o destino de Machado

⁶¹³ Barreto Filho, 2014, p. 12.

⁶¹⁴ Massa, 1971, p. 7.

⁶¹⁵ Massa, 1971, p. 6.

⁶¹⁶ Barreto Filho, 2014, p. 12.

⁶¹⁷ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶¹⁸ Lima, 1941, p. 72.

de Assis era ser repudiado pelas novas gerações⁶¹⁹. Nesse ensaio, publicado em 1925, o poeta questiona o “estilo monótono” e a “aristocracia do pensamento” professados por Machado e diz que a obra desse autor “tem sido o cipoal em que se enredou e perdeu mais de uma poderosa individualidade, seduzida pela sutileza, pela perversidade profunda e ardilosa deste romancista tão curioso e, ao cabo, tão monótono”⁶²⁰. A despeito da posterior reviravolta na sua percepção – que vai do absoluto abandono manifesto em 1925 à consagração materializada no poema “A um bruxo, com amor”, de 1958⁶²¹ – Drummond formulava, em consonância com o ideário do grupo mineiro de *A Revista*⁶²², o vigoroso paradoxo que prevaleceria durante anos, sobretudo entre alguns expoentes do modernismo: “o escritor mais fino do Brasil será o menos representativo de todos”⁶²³.

O descaso em relação a obra machadiana que configura a recepção entre os anos de 1910 e 1920 é sintoma do pouco impacto (fruto do pouco engajamento provocado pelo “perfil oficial”), quando não do impacto assumidamente negativo e desconcertante, que Machado causava na intelectualidade da época. Como destaca Brito Broca, durante os anos modernistas, embora respeitada, a obra machadiana “não desfrutou grande popularidade”⁶²⁴. Na fase mais destruidora do movimento, “têm-se a impressão de que Machado de Assis não é geralmente atingido, porque não se lembraram dele”⁶²⁵. Mesmo a inauguração do monumento a Machado, na sede da ABL, parece testemunhar o acanhamento da memória do escritor. Para Brito Broca, “o pouco interesse despertado pela cerimônia parece refletir a situação de Machado de Assis nas letras brasileiras durante a década modernista”⁶²⁶.

⁶¹⁹ Drummond, posteriormente, assumirá uma postura muito mais reverente em relação a Machado de Assis do que a esboçada nesses primeiros anos de modernismo. Vale destacar, por oportuno, este enxerto de Brito Broca: “Perguntei a Drummond se estava sendo sincero, quando atacara Machado de Assis. Não – respondeu-me – como todos os jovens do seu grupo, um João Alphonsus, um Martins de Oliveira, o que pretendia era fazer barulho, anarquizar, escandalizar os burgueses. Lia Machado de Assis e achava-o extraordinário, mas o clima do momento era aquele: implantar de qualquer maneira a fuzarca nas letras” (Broca, 1958, p. 41).

⁶²⁰ *A Revista*, ano 1, n. 1, jul. Belo Horizonte, 1925, p. 33. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁶²¹ Andrade, 2019.

⁶²² Faziam parte do grupo “Magalhães Drummond, Pedro Nava, Abgar Renault, João Alphonsus, Emílio Moura e Martins de Almeida, entre outros” (Guimarães, 2018, p. 79).

⁶²³ *A Revista*, ano 1, n. 1, jul. Belo Horizonte, 1925, p. 33. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁶²⁴ Broca, 1958, p. 43.

⁶²⁵ Broca, 1958, p. 39.

⁶²⁶ Broca, 1958, p. 43.

De modo geral, Guimarães destaca as ambiguidades provocadas por Machado nos modernistas,

que não por acaso inventaram o epíteto “o bruxo do Cosme Velho” para se referir a Machado de Assis. A expressão, com todas as suas conotações de distância supersticiosa, inexplicabilidade, encanto e possível malignidade, parece traduzir bem os sentimentos misturados despertados pelo escritor e sua obra numa geração para quem Machado se erguia como uma enorme sombra⁶²⁷.

Se “a literatura era a mais alta expressão do espírito”, a obra machadiana não parecia, para muitos dos seus leitores, o melhor exemplo. A bem da verdade, essa opinião mais ácida sobre a obra poderia não ser a de Tavares de Lyra, e que talvez ele estivesse, muito sinceramente, na esteira da leitura propagada pelos arautos da *retórica da purificação* e consolidada pela ABL, reconhecendo o “puro homem de letras” e sua obra monumental e, nesse sentido, projetando uma continuidade benévola e instrutiva para os livros machadianos. Apoia esse argumento a percepção de que, para o Ministro, Machado havia trabalhado para enriquecer o “patrimônio da nossa cultura moral e intelectual”⁶²⁸. Além disso, apesar do relativo esquecimento, e de ser formulada na efeméride da morte, comenta um cronista dois anos depois: “hoje [...] Machado vive intensamente na irradiação simpática, inexpressivamente benfazeja, incomparavelmente generosa, de sua obra abençoada”⁶²⁹.

No entanto, a hipótese que, do ponto de vista das fontes e das análises produzidas durante esta pesquisa, parece justificar melhor a consagração machadiana, nos termos em que ela foi encenada, é a de que fosse apenas a estética dos livros (forma e conteúdo), e não também, e sobretudo, o estilo machadiano, teria sido consideravelmente mais difícil assegurar a grande repercussão que teve os funerais machadianos. Ao afastar o negativismo da obra, a *retórica da purificação* abriu espaço para que outro elemento que, funcionando como *predicado patriótico*, fosse focalizado e servisse como balizador do enquadramento cívico.

⁶²⁷ Guimarães, 2017, p. 93.

⁶²⁸ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶²⁹ Sexta-feira, 30 de setembro de 1910, *Gazeta de Notícias*.

O cultor do vernáculo

Como destaca Guimarães, o uso castiço da língua portuguesa estaria compensando, para a crítica até 1900, a falta de imaginação das obras machadianas. Essa também é a opinião coetânea de Nestor Vitor, para quem é à “boa língua” de que “todos se apegam] para justificar a admiração em que dizem que o têm”⁶³⁰. No entanto, a mediania machadiana no uso da língua parece assumir, na *circunstancialidade da morte*, uma função mais importante, qual seja: viabilizar a consagração cívica. Não se trata, portanto, de diminuir a obra, mas, sim, de compreendê-la dentro dos parâmetros de recepção disponíveis à época; isso quer dizer: compreender como ela pôde ser apreciada e louvada pelos contemporâneos.

Segundo Roberto Schwarz, “uma vez que não se encaixava no padrão da hombridade patriótica, a ousadia de seus procedimentos não adquiria visibilidade, e é fato que a reputação do escritor inicialmente se formou com base em méritos convencionais, de homem culto e fino, prosador correto etc.”⁶³¹. Levando em conta essa dimensão, Massa aponta que a crítica que se consolidou imediatamente após a morte de Machado – sobretudo a partir de autores como Rui Barbosa, Oliveira Lima, Alfredo Pujol e Graça Aranha – o apresentou como “mestre do estilo, mesclado de Anatole France, pontilhado de aticismo”⁶³². Como sugere Meyer, a construção do “perfil oficial” de Machado, ou seja, a existência de uma representação “purificada”, “especialmente destinad[a] a refletir os sentimentos médios e as opiniões policiadas”, é, certamente, obra dos primeiros críticos⁶³³, mas ela também se articula com toda uma vertente da personalidade machadiana: “o seu academicismo, sua carreira de funcionário modelar, sua honesta ascensão de homem do povo”⁶³⁴. Esse era um Machado “amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável”⁶³⁵. No entanto, a configuração de Machado como “mestre do estilo” parece ser melhor compreendida no uso a um só tempo clássico e moderno da língua: percepção que, sem desfazer do “perfil oficial”, atribuía a ele um *pre-*

⁶³⁰ *Os anais*, 15 de março de 1906 (Machado, 2003, p. 282).

⁶³¹ Schwarz, 2012, p. 189.

⁶³² Massa, 1971, p. 5.

⁶³³ Meyer, 2008, p. 99.

⁶³⁴ Meyer, 2008, p. 98.

⁶³⁵ Meyer, 2008, p. 19.

dicado patriótico “compatível com a ideia de uma excelência nacionalmente aproveitável”⁶³⁶.

Sugerimos, assim, que o reconhecimento cívico da “glória da literatura brasileira”, nas palavras do presidente Afonso Pena (1847-1909)⁶³⁷, encontrava-se tanto na sua produção literária (materializada na obra monumental e no prestígio institucional da ABL – que, não por acaso, tinha como missão ser a “guardiã do idioma”), como também, e sobretudo, no culto sistemático do vernáculo. Ou seja, não é necessariamente a obra machadiana, mas alguma coisa nessa obra que, somado ao prestígio literário e institucional, influenciaria as gerações porvir. Talvez por isso Hélio Lobo tenha destacado que o aspecto machadiano que interessava naquele momento “era, mais do que tudo, o [do] purista da língua, de cujos preciosos segredos [Machado] estava senhor”⁶³⁸. Muito mais que o humorista ou o acadêmico, era o Machado de Assis “cultor da língua” que merecia os elogios irrestritos. A monumentalidade da obra era, assim, a monumentalidade de um culto que, tal qual ao de Camões, revitalizara a língua, adequando-a à sensibilidade nacional. Um cronista anônimo do *Paiz* chega a sugerir, nesse sentido, que a grande realização machadiana talvez tenha sido renovar a literatura nacional, “dando-lhe o sentimento de harmonia, de medida, de bom, gosto, do culto da língua escrita”⁶³⁹.

No “Apelo à nação”, de 1926, o presidente da ABL, Coelho Neto, convocando o povo para a campanha que buscava viabilizar a construção de um monumento a Machado – para não “deixar esquecido o escritor primoroso” – diz, justamente, que o homenageado é um dos “maiores vultos da Literatura pátria e um dos mais peritos lapidários da língua portuguesa”⁶⁴⁰. Como observa Guimarães, o apelo patriótico de Coelho Neto se concentrou na virtude machadiana de “cultor da língua”⁶⁴¹. Ainda nesse sentido, se Mário Matos, por um lado, insistia que nem “vernaculidade primitiva da língua e a facilidade do estilo” conseguiam apagar a repugnância da obra; por outro lado, comenta que, conforme a opinião corrente, “sem as qualidades de estilo e as

⁶³⁶ Schwarz, 2012 p. 189.

⁶³⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶³⁸ Sexta-feira, 20 de novembro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁶³⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁴⁰ Artigo datado de 4 de março de 1926, publicado em *Dom Casmurro* em 20 de maio de 1939 (Guimarães, 2017, p. 90-91).

⁶⁴¹ Guimarães, 2017, p. 91.

virtudes de linguagem, não seria Machado tão lido e admirado até hoje”⁶⁴². Opinião que aparecera antes, na pena de Aranha – para quem o estilo de Machado teria salvado “a sua obra do mal que podia fazer o humor”⁶⁴³ –, e, depois, em Carpeaux, que insiste que, a despeito das críticas feitas por Hemetério José dos Santos, e por outros intelectuais ao longo da primeira metade do século XX, “Machado entrou na consciência da nação como acadêmico perfeito, como escritor de correção clássica e espírito ático”⁶⁴⁴.

Desse modo, é certamente pelo “extraordinário talento de escritor”, pela “profunda dignidade literária”, pela “unidade da vida inteiramente devotada ao culto da beleza intelectual e pelo prestígio que irradiavam [da] sua obra e [da] sua personalidade” que Machado de Assis foi consagrado e lembrado nas décadas iniciais do século XX⁶⁴⁵. Mas foi também como cultor extremado do vernáculo (coisa que implica necessariamente a sua literatura, suas temáticas e o seu mestrado) que se deu a sua incorporação aos vultos nacionais. Em outras palavras, pode-se dizer que o viés de consagração cívica de Machado, embora não recaia inteiramente nesse aspecto “estilístico”, tem nele uma dimensão essencial. Essa perspectiva parece evidenciar, talvez de forma um pouco mais clara, como um escritor sem um *predicado patriótico* externamente reconhecível pôde ser consagrado como um símbolo da nação.

Como sustenta João Paulo Rodrigues, para a ABL, “o idioma expressava nosso apenas tênue liame com as nações cultas”⁶⁴⁶. Se a língua era um elemento essencial da nacionalidade, desenvolvê-la, aprimorá-la, significava, conseqüentemente, desenvolver e aprimorar o próprio país, ou seja, colocá-lo junto às nações civilizadas. Nesse segmento, como assevera Enéas Galvão, Machado poderia ser considerado o grande “representante da nossa nacionalidade”⁶⁴⁷. É justamente sobre o signo da nacionalidade que Maya eleva a linguagem machadiana. Para o crítico, Machado, com o seu “claro engenho”,

⁶⁴² Matos, 1939, p. 418.

⁶⁴³ Aranha, 1923, p. 52.

⁶⁴⁴ Carpeaux, 1951, p. 127.

⁶⁴⁵ Magalhães de Azeredo. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

⁶⁴⁶ Rodrigues, 2003, p. 230.

⁶⁴⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

teria servido e correspondido a um magno ideal, qual seja: “salvar a língua, robustecendo-a, opulentando-a, conseguindo torná-la um grande e completo instrumento de ideias” e, com isso, “manter a nossa filiação espiritual de povo latinizado pela ascendência ibérica, e pela influência francesa, refletindo a nova Europa”⁶⁴⁸. Em um contexto conturbado, como os primeiros anos do regime republicano, em que “existia uma convergência quanto à urgência da República de produzir um novo discurso político carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria, tinha um luar estratégico”⁶⁴⁹, a mediania no uso da língua lapidada por Machado, funcionando como uma espécie de *predicado patriótico*, parece ter sido consideravelmente apreciada e valorizada. Como diria, comovido, Magalhães de Azeredo, “o Brasil todo chorou em Machado um mestre da nossa língua portuguesa”.

O grão de areia na vastidão da praia

Desde o ano anterior à morte de Machado, quando da aprovação da reforma ortográfica pela ABL, a questão da língua estava em evidência. Para os contrários à reforma, “os literatos não tinham o direito de mexer no idioma, pois este se encontrava numa esfera superior”. Os reformistas, por outro lado, “acreditavam também que a língua era parte central de nossa identidade como nação, mas mais ainda que os literatos podiam, e deviam, mudá-la”⁶⁵⁰. Assim, embora possuísse uma escrita “natural”, até mesmo o parcimonioso Machado foi atacado pelo apoio que prestara à reforma. Um cronista anônimo do *O Paiz* escreveu:

Não nos conformamos com a cumplicidade de Machado de Assis nessa ridícula e pretensiosa reforma ortográfica da língua portuguesa, decretada pela Academia de Letras, instituição temporã, que se salvou do ridículo pelo prestígio do seu ilustre presidente⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ Maya, 2007, p. 99.

⁶⁴⁹ Gomes, 2009, p. 85.

⁶⁵⁰ Rodrigues, 2003, p. 185

⁶⁵¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

A reforma era vista, pelo cronista, como uma espécie de crime:

É para lastimar que esse escritor, que tanto honrou o idioma que herdamos do velho Portugal, se deixasse imbuir por condescendências e fantasias de um artifício instável e passageiro, dando a responsabilidade do seu nome glorioso a esse crime atentatório da pureza da língua de Camões, assinalando a excêntrica alteração ortográfica e escrevendo os seus últimos trabalhos mais ou menos de acordo com a nova lei da reforma do sr. Medeiros e Albuquerque⁶⁵².

Sem entrar no mérito da questão, tudo indica que, para Machado, adotar um mecanismo de normalização idiomática não implicava, necessariamente, crime. A atitude purista era válida apenas para preservar a estrutura do idioma de alterações desnecessárias, e não uma posição dogmática de apego à tradição mobilizada como estratégia nacionalista de diferenciação linguística. De todo modo, a reforma ortográfica foi amplamente criticada⁶⁵³. Alfredo Gomes (1859-1924), por exemplo, questionou a reforma fonética, no sentido de que ela “seria aceitável e quase [boa], se contra [ela] não militasse a maior de todas as razões que contraindicam qualquer reforma fonética – a diversidade de pronúncia dos vocábulos nas várias regiões em que se fala uma língua, e portanto a impossibilidade de uniformizar a grafia⁶⁵⁴. Para Machado, ao que parece, a função do dicionário não era, de modo algum, incorporar todas as variações (fonéticas, morfológicas etc.) presentes na língua, mas oferecer um sistema que esclarecesse “a funcionalidade do sistema, fixando-o no esquema ideal, e todavia real, da norma”⁶⁵⁵. Ou seja, o dicionário, ao sistematizar a língua, possibilitando o seu ensino e aprendizado, trabalharia em prol da manutenção de certo “sentimento de unidade” que, “recobrando a diversidade de idiomas regionais”⁶⁵⁶, constitui a “comunidade linguística”⁶⁵⁷. Era esse,

⁶⁵² Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁵³ Rodrigues, 2003.

⁶⁵⁴ Fávero; Molina, 2006, p. 162.

⁶⁵⁵ Pagliaro, 1983, p. 296.

⁶⁵⁶ Pagliaro, 1983, p. 138.

⁶⁵⁷ Ao consolidar-se, a língua comum também precisa lidar com os seus conflitos internos: “Quanto ao italiano, surgiu no decorrer do século XVI o problema dos laços que deviam ou não estabelecer-se entre a língua comum e cada um dos dialetos, e ateou-se uma disputa tão grande e interminável quanto pouco profícua, cujos ecos chegaram até ao nosso tempo; lembremos apenas o chamado eixo Florença-Roma, no campo da pronúncia. No fundo, tratava-se de uma simples questão de purismo: impedir que elementos e características dos falares regionais, estranhos ao gênio da língua comum, viessem alterá-la a fisionomia e comprometer a sua funcionalidade” (Pagliaro, 1983, p. 148-149).

justamente, o argumento do autor da reforma, Medeiros e Albuquerque, que “destacava o lado prático da nova ortografia para a educação das crianças, uma vez que se tratava de uma simplificação regida pela lógica”⁶⁵⁸. Além disso, como diria Elia, “a ortografia tem base fonológica e não fonética”⁶⁵⁹. Assim, a diversidade de pronúncia não seria empecilho para a unificação, uma vez que a estrutura da língua permaneceria sem maior modificação.

No entanto, como lembra Rodrigues, “a questão ortográfica, além de um problema técnico, tinha uma dimensão política e social”⁶⁶⁰. Embora a reforma não tenha vingado, o debate em torno dela foi acalorado, sobrando até para Machado de Assis. Não obstante, mesmo aquele “purista” reconhece a proeminência do escritor, dizendo que “esse senão é um grão de areia comparado com a vastidão de uma praia”⁶⁶¹. As contribuições machadianas compensariam, portanto, esse “deslize”. Assim, a despeito das críticas, como as de Sílvio Romero (que todavia não deixou de reconhecer Machado como “um de nossos maiores prosadores”), o estilo machadiano era amplamente aclamado. Múcio Teixeira, em longo ensaio sobre Machado de Assis, deixa claro logo de início para que viera a público:

O sr. Machado de Assis, de quem tanto se tem escrito e falado dentro do pequeno grupo de seus amigos da última hora, pois que os do tempo antigo o deixaram em paz e às moscas, cansados de suportar-lhe os lamentos de epilético larvado; vai agora naturalmente franzir o sobrelance e carregar o cenho, habitualmente carrancudo, estranhando que eu me atreva a interromper esse recente hosana que lhe está sendo entoado pela Confraria do Elogio Mútuo, que até chegou a arvorá-lo em chefe da *nossa literatura*... deles⁶⁶².

⁶⁵⁸ Rodrigues, 2003, p. 196.

⁶⁵⁹ Elia, 2001, p. 66.

⁶⁶⁰ “Veríssimo, conquanto soubesse que as línguas indígenas não possuem escrita ou alfabeto, procurava manter aquelas letras por causa de sua simbologia, posto que sua manutenção em nomes de lugares e objetos de origem nativa dava ao português brasileiro uma particularidade em relação ao português de Portugal” (Rodrigues, 2003, p. 187).

⁶⁶¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁶⁶² *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 236).

O comentário é elucidativo por relativizar – naquele começo de século XX – o lugar de Machado como “chefe incontestado da literatura brasileira”. Teixeira, se reconhece o mestrado machadiano, não necessariamente se inclui entre os seus discípulos; antes, pelo contrário, aponta implicitamente as disputas pela hegemonia no campo das letras posta em cena por “rodas literárias” diversas. Se a “roda de Machado de Assis” era, certamente, a mais destacada; ela, segundo o comentário do crítico, se organizava a partir do que é nomeado como “A Confraria do Elogio Mútuo” – que seria, justamente, o grupo de machadianos que, contra tudo e contra todos, exaltava o autor das *Memórias Póstumas*. Modesto de Abreu, resenhando ensaios sobre Machado de Assis publicados nas primeiras décadas do século XX, comenta brevemente o trabalho de Pedro de Couto, que, em certo sentido, é sintomático de um posicionamento que evidencia a língua em detrimento, ou mesmo em abono, de outros predicados, como o “mestrado machadiano”. O autor de *Páginas de Crítica* proclama, desse modo, a “correção impecável da linguagem”, mas recusa que Machado de Assis fosse “um mestre”, como “barulhentosamente conclama[va]m seus admiradores”⁶⁶³. “Pondo na boca do escritor, todavia, palavras que são decerto as que ele proferiria, se lhe pergunta porque lhe atribuíam a qualificação de ‘mestre’”, e antecipa a resposta machadiana:

Machado de Assis, longe do bulício dos amigos, fora do raio dos candidatos à Academia, todos sempre prontos em achá-lo extraordinário, perguntará a si mesmo: - Mestre? De quê? Fiz contos? Fiz romances? Outros também os fizeram. Escrevo corretamente a língua? - Mitos também a escrevem e até a ensinam. – Mestre de quê, então?⁶⁶⁴

Portanto, dizer que Machado de Assis era o “chefe incontestado da literatura brasileira” revela, muito mais, a postura dos que Múcio Teixeira nomeia como “eles” do que, propriamente, uma asserção incontestável. Entretanto, fica claro no comentário de Teixeira que a sua posição é, em ampla medida, a de Sílvio Romero: “o notável prosador é um medíocre poeta”⁶⁶⁵. Apesar dessa divergência, o tom muda em

⁶⁶³ Abreu, 1939, p. 245-246.

⁶⁶⁴ Abreu, 1939, p. 246.

⁶⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 238). Para Romero (1897, p. 24), Machado, “que maneja nossa língua com tantos recursos, com tanta aísance, com tão aprumada abundância, quando escreve em prosa, é sempre contrafeito, fraco, incolor, insípido, quando a escreve em verso”.

relação à língua portuguesa mobilizada por Machado de Assis: considerada impecável por Pedro de Couto, ela é louvada por Teixeira, para quem, “embora moderna, clássica, [tinha], também, às vezes, um delicioso sabor de coisas antigas”⁶⁶⁶. Além disso, continua o ensaísta, “excetuando Gonçalves Dias, [a língua de Machado de Assis] é incomparavelmente mais pura, mais rica, mais copiosa”⁶⁶⁷.

No *Compêndio de história da literatura brasileira*, escrito por Sílvio Romero e João Ribeiro, as críticas são relativizadas. Desse modo, mesmo que o estilo machadiano continue sendo apresentado como problemático – porque o criador de Bentinho tanto “apalpa e tropeça” na linguagem que, para os seus analistas, acaba passando a impressão de sofrer de alguma “perturbação qualquer nos órgãos da linguagem” –, a língua é visualizada como um mote compensador: “na falta de outras qualidades mais brilhantes”, teria sido o “cultivo dos bons mestres da língua” a “fornece-lhe [a Machado de Assis] certas formas de construção e de frase que lhe imprimem ao estilo a graciosidade da correção e apuro gramatical”⁶⁶⁸.

No *momento mortis*, e a despeito dos louvores, a crítica mais incisiva contra a linguagem machadiana parece ter sido a de Hemetério José dos Santos. Nesse sentido, lamenta o professor que “muito tem sido gabada a forma de Machado, e no entanto nada talvez haja mais acoimado de imperfeições”⁶⁶⁹. Em seguida, insiste que que vocabulário de Machado tinha “o resumido número de escritor que começa, e a sua sintaxe geralmente se insubordina às leis surpreendidas”. Analisando a questão, especialmente as normativas gramaticais sobre colocação pronominal, naquele momento ainda não estabelecidas, diz ainda que “é comum na língua portuguesa dar-se a atração dos pronomes nos casos gerais, e no entanto Machado, contra a lição de todos os escritores até nós, faz sistematicamente o contrário, conseguindo arranhar os ouvidos pela forma e molestar-nos a alma pelo fundo”⁶⁷⁰.

A crítica sobre incorreções na frase e na colocação pronominal, embora menos incisiva e sem desabono, aparecerá ainda em Lúcia Miguel Pereira: “Machado, se teve, desde o início, o senso do estilo,

⁶⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 251).

⁶⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 246).

⁶⁶⁸ Romero; Ribeiro, 1909, p. 329-364, *apud* Montello, 1998, p. 381-382.

⁶⁶⁹ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁶⁷⁰ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

foi, a princípio, um escritor incorreto. O tom da frase era bom, coeso e corrente, mas quantos deslizes nas minúcias”⁶⁷¹. Para a biógrafa, a presença de Carolina, com sua sintaxe lusitana e o seu conhecimento íntimo de literatura portuguesa, teria minorado os desacertos do escritor, tornando-o, por consequência dessa influência, um escritor puro⁶⁷². Modesto de Abreu, entretanto, comentando a biografia de Pereira, em 1939, pergunta: “o que entende Lúcia por boa ou má colocação pronomes?”. Depois de afirmar que Miguel Pereira também cometia erros desse tipo, o resenhista assevera que a eufonia brasileira raramente repelia essas liberdades sinclíticas, muito mais evidentes nos pronomes “lusitanamente bem colocados”, e que, entretanto, elas rareavam nos escritos machadianos⁶⁷³.

Na década de 1940, apesar de continuamente admirada a sua pureza, a linguagem machadiana chegou a ser, em um esforço que lembra o de Hemetério, veementemente questionada por um professor da Universidade de São Paulo, Silveira Bueno. Para o estudioso, a linguagem machadiana, “tida e havida como exemplo de correção”, “não resiste ao mais superficial exame crítico”⁶⁷⁴. Diz ainda o catedrático: “passarei de largo pela pobreza franciscana do seu minguado vocabulário, pelas inutilidades do seu espírito acanhado e estreito e nem sequer terei tempo de falar das construções”⁶⁷⁵. Seja como for, o artigo foi vigorosamente combatido por Álvaro Augusto de Almeida Azevedo. Após rebater, um a um, os supostos erros cometidos pelo escritor analisado, o comentador concluiu asseverando que Machado de Assis era “um dos mais singelos e vernáculos escritores modernos”⁶⁷⁶.

Também Liberato Bittencourt comenta a correção machadiana, embora não veja nela elementos suficientes para que o escritor figurasse como membro prioritário na família dos imortais: é “grande na clareza e máximo na pureza da frase, quase sempre correta e atraente”, mas, para o crítico, não bastavam “tais qualidades para assegurar-lhe o primado da intelectualidade nacional”⁶⁷⁷. Portanto, a exceção

⁶⁷¹ Pereira, 1936, p. 130.

⁶⁷² A “pureza de língua de Machado sofreu a influência da convivência com essa portuguesa cultivada; há positivamente uma grande diferença na sua frase depois do casamento, diferença devida sobretudo à colocação dos pronomes, quase sempre viciada nos primeiros escritos” (Pereira, 1936, p. 129).

⁶⁷³ Abreu, 1939, p. 79.

⁶⁷⁴ 07 de janeiro de 1943, *O Estado de S. Paulo*.

⁶⁷⁵ 07 de janeiro de 1943, *O Estado de S. Paulo*.

⁶⁷⁶ Azevedo, 1944, p. 53.

⁶⁷⁷ Abreu, 1939, p. 269.

de Hemetério José dos Santos, muitos daqueles que se levantavam contra a linguagem machadiana, ou contra o seu lugar no panteão literário e nacional, reconheciam que a sua língua era “tida e havida como exemplo de correção”. No entanto, entre 1900 e 1950, entre Sílvio Romero e Silveira Bueno, a linguagem machadiana passou por uma considerável transformação na forma com que era apreciada. Essa mudança, talvez, tenha que ver com o impacto da iconoclastia modernista.

Mário de Andrade e o saldo machadiano

Mesmo matizados pela postura iconoclasta e contraditória, encontramos, em uma figura importante da vida intelectual brasileira, vestígios da hipótese de um predomínio estilístico em relação ao estritamente temático. Em 1939, em torno das comemorações do centenário de nascimento de Machado, Mário de Andrade publicou na *Gazeta de Notícias* um longo ensaio em que analisava a obra do escritor homenageado. Um tanto constrangido, Mário esclarece seu embaraço: “acontece isso da gente ter às vezes por um grande homem a maior admiração, o maior culto, e não o poder amar”⁶⁷⁸. “Exemplo mais perfeito de ‘arianização’ e de civilização da nossa gente”, Machado, assim vitorioso, “não pôde se tornar o ser representativo do *Homo brasileiro*”⁶⁷⁹. Essa distância instaurava uma vigorosa relutância, diz Mário de Andrade: “a um Machado de Assis só se pode cultuar protestantemente”⁶⁸⁰.

A tese em tela é ainda a do absenteísmo machadiano. Empregando todos os seus esforços para “civilizar-se”, o autor de *Dom Casmurro* teria perdido o contato com seu tempo e o seu país. A literatura machadiana, nesse sentido, pouco dizia sobre as “constâncias em que já conhecemos reconhecidamente o homem brasileiro. A generosidade, o ímpeto de alma, a imprevidência, o jogo no azar, o deramamento, o gosto ingênuo de viver, a cordialidade exuberante”⁶⁸¹. Machado, nesse ponto, teria sido “vítima da sua desgraça”: triste e acabrunhado pelas dificuldades da vida, venceu, mas a troco de afas-

⁶⁷⁸ Andrade, 2019, p. 295.

⁶⁷⁹ Andrade, 2019, p. 308.

⁶⁸⁰ Andrade, 2019, p. 294.

⁶⁸¹ Andrade, 2019, p. 308.

tar-se das “constâncias da alma nacional”; e, por isso, complementa o ensaísta, “foi, como a obra conta, o ser amargo, sarcástico, ou apenas aristocraticamente humorista, ridor da vida e dos homens”⁶⁸².

Passando para a análise das *Americanas*, Mário afirma que a preocupação de Machado é, essencialmente, a “perfeição da linguagem”, de tal forma que “ressalta, na dicção dos poemas, [a] firme desenvoltura com que o poeta funda a tradição de uma linguagem castiça, mesmo levemente arcaizante, com a metrificação romântica”⁶⁸³. Verdadeiramente, Machado seria um grande “técnico”, *i.e.*, alguém que se aplicou no estudo da língua e da arte compositiva. Nesse sentido, “toda a sua primeira fase se apresenta como um longo e minucioso aprendizado técnico”⁶⁸⁴. Sem ser propriamente original, a virtude machadiana seria o domínio formal: “ele vem dos mestres da língua, pouco inventivos, mas na sombra garantida das celas tecendo o seu crochê de boas ideiazinhas dentro de maravilhosos estilos”⁶⁸⁵.

O artigo de Mário de Andrade não é, porém, todo de negativas; sobra ainda um pequeno, mas notável saldo: “escasso de nós em si mesmo, ele nos deu, no entanto, como já se tem dito, uma boa coleção de almas brasileiras e uma língua que, apesar de castiça, não é positivamente mais o português de Portugal”⁶⁸⁶. Para ele, esse é um ponto determinante da contribuição machadiana. Assim, se na literatura pouco há das “almas brasileiras”, a linguagem se sobressai pelo uso, a um só tempo, castiço e moderno:

o que ele [Machado de Assis] melhor representa é a continuação dos velhos clássicos, continuação tingida fortemente de Brasil, mas sem a fecundidade com que Álvares de Azevedo, Castro Alves. Euclides e certos portugueses estavam... estragando a língua, enriquecendo-a no vocabulário, nos modismos expressivos, lhe ditando a sintaxe, os coloridos, as modulações, as cadências, asselvajando-a de novo para lhe abrir as possibilidades de um novo e mais prolongado civilizar-se⁶⁸⁷.

⁶⁸² Andrade, 2019, p. 308.

⁶⁸³ Andrade, 2019, p. 301.

⁶⁸⁴ Andrade, 2019, p. 301.

⁶⁸⁵ Andrade, 2019, p. 295.

⁶⁸⁶ Andrade, 2019, p. 309.

⁶⁸⁷ Andrade, 2019, p. 309.

Mário de Andrade se aproxima do posicionamento de Holanda. A postura de Machado é equilibrada: aprendeu e reproduziu os clássicos da língua portuguesa, mas tingindo-os “fortemente de Brasil”. Gesto importante, mas ainda distante da disrupção provocada pelos autores que “estavam ... estragando a língua, enriquecendo-a no vocabulário [...]”. De todo modo, fica a sugestão de que, sem ser fecundo, Machado foi ao menos preciso. Nessas décadas iniciais, não é propriamente o homem ou os temas literários mobilizados, mas, sim, o uso da língua que atribui a Machado um lugar destacado do ponto de vista da nacionalidade:

É que Machado de Assis, se não foi nosso maior romancista, nem nosso maior poeta, nem sequer maior contista, foi sempre, e ainda é, o nosso maior escritor. E por isso deixou, em quaisquer gêneros em que escreveu, obras-primas perfeitíssimas, de forma e de fundo, em que, academicamente, a originalidade está muito menos na invenção que na perfeição⁶⁸⁸.

Como destaca Guimarães, “a visão de Mário sobre Machado oscila bastante e está vazada por muitas contradições e ambiguidades”⁶⁸⁹. Por um lado, Machado era “um escritor pouco permeável à expressão brasileira, que se recusava a dar forma escrita à língua falada, o que fazia dele um autor de livros cultos, mas que mantinha uma visão policialesca e acadêmica da língua”⁶⁹⁰. Para Guimarães, como também para Montello, como sinalizado anteriormente⁶⁹¹, Mário partia do pressuposto de que o abasileiramento deveria passar “pelo registro escrito da língua (fundado em grande parte na sua expressão oral), que [ele] considera excessivamente conservador nos ‘livros cultos’ [como nos de Machado], segundo ele eivados de preconceitos linguísticos”. Ou seja, apesar da “língua tingida fortemente de Brasil”, Machado teria sido demasiadamente “parcimonioso no aproveitamento da língua do povo”⁶⁹². Nesse período, “dotado de estilo repetidamente qualificado como ‘individual’, ‘próprio’, ‘singular’, ‘à parte’, Machado aparece como um “escri-

⁶⁸⁸ Andrade, 2019, p. 310.

⁶⁸⁹ Guimarães, 2018, p. 88.

⁶⁹⁰ Guimarães, 2018, p. 86.

⁶⁹¹ Cf. Parte I, cap. 3, “Língua, estilo, nação”.

⁶⁹² Guimarães, 2018, p. 86.

tor sem muita serventia para os pósteros”⁶⁹³. Sintetizando essa percepção, Pedro Meira Monteiro observa que

Para aqueles que se sentiam tocados pelo vento das vanguardas europeias e sua promessa de renovação radical na linguagem, a prosa comportada e castiça de Machado era, na melhor das hipóteses, um enigma. O maior escritor da língua portuguesa no Brasil, fundador e patrono da Academia Brasileira de Letras, era um empecilho mais que um ponto de apoio⁶⁹⁴.

Por outro lado, entretanto, “no pêndulo de contradições que move sua imaginação, Mário sentia, sob a lisa prosa machadiana, uma impetuosa sensualidade, embora ao mesmo tempo visse, na biografia do grande literato, todos os traços da convenção”⁶⁹⁵. Monteiro encontrará em José Miguel Wisnick, em especial no ensaio sobre as mestiçagens musicais de Machado, um continuador de Mário de Andrade: “é como se Wisnik tivesse, conscientemente ou não, continuado o projeto inacabado de Mário para a compreensão de Machado”⁶⁹⁶. Essa continuação insuspeita estaria na percepção de que “a descrição estonteante de nosso acadêmico e bem-comportado autor não impede que algo vaze em sua obra, cujo valor estaria, justamente, na mistura que ela sofisticadamente secreta”⁶⁹⁷. Monteiro propõe, no entanto, que o desacerto entre o primeiro presidente da ABL e os modernistas, muito mais que uma questão meramente estilística, tem que ver com o “o embaraço diante de um experimento literário como o de Machado de Assis, justamente porque ele não contém, em seu bojo, qualquer plano ou intenção de mudar a face do mundo”⁶⁹⁸. “Não há promessa alguma a brilhar em Machado, a não ser como engano e ilusão. A sua matéria não vai além da realidade presente, o que será sempre muito pouco para um bom modernista”, insiste o pesquisador⁶⁹⁹. Embora profícua, porque articulada a um debate sobre projetos de nação, vale a pena compreender um pouco melhor o problema estilístico, deixado à margem por Monteiro.

⁶⁹³ Guimarães, 2018, p. 77.

⁶⁹⁴ Monteiro, 2018, p. 254.

⁶⁹⁵ Monteiro, 2018, p. 254.

⁶⁹⁶ Monteiro, 2018, p. 258.

⁶⁹⁷ Monteiro, 2018, p. 258.

⁶⁹⁸ Monteiro, 2018, p. 263.

⁶⁹⁹ Monteiro, 2018, p. 270.



Apesar de eventuais louvores, parece acertada a opinião de que, até a década de 1930, Machado de Assis “foi considerado principalmente como velho mestre de vernáculo, escritor passadista, cuja influência sobre os escritores em atuação era nula, conforme declararam vários de seus pares em depoimentos”⁷⁰⁰. Essa opinião, porém, desconsidera tanto os funerais como a retórica cívica empregada em 1908. Para Guimarães, Machado “morreu em 1908 celebrado por seus pares como um escritor singular, mas bastante convencional, como se nota pela trinca responsável pelos principais elogios fúnebres [de Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Olavo Bilac]”⁷⁰¹. O convencionalismo tem que ver, sobretudo, com a consolidação do “perfil oficial”, centrado na percepção de Machado como acadêmico “perfeito”.

No entanto, na *circunstancialidade da morte*, o convencionalismo acadêmico e a singularidade da obra de Machado de Assis se somaram a uma dimensão nacional que não pode ser menosprezada. João Felipe Gonçalves e Douglas Attila Marcelino⁷⁰², ao identificarem nos funerais um processo de figuração de Machado de Assis como emblema cívico no âmbito do panteão republicano, colocaram para os machadianos um problema importante: como um escritor que ficaria durante décadas como convencional e singular, destituído de *predicados patrióticos*, pôde ser, naquele momento, consagrado civicamente? Embora Hélio de Seixas Guimarães e Marta de Senna mobilizem textos necrológicos, as especificidades rituais e simbólicas da retórica cívica machadiana foram desconsideradas, o que impossibilitou uma compreensão mais coerente sobre como as virtudes machadianas louvadas naquele momento se articularam com a dimensão nacional que se apresentava enquanto justificativa para a consagração. Nesse sentido, se, por um lado, durante as décadas modernistas, Machado influenciaria “pelas piores razões”: “pelo português rebuscado, por um pouco de gramatiquice, pretensões à elegância, humorismo fino”⁷⁰³; por outro lado, na *circunstancialidade da morte*, muito mais que convencionalismo, o uso machadiano da língua foi destacado como um esforço linguístico que procurava fazer desenvolver a nação.

⁷⁰⁰ Guimarães; Senna, 2018, p. 8.

⁷⁰¹ Guimarães, 2018, p. 73.

⁷⁰² Cf. Parte II, cap. 3, “Preâmbulos da imortalidade”.

⁷⁰³ Schwarz, 1989, *apud* Guimarães; Senna, 2018, p. 8.

No entanto, passada a comoção da morte e o ímpeto de consagração cívica empreendido então, cristalizou-se a representação do “perfil oficial” que, apesar de serenado, engajava pouco. O perfil, que vinha sendo gestado ainda em vida, foi purgado pela *retórica da purificação* em 1908 (viabilizando a consagração e protegendo, mesmo que precariamente, Machado de leituras adversas e injustas) e, anos depois, teve continuidade com a publicação da biografia consagratória de Alfredo Pujol. Esse Machado embranquecido, “sereno, amigo do equilíbrio e da moderação, cético, atento e amável”, como diria Augusto Meyer, tem, entretanto, um estilo cada vez mais destituído do potencial cívico que, tantas vezes, fora identificado nos necrológicos. Essa dimensão linguística (como esboçado no capítulo anterior) só aparecerá novamente a partir da década de 1930, quando tanto biógrafos e críticos literários como linguistas, de modo mais ou menos explícito, promoverão análises da língua portuguesa empregada por Machado de Assis. A língua que, junto com outros atributos – como a obra e o prestígio – compensou e justificou a consagração cívica em 1908, passou a ser associada ao aticismo (visto como negativo) e, no período modernista, ao parnasianismo.

Como outros escritores contrários à obra machadiana, Lima Barreto – cuja relação com o autor de *Esau e Jacó* era no mínimo paradoxal⁷⁰⁴ – diz haver em Machado “muita secura de alma, muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris”⁷⁰⁵, embora não poupe a língua e o estilo, como fariam seus contemporâneos (exceto Hemetério): Machado de Assis, diz o autor de *Cemitérios dos Vivos*, “escrevia com medo do [José Feliciano de] Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto”⁷⁰⁶. Com as experimentações na linguagem que marcaram a literatura modernista – e Lima Barreto não deixa de dialogar com o espírito desse movimento –, o estilo machadiano começava a se tornar obsoleto, inócuo e conservador. Nesse sentido, embora mantenha o encanto, a linguagem machadiana se incompatibilizava com as rein-

⁷⁰⁴ Schwarcz, 2017.

⁷⁰⁵ Barreto, 2017, p. 85.

⁷⁰⁶ Barreto, 2017, p. 85.

vindicações nacionalistas dos modernistas. Conforme observa Guimarães, “ao longo de toda a década de 1920, as tópicas do lusitanismo da dicção, do academicismo do escritor e da sua aproximação do humorismo de filiação inglesa calam fundo também nos círculos modernistas, afastando os novos escritores de Machado de Assis”⁷⁰⁷.

É por essa razão que não deixa de ser interessante perceber que, mesmo transpassado pela estética iconoclasta e insubmissa do modernismo, Mário de Andrade tenha conseguido, mesmo que contraditoriamente, enxergar um aspecto positivo na língua castiça, mas “tingida fortemente de Brasil”, de Machado. Foi na língua (mais que nas obras – que, se são um patrimônio, não eram representativas do homem brasileiro) que Mário de Andrade encontrou um argumento que explicava como o homem desprezível que ele sentia ser Machado o cativava tanto. Como diria Carlos Drummond de Andrade, “o autor de *Quincas Borba* peca por esse vício inicial de escrever bem, bem demais, excessivamente bem”⁷⁰⁸. Assim, além dos empecilhos de ordem estética e política identificados por Guimarães e Monteiro, a pureza da linguagem “misturada” de Machado também encantou e incomodou os modernistas. A dimensão cívica da língua, que perde força de impacto nas décadas seguintes, parece ter sido um elemento central para os contemporâneos de Machado, principalmente na *circunstancialidade da sua morte*. A insistência com que as referências ao estilo machadiano aparecem nos necrológios deixa ver que, muito mais que marginal ou convencional, a mediania machadiana no uso da língua parece ter ocupado um lugar importante no movimento que, em 1908, viabilizou a inserção da sua figura no panteão cívico republicano.

⁷⁰⁷ Guimarães, 2017, p. 86.

⁷⁰⁸ Andrade, 2019.

PARTE II

O MORTO E
O IMORTAL

RITUALIZAR O TEMPO, ETERNIZAR OS MORTOS

La muerte es una patria
cuya frontera todos conocen:
espanta y atrae al mismo tiempo.

*Basilio Baltazar, **Necrológicas**.*

A memória, como um modo de experienciar o tempo, também responde a questões existenciais, como a necessidade de salvar a vida, e o que há nela de precioso, de se afundar no *Lethe*. Narrar, louvar, conservar trajetórias de vidas (i.e., forjar memórias de personalidades distintas) é, assim, uma experiência antropológica fundamental, vinculada à necessidade de atribuir sentido a uma vida marcada pela finitude. Frequente em diversas sociedades, esse contato entre vivos e mortos estabelece, no âmbito de determinadas comunidades, relações de fidelidade, origem e herança, conectando passado-presente-futuro pela memória, essa “instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como *com-patriotas* de uma mesma *Vaterland*”⁷⁰⁹. O conceito de “pátria” (que remete à “terra dos pais”) busca dar conta dessa solidariedade comunal ou familiar, “que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos”⁷¹⁰. Cultuar os grandes mortos implicava reconhecer uma origem e uma herança que deveriam ser afetivamente conservadas, socialmente compartilhadas e culturalmente transmitidas à posteridade. Segundo Catroga, “de tudo isto decorre uma consequência relevante: será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais”⁷¹¹.

Os Estados-Nação modernos (visto que as nações se estruturam a partir e em função de uma pátria) não fugiram dessa dimensão, encontrando no culto aos mortos um elemento conector entre uma origem (real ou fictícia) e um destino nacional. Como sugere Marcelino, os rituais de consagração cívico-pedagógicos modernos podem ser analisados não apenas a partir da lógica da manipulação política

⁷⁰⁹ Catroga, 2008, p. 10.

⁷¹⁰ Catroga, 2008, p. 9.

⁷¹¹ Catroga, 2008, p. 10.

(em que se enfatiza a abusiva dimensão ideológica), mas também a partir do pressuposto existencial de que essas representações mimetizam o desejo, inexoravelmente humano, de dar sentido à finitude. Assim, para o pesquisador,

pensar a relação entre as festas e a história não é procurar apenas compreender as tentativas de controle dessa última por parte dos seus organizadores, mas também se interrogar sobre o modo como as festas cívicas podem estar relacionadas às necessidades coletivas de romper com o transcurso do tempo, remetendo a uma luta inconsciente contra a mudança histórica⁷¹².

Desse modo, ainda segundo Marcelino, “a experiência da festa deveria ser pensada a partir das angústias e necessidade existenciais que fazem com que o presente da festa possa ser estendido à eternidade e, assim, vivenciado em sua dissimulada ruptura com a vida cotidiana”⁷¹³. Um dos objetivos originais e originários pelo qual as sociedades humanas no tempo constroem os seus “próprios funerais, a sua representação do moribundo, as suas práticas de luto ou de sepultura, a sua própria valoração da existência” é “romper com o transcurso do tempo”, internalizando “o desejo de se sentir imortal”⁷¹⁴. A morte do outro nos coloca em contato com a iminência e a inexorabilidade da finitude. Como, todavia, tendemos a escamotear essa dimensão, afirmando nossa eternidade, os ritos fúnebres assumem a função de exorcizar a morte (atribuindo sentido à finitude ao alocar o morto em instâncias suprassensíveis) e de restaurar a ordem que o desaparecimento provocou⁷¹⁵. No entanto, essa ritualística só se efetivará no âmbito de um *horizonte de crenças* que suporte esse aparato simbólico. Em cada “horizonte”, práticas e valores são mobilizados, respondendo à conjuntura temporal que plasma a sensibilidade constitutiva da experiência de tempo. Desse modo, “a representação ritual poderá ser catártica e normativa, funcionando como materialização libertadora de angústias e modo de resolução de dramas e de conflitos”⁷¹⁶.

⁷¹² Marcelino, 2015, p. 44.

⁷¹³ Marcelino, 2015, p. 44.

⁷¹⁴ Catroga, 2010, p. 165.

⁷¹⁵ Para Rodrigues (2006, p. 42), “o enterro, bem como outras maneiras de lidar com o corpo morto, é um meio de a comunidade assegurar a seus membros que o indivíduo falecido caminha na direção de seu lugar determinado, devidamente sob controle”.

⁷¹⁶ Catroga, 2010, p. 165.

Por esse ângulo, aquela alegórica organização familiar, “que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos”, buscava, nesse culto, uma forma de lidar com o desaparecimento do “pai” (ou, de modo geral, com o desaparecimento das suas figuras eméritas, transformadas agora, por meio da recordação e da comemoração, em antepassados ilustres). A ausência do ente querido desestabilizou-os tanto individual (uma vez que os indivíduos do grupo precisaram se deparar com a aproximação inevitável do seu próprio desaparecimento) como socialmente (visto que a figura “pátria” se ausentou definitivamente). De certa forma, “a morte do outro é o anúncio e a prefiguração da morte de ‘si’, ameaça da morte do ‘nós’”⁷¹⁷. Portanto, o corpo morto – perecível, putrefato e em decomposição – será apresentado como a evidência maior da finitude e, por essa razão, terá que ser destruído, dissimulado ou transformado⁷¹⁸:

Se é verdade que para os homens o significante precede o significado e que o símbolo é mais real que a coisa simbolizada, então é necessário fazer algo: é necessário transformar em significantes integrados ao código os próprios acontecimentos por meio dos quais os significantes do código correm o risco de se desintegrar; é preciso transformar a evidência da entropia em signo de ordem, os perigos da finitude em exaltação da permanência⁷¹⁹.

Por isso, trata-se, nos ritos funerários, de “negociar e de esconder a corrupção, de modo a que a sociedade dos vivos possa não só gozar da proteção dos seus maiores, mas também reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa”⁷²⁰. O túmulo (e as práticas fúnebres), que tem, por um lado, a tarefa de encobrir da vista dos vivos o corpo do morto, ou seja, de “devorar e digerir o cadáver”, é, por outro lado, constituído essencialmente “por uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia etc.) que induz metaforicamente a aceitação da incorruptibilidade do corpo”⁷²¹. Assim, as práticas necrográficas funcionam tanto como

⁷¹⁷ Rodrigues, 2006, p. 82.

⁷¹⁸ “Dentre as questões que os ritos funerários devem resolver, ligadas às transformações que a morte provoca e à necessidade lógica de separar o morto e transportá-lo para o outro mundo, uma é fundamental e, até prova em contrário, universal: é preciso fazer algo com o resíduo que a morte deixou, é preciso de algum modo se desembaraçar dele” (Rodrigues, 2006, p. 47).

⁷¹⁹ Rodrigues, 2006, p. 40.

⁷²⁰ Catroga, 2010, p. 166.

⁷²¹ Catroga, 2010, p. 168.

elemento catalisador do sentimento de luto como evidenciam que “ler sobre a morte é estar ainda mais vivo, é tocar as provas mais cabais da vida como possibilidade infinita de realizações humanas. A leitura do obituário funcionaria como uma espécie de sublimação do medo da morte pela via narrativa”⁷²².

Desse modo, assim como aquela arcaica unidade familiar, as sociedades também seriam movidas por uma pulsão de realização e eternidade, crendo-se, pois, imorredouras; “e, como ela [a sociedade] se sente e quer ser imortal, é-lhe igualmente inaceitável que seus membros – e, mais drasticamente, aqueles que a encarnam e com que[m] ela se identifica – estejam destinados a desaparecer”⁷²³, O Estado-Nação não se esquivou dessa dimensão, buscando formas de responder afetivamente ao drama existencial da própria finitude. O nacionalismo, ao cultuar determinadas “pátrias” e assegurar “um sentido de continuidade e uma promessa de eternização” teria, nesse sentido, respondido “melhor [do que outras ideologias, como o comunismo, que comumente desfez das questões afetivas]”⁷²⁴ a certos anseios existenciais e ao sofrimento humano, pois, se a nação é eterna, também seus heróis o são”⁷²⁵. As “comunidades imaginadas” pelos nacionalismos, para usar a expressão de Anderson⁷²⁶, são coerentes tanto “porque o autor concebe o termo [imaginadas] em oposição ou como alternativa à ‘invenção’ ou ‘fabricação’, noções largamente difundidas e marcadas por um sentido pejorativo, pois associado à ‘falsificação’”, como também “porque incorpora, numa certa chave, o caráter compartilhado da imaginação nacional”⁷²⁷. Se, conforme Bonafé,

um repertório cultural de caráter político como o que forja as nações é inequivocamente “inventado” (como quaisquer outros repertórios simbólicos, aliás) por alguns a partir de referências preexistentes ou para além delas, há que se notar que ele também é “imaginado” (ou seja, compartilhado) pelos membros da comunidade que forja⁷²⁸.

⁷²² Vieira, 2014, p. 172.

⁷²³ Catroga, 2010, p. 165.

⁷²⁴ Terry Eagleton (2023), entretanto, retoma uma tradição intelectual para pensar, no âmbito do marxismo, dinâmicas afetivas importantes, a da esperança, sobretudo.

⁷²⁵ Marcelino, 2011, p. 133.

⁷²⁶ Anderson, 2008.

⁷²⁷ Bonafé, 2008, p. 27.

⁷²⁸ Bonafé, 2008, p. 27.

Desse modo, não é por acaso que os Estados-Nação passaram a cultivar seus “grandes homens”. Segundo Catroga, “o monumento funerário”, tanto o individual como o que assume uma dimensão cívica, materializa, simultaneamente, “a exteriorização da tomada de consciência de que o homem é um ‘ser-para-a-morte’ (Heidegger) e afirmação do seu ‘direito à memória’”⁷²⁹. Entre a percepção da iminência da morte (e do definimento irreversível do corpo) e o desejo de perpetuação no tempo, as práticas fúnebres e necrográficas apresentam-se como instância mediadora, rompendo o transcurso do tempo ao imortalizar pela memória. Assim, importa guardar que os “heróis cívicos” se constituem, a um só tempo, como objetos politicamente construídos, antropológicamente imaginados e afetivamente reivindicados.



Na falta de fontes mais substanciais para a análise dos funerais ocorridos durante a Primeira República (como pareceres de comissões organizadoras), a consulta aos jornais do período pode mostrar-se profícua no sentido de iluminar aspectos significativos do processo de sagração de figuras cívicas. Embora os periódicos sejam “registros fragmentados do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” e, por isso, acabem, no mais das vezes, fornecendo “imagens parciais, distorcidas e subjetivas” do seu tempo⁷³⁰, uma já sólida tradição demonstrou não apenas os mecanismos metodológicos mobilizados para lidar com esses entraves como também a historicidade subjacente a esses escritos. Para além da pluralidade desses textos, é possível, portanto, mapear tópicos recorrentes, cuja recorrência, ao naturalizar-se, acabou cristalizando determinados imaginários⁷³¹.

O jornal, veículo comunicativo por excelência do século XIX, se estabelece como plataforma privilegiada para a circulação desses imaginários, especialmente aqueles materializados em discursos fúnebres e em obituários que, além de lembrarem o morto, também o descrevem a partir de um perfil eminentemente cívico. Marcelino destaca que, na perspectiva de Catroga, “o ritual de enterramento”, assim como outras práticas fúnebres, “representaria uma forma

⁷²⁹ Catroga, 2010, p. 170.

⁷³⁰ Luca, 2005, p. 112.

⁷³¹ Cf., na dissertação, Parte II, cap. 1, “O fascínio da morte”; e Parte III, cap. 2, “Indícios e esboços de uma tradição cívica”.

encontrada pelos homens para dissimular a corrupção do tempo, procurando fazer com que a memória coletiva funcionasse como um ‘segundo além’”⁷³². Nesse sentido, para além dos discursos – em sua maioria, ensaios biográficos, necrológios ou pronunciamentos publicados nos jornais⁷³³ –, diversos funerais (tanto o evento *per si*, descrito na imprensa, como a reverberação do evento nos periódicos) assumem uma perspectiva discursiva importante, visto que inserem a figura destacada dentro de uma dimensão cívico-pedagógica: é como se saindo da vida o morto entrasse imediatamente, mas não sem uma gama de mediações simbólicas perpetradas por sujeitos historicamente determinados, em um espaço imagético superior: no panteão dos grandes homens da pátria.

Contudo, vale a ressalva de Gonçalves, segundo a qual “não se deve isolar a interpretação de cada evento em si mesmo, como se não fizesse parte de uma prática costumeira que tem um sentido comum em suas várias manifestações”⁷³⁴. O período que corresponde à Primeira República foi, nesse sentido, profícuo na construção de heróis cívicos. Nesse intervalo, há um “interregno simbólico”, ou seja, um espaço de heroísmo cívico indeterminado, que se estende do final de 1880, quando a figura agregadora era d. Pedro II (1825-1891), até 1930, quando esse imaginário se concentrará em Getúlio Vargas (1882-1954). Nesse interregno, vários grandes homens são alçados (ou se alçam) à condição de heróis pátrios, sendo que nenhum deles consegue atuar de forma hegemônica. Criou-se, então, uma espécie de “politeísmo cívico”, em que “cultuar um herói não necessariamente implicava adotar seus valores políticos e compartilhar sua visão básica de mundo”. Importava mais “construir um amplo panteão do que dotá-lo de uma suposta coerência ‘ideológica’”⁷³⁵.

No entanto, como indica Bonafé, “ao assinalar a profusão de rituais fúnebre-cívicos durante a Primeira República [...] não se está propondo a existência de um projeto tão estruturado e sofisticado de panteonização de heróis nacionais quanto o que existiu nos períodos anterior e, sobretudo, posterior”⁷³⁶. Ainda assim, os funerais, pensa-

⁷³² Marcelino, 2015, p. 43.

⁷³³ Cf., na dissertação, a discussão sobre a *função-necrológico*. Cf., na dissertação, Parte II, cap. 1, “O fascínio da morte”.

⁷³⁴ Gonçalves, 2000b, p. 156.

⁷³⁵ Gonçalves, 2000b, p. 157.

⁷³⁶ Bonafé, 2008, p. 82.

dos como rituais cívicos (no sentido de que viabilizam a incorporação de determinadas personalidades a um simbólico panteão nacional), convertem-se, especialmente nos regimes republicanos, em eventos centrais nessa ritualística do poder, transformando-se em um importante meio de exaltação dos “grandes homens”⁷³⁷. Nesse seguimento, a passagem do Império para a República teria provocado não apenas modificações na estrutura político/partidária, mas incitado o latente processo de transformações nas formas de representar o poder e de atribuir sentido ao passado nacional. Os cerimoniais consagradores, que antes concentravam-se na figura monárquica – “uma espécie de panteão vivo erigido unicamente a si mesmo”⁷³⁸ –, obscurecendo todos os outros “heróis”, encontraram na República um campo de possibilidades em aberto (um “interregno simbólico”), em que o investimento cívico poderia, enfim, recair em personagens que, à sua maneira, contribuíram para com a nação.

Ainda nesse sentido, segundo Marcelino, as mudanças nas formas de consagração cívica, sobretudo a “novidade” dos funerais dos homens de letras patrocinados pelo Estado, poderiam inserir-se em um movimento mais amplo de “reconfiguração dos regimes de temporalidade adequados às novas formas de nacionalidade e sensibilidade política”⁷³⁹. Um dos deslocamentos se daria, justamente, nos valores salientados: se antes eram consagrados os “heróis guerreiros” ou figuras do universo político-militar, agora exaltavam-se também, e acima de tudo, os “homens comuns”, louvados por suas “virtudes cívicas”, em uma perspectiva deveras mais adequada ao ideário republicano, que visava enfatizar aspectos meritocráticos em detrimento daqueles herdados nobiliarquicamente. Segundo Armelle Enders, o cidadão exemplar torna-se, nesse contexto, “parte integrada da pedagogia cívica ou mesmo simplesmente patriótica”⁷⁴⁰. É esse, como veremos, o caso de Machado de Assis.

⁷³⁷ “Promover faustosos funerais, enaltecer o morto com rituais que o destacam em relação aos demais, dramatizar numa cerimônia fúnebre as hierarquias que atravessam o corpo social: essas são experiências perceptíveis em muitas sociedades ao longo da história humana. Por sua vez, transformar tais eventos em momentos de celebração da nação e cultuar a memória de um personagem por suas ações em favor daquela coletividade, com todas as singularidades que a crença na efetiva existência desta última representa, constitui parte de uma experiência que deve ser compreendida como subproduto de uma historicidade própria” (Marcelino, 2011, p. 126).

⁷³⁸ Enders, 2014, p. 353.

⁷³⁹ Marcelino, 2016, p. 265.

⁷⁴⁰ Enders, 2014, p.19.

UM PROMETEU NOS TRÓPICOS

Há um momento que tudo preenche
Tudo por que nós ansiamos, sonhamos, desejamos,
E tememos, querida filha, – isto é a Morte!

Goethe, *Prometeu: Fragmento Dramático*.

Segundo os necrológicos, Machado teria empreendido um esforço homérico para, com sua literatura, soerguer-se. Todo esse esforço, porém, teria lhe sido bastante penoso. “À porta dos setenta anos” – ouve-se a voz amiga de Olavo Bilac –, “o Mestre sentiu que a amargura da sua existência era demasiada. O cálice transbordava”⁷⁴¹. Como vimos, para muitos comentaristas as vicissitudes enfrentadas por Machado teriam deixado nele marcas que se entranharam na sua personalidade⁷⁴². Criou-se, assim, em torno dessas afecções – que eram físicas e artísticas –, uma discursividade de tipo heroico-dramática. Se, por um lado, essa discursividade (ao focalizar o lado sórdido e pessimista) serviu para condenar a literatura e o homem; por outro, na ocasião da morte, serviu também (ao focalizar a dimensão moralista e obreira) para destacar uma trajetória ascensional e reconhecidamente vitoriosa.

Os amigos escritores, que acompanharam os últimos dias do “mestre”, não se furtaram, então, a escrever sobre esses instantes derradeiros – que, no caso de Machado de Assis, prolongaram-se durante alguns meses. Em ampla medida, como já destacamos, a fala denotativa da proximidade com o morto servia como justificativa para assumir, na cena pública, um lugar especial no processo de luto. Além disso, essa fala pessoal, ao ser compartilhada, constituía-se como um mecanismo que focalizava as virtudes que estavam coroando o passamento e, conseqüentemente, o sentido da vida que findava. Mas a despeito dessa intencionalidade pragmática, a fala dos amigos é atravessada por uma dimensão essencial: o pesar pela perda de um companheiro. Assim, diversos literatos escreveram na imprensa sobre a morte de Machado. Quer seja porque a morte contém, intrinsecamente, uma discursividade romântica, aberta ao lirismo mais exaltado; quer seja porque o elogio fúnebre se constituiu como gênero literário e jornalístico, com características próprias; ou, ainda, porque o morto convocou para junto de si uma parte expressiva da intelectu-

⁷⁴¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁴² Cf. Parte I, cap. 2, “A última flor do Lácio”.

alidade nacional, os discursos produzidos por ocasião do passamento de Machado de Assis estão envoltos em uma considerável carga poética, afetiva, política e retórica. Com isso, uma aura discursiva apoteótica foi sistematicamente sendo construída em torno desse evento.

Por volta de junho de 1908, a angústia machadiana acentuou-se. É desse período uma crônica de Arthur Azevedo, publicada na coluna “A Semana”, do *O Paiz*, em que o dramaturgo afirma ter se surpreendido com um telegrama, “expedido desta capital, dizendo terem se agravado os padecimentos” do seu amigo caro⁷⁴³. No *Correio Paulista*, por exemplo, é possível encontrar uma nota sobre o estado geral de Machado de Assis: “está enfermo, recolhido nos seus aposentos”⁷⁴⁴. Na edição do dia seguinte, 6 de junho, contudo, o jornal atualiza-se: “tem facilmente obtido melhora no seu estado de saúde o ilustre escritor”⁷⁴⁵.

Nos últimos meses antes de ficar definitivamente acamado, o estado de saúde de Machado de Assis oscilou consideravelmente. Prova disso é que Azevedo, ao ir visitá-lo, ainda em junho, o encontrou “à porta de casa, conversando com um amigo que se retirava”, e logo à primeira vista pareceu a ele tão bem disposto como na última vez que estiveram juntos⁷⁴⁶. Machado disse que estava melhor, depois dos dias que passara indisposto, mas que, por precaução, só sairia de casa no dia seguinte, como havia lhe recomendado o médico. Apesar da aparente melhora, Lindolfo Xavier conta que, nessa mesma época, Machado viu-se, em função das doenças que o consumiam, “impossibilitado de continuar seu afanoso trabalho na Secretaria da Viação”⁷⁴⁷. Como explica Magalhães Jr., “neste ano, o grande escritor foi atingido por outra grave enfermidade: uma gangrena da língua, que mordida, muitas vezes, durante as crises de epilepsia”⁷⁴⁸. Nada obstante, discorre o amigo, ele “não quis pedir licença. Teimou por alguns dias em trabalhar, com ingentes sacrifícios”. No entanto,

Vendo que lhe era absolutamente impossível prosseguir, pois que a sua natureza psíquica dava parte da sua fraqueza, recolheu-se à casa, quando o sr. Ministro daquela

⁷⁴³ Terça-feira, 9 de junho de 1908, *O Paiz*.

⁷⁴⁴ Sexta-feira, 5 de junho de 1908, *Correio Paulista* (SP).

⁷⁴⁵ Sábado, 6 de junho de 1908, *Correio Paulista* (SP).

⁷⁴⁶ Terça-feira, 9 de junho de 1908, *O Paiz*.

⁷⁴⁷ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁴⁸ Magalhães Jr., 1970, p. 96.

pasta, o sr. Miguel Calmon, interpretando com fino tato os sentimentos do seu ilustre subordinado e querendo dar mostras do seu coração cavalheiro, e digno, mandou cientificar o grande escritor de que não precisava voltar ao trabalho enquanto lhe durassem os padecimentos, e que desejava que ele gozasse de um reparador descanso, para prolongar-lhe a preciosa vida. Ao mesmo tempo, cientificava o sr. Ministro de que os seus ordenados, não obstante o seu não comparecimento à Secretaria, ser-lhe-iam contados pontualmente⁷⁴⁹.

Esse recolhimento, mesmo autorizado pelo Ministro e com todos os vencimentos, teria sido penoso para o autor de *Ressurreição*: “era um real sacrifício para ele que fugia à solidão e ao silêncio”⁷⁵⁰, e que, além disso, sempre fora funcionário zeloso e assíduo. Em agosto, circulou nos círculos amigos, nas esquinas da cidade, a notícia antecipada da morte de Machado. Mais que depressa, então, Machado escreveu aos seus íntimos correspondentes mostrando-se ainda vivo, mesmo que bastante adoentado⁷⁵¹. No final de setembro, porém, a despeito das tentativas de voltar à normalidade da vida, o seu estado piorou severamente, dessa vez de forma definitiva. O *Correio Paulista*, depois de informar que era “melindrosa” a sua situação, comenta que o “dr. Afonso Pena mandou visitá-lo hoje por um dos ajudantes de ordens”⁷⁵². A *Gazeta de Notícias* também deu ciência dessa insigne visita: “o sr. presidente da República mandou o seu ajudante de ordens, major Neiva do Figueiredo, visitar o sr. Senador Urbano Santos e o dr. Machado de Assis, que se acham enfermos”⁷⁵³. No dia 29 de setembro, quase todos os jornais pesquisados noticiaram a condição de Machado de Assis. Segundo *O Paiz*, Machado teria passado bem o dia, mas, “à noite, entretanto, fenômenos novos que se manifestaram tornaram-se alarmantes, e a 1 hora da manhã era considerado desesperador o seu estado”⁷⁵⁴. Já o *Jornal do Brasil* é categórico, sintetizando a opinião geral:

⁷⁴⁹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁵⁰ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁵¹ Cf. capítulo “A longa agonia”, de Magalhães Jr. (2008d).

⁷⁵² Domingo, 27 de setembro de 1908, *Correio Paulista* (SP).

⁷⁵³ Domingo, 27 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁵⁴ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *O Paiz*.

Cercado de todos os carinhos da família e de todos os socorros da ciência, prodigalizados pelos seus médicos assistentes, drs. Miguel Couto e Smith Vasconcelos, continuava, hoje, pela madrugada, o sr. Machado de Assis a sofrer os abalos de uma arteriosclerose generalizada. O enfermo, que tem sido muito visitado por grande número de pessoas, entre elas os srs. Barão do Rio Branco e Miguel Colman, conserva a mais completa lucidez. Quando estivemos em casa do enfermo, dormia ele, cercado de pessoas da família e do dr. Smith Vasconcelos. Nenhuma esperança há de salvá-lo⁷⁵⁵.

Nos vários necrológicos e artigos biográficos, a visita do Barão do Rio Branco é ligeiramente mencionada, como no excerto acima⁷⁵⁶. Curiosamente, a presença de figura tão ilustre, *i.e.*, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, é pouco desenvolvida; e a visita, embora curta, é apresentada como um modo de reconhecimento do prestígio machadiano. No entanto, segundo o relato de Francisca de Basto Coelho, colhido por Magalhães Jr., a visita foi um triste acontecimento: Rio Branco, ao chegar à casa de Machado, foi logo recebido, mas ao deparar-se com o estado cadavérico do escritor, súbito se afastou, negando o abraço que o doente esperava: “Então que é isso, Machado? Está melhor, não é? Amanhã voltarei a vê-lo de novo”. Sem esperar resposta, dando apenas um rápido aperto de mãos, Rio Branco saiu dos aposentos; na saída, em uma pia próxima, o Barão apressado lavou as mãos, nojoso do contato com o notório enfermo. Atento, como sempre, Machado de Assis escutava, talvez anuviado pela reação adversa do Ministro, os rumores no corredor: “uma toalha limpa para o Barão”. “No rosto esquelético se fixara com trágica expressão a dolorosa máscara. Voltou-se para a parede num último gesto de pudor. Não falou mais. A matéria corpórea continuava, palpitante ainda, mas Machado de Assis deixara de existir”⁷⁵⁷. Não havia mais esperança.

⁷⁵⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁵⁶ *O Paiz*, por exemplo, diz: “contam-se por centenas as pessoas que tem ido informar-se de sua saúde. Entre os que ontem por vezes, tiveram este cuidado amigo, conta-se o barão Rio Branco”. Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *O Paiz*. Enquanto o *Jornal do Brasil* anota: “o enfermo, que tem sido muito visitado por grande número de pessoas, entre elas os srs. Barão do Rio Branco e Miguel Colman, conserva a mais completa lucidez”. Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁵⁷ O trecho foi retirado por Raimundo Magalhães Jr. (2008, p. 394-5) do livro *Machado de Assis que eu vi*, de Francisca de Basto Cordeiro.

De todo modo, nos últimos dias, já definido o desfecho, vários amigos e parentes se reuniram para acompanhar o passamento de Machado. Adoentado, sofrendo dores – físicas e morais –, a morte todavia tardava. Mário de Alencar, conhecido dileto a quem Machado tratava como filho, e que fora, nos últimos e derradeiros anos, um dos poucos capazes de interromper-lhe a dolorosa “solidão moral”, confessa, entristecido, em texto datado de 28 de setembro: “eu, seu amigo e seu admirador grande, desejo que ele morra, mas não tenho coragem de o ver morrer”⁷⁵⁸. Depois de três dias completos assistindo o doente, solidarizando-se com sua dor, procurando de todas as formas mitigar-lhe o tormento e a angústia do fim irreversível, Mário de Alencar precisou, por um breve e fortuito momento, afastar-se do melancólico cenário em que se transformara, àqueles dias, a casa de Machado de Assis – localizada no bairro das Laranjeiras, na rua Cosme Velho, n. 18, no mesmo Rio de Janeiro que o viu nascer e que o veria partir para o além: “venho da casa de Machado de Assis. Lá estive todo o dia de sábado, ontem e hoje, e agora estou sem ânimo de continuar a ver-lhe o sofrimento: tenho receio de assistir ao fim que eu desejo não tarde”⁷⁵⁹. Pesava-lhe ver assim o mestre, admite; sobretudo porque, ouvinte de tantas confissões, conhecedor das agruras pelas quais passara o amigo, sabia que sofrer, dessa dor contínua e insidiosa, era o maior dos medos de Machado de Assis. Foi mesmo o “mestre” quem discretamente lhe confessou, quando comentou a morte de Arthur de Oliveira (1851-1882), acontecida há muitos anos: “levou tempo [morrendo] de uma moléstia grave”⁷⁶⁰. A doença que lentamente consumiu Arthur de Oliveira fora a tuberculose, que o arrancou da vida aos 31 anos de idade, em 1882. O caso parece ter chocado Machado de Assis. Tanto é assim que, ainda em 1880, escreveu o poema “A Artur de Oliveira, Enfermo”, publicado nas *Ocidentais*. Para Olavo Bilac, “outro poeta poderia dizer o que ele [Machado de Assis] disse de Arthur Oliveira”⁷⁶¹. No poema, depois de louvar um “poeta enorme que andar não usa no chão”, o eu lírico prossegue:

⁷⁵⁸ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁵⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁶⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁶¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Verás num longo rosto humano
Teu próprio rosto.

E hás de rir, não do riso antigo,
Potente e largo,
Riso de eterno moço amigo,
Mas de outro amargo,

Como o riso de um deus enfermo
Que se aborrece
Da divindade, e que apetece
Também um termo...

Bilac insiste apenas que “só um adjetivo dos que há nesses versos não poderia ser conservado: ‘amargo’. O riso com que o Mestre morreu foi suave, de repouso e alegria. A sua morte epilogou dignamente a sua vida. Foi tranqüila como um crepúsculo”⁷⁶². A tranqüilidade com que Machado terminou os seus dias não obliterava, porém, a dor do passamento. Comentando a enfermidade do amigo, Machado complementa: “uma moléstia grave não se contenta de uma merenda ligeira, à ponto de uma mesa; não, ela quer comer sentada e a fartar, e devagarinho, saboreando”⁷⁶³. Alencar lamenta que não lhe perdoou “essa ironia o acaso, mestre ou inimigo de ironias”, e assim sucedeu a ele próprio: “a sorte, para mostrar que o era, deu-lhe uma moléstia grave por companhia inseparável dos seus últimos dias”⁷⁶⁴.

Assistir o arrefecimento de alma tão nobre e apreciada era uma tristeza para os amigos, é o que apontam os diversos relatos produzidos antes e depois da morte de Machado. Três meses antes de falecer, por exemplo, no aniversário em que completou sessenta e nove anos, contam que Machado de Assis comunicou que aquele seria, provavelmente, o último ano em que permaneceria de corpo presente. “Ao ver os amigos vaticinarem-lhe ainda longos anos de vida, ele, como que chocado por íntimas contradições, exclamava tristemente: e a dor de viver?”⁷⁶⁵. O colega e amigo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Lindolpho Xavier, confessa ter escutado essa frase “muitas vezes dos lábios [de Machado], nos meses finais de sua glo-

⁷⁶² Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁶³ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁶⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁶⁵ Lindolpho Xavier. Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

riosa vida”. Nesse “último lance de sua carreira na terra”, diz o amigo, “a vida resumia-se para ele nesta palavra: dor”⁷⁶⁶. Dor que era tanto física como moral, sendo que, segundo Olavo Bilac, “a agonia moral foi longa, muito mais longa e dolorosa do que a física”. Para o autor de *Via Láctea*, a “nobre alma” de Machado, “que tanto brilhou nesta terra, era, há alguns anos, uma alma ferida mortalmente, debatendo-se em uma agonia torturante”⁷⁶⁷. O aspecto moral, comentado por Olavo Bilac, certamente tinha que ver, entre outras coisas, com a perda da esposa, Carolina, em 1904. Essa perda foi demolidora para o espírito de Machado de Assis. Os diversos relatos são unânimes em apontar o agravamento da sua solidão, e mesmo das suas doenças⁷⁶⁸, nesse período de enlutamento. O resultado de tamanha consternação foi um apego à memória de Carolina, sintetizado neste conhecido soneto:

A Carolina

Querida! Ao pé do leito derradeiro,
em que descansas desta longa vida,
aqui venho e virei, pobre querida,
trazer-te o coração de companheiro.

Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro
que, a despeito de toda a humana lida,
fez a nossa existência apetejada
e num recanto pôs um mundo inteiro...

Trago-te flores – restos arrancados
da terra que nos viu passar unidos
e ora mortos nos deixa e separados;

que eu, se tenho, nos olhos mal feridos,
pensamentos de vida formulados,
são pensamentos idos e vividos.

Segundo Mário de Alencar, “a alma religiosa de Machado de Assis achara, enfim, na dor da saudade a forma de uma religião”. Os quatro anos últimos de sua vida foram dedicados ao culto da esposa”⁷⁶⁹.

⁷⁶⁶ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁶⁷ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol (MG)*.

⁷⁶⁸ “Agora, sem ter quem lhe assistisse às crises com aquela solicitude, as ‘aftas’ – eufemismo com que velava a verdadeira origem dos ferimentos da língua – se iam transformando em chaga cancerosa, impedindo-lhe a alimentação e apressando-lhe o fim, com a agravação da afecção intestinal que sobrevinha às grandes crises” (Abreu, 1939, p. 98).

⁷⁶⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

Na casa em que viveram durante 21 anos, Machado preservara intocável, como relíquias, os objetos da amada⁷⁷⁰. Todos os domingos, quer ensolarados ou chuvosos, frios ou calorentos, quer faltasse ou não ânimo, ele saía do Cosme Velho e caminhava, silencioso e cabisbaixo, em direção ao cemitério, onde deixava flores e o “próprio coração de companheiro”, ferido, “ao pé do leito derradeiro” em que descansava a esposa amada. Machado deixava-se ficar ali, em uma mudez inconsolável, talvez mesmo recitando o soneto a Carolina e lembrando-se dos 35 anos passados juntos e felizes. Dessa visita semanal, o escritor “voltava aliviado, como os crentes depois de ouvida a missa”⁷⁷¹.

Após a morte de Carolina, já não tinha Machado, portanto, “pensamentos de vida formulados”: “errava na vida sem vida”⁷⁷². Alceu Amoroso Lima, que ainda jovem admirava o homem ilustre que passava “incuravelmente ferido pela morte da companheira”, conta que Machado “descia de sua casinha deserta, sozinho, sombrio, com a bengala às costas entre as mãos cruzadas, a barba inculta e rala, o olhar baixo, arrastando consigo uma longa tristeza”⁷⁷³. Para Carlos de Laet, quem acompanhava a tétrica figura de Machado caminhando cabisbaixo pela rua do Ouvidor e ainda o suponha vivo, “singularmente se enganava”:

Nem sempre se agoniza no leito. “Agonia” é luta, luta com a morte, que afinal sempre entoa o canto da vitória. O pobre Machado agonizava de pé, e ocultando na sua impassibilidade de moderno estoico os tremendos combates que lá por dentro se lhe travavam⁷⁷⁴.

Segundo a *Gazeta de Notícias*, “morta ela [Carolina], os que viviam mais perto de Machado notaram que esse organismo que lutara e combatera a morte, com uma indômita vontade de viver – baqueava”⁷⁷⁵.

⁷⁷⁰ O culto prestado à memória de Carolina por Machado aparece nos escritos de vários cronistas. Segundo Arthur Azevedo, em crônica publicada dia 9 de junho de 1908, no *O Paiz*: “Ele [Machado] tem a religião da sua morta, e conservou em casa tal qual ela deixou, quando partiu. É esse o único meio de estar com ela, de vê-la todos os dias a todas as horas. Não sei de viuvez mais digna nem mais comovedora”.

⁷⁷¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁷² Pujol, 1917, p. 320.

⁷⁷³ Viana Filho, 1965, p. 242.

⁷⁷⁴ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁷⁵ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*. Passagem similar também pode ser encontrada no *O Paiz*, de 30 de setembro de 1909: “Os raros que gozaram da intimidade desse grande espírito, são acordes em atribuir à saudade da esposa adorada, a companheira das suas amarguras e dos dias felizes de glória, a sucessão continuada das crises que lhe minaram o alquebrado organismo e que apressaram o desenlace fatal”.

É o que também afirma *O Paiz*: “pode-se dizer que, depois da morte da querida esposa, Machado de Assis não viveu mais: morria aos poucos”⁷⁷⁶. Para Arthur Azevedo, Carolina, “quando saiu de casa a caminho do cemitério, deixou ali outro cadáver: o dele”⁷⁷⁷. Ainda segundo o dramaturgo, “era triste comparar o Machado dos últimos tempos com o de outrora, alegre, cheio de vivacidade, eternamente rapaz, dizendo um bom dito a propósito de tudo, e rindo, rindo sempre”⁷⁷⁸. Essa vivacidade fora uma característica machadiana, mesmo no mau momento. A doença e as adversidades pareciam cobrar seu preço à alma sofredora: “tudo conspirava contra ele no final da vida”⁷⁷⁹. Nos momentos conturbados, o autor de *No Alto* recitava o *Mal Secreto*, de Raimundo Correia (1859-1911):

Se a cólera que espuma, a dor que mora
N'alma, e destrói cada ilusão que nasce
Tudo o que punge, tudo o que devora
O coração, no rosto se estampasse;

Se se pudesse, o espírito que chora,
Ver através da máscara da face,
Quanta gente, talvez, que inveja agora
Nos causa, então piedade nos causasse!

Quanta gente que ri, talvez, consigo
Guarda um atroz, recôndito inimigo
Como invisível chaga cancerosa!

Quanta gente que ri, talvez existe,
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa!

Machado dizia que esse “era um dos sonetos mais belos da língua portuguesa”. Ainda segundo Mário de Alencar, “quadrava o sentimento dos versos” ao estado de espírito de Machado de Assis⁷⁸⁰. Machado sofria, e por detrás do “sorriso de sempre” talvez estivesse (como certo estava) a “chaga cancerosa”. Lindolpho Xavier conta que nos últimos meses, já sozinho, melancólico e severamente adoentado,

⁷⁷⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁷⁷⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁷⁷⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁷⁷⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁸⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

o ilustre enfermo “tinha crises horríveis, em que seu espírito decaía em verdadeiros mistérios”. Segundo o amigo, Machado, já acamado, “sentia impressões tétricas: tinha a todo momento sensações da morte e ficava em funda prostração, presa de um excessivo nervosismo”⁷⁸¹. E foi assim, nesse nervosismo, nessa solidão, nessa prostração, interrompida por lampejos de lucidez, em que “doía-lhe a saudade da vida”, que Machado passou os últimos meses, os últimos dias, os últimos instantes.

Conforme afirma Mário de Alencar, um dos grandes lamentos finais de Machado teria sido a “orfandade às avessas”. Ao contrário da sua personagem, Brás Cubas, que saiu da vida com o saldo de não ter transmitido a “nenhuma criatura o legado da nossa miséria”⁷⁸², o escritor parecia lamentar a ausência dos filhos que não teve, e que talvez o consolassem na hora última. Para Alencar, no entanto, a ausência dos filhos foi um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da obra de Machado de Assis – um outro sacrifício às letras. Segundo ele, o autor de *Esau e Jacó* fora relativamente feliz no casamento:

Que faria, porém, se a natureza lhe desse pouco depois do casamento a alegria turbulenta dos filhos? Como o pai, doente e apreensivo, suportaria os pavores das moléstias dos pequeninos; e cuidaria do futuro deles? E como havia de aumentar os recursos da substância? Seria um pai carinhoso e dedicado e acrescentaria os seus bens para alimentá-los e educá-los; mas, o escritor seria vencido e sacrificado pelo pai, e a literatura brasileira não possuiria talvez as melhores obras que ele deixou, concebidas e escritas com o vagar e o amor da arte, num meio tranqüilo, no qual a presença da esposa inteligente lhe serviu de abrigo contra todas as importunações e embaraços da vida material⁷⁸³.

“Sim, foi um bem para ele não ter sido pai”, finaliza Mário: “no momento em que os filhos lhe deviam ser indispensáveis, houve carinhosas criaturas que lhe supriram a falta”⁷⁸⁴. Para Werneck⁷⁸⁵, Mário de Alencar, nas “Páginas de Saudade”, agiu como um filho “enciumado

⁷⁸¹ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁸² Machado de Assis, 2017, p. 268.

⁷⁸³ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁸⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁷⁸⁵ Werneck, 2008, p. 60.

do sentimento de *orfandade às avessas*". A vingança do filho traído viria, então, com a revelação do segredo autobiográfico presente no *Memo-rial de Aires*. Werneck esclarece ainda a relação dessa "literatura de paternidade" com o engajamento de intelectuais amigos no coro de louvor público entoado a Machado. Segundo a pesquisadora: "sacrificado o pai de família, salva-se o escritor, como salvam-se aqueles que lhe supriam a falta de filhos, porque há o que contar para justificar um nome na capa de um livro"⁷⁸⁶. Amesquinado pela crítica depois de ingressar na ABL sem obra significativa publicada, contando apenas com o apoio amigo e determinante de Machado de Assis e de certa conjuntura política e institucional, Mário de Alencar mobiliza a relação com o autor de *Dom Casmurro* como testemunho de saudade, certamente, mas também, e por isso mesmo, como justificativa do seu próximo livro, *Alguns escritos*, de 1910, em que as "Páginas de Saudade" abrem a coletânea de textos.

No entanto, como sugere Werneck, Machado também "pensava sobre o futuro de seu nome na história da literatura e da inteligência da sociedade brasileira. Futuro que se traduziria, para ele, em palavras como *glória* e *descendência*"⁷⁸⁷. Assim, a "conspiração da amizade", que se organizou a partir da roda de Machado, permitiu tanto a proliferação de mensagens de estima, carinho e amor, como também, e sem contradição alguma, uma retroalimentação da lógica do prestígio. Em torno do luto, que certamente comoveu amigos, conhecidos e leitores distantes – donde infere-se que a consagração respondeu a um apelo afetivo –, sujeitos manobravam, consciente e inconscientemente, em benefício próprio.

Várias pessoas se reuniram para acompanhar os últimos dias de Machado, como Coelho Neto Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo, Raimundo Correia e Rodrigo Octavio. Segundo a *Gazeta de Notícias*, "os homens de letras que eram a sua família rodeavam-no de carinhos" nos seus dias finais⁷⁸⁸. Euclides da Cunha, conta que, além dessas figuras,

⁷⁸⁶ Werneck, 2008, p. 60.

⁷⁸⁷ Werneck, 2008, p. 49.

⁷⁸⁸ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Na sala de jantar, para onde dava o quarto do querido mestre, um grupo de senhoras, ontem meninas que ele carregava nos braços carinhosos, hoje nobilíssimas mães de famílias, comentavam-lhe os lances encantadores da vida e relíam-lhe antigos versos, ainda inéditos, avaramente guardados nos álbuns caprichosos⁷⁸⁹.

No quarto, acompanhado do médico, Machado sofria as dores da doença e da morte. Mesmo imerso em agônico sofrimento – provocado, àquela altura, pela arteriosclerose, em estado adiantado, além de um epiteloma da língua, tudo isso agravado pela solidão dilacerante da viuvez e pelo “mal antigo” –, ninguém teria ouvido desse homem, que fora “um triste, um oprimido de aflições psíquicas e morais”, uma “sequer blasfêmia, no transe acerbo”⁷⁹⁰. Euclides, em crônica publicada no *Jornal do Commercio* um dia depois do falecimento, presta o mesmo testemunho: Machado, “se por acaso traía com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que o assistiam”. A despeito do sofrimento, dissimulava. Essa era a “sua primeira e última dissimulação: a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo de sua dor”⁷⁹¹.

São vários os relatos que dramatizam a morte de Machado de Assis. A ênfase, quase sempre, recai no contraste entre dor e sobriedade, que teria perpassado toda a sua vida – desde o nascimento humilde até a morte dolorosa –, mas que teria se acentuado definitivamente nos últimos dias da sua existência. Segundo Olavo Bilac, Machado sofria com “a dignidade de uma velha e nobre águia ferida de morte”⁷⁹². Para Rui Barbosa, nem mesmo “o cálice da morte, carregado de amargura, lhe não alterou a brandura da tempera e a serenidade da atitude”⁷⁹³. E foi nessa dor – sofrida, não obstante, com dignidade, serenidade e brandura – que, às 3 e 20 da manhã do dia 29 de setembro de 1908, cercado por poucos amigos e familiares, morreu Joaquim Maria Machado de Assis⁷⁹⁴. O nosso Prometeu tropical, entre-

⁷⁸⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁷⁹⁰ Olavo Bilac. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁹¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁷⁹² Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁹³ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁹⁴ Há certo desencontro de informações sobre a hora da morte de Machado de Assis. Alguns periódicos afirmam que ele morreu às 3 e 20 da manhã e outros que o óbito foi às 3 e 45 da manhã. De qualquer forma, na Certidão de Óbito de Machado, consta 3 e 20 como hora da morte.

tanto, não teria sacudido “os braços manietados”, suplicando aflito “a eterna compaixão”, mas teria recebido complacentemente a agonia torturante da sua própria morte. Os discursos produzidos sobre o seu desaparecimento, especialmente aqueles oriundos de personalidades do mundo intelectual, além de apresentarem um tom de heroísmo e dramaticidade, possuem um perfil ambíguo, misto de lamento pela perda e de alívio pelo fim do seu doloroso sofrimento, que seria corado, enfim, com as glórias reservadas aos grandes homens.

Arthur Azevedo, por exemplo, ao deparar-se com o “cadáver do companheiro, amigo e mestre com quem durante trinta e quatro anos” estabelecera fraternas relações intelectuais, foi lançado – diz ele – na mais profunda tristeza, refugiando-se, então, em um “mundo de recordações e de saudades”. Reconhecendo, porém, nesse desaparecimento um desejo íntimo de Machado, que, desde a morte da esposa e do agravar da doença, não sabia falar “senão da morte”, Azevedo encontrou forças para controlar a demonstração efusiva da perda que sentia e dar sentido à finitude do amigo: “pois bem, não o choro, não quero chorá-lo, porque a morte foi um alívio para aquele corpo torturado e aquela alma dolorida”⁷⁹⁵. Lindolpho Xavier aponta o mesmo desenlace: “Machado de Assis estava há muito tempo penando neste planeta, arrastando uma vida difícil, árdua e dolorosa”. Para ele, portanto, “havia chegado à idade em que o homem nada mais tem que fazer sobre a terra, e o único descanso, o único consolo, é o desaparecimento”. Mas nem todos os homens são iguais, porque a morte, às vezes, servia apenas para reafirmar o brilho imortal da obra primorosa e da alma sôfrega, mas criadora. Nesse sentido, para Machado, que “estava velho e enfermo, e a sua obra estava feita”, “a morte não é uma coisa triste. É uma glória”⁷⁹⁶. Rui Barbosa é da mesma opinião, segundo ele: “para os eleitos do mundo das ideias a miséria está na decadência e não na morte”⁷⁹⁷. Assim, “não se pode dizer que [Machado de Assis] morreu, e deplorar-lhe a morte com as lágrimas de um sentimento restrito. Não! A sua obra imortal, que ele concluíra com o *Memorial de Aires*, passou-o em vida para o panteão das glórias de uma raça”⁷⁹⁸.

⁷⁹⁵ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁷⁹⁶ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁷⁹⁷ Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁷⁹⁸ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Tratava-se, portanto, agora que sobrara apenas o corpo frio e sem vida do “mestre querido”, de cristalizar o espírito superior de Machado na memória dos povos. Foi nesse sentido que o “círculo limitadíssimo de corações amigos” se empenhou em produzir um conjunto notável de relatos sobre o falecimento daquele que era, para eles, não apenas o “chefe da literatura brasileira”, mas também o amigo querido e amado. Uma aura discursiva consagratória, sagrada e apoteótica começava a se constituir. O esforço foi, sem dúvida alguma, o de perpetuar a memória de Machado no “culto de seus discípulos e admiradores”⁷⁹⁹. Euclides da Cunha foi um dos que mais sublimemente se empenhou nessa tarefa: ele narrou “A última visita”. Segundo o autor, essa visita teria permitido aos íntimos amigos do ilustre escritor carioca visualizarem, pelos seus próprios olhos, “a impressão visual da Posteridade”. Após lamentar que tão preciosa vida “desaparecesse no meio de tamanha indiferença”, Euclides conta a história de um jovem desconhecido – Astrojildo Pereira (1890-1965) – que, sabendo enfermo Machado, tivera a ideia e a necessidade de visitá-lo, já alta a madrugada:

E o anônimo juvenil – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre, beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-se depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu⁸⁰⁰.

Para o autor de *Os Sertões*, essa visita continha mais valor do que qualquer vultosa assistência que por ventura pudesse receber Machado na hora da morte, já que o coração daquele anônimo “bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade”⁸⁰¹. O artigo de Euclides, por ser bem recebido (e por conter erros de tipografia), foi republicado no *Jornal do Commercio* dia 2 de outubro. Para um cronista não identificado do *O Paiz*, o “admirável e sentidíssimo artigo de Euclides era a mais bela de todas as homenagens” ao grande morto⁸⁰². Arthur Azevedo, do mesmo modo, em crônica publicada dia 2 de outubro, depois de escrever sobre o “honroso” enterro de Machado, custeado pelo Estado, lamenta que não era sobre esse assunto que gostaria de ter comentado. Segundo ele, “contando, como sabe contar, o episódio como-

⁷⁹⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁰⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸⁰¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸⁰² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

vente daquele moço desconhecido que apareceu em casa do Mestre, durante a sua tremenda agonia, e pediu que o deixassem beijar-lhe a mão”, Euclides da Cunha teria lhe roubado o assunto. Azevedo, que morreria semanas depois, continua dizendo que “aquela visita, que fez chorar o velho poeta das *Crisálidas*, foi a mais doce das consolações que lhe levaram ao leito de morte”⁸⁰³. Em crônica publicada dois dias antes, certamente referindo-se a esse notável evento, o dramaturgo arremata: “tanto mais que com a aurora de ontem, iluminando aquela madrugada de morte, começou a imortalidade para Machado de Assis”⁸⁰⁴.

A visita do admirador desconhecido, e sobretudo a pomposidade dos funerais que se seguiram, teriam realizado o desejo dos amigos – desejo insinuado por Euclides da Cunha no artigo do dia 30 de setembro e reiterado na carta do dia 25 de outubro – de que Machado de Assis saísse da vida para a eternidade com as honras que tanto fizera por merecer. Em correspondência endereçada a João Batista Regueira Costa (1845-1915), presidente do Instituto Arqueológico de Pernambuco (IAP), Euclides da Cunha agradece, em nome da Academia Brasileira de Letras, a gentileza das palavras consoladoras do amigo distante: “como tantas outras [cartas] que nos acudiram, providas dos mais remotos pontos da nossa terra, demonstram que Machado de Assis deixou esta vida como desejávamos que ele a deixasse: dentro de uma grande e reabilitadora comoção nacional”⁸⁰⁵.

⁸⁰³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁰⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁰⁵ Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco (PE)*.

PREÂMBULOS DA IMORTALIDADE

Vejo que avanço para o mistério;
o que haverá para além do mistério,
no coração do mistério?
Não há mais como resistir.
Quebram-se minhas forças;
dou-me conta de que é vão opor entraves.
Estou na marca mais extrema da eternidade.

*Haroldo de Magalhães, **Memorial do Fim.***

Declarado o óbito, o corpo de Machado foi embalsamado pelo dr. Afrânio Peixoto (1876-1947) e seu assistente, dr. Alfredo de Andrade. Em seguida, o escultor Rodolpho Bernardelli (1852-1931) retirou-lhe a máscara mortuária em gesso. O corpo morto foi revestido com um terno de casaca e depositado sobre um sofá, na sala de visitas, transformada por ocasião da morte em câmara ardente. Sobre o cadáver do ilustre escritor foram espalhadas muitas flores naturais, “que o cobriram inteiramente, deixando apenas a descoberto o seu rosto sereno, sem um rictus de angústia”⁸⁰⁶. Durante a madrugada, e sobretudo depois que amanheceu o dia, amigos, vizinhos, conhecidos, autoridades e confrades de Machado se deslocaram a sua casa, no Cosme Velho, para prestar-lhe as últimas homenagens íntimas.

A notícia da morte espalhou-se rapidamente, sendo publicada, ainda dia 29 de setembro, na segunda edição da *Gazeta de Notícias*. Conforme insiste o jornal, o falecimento do “grande homem de letras”, publicado ali em primeira mão, paralisou “profundamente os que sabem avaliar a grande perda que tão fundamente feriu a literatura pátria”⁸⁰⁷. Repartições públicas – como o Ministério onde Machado trabalhava – encerraram cedo o expediente. No congresso, Érico Coelho (1849-1922) apresentou um “voto de pesar pelo falecimento de um dos nossos compatriotas, estimável por suas qualidades morais e intelectuais – mestre das letras brasileiras”. Na tribuna, o senador complementou: “refiro-me a Machado de Assis, cuja bela alma de poeta acaba de transpor para o páramo da imortalidade”⁸⁰⁸.

⁸⁰⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁰⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁰⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

O falecimento foi anunciado oficialmente ao Ministro da Justiça, Tavares de Lyra, por Graça Aranha. Ciente do acontecimento, o Ministro se dirigiu “ao palácio do governo, onde conferenciou com o sr. Presidente da República, a quem propôs fosse, como homenagem ao ilustre extinto, efetuado o seu enterramento a expensas do governo”⁸⁰⁹. Aceita a proposta, Lyra, na sequência, encarregou “o seu oficial de gabinete, dr. Moreira Guimarães”, de se dirigir à residência do ilustre morto para “apresentar pêsames e comunicar as resoluções do governo”⁸¹⁰, segundo as quais o “enterramento [deveria ser] de primeira classe e cercado de toda a pompa”⁸¹¹. Na primeira sessão da ABL após o falecimento de Machado de Assis, presidida por Euclides da Cunha, por estar ausente o secretário-geral, Joaquim Nabuco – que servia como embaixador em Washington –, o presidente em exercício comunicou ao colegiado “o falecimento do eminente presidente da Academia e mestre da literatura pátria”. Além disso, “aproveit[ou] a ocasião para, em nome da corporação que tinha a honra de presidir naquele momento, agradecer aos srs. Presidente da República, Ministro do Interior e ao governo em geral, as homenagens prestadas à memória do grande brasileiro”⁸¹².

Sousa Bandeira, por seu turno, comentou que o governo teria se posto à frente do “sentimento nacional” ao decretar “homenagens extraordinárias”⁸¹³. Graça Aranha chega a dizer que “pela primeira vez um simples homem de letras foi enterrado neste país como um herói”⁸¹⁴. Arthur Azevedo indica que, “anos atrás, o enterro de Machado de Assis seria um enterro como outro qualquer, e não o de anteontem, que tomou as proporções de uma enorme procissão cívica”⁸¹⁵. Na apreciação de alguns comentadores, portanto, a morte de Machado de Assis, e acima de tudo a presença e interesse do Estado nos seus funerais, serviu para inaugurar, ou mais precisamente, para consolidar, uma nova forma de articulação entre as figuras do mundo letrado e os homens ilustres da nação. Como explica Marcelino,

⁸⁰⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸¹⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸¹¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸¹² Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸¹³ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸¹⁴ Aranha, 1923, p. 91.

⁸¹⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

Até o momento da morte de Machado de Assis, quando já havia uma reconfiguração simbólica que tornava mais estabelecido o ideário republicano, não encontraríamos um uso tão significativo desses tipos de ritos e mecanismo de distinção social para conferir um lugar específico na história nacional a uma figura que não fosse também reconhecida por uma atração mais evidente na esfera política⁸¹⁶.

Embora já existisse um considerável investimento cívico em funerais de outros artistas⁸¹⁷, parece ser com Machado que se consolida o “mecanismo de distinção social” direcionado a personagens não diretamente vinculadas às esferas do poder. Como diria Sousa Bandeira, Machado de Assis era um “caso único no nosso meio”, tendo em vista que, somente pelo prestígio de sua arte, [teria ele conseguido] um lugar saliente entre os grandes vultos da nossa pátria”⁸¹⁸. É esta também a opinião de Carlos de Laet, que aplaudiu “as honras excepcionais [feitas pelo governo] a um homem que nada foi na política e que não deixa filhos nem parentes poderosos”⁸¹⁹. Desse modo, a alocação de Machado no panteão pátrio, ou seja, a sua identificação como elemento notável na “história nacional”, resultava não apenas em reconhecimento próprio, mas reverberava em “toda a intelectualidade literária e artística”⁸²⁰, sinalizando o estabelecimento de um ideário republicano relativamente mais democrático.

Euclides da Cunha, também nesse sentido, apontou que Machado de Assis não apenas criou, a golpes de talento, a própria imortalidade, “senão também que, ao mesmo passo, contribuiu para se educar o meio capaz de a compreender e conservar”⁸²¹. Arthur Azevedo, vislumbrando o impacto que o reconhecimento de Machado de Assis poderia provocar no mundo intelectual, afirma que todos os literatos deveriam “bendizer a memória de Machado de Assis por este serviço que ele nos presta depois de morto, de convencer os poderes públicos de que também os escritores podem ser beneméritos da pátria”⁸²². No entanto, a

⁸¹⁶ Marcelino, 2016, p. 278.

⁸¹⁷ Cf., na dissertação, Parte III, cap. 2, “Indícios e esboços de uma tradição cívica”.

⁸¹⁸ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸¹⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸²⁰ Arthur Azevedo. Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸²¹ Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

⁸²² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

despeito de absolutamente louvar o “enterro de primeira classe” concedido a Machado, Azevedo diz não ser suficiente essa iniciativa, por mais notável e meritória que ela parecesse; segundo ele, “é preciso que a renovação de costumes não aproveite somente aos mortos; é preciso que os seus benefícios se estendam também aos vivos; é preciso que a profissão das letras não seja uma profissão acessória, e dê ao literato o direito de não morrer de fome”⁸²³. Um cronista da *Gazeta de Notícias* percebe o mesmo descaso em relação aos escritores; contrariado, ele afirma que “a pátria aqui não é ingrata. É indiferente. Um homem como Machado passa a sua vida a trabalhar, publica cinquenta volumes, obras imortais em qualquer literatura, eleva assim o nosso espírito, e apesar da sua modestíssima vida, morre pobre”⁸²⁴. Minguadas eram as possibilidades de sobreviver por meio da arte naquela sociedade, como minguado era o movimento cívico em prol das figuras letradas. Havia, nas palavras de um comentador, apenas um “movimento à catástrofe”: “o governo e o público sentem o que se perdeu, e levam [Machado] ao cemitério com toda a pompa”⁸²⁵. Todavia, esse movimento era ainda reativo: não havia um esforço coletivo nem ao menos um “lugar de memória”, talvez materializado em um Panteão Nacional, como o francês, onde os heróis cívicos poderiam ser objeto de louvor e admiração em função das suas contribuições à nação.

Por esse ângulo, mesmo insuficientes, os funerais machadianos parecem ser, de fato, os mais indicativos da forma “como personagens reconhecidas por atividades não diretamente identificadas com a política podiam, já naquela conjuntura, tornar-se sujeitos principais de rituais consagratórios com significativo investimento simbólico”⁸²⁶. Além de arcar com os custos dos funerais, Afonso Pena, em nome do governo, telegrafou à Academia: “apresento a essa ilustre corporação os meus sinceros pêsames pelo falecimento do seu preclaro presidente, Machado de Assis, glória da literatura brasileira”⁸²⁷. Além disso, quando o cortejo fúnebre passou em frente ao Palácio do Catete, rumo ao cemitério S. João Batista, “o presidente da República chegou à janela, acompanhado de diversos membros de suas casas civil e militar, assistindo

⁸²³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸²⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸²⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸²⁶ Marcelino, 2016, p. 278.

⁸²⁷ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

ao desfile”⁸²⁸. Gesto visualizado como forma simbólica de reverência. De todo modo, essas e outras iniciativas, embora reconhecidamente justas, por reverenciarem um escritor da envergadura de Machado, não deixaram de causar, em vários contemporâneos, senão surpresa. É o que sugere o *Correio da Manhã* ao constatar a “raridade de ver um governo” participar tão ativamente dos funerais de um “homem de letras”:

É da maior justiça aplaudir a atitude que acaba de ter o governo em relação às homenagens a Machado de Assis. Nesta terra, em que só os políticos merecem consideração dos poderes públicos, é um fato de grande vulto e da maior raridade ver [ilegível] um governo mandar embalsamar o corpo de um homem de letras, embora o maior de sua pátria, fazer-lhe os funerais à custa do estado e fazer-se representar em seu enterro⁸²⁹.

Eventos póstumos com presença representativa do Estado não são, de forma alguma, uma especificidade dos funerais machadianos. Vários homens de letras, como José de Alencar, mereceram esse tipo de atenção⁸³⁰. No caso de Machado, porém, o representante do presidente – que, ademais, ainda discursara na beira do túmulo – era um ministro do alto escalão. Esse tipo de vínculo e de engajamento explícito, apesar de não ser constrangedor, não era usual. No Senado, por exemplo, onde rapidamente foi nomeada uma comissão para acompanhar o velório e o enterro de Machado, a excepcionalidade do escritor foi uma das justificativas apresentadas para o seu reconhecimento por parte dos “poderes públicos”:

O sr. Severino Vieira diz que é naturalmente avesso às demonstrações de pesar por parte dos poderes públicos a particulares. Mas, como alguém já disse, a verdadeira igualdade consiste em tratar desigualmente os indivíduos desiguais. Incontestavelmente, Machado de Assis foi uma organização excepcional, que dirigiu, como príncipe, os destinos das letras brasileiras⁸³¹.

Machado, embora próximo das instâncias de poder, não encontrou nelas um lugar especificamente seu. O reconhecimento da sua

⁸²⁸ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁸²⁹ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁸³⁰ Cf., na dissertação, Parte III, cap. 2, “Indícios e esboços de uma tradição cívica”.

⁸³¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

figura prima por ser apenas (ou sobretudo) literário⁸³². No entanto, malgrado a personalidade retraída de Machado, especialmente nos seus últimos anos, dimensão potencializada pela doença que já o consumia, vários amigos tentaram transformá-lo em uma espécie de “estadista da República, cidadão-escriptor no nível do famoso estadista do Império, biografado pelo confrade Joaquim Nabuco”⁸³³. Machado era sempre convidado, por personalidades como o Barão do Rio Branco, para eventos oficiais. Segundo Silviano Santiago, “Machado aceita[ra] de bom grado a faixa simbólica e, como é de seu feitio, veste-a e a ajusta à casaca negra, cumprindo as tarefas com a mesma atenção, diligência e responsabilidade que dispensa ao trabalho burocrático e aos escritos literários”⁸³⁴.

A relação entre as esferas do poder e as instâncias de legitimação ancoradas na lógica do prestígio – prestígio que se constituía a partir da “conspiração da amizade”, em que associar-se ao nome da figura ilustre implicava uma forma sutil de fazer reverberar em si a luz do outro – são estreitas, mas não inexistentes. O *Correio Paulista*, por exemplo, ao apresentar o perfil de Miguel Calmon (1879-1935), então Ministro dos Transportes, deixa antever o apreço que ele devotava a Machado de Assis, insistindo no lugar central que o Ministro teria ocupado no processo de valorização da cultura pelo governo Afonso Pena:

De vez em quando, porém, apesar dessa constante tensão espiritual, [é este] o Calmon que nós vemos sorrindo nos banquetes, ou ao lado do Presidente da República nas festas oficiais, conversando alegremente, ou nos seus próprios aposentos ou na casa de Carlos Peixoto. E podeis procurar o político. Lá está apenas o moço dotado de um espírito cintilante, conversando de literatura e arte, lá está o escritor que tinha na sua estante, ao lado de obras de engenharia e de matemática, os clássicos portugueses. A sua atenção pelas coisas do espírito, o seu respeito pelos cultores da arte, fizeram-no ser, simplesmente, como qualquer amigo, um dos assistentes da agonia de Machado de Assis, e é curioso acentuar, que neste país, onde há vinte anos se clama pela proteção oficial às belas artes, só com Calmon, durante a Exposição, o Teatro e a Música, se revelassem sob o bafejo do governo⁸³⁵.

⁸³² Cf. Parte I, cap. 3, “Língua, estilo, nação”.

⁸³³ Santiago, 2016, p. 284.

⁸³⁴ Santiago, 2016, p. 284.

⁸³⁵ Quinta-feira, 15 de outubro de 1908, *Correio Paulista* (SP).

A relação entre Miguel Calmon e Machado de Assis era, de fato, marcada por uma admiração que beirava o maneirismo. Raimundo Magalhães Jr. conta que na posse de Miguel Calmon como Ministro da Viação e Obras Públicas, em 1906, o político fizera um “discurso com alusões encomiásticas ao funcionário Machado de Assis”, destacado como a “figura mais alta das nossas letras”⁸³⁶. No entanto, segundo Afrânio Peixoto, Machado “teria achado excessivos ou inoportunos os elogios do Ministro e teria mesmo chegado a perguntar se Miguel Calmon não era dado a ironias”. De acordo com Magalhães Jr., “o Ministro não fazia ironias. Estava sendo sincero. E deu repetidas provas de sua grande confiança em Machado de Assis”, aconselhando-se com ele sempre sobre assuntos importantes da secretaria⁸³⁷. Além do mais, o Ministro Calmon foi “um dos assistentes da agonia de Machado de Assis”, sendo uma figura central nos funerais. Nesse sentido, conquanto Machado não estivesse diretamente vinculado à política partidária e ideológica (mas, sim, indiretamente, representando a Academia Brasileira de Letras em eventos promovidos pela própria instituição ou pelo Estado), muitos dos seus amigos e apreciadores certamente estavam; coisa que, muito provavelmente, ajudou no engajamento do governo nos seus funerais.

No templo machadiano

João Felipe Gonçalves destaca que os velórios dos “grandes homens” consagrados na Primeira República eram “objeto de cuidadosas escolhas simbólicas por parte dos celebrantes”⁸³⁸. No caso de Machado de Assis, o lugar escolhido foi a ABL, coisa que não surpreende, posto que se tratava do primeiro presidente e, ainda, pela notável identificação entre esse escritor e a instituição, conhecida até hoje como “Casa de Machado de Assis”⁸³⁹. De todo modo, antes de ser levado para Secretaria da ABL, instalada no Silogeu Brasileiro, onde ficaria até o enterro, marcado para o dia seguinte, o corpo de Machado

⁸³⁶ Magalhães Jr., 1970, p. 88.

⁸³⁷ Magalhães Jr., 1970, p. 89.

⁸³⁸ “Rio Branco foi velado no Itamarati; Machado e Euclides na Academia Brasileira de Letras; Pinheiro Machado na sua casa do Morro da Graça e no Senado; Afonso Pena no Catete e Rodrigues Alves em seu palacete da rua Senador Vergueiro” (Gonçalves, 2000b, p. 149).

⁸³⁹ Os restos mortais de Machado e de Carolina foram transferidos, em 1999, para o mausoléu da ABL, no cemitério de S. João Batista.

foi velado, ainda na sala de casa sobre a mesa, até às 18 horas do dia 29 de setembro, quando então foi colocado em um ataúde de 1º classe, listrado de ouro. Segundo o *Jornal do Commercio*,

A essa hora, as sras. Baroneza de Vasconcellos, d. Eufrozina Martins Ribeiro, viúva Heitor Cordeiro, Alice de Vasconcellos, Guiomar Smith de Vasconcellos, Lacidina de Vasconcellos e Fanyu de Araújo, que haviam estado à cabeça do ilustre escritor, durante a enfermidade, quiseram prestar-lhe uma derradeira homenagem, conduzindo, por suas próprias mãos, o ataúde até o coche fúnebre⁸⁴⁰.

Às 19 horas e 30 minutos, o corpo de Machado foi conduzido pelo coche fúnebre de Cosme Velho até o Silogeu Brasileiro, lá chegando por volta das 20 horas. Ali, o cadáver do literato era aguardado por muitos homens de letras e outras pessoas, “sendo o caixão levado para o salão da secretaria da Academia Brasileira pelos srs. Arthur Azevedo, dr. José Veríssimo, dr. Graça Aranha, Luiz Honório, Frederico de Souza e dr. Paulo Tavares”⁸⁴¹. No Silogeu, tudo estava preparado para receber o corpo: “os altos pilares brancos [...], que montam guarda à entrada principal do Silogeu, vestiram-se de um crepe muito negro logo que o precioso cadáver, como uma relíquia santa, passou a ser velado” no interior do prédio. Tanto o salão da entrada como o corredor que conduzia à sala das sessões, onde fora armada a câmara ardente, tinham “longas faixas de crepe cruzando-se no alto e em rufos pendendo das paredes”⁸⁴². A banda da Polícia Militar Paulista⁸⁴³ e a do Corpo de Bombeiros executaram⁸⁴⁴, montando guarda do lado de fora, marchas fúnebres “cadenciada[s] e triste[s]”⁸⁴⁵.

Por dentro, o edifício fora igualmente ornamentado para velar nobremente Machado de Assis. Todas as paredes da sala das sessões foram forradas com veludo negro, “desde o chão até o teto, de onde pendiam lágrimas de prata”⁸⁴⁶. No fundo da sala, estava armado um altar de veludo negro com lágrimas de prata sobre o qual se via um crucifixo de prata ladeado de seis castiçais, do mesmo metal. Em

⁸⁴⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸⁴¹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁴² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁴³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁴⁴ “Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁴⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁴⁶ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

uma das paredes negras pendia um grande retrato de Machado de Assis, coberto de pesado crepe. No centro da câmara, erguia-se uma imponente eça, igualmente envolta em um veludo negro, com luzes e emblemas católicos bordados a ouro, onde foi depositado o corpo. No caixão fúnebre, “o corpo do escritor desaparecia por completo debaixo de um [caudal] das mais raras e formosas flores. O rosto simpático, meigo e venerável, que a morte empalidecera fortemente, achava-se oculto por um lenço de cambraia”⁸⁴⁷. Em torno da eça, foram colocados seis grandes tocheiros dourados, que iluminavam a câmara ardente. Encostado na parede, fronteira à cabeça do morto, destacava-se um ramo de carvalho de Tasso, o mesmo que havia sido colhido em Roma a pedido do diplomata e acadêmico Joaquim Nabuco e enviado como presente a Machado de Assis⁸⁴⁸. À cabeceira do morto, se enfileiravam ainda todas as grinaldas, oferecidas por vários intelectuais e instituições brasileiras. Para o *Jornal do Brasil*, “a câmara ardente era suntuosa, de uma magnificência sombria impressionante”⁸⁴⁹. Durante todo o dia entraram e saíram muitas pessoas do Silogeu, dentre elas estavam “representantes de todas as classes sociais, delegados do governo, autoridades civis e militares, magistrados e funcionários públicos, além de representantes de todas as faculdades, conduzindo os respectivos estandartes”⁸⁵⁰.

“Adeus a Machado de Assis”

Perto das 16 horas, já preparado o translado do corpo para o cemitério de S. João Batista, Rui Barbosa, “visivelmente comovido”⁸⁵¹, proferiu um discurso, em nome da ABL, em homenagem a Machado de Assis. Depois de afastar de si o impulso de apreciar a obra, que já

⁸⁴⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁴⁸ “O precioso ramo foi enviado de Londres pelo sr. dr. Joaquim Nabuco ao sr. dr. Graça Aranha, acompanhado desta carta: ‘Meu caro amigo, O que vai nessa caixa é um ramo de carvalho de Tasso, que lhe mando para oferecer ao Machado de Assis do modo que lhe parecer mais simbólico. O melhor é talvez que a Academia lhe ofereça, mas quando e como são problemas para o sr. mesmo resolver. As palavras, porém, com que ele for oferecido devem ser suas. Ninguém sabe dizer-lhe tão bem como o sr. o que ele gosta de ouvir, e de ninguém, estou certo, ele consideraria a vassalagem tão honrosa para o seu nome. Devemos tratá-lo com o carinho e a veneração com que no Oriente tratam as caravanas a palmeira às vezes solitárias do oásis. Muitas recomendações afetuosas do seu muito dedicado amigo, Joaquim Nabuco’”. Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

⁸⁴⁹ Quinta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁵⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁸⁵¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

entrava “na sagração dos incontestados”, o acadêmico indica que falaria apenas sobre o coração e sobre a alma do ilustre finado. Rui Barbosa destaca, então, que não é “o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso” que seria louvado diante do carneiro perpétuo n. 1359, mas, sim, “o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom”, o que “modelo foi de pureza e correção, temperança e doçura”⁸⁵². O discurso seguiu, em tom pomposo e laudatório, sendo ouvido em profundo silêncio por todos os presentes⁸⁵³.

Interessante notar que, invertendo o polo convencional da consagração, que orbitava em torno do “clássico da língua”, mas enfatizando a *retórica da purificação*, Rui Barbosa preferiu destacar o homem que fora bom, a despeito da vida difícil. De modo geral, segundo Marcelino, a tônica do discurso recaiu não apenas no “talento e imenso esforço de dedicação à pátria”, mas sobretudo nos “nobres ideias e bons sentimentos” cultivados por Machado⁸⁵⁴. Como vimos anteriormente nos necrológios e nos vários discursos produzidos pelos pares de Machado, há, nesses textos, um esforço de humanização, de relançamentos de certas virtudes – como a bondade, a sensibilidade, o senso de justiça, a generosidade, a temperança etc. – que se associam ao “trabalhador exemplar” e ao “artista genial” para criar matizes entre o homem comum – e seu corpo enfermo e sofrido – e o homem sobressalente – o “chefe incontestado da literatura nacional”⁸⁵⁵. Ressaltava-se ali, portanto, “a suposta humanidade do morto célebre”, e não um qualquer aspecto transcendental, como perceptível em outros funerais cívicos do período⁸⁵⁶. Destacava-se, então, a faceta exemplar desse homem “que, aos setenta anos, à beira da sepultura, ainda tinha no espírito criador e sublime, apenas amargurado pelas misérias da vida, uma exuberante primeira de lirismo”⁸⁵⁷. Embora ocupando lugar destacado, Machado de Assis era exaltado como “o mestre condescendente, sem orgulho, que se fazia pequeno para

⁸⁵² Domingo, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁵³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁵⁴ Marcelino, 2016, p. 274.

⁸⁵⁵ Essas questões são discutidas no cap. 1, da Parte I: “Um olhar necrológico”.

⁸⁵⁶ Marcelino, 2016, p. 274.

⁸⁵⁷ Olavo Bilac. Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

não magoar a pequenez do discípulo”⁸⁵⁸. Conforme insiste a *Gazeta de Notícias*, não era o momento de falar da obra: “é a figura do homem que surge-nos na mente, impossibilitando-nos de reunir nas linhas de pesar a impressão da sua obra imorredoura”⁸⁵⁹. No dia seguinte, o jornal publicaria uma “nota íntima” atestando a virtude do findado: “uma das particularidades notadas pelos amigos que conviviam com o Machado de Assis era a sua excessiva delicadeza d’alma aliada à indizível bondade de seu coração”⁸⁶⁰.

Coisa diversa, contudo, ocorreu nos funerais de outras figuras ilustres. Gonçalves, ao analisar os funerais de Rui Barbosa, insiste que, para os comentadores dos funerais do sucessor de Machado como presidente da ABL, a “manifestação corporal, perecível, de Rui poderia ser incongruente com sua sacralidade, a eternidade do seu valor”⁸⁶¹. Nessa perspectiva, “o que se salientava não era a humanidade do morto, sua matéria-prima comum aos outros [que a morte poderia pôr em evidência], mas sua supra humanidade”⁸⁶². “O discurso sobre o morto era”, nessa lógica, “menos para separá-lo da vida do que para separá-lo da humanidade normal”⁸⁶³. Os cultores de Machado, por outro lado, dando forma à *retórica da purificação*, esforçaram-se, em função do que demandava a circunstância, em aproximá-lo da vida, em uma tentativa de romper com a postura pública de absenteísta e pessimista, muito facilmente atribuída ao autor de *Dom Casmurro*. É um Machado demasiado humano.

O préstito triunfal

Depois do discurso, já perto das 17 horas, foram retiradas da câmara todas as *corbeilles* de flores; logo em seguida, foi retirado de sobre a eça o ataúde que guardava “o corpo do pranteado presidente da Academia de Letras”. O ataúde foi carregado até a carreta do Arsenal de Guerra pelos “srs. Ruy Barbosa, Raymundo Corrêa, Olavo Bilac, Coelho Netto, Euclides Cunha, Conde de Affonso Celso, Graça Ara-

⁸⁵⁸ Mário Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁸⁵⁹ Terça-feira, 29 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁶⁰ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁶¹ Gonçalves, 2000b, p. 136.

⁸⁶² Gonçalves, 2000b, p. 154.

⁸⁶³ Gonçalves, 2000b, p. 154.

inha e Rodrigo Octavio”⁸⁶⁴. No lado de fora, esperava, para acompanhar o translado, uma “imensa multidão, que se apinhava descoberta enchendo toda a praça fronteira ao edifício”⁸⁶⁵. Colocado o esquife sobre a carreta, fotos foram batidas, publicadas depois na *Gazeta de Notícias*. Aproximando-se do veículo, vários estudantes tomaram os cabos, rumo ao cemitério S. João Batista, no Botafogo. Para Olavo Bilac, seriam justamente esses “moços” que deveriam honrar a memória de Machado, fazendo com que o “funeral do admirável escritor [fosse] a apoteose da inteligência do Brasil”:

Apelo daqui para o patriotismo e para o entusiasmo dos moços. Que todas as bandeiras das Academias e das faculdades acompanhem este féretro à cova pairando sobre ele e abençoando-o! É preciso que a mocidade se encarregue da glorificação deste velho trabalhador [...] ⁸⁶⁶.

Atrás dos estudantes, formou-se o préstito, que se organizou de forma hierarquizada: na frente, estavam as bandas de música, acompanhada por inspetores municipais e guardas civis, provavelmente abrindo caminho até o cemitério; em seguida, vinha a carreta do arsenal, conduzindo o corpo; logo atrás, estavam os membros da ABL, representantes das altas autoridades, comissões institucionais representando os poderes (como Senado e a Câmara), representantes de instituições literárias e científicas, representantes das Faculdades e dos Centros Acadêmicos, com seus respectivos estandartes; atrás destes, vinha o carro fúnebre de 1º classe, “estilo Luiz XV, coberto de crepe e tirado por quatro cavalos negros de raça ‘landau’, conduzindo as coroas”. Na retaguarda de todas as autoridades, o préstito foi acompanhado ainda por vários “amigos, colegas e admiradores do malogrado homem de letras, [e por uma] multidão constituída pelo que há de mais notável na magistratura, na advocacia, no magistério, nas ciências e letras, no jornalismo etc.”⁸⁶⁷. Àquela altura, o cortejo fúnebre transformara-se “em um extenso préstito triunfal, que lá ia conduzindo à imortalidade um brasileiro digno das maiores homenagens, pois que ele foi grande, puro e glorioso”⁸⁶⁸.

⁸⁶⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁶⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁶⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁸⁶⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁶⁸ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

O cortejo que levou o corpo de Machado ao cemitério foi bastante apreciado. Para Olavo Bilac, “o féretro do Mestre amado foi para o cemitério arrastado numa onda de amor, oscilando sobre o vasto coração palpitante do Rio de Janeiro”⁸⁶⁹. Já de acordo com o jornal *O Paiz*, figurava no préstito a nação inteira, desde “os representantes dos mais altos poderes públicos até a grande massa anônima do povo”. O “povo”, mesmo imerso na sua “obscuridade”, soube “compreender a perda irreparável que sofreu com o declínio completo, absoluto, do grande espírito que por tanto tempo, por mais de quarenta anos, lustrou as letras pátrias”; por isso mesmo, “todo o longo percurso foi como que uma sincera apoteose ao valor formidável do morto que passava, carregado pelo luto dos seus contemporâneos”⁸⁷⁰. O *Jornal do Brasil*, queimando o mesmo incenso, escreveu que havia muito tempo que a cidade não “testemunhava a passagem de um cortejo fúnebre como o de ontem, quer pela sua magnificência, quer pelo avultado número de pessoas que a ele concorrem representando todas as esferas da sociedade carioca”⁸⁷¹. Para a *Gazeta de Notícias*, “nessa imensa apoteose, nessa sublime glorificação à memória do nosso mais glorioso homem de letras, havia mais do que o pesar das letras pátria, havia mais do que as lágrimas dos seus estremecidos amigos: era o verdadeiro luto nacional”⁸⁷². Ainda segundo o jornal, “era enorme, incalculável o número de pessoas que acompanhavam o mestre à sua última morada”:

A presença das mais altas autoridades da nação, dos membros do congresso nacional, de acadêmicos e de alunos de todas as nossas faculdades e colégios, de magistrados, de homens de letras, de diplomatas, de ricos e de pobres, de homens da alta sociedade e de pessoas do povo, aquela tocante cerimônia foram as mais eloquentes provas da estima inigualável, da adoração indiscutível de que, sem saber, gozava o preclaro autor das *Relíquias da Casa Velha*⁸⁷³.

⁸⁶⁹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁷⁰ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁷¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁷² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁷³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

O “povo” chora o “mestre”. Que “mestre”?

Para Magalhães de Azeredo, em discurso na Sorbonne em 1909, embora o governo não “tivesse deixado de colaborar com todas as suas pompas civis e o maior luzimento militar”, o “particularmente comovente”, nos funerais machadianos, teria sido a “espontânea adesão” do povo, *i.e.*, a “participação efetiva e pressurosa dos estudantes, dos professores, dos funcionários, dos negociantes, dos industriais, do que se chama, com razão, o mundo intelectual e bem assim do que alguns chamam, sem razão, o mundo não intelectual”⁸⁷⁴. Todavia, ainda que vários jornais e figuras literárias sustentem a presença maciça do “povo” nos funerais, há divergências. Para um cronista da *Gazeta de Notícias*, que assina seus textos como Tic. Tac., “seria requintada hipocrisia afirmar que o povo se associou às manifestações de dor causada” pelo desaparecimento de Machado⁸⁷⁵. Para ilustrar essa perspectiva, o escritor conta um episódio, seguido de uma curiosa – embora profícua – reflexão:

Quando passava o préstimo, um popular perguntou a outro: quem é o defunto?

– Eu sei lá! Naturalmente algum mineiro graúdo.

Esta simples frase, proferida talvez com a maior sinceridade e com a máxima convicção, é de sobra e de sobejo para explicar a psicologia popular. Enterro grande e solene, com estandartes, corporações, bandas de música e fardas, só de graúdos de Minas ou de qualquer outro Estado⁸⁷⁶.

Irônico, o cronista explica a lógica da “psicologia popular” que estava por trás da indiferença do povo em relação ao morto que passava. Para o povo, enterro grande era coisa de político ou “graúdo de Minas”, que embasava a sua popularidade, mesmo a póstera, na riqueza acumulada. Segundo o escritor, “para ser popular não é preciso nem talento, nem gênio, nem estudo, nem trabalho, nem ilustração”. No entanto, no caso em vista, falhava a “psicologia popular”, posto que quem passava não era um graúdo, “era até um miúdo, e tão miúdo que o povo não o conhecia, apesar dele haver vivido do povo,

⁸⁷⁴ *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

⁸⁷⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁷⁶ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

do povo nunca se ter afastado e nunca querer ter sido outra coisa senão povo”⁸⁷⁷. Assim, a popularidade não dependia do talento lapidado em uma vida de labor, mas, às vezes, apenas de sorte:

Um general, que por um acaso da sorte e mesmo pela sua bravura pessoal, vence uma batalha, populariza-se desde logo e, se tem a fortuna de ser atravessado por uma bala disparada pelo princípio da autoridade, fica logo consagrado herói e ao seu enterro concorre em massa a multidão porque ele se sacrificou ou porque a bala o matou⁸⁷⁸.

Por detrás desta ácida ironia, está a percepção de que, mesmo já encaminhada a República e suas transformações na forma de ritualizar o poder, “a pedagogia dos grandes homens ainda se chocava com a imortalização do ‘herói guerreiro’”⁸⁷⁹. O imaginário cívico tendia ainda, e consideravelmente, para o universo político-militar. Um soldado que, por mérito ou não, morresse em combate, logo era reconhecido herói. Para os artistas, especialmente o das letras, que passavam a vida inteira lapidando o seu talento, a sorte era outra: o reino do artista era “mais limitado, como limitada [era] a influência do seu instrumento”⁸⁸⁰. Como sugere Marcelino, embora transformações nas modalidades de reconhecimento cívico estivessem em curso durante a Primeira República, possibilitando a consagração de figuras “que, em planos diversos, como o das letras, teriam contribuído para a construção da nação”, a “discrepância entre os cerimoniais de consagração de chefes de estado e dos ‘grandes homens’ [...] era ainda muito significativa”⁸⁸¹. O que fica evidente na percepção de uma maior reverberação dos funerais de militares que das figuras artísticas entre o final século XIX e início do XX⁸⁸².

Nesse sentido, desconhecido por uma população majoritariamente analfabeta, em um país que não honrava seus escritores, mantendo-os quase na obscuridade, não seria, pois, estranhável, “é até justificável, que, na apoteose de Machado de Assis a menor parte, a mínima parte, coubesse ao povo, que, entre nós, não passa de uma

⁸⁷⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁷⁸ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁷⁹ Marcelino, 2016, p. 270.

⁸⁸⁰ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁸¹ Marcelino, 2016, p. 271.

⁸⁸² Cf., na dissertação, Parte III, cap. 3, “O dobre de finados”.

acumulação de anônimos”, assevera o cronista⁸⁸³. Lindolpho Xavier comenta que muitos não leram Machado, “muitos o conheceram só por ouvir falar. Mas mesmo assim, a corrente de simpatia em torno do seu nome é tão grande, e dele se fala tanto bem, que mesmo não conhecendo a sua obra, é ele amado e admirado”. Nessas condições, “creio que está grande parte do povo brasileiro, onde tão pouco se lê e onde tão pouco se fala da arte e do artista”⁸⁸⁴. Assim, para Belmiro Braga, o “homem que tanto cresceu aos olhos da pátria”, não era chorado devidamente pelos seus contemporâneos, uma vez que ela, a pátria enlutada, “não sabe ainda o que perdeu”⁸⁸⁵.

Tudo isso teria feito com que muitos populares atribuíssem o pomposo enterro não a um escritor, mas a um ricoço ou a outra qualquer autoridade, como era o costume. Dentro dessa lógica, a crônica é interessante por ainda permitir relativizar a comparência avassaladora do povo aos funerais machadianos, e em outros eventos desse porte. Segundo Marcelino, “a indicação de uma presença massiva de populares nas praças diante das manifestações oficiais constitui um *topos* retórico com longa permanência em materiais como os jornais”⁸⁸⁶. Desse modo, segundo Tic. Tac., a apoteose de Machado de Assis teria sido “um movimento de intelectuais”, em que “foram as letras oficiais e oficiosas que prestaram culto ao talento, ao caráter e ao trabalho” do escritor, e não necessariamente o “povo”⁸⁸⁷.

Essa perspectiva coincide, em alguma medida, com o que vislumbra João Felipe Gonçalves a respeito dos funerais de Rui Barbosa. Para o autor, o cortejo que levou Rui Barbosa ao cemitério “foi um desfile portentoso da elite para o povo”⁸⁸⁸, ou seja, um outro “movimento de intelectuais”, no qual a função do “povo” consistia em assistir a grandiosidade da manifestação de pesar. A hierarquia do cortejo serviria, então, para reforçar as diferenças entre as várias camadas da população⁸⁸⁹. No entanto, o que chama atenção, a despeito do reforço da hierarquia e do caráter “elitista” presentes também nos funerais machadianos, é certa indiferença por parte de alguns elementos do

⁸⁸³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁸⁴ Domingo, 11 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

⁸⁸⁵ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁸⁸⁶ Marcelino, 2016, p. 273.

⁸⁸⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁸⁸ Gonçalves, 2000b, p. 138.

⁸⁸⁹ Gonçalves, 2000b, p. 154.

“povo”: “Quem é o defunto? Eu sei lá!”. Mário Mattos, recuperando uma observação muito similar à de Tic. Tac., conta que

Ao ver passar os funerais pelas avenidas da Capital, afirma João Ribeiro que a multidão desatinou com aquela pompa. Não sabia, não entendia. “À porta da Garnier, onde aparecem presumidamente pessoas que sabem ler, uma delas perguntou:

– Mas quem é esse Machado de Assis tão rico? Será o Assis das loterias?”⁸⁹⁰

Modesto de Abreu, desenvolvendo a mesma questão, destaca que, por um lado, “grandes foram as homenagens que lhe prestaram os homens de letras e as instituições, o Governo e o povo, numa apoteose como nunca mereceu antes um puro homem de letras”; por outro lado, enfatiza que “pouco importa o saber-se que, no seio desse mesmo povo que ele deleitara anos a fio [...], nem todos o pudessem identificar pelo nome ou pela obra, sendo mais fácil lembrar que no mesmo dia morrera o Assis das loterias”⁸⁹¹. Para o crítico, entretanto, a confusão contraditoriamente não implicava “o desconhecimento popular da sua obra, que foi, ao contrário, uma das de maior divulgação dentre as dos nossos”⁸⁹².

Seja como for, importa destacar que, embora as fotografias do evento assegurem uma considerável participação popular, o comparecimento do “povo” não implica necessariamente engajamento e comoção. Segundo Tic. Tac., o povo “não se associou e não tinha razão para se associar. Quando muito ele pôde haver tido a impressão geral de pesar que lhe causam todas as mortes”⁸⁹³. Acompanhando esse raciocínio, ainda que os funerais se apresentem, efetivamente, como “anti-carnavais da morte”, reforçando hierarquias e distinções sociais, nada impede uma reapropriação crítica e irônica do evento. No final da crônica, por exemplo, Tic. Tac. insinua que poucas pessoas mereceriam “o hino à ‘Bondade’ entoado em frase burilada pelo estro de Rui Barbosa”⁸⁹⁴. Embora o cronista reconheça o “superior” lugar ocupado por figuras como Rui Barbosa e Machado de Assis, a ironia do texto deixa

⁸⁹⁰ Matos, 1939, p. 96.

⁸⁹¹ Abreu, 1939, p. 99.

⁸⁹² Abreu, 1939, p. 99.

⁸⁹³ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁹⁴ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

antever uma apreciação caricatural e um tanto debochada dos símbolos do evento (como o discurso à beira do túmulo, descrito como o discorrer de uma “frase burilada”). Essa ironia devolve, em alguma medida, o evento para uma perspectiva próxima da “carnavalização do poder”.

Na crônica, todavia, preserva-se intacta a imagem do morto, ao passo que o olhar irônico se desloca para figuras circunstanciais (Rui Barbosa, políticos, militares etc.) e mesmo para a pomposidade do evento: “se o espírito sobreviver à matéria, o de Machado de Assis deve a esta hora rir-se do seu materialismo humano”. De qualquer forma, para o cronista, mais valia a frase burilada produzida pelo estro de um Rui Barbosa do que um pomposo enterro sem merecimento: “antes o culto das letras do que as homenagens das tretas”⁸⁹⁵.

Nos jornais, não poucas vezes o “povo” aparece como quem, na sua “obscuridade”, porta-se como incapaz de reconhecer os trabalhos intelectuais, como o “culto das letras” (Oliveira Lima pensava – e admite ter-se enganado – que a glória de Machado “não brilhava para o vulgo”)⁸⁹⁶. Sem saber quem era Machado de Assis ou entender o que dizia Rui Barbosa, o “povo” aparece em bloco como unidade manipulada, mobilizada afetivamente em prol da consagração do ente destacado. A reação irônica ou repulsiva é a outra face da moeda: conhece-se o homem, compreende-se as palavras de louvor, mas não há identificação (quando muito, apenas um sutil e dissimulado reconhecimento). Entre as faces da moeda, porém, está o elo que as conecta. Esse elo é político e afetivo (histórico e antropológico) e, assim, implica uma dose de reconhecimento e de imposição. Heróis como Machado de Assis respondem a conjunções políticas específicas, por um lado; por outro lado, tem que ver também com toda uma dimensão afetiva e existencial. O que alguns periódicos poderiam chamar “ignorância”, ou seja, louvor sem conhecimento de causa, alguns poderiam ver uma demanda afetiva por sujeitos cuja permanência indicasse a possibilidade e a necessidade, de cariz inconsciente, de romper com o transcurso do tempo. Além disso, entre usos e abusos, via-se o choro genuíno dos amigos e admiradores, que perdiam ali uma instância de amor.

⁸⁹⁵ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁸⁹⁶ *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

No caminho do S. João Batista

Lentamente, o cortejo que levou o corpo de Machado para sua morada derradeira foi desfilando pelas ruas do Rio de Janeiro. “E triste, acabrunhada, a enorme massa de gente, moveu-se, então, percorrendo o seguinte itinerário: Avenida Beira Mar, largo da Glória, ruas do Catete e Marquez de Abrantes, praia de Botafogo, ruas Voluntários da Pátria e S João Batista”⁸⁹⁷. Segundo o jornal *O Paiz*, “as ruas percorridas pelo préstito estavam apinhadas de povo, as janelas e sacadas repletas de famílias, que ali se conservavam curiosas e compungidas, para verem desfilar o enterro do grande mestre”. Conforme o periódico, “no silêncio respeitoso da multidão que, constrita e enorme se estendia pelo caminho afora, nos semblantes cheios da mágoa e cheios de veneração, sentia-se a intensidade vibrante daquela imponente manifestação glorificadora”⁸⁹⁸. Na praça José de Alencar, onde parou o cortejo, “o acadêmico de direito Ary Fialho fez um ligeiro discurso, em nome do Clube Acadêmico”⁸⁹⁹. A referência a Alencar animou vários cronistas. Olavo Bilac, por exemplo, comentou: “quando o féretro parou um momento junto do monumento de José de Alencar, eu cuidei ver um sorriso apontar na face de bronze da estátua, adoçada na luz meiga da tarde que morria”⁹⁰⁰. Machado foi, certamente, uma das figuras que mais se empenhou no processo de consagração de Alencar. O “sorriso” do escritor cearense seria, então, uma espécie de retribuição, como se Alencar (imortalizado pela estátua) antecipasse o glorioso futuro de Machado de Assis: “e parece-me”, completa o escritor amigo, “que Alencar estava dizendo a Machado de Assis, com ligeira alteração, o que Machado de Assis carioca disse um dia a Alencar cearense”:

Hão de anos volver, não como as neves
De alheios climas, de geladas cores;
Hão de os anos volver, mas como as flores,
Sobre o teu nome, vívidos e leves.

Tu, cearense musa, que os amores
Meigos e tristes, rústicos e breves,
Da indiana escreveste, ora os escreves
No volume dos pátrios esplendores.

⁸⁹⁷ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁹⁸ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁸⁹⁹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹⁰⁰ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

E ao tornar este sol, que te há levado,
Já não acha a tristeza. Extinto é o dia
Da nossa dor, do nosso amargo espanto.

Porque o tempo implacável e pausado,
Que o homem consumiu na terra fria,
Não consumiu o engenho, a flor, o encanto⁹⁰¹.

Nem todos os cemitérios são iguais

Pouco antes das 19 horas, “precedido de compacta multidão”, chegava o préstito ao cemitério S. João Batista. Alcindo Guanabara lembra, a partir do conto “O Velho Senado”, qual seria a opinião de Machado de Assis sobre a morte e os “lugares santos”: morto o longo porteiro daquela instituição, Machado disse não importar qual cemitério seria enterrado o homem, porque “todos os cemitérios se parecem!”. Contudo, não deveria se parecer com os outros o cemitério que contivesse os restos mortais de Machado de Assis, afirma Guanabara:

Empenhemo-nos, senhores, por desmentir esta asserção, no que lhe respeita! Empenhemo-nos para que o cemitério em que se vão recolher os restos mortais de Machado de Assis não se pareça com nenhum outro, concentrando-se nele o pensamento brasileiro para render a homenagem de sua veneração à mais alta expressão que ele teve nesta terra! Empenhemo-nos para que o Brasil ateste nesta solene homenagem a sua própria glória, o próprio desvanecimento de constituir um meio capaz de permitir a eclosão de um espírito, superior sob tantas faces, como o de Machado de Assis⁹⁰².

No cemitério, inúmeras pessoas aguardavam a chegada do féretro. Entre os que esperavam, estavam os ministros Miguel Calmon e Tavares de Lyra, “que pegaram nas cordas da carreta até junto ao túmulo”⁹⁰³. Segundo o *Correio da Manhã*, “o cemitério ficou ricamente povoado de gente naquele recinto de sepulturas vizinhas ao carneiro

⁹⁰¹ Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹⁰² Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁰³ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

onde se deu a inumação”⁹⁰⁴. Acomodadas todas as figuras eminentes, o Ministro da Justiça, em nome do governo, pronunciou um breve discurso, que o jornal *O Paiz* assim anotou:

Cumpro neste momento um triste e doloroso dever, afirmando, em nome do governo, os sentimentos de pesar que enlutam a alma da nação, pelo desaparecimento de Machado de Assis. Ele foi o mestre querido e respeitado de nossa literatura; mas foi também um patriota, cidadão benemérito, cuja maior ambição consistiu sempre em enriquecer e opulentar o inestimável patrimônio da nossa cultura moral e intelectual. Mandando fazer seus funerais, o governo cumpriu seu dever. Resta, entretanto, a todos nós, que admiramos a sua obra fecunda, a todos nós que conhecemos a influência decisiva que exerce e exercerá ainda por muito tempo nas letras pátrias, perpetuar em momento duradouro sua inesquecível memória. Saibamos honrar essa memória. Para honra do valor de Machado de Assis, não bastam lágrimas de saudade, é preciso a glorificação, para exemplo e ensinamento das gerações por vir⁹⁰⁵.

Segundo o *Correio da Manhã*, era “a primeira vez que um ministro no Brasil proced[ia] de tal modo”⁹⁰⁶. Arthur Azevedo, nesse mesmo sentido, comenta que “nenhum outro escritor brasileiro – prosador ou poeta – recebeu, morrendo, as honras excepcionais que se fizeram ao autor das *Memórias Póstumas*”. Ninguém teria recebido, à beira da sepultura, “o adeus da pátria, soluçado pela voz de um Ministro de Estado; nenhum outro foi tão recomendado ao carinho e à admiração da posteridade”⁹⁰⁷. O aspecto central do discurso do Ministro é, sem dúvida alguma, o reconhecimento de Machado como “um patriota, um cidadão benemérito”. Esse reconhecimento, até então pouco convencional para escritores, acontecia justamente em função das contribuições machadianas ao patrimônio moral e intelectual da nação. Nesse momento, portanto, o culto às letras era reconhecido como uma modalidade legítima de engrandecimento da pátria. Em relação a um autor que havia contribuído, por meio de um culto sistemático

⁹⁰⁴ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁹⁰⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹⁰⁶ Sábado, 3 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

⁹⁰⁷ Sábado, 3 de outubro de 1908, *O Paiz*.

do vernáculo⁹⁰⁸, para com o desenvolvimento da “civilização como um empreendimento moral ou técnico”, o governo cumpria apenas o seu dever ao louvá-lo. Machado de Assis tornava-se, assim, um símbolo, servindo como exemplo e ensinamento para as “gerações por vir”. Depois do Ministro, discursaram ainda o acadêmico Américo Baracho, a poeta Júlia Lopes Cezar e Joaquim Ribeiro de Paiva, representante do *O Pharol*, de Juiz de Fora. Lançada a pá de cal sobre o caixão, tributada a derradeira homenagem, retiraram-se pouco a pouco os amigos, colegas e admiradores de Machado de Assis, e o cemitério cerrou seus portões quase às 8 horas da noite. Para o *Correio da Manhã*,

Machado de Assis dormia, finalmente, no seio carinhoso da terra pátria, o seu derradeiro sono. Machado de Assis, de corpo e de alma, o Machado de Assis que escreveu *Iaiá Garcia, Esaú e Jacó*, esse, não dormiu, nem dormirá jamais: porque seu vulto luminoso e estranho fulgura, num soberbo realce, com uma vida e um brilho eternos no panteão da intelectualidade nacional⁹⁰⁹.

⁹⁰⁸ Cf. Parte I, cap. 4, “O cultor do vernáculo”.

⁹⁰⁹ Quarta-feira, 30 de setembro de 1908, *Correio da Manhã*.

UM SONHO DE TRISTEZAS

Toda a dor desaparece com o tempo, por mais profunda
que seja,
cedo os pesares deixam de manchar o estofo cambiante da
existência.

Nem custa a desembaraçar a alma das recordações,
que ligam ainda os vivos aos mortos.
Assim, vai o mundo! Ontem, dor que parecia ser eterna
– Sim, eterna como a aurora;
hoje, esquecimento total das criaturas extintas
e cuja presença, além disso, seria importuna!
E, realmente, os mortos são bem maçantes personagens
em exigir uma memória sua sobre a terra. Para quê?

Machado de Assis, *Bagatela*.

Para Augusto Meyer, “todas as folhas apresenta[ra]m o enterro [machadiano] sob as cores da consagração. São dez dias bem contados de incenso que arde[ra] aos pés do mesmo ídolo”⁹¹⁰. Os periódicos destacaram, sobretudo, o aspecto consagrador e a imponência do evento, que teria contado com a presença de uma comovida e significativa parcela da população carioca. Para o *País*, o enterro “teve a imponência de uma grandiosa consagração cívica”, transformando-se, então, em um “extenso préstito triunfal, que lá ia conduzindo à imortalidade um brasileiro digno das maiores homenagens, pois que ele foi grande, puro e glorioso”⁹¹¹. Para o amigo Mário de Alencar, o enterro teria sido “uma glorificação”⁹¹², enquanto que, para Euclides da Cunha, a cerimônia foi “uma resplandecente apoteose”,

[e] revelou, de golpe, que não foram perdidos os seus quarenta anos de vida literária – porque nas manifestações que a rodearam, e foram as maiores que ainda fizeram neste país, a um escritor – se observou pela primeira vez entre nós, abalando todas as camadas sociais, o prestígio da magistratura superior do pensamento⁹¹³.

Todo este movimento em torno da morte de Machado de Assis

⁹¹⁰ Meyer, 2008, p. 145.

⁹¹¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹¹² Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁹¹³ Em carta a Regueira Costa. Domingo, 25 de outubro de 1908, *Diário de Pernambuco* (PE).

acabou, ainda, por provocar reflexões sobre a forma com que os brasileiros lidavam com a memória dos seus grandes heróis e suas personalidades notáveis. A *Gazeta de Notícias* do dia 2 de outubro, por exemplo, apresenta um texto nomeado “A ideia de um Pantheon”. O colunista começa dizendo que “durante a transladação dos restos mortais de Machado de Assis para o cemitério de São João Baptista houve quem se lembrasse de que nós já deveríamos ter um Panteão”. A ideia, que para alguns poderia parecer “um delírio do exagero”, não era absurda, já que a pátria não poderia ser “íngrata” nem “indiferente” para com os seus homens ilustres, sendo necessária, portanto, a construção de um lugar “para guardar os restos mortais dos grandes poetas, dos grandes generais, dos homens verdadeiramente eminentes”⁹¹⁴.

Embora os funerais tenham agradado pela pomposidade, “não seria muito mais nobre um Pantheon” – pergunta o colunista – “ter em um templo reunidos os despojos derradeiros dos que foram grandes na vida, prestando-lhes essa homenagem grandiosa?”. Evidenciando o processo de transformações nas formas de ritualizar o poder, o colunista insiste em um espaço cívico partilhado por poetas e generais, *i.e.*, por aqueles “verdadeiramente eminentes”. Esse espaço seria uma necessidade, uma vez que as outras expressões de reconhecimento cívico, como as estátuas, por mais necessárias e louváveis que fossem, não seriam suficientes, visto que “a grande maioria [do povo] não associa sempre o sentimento de respeito que devido é aos mortos ilustres”. Era preciso um “lugar de memória”, que se apresentasse como tal – exemplar, educativo, grandioso e imponente –, onde “não se entraria senão como se entra no passado de toda uma nacionalidade”⁹¹⁵. Para Osório Duque-Estrada, “não temos ainda, como a França, esse culto pelas memórias veneráveis. É tempo, porém, de pregar entre nós essa religião de civismo e de amor que tanto dignifica e consola”. Assim, em relação à memória de Machado, deveria ser adotada no Brasil “a proposta de Dumas Filho feita à Academia Francesa por ocasião dos funerais de Victor Hugo: ‘que todo francês que soubesse ler e escrever trajava luto nos dias de aniversário da morte do grande poeta’”⁹¹⁶.

Comentado a reportagem “A ideia de um Pantheon”, a escri-

⁹¹⁴ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹¹⁵ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹¹⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Correio da Manhã*.

tora Júlia Lopes de Almeida escreveu, na sua coluna no *O Paiz*, que, a propósito do nome de Machado de Assis, alguém havia sugerido que “se criasse aqui um Pantheon, [um] lugar de glorificação permanente para os restos mortais dos nossos homens ilustres”. No entanto, questiona a autora:

Mas então, consintam-me dizer, se criarem esse Pantheon, é rigorosamente preciso que antes de qualquer outro brasileiro morto, digno dessa grandiosa homenagem, venha de S. Vicente de Fora o corpo embalsamado de d. Pedro II, que espera no seu [sarcófago], em terras de exílio, essa consagração patriótica a que tem direito sobre todos os mais, por muito notáveis que sejam. Venham os seus restos; venham os da santa velhinha que foi a sua companheira; e só depois de agasalhadas no Pantheon essas relíquias sagradas, abram-se então largamente as suas portas aos nossos homens gloriosos por qualquer título, que não devam acabar com a morte, como os anônimos que passam e somem-se no corredor da vida⁹¹⁷.

Não era a primeira vez que se reivindicava a volta dos restos mortais do antigo imperador. Em 1906, Coelho Lisboa propôs o retorno dos despojos reais. O projeto previa ainda “a construção de um panteão, algo que qualquer nação necessitava, justifica o senador, ‘para se apresentar ao mundo como povo civilizado’, no qual seriam recolhidos os restos mortais dos ‘brasileiros ilustres’”⁹¹⁸. Além de Lisboa, Paulo Ferreira Meneses Palmiro, em 1823, ofereceu a d. Pedro I o projeto da Cidade Pedrália: “uma nova capital a ser criada no interior do Brasil, como desejava José Bonifácio: em sua praça monumental edificar-se-ia o palácio imperial”⁹¹⁹. No interior desse monumento, estariam as “estátuas dos heróis brasileiros que se fizeram famosos pelas virtudes, ciências e armas; e também pelas artes, e os que descobrirem novos ramos de comércio, e capitalistas que edificarem palácio na nova Corte”.

A despeito das propostas, e de algum esforço (como, talvez, no caso da Varanda da Sagração, com os seus ícones provenientes do mundo político, militar, cultural e artístico), fato é que nunca um empre-

⁹¹⁷ Domingo, 4 de outubro de 1908, *O Paiz*.

⁹¹⁸ Fagundes, 2017, p. 170.

⁹¹⁹ Enders, 2014, p. 75.

endimento dessas proporções foi construído no Brasil⁹²⁰. Como destaca o colunista, a ideia de um Panteão, “que surgiu no momento do desaparecimento do chefe da literatura contemporânea”, era um “sonho de tristeza logo em fumo perdido”⁹²¹. Tão logo surgiu como desapareceu o ímpeto de construir um lugar de memória. Em ampla medida, o mesmo pode ser aplicado à memória de Machado de Assis nas duas décadas seguintes. Em 1916, quando começam as conferências que constituirão o primeiro estudo biográfico sistemático sobre Machado escrito por Alfredo Pujol, um jornal destaca, precisamente, que o jornalista paulista “fez um estudo completo dessa grande e tão injustamente esquecida figura das nossas letras”⁹²². Todavia, antes de cair em um relativo esquecimento, revertido sobretudo a partir dos anos 1930, Machado mereceu, em 1909, várias manifestações de apreço.

“Comemorando o primeiro aniversário da morte de Machado de Assis, o ilustre cultor das letras pátrias, cujo passamento enlutou a alma brasileira”⁹²³, a Academia Brasileira de Letras organizou uma cerimônia para inaugurar “uma lápide de bronze na casa em que faleceu o grande escritor e em seguida [ir] ao cemitério de S. João Batista colocar flores sobre o túmulo”⁹²⁴. Segundo o *Jornal do Commercio*, “associaram-se a esse preito de admiração e saudade muitos homens de letras, normalistas, acadêmicos e pessoas do povo, que partiram da estação central da Companhia Jardim Botânico em bondes especiais”. Na casa de Machado de Assis, no Cosme Velho (onde residia, na ocasião, José Mariano Filho), Olavo Bilac, em nome da ABL, proferiu um discurso em memória do primeiro presidente da instituição. Tal como os necrológios e artigos biográficos, o discurso de Bilac projetou uma imagem purificada de Machado: “perdendo o Mestre, não perdemos o exemplo constante, a viva lição, o modelo nobre que ele sempre nos foi”. As qualidades destacadas eram, então, “o seu modo natural, a brandura da sua palavra e de seu gesto, a modéstia dos seus gostos, a moderação dos seus juízos”. Para o amigo, tudo em Machado “aconselhava e pedia, não o aplauso frenético, mas a afeição sincera e a consideração inteligente; tudo nele parecia dizer: não me admireis;

⁹²⁰ Essa discussão é brevemente desenvolvida na dissertação. Cf. Parte III, cap. 1, “Ritualizar o tempo, eternizar os mortos”.

⁹²¹ Sexta-feira, 2 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

⁹²² Domingo, 10 de outubro de 1916, *Gazeta de Notícias*.

⁹²³ Quinta-feira, 30 de setembro de 1909, *O Paiz*.

⁹²⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

amai-me, e compreendei-me”⁹²⁵. Antes do escritor malévolo, carrancudo e embotado, era louvado o homem realizado, mas carente de afeto e da afeição dos amigos.

A fala de Olavo Bilac evidencia também a necessidade do culto a Machado de Assis como uma demonstração póstuma e continuada de afeto: “aqui vimos, e viremos; e aqui virão quando tivermos desaparecido, aqueles que nos sucederem”⁹²⁶. Para Bilac, a função da ABL era, também, preservar a imortalidade dos membros da instituição: “não nos sucedemos apenas: também nos continuamos; mudam-se os nomes, mas fica o ideal que os encadeia: há de perdurar na Academia, exemplar e consoladora, a memória do Mestre”⁹²⁷. Contra o tempo, que havia de “morder e devorar esta placa de bronze”, e salva de “um horroroso cataclismo social”, que dispersasse a “raça” e “aniquilasse a língua”, a romaria à casa de Machado de Assis deveria ser “o início de uma glória perpétua”⁹²⁸. Era, para o acadêmico, “a romaria dos primeiros fiéis”, “a primeira peregrinação dos que assenta[vam] as bases” de culto que deveria perdurar⁹²⁹. No entanto, ao contrário do que acontecerá com Euclides da Cunha, cuja casa e túmulo foram preservados e objetos de visitas e eventos durante boas décadas, esta foi a primeira e uma das poucas romarias ao túmulo e à casa de Machado de Assis (destruída em 1915)⁹³⁰. Talvez por isso, o orador, na ânsia de assegurar a perpetuidade do louvor (e deixando antever o lugar preciso da figura pranteada), ateste também o carácter extraordinário de Machado: “não o compreendeu ainda todo o seu país, porque ele foi de algum modo um homem superior à sua época e ao seu meio; mas essa compreensão unânime há de vir com o tempo”⁹³¹. Como sintetiza Hélio de Seixas Guimarães, “Bilac previa, contra a gravidade e isolamento que o escritor teria mantido em vida, a glória perpétua”⁹³².

Essa falta de compreensão é destacada em outro espaço da

⁹²⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹²⁶ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹²⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹²⁸ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹²⁹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹³⁰ Modesto de Abreu, ao comentar o discurso de Humberto de Campos, lido na ABL por ocasião dos vinte e cinco anos da morte de Machado de Assis, lembrada em 1933, informa sobre a fundação da “Academia Machado de Assis”, que teria, segundo o autor, vida efêmera (1930-1933). No dia do discurso de Humberto Campos, os “rapazes que amam a sua obra e admiram a sua vida”, iriam “cobrir de flores o seu túmulo e visitar a escola municipal que lhe tomou o nome” (Abreu, 1939, p. 111).

⁹³¹ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹³² Guimarães, 2018, p. 74.

Gazeta de Notícias, quando o periódico insiste que, “durante a repercussão da notícia de sua morte, foi que a iminente personalidade literária de Machado de Assis esteve mais em foco”. Para o periódico, “até então a sua obra imperecível figurava apenas nas bibliotecas de seleção, sendo desconhecida por muitos que a saberiam gozar”⁹³³. Na esteira do luto, Machado de Assis, o “cultor das letras brasileiras”⁹³⁴, foi outras vezes lembrado em 1909. Segundo *O Paiz*, “o governo da cidade presta ao grande morto hoje a homenagem oficial; mas a maior de todas elas é, de certo, a desta carinhosa saudade que, por não estar expressa em manifestações populares, nem por isso é menos sentida e real”⁹³⁵. A realidade da saudade prescindia, assim, das “manifestações populares”: modo de dizer que, apesar do esquecimento, havia algum esforço de lembrança. Nesse mesmo sentido, a prefeitura municipal, considerando “que aos poderes públicos, como órgão que são do povo, não deve ser indiferente o sentimento popular em relação aos nomes daqueles que, por seus talentos, virtudes e obras, bem merecem da pátria”, resolveu homenagear Machado por “méritos excepcionais”, dando a uma rua o seu nome⁹³⁶. Meses antes, Machado também havia dado nome a uma escola em Petrópolis⁹³⁷.

No anfiteatro Richelieu, da Sorbonne, foi organizada uma festa para lembrar Machado de Assis. O evento foi “Presidido por Anatole France, tendo como companheiros de presidência os srs. Charlie Richt, Piza e Almeida, Ministro do Brasil; Oliveira Lima, Ministro brasileiro em Bruxelas, e Chaves Moutier, representando o dr. Vieira Souto”⁹³⁸, e “organizado pela ‘Société des Etudes Portugaises’, de Paris, com a adesão dos importantes grupos da Union Latine, Société des Universités et Grandes Écoles de France, das Universidades Populares”⁹³⁹. O fim principal dessa “manifestação intelectual franco-brasileira” foi “celebrar e glorificar Machado de Assis, esse romancista e poeta que encheu de entusiasmo e de admiração a jovem República sul-americana”⁹⁴⁰, e que era, para Anatole France, “uma das mais altas glórias do Brasil”⁹⁴¹. Se,

⁹³³ Sexta-feira, 30 de setembro de 1910, *Gazeta de Notícias*.

⁹³⁴ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *O Paiz*.

⁹³⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *O Paiz*.

⁹³⁶ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Gazeta de Notícias*.

⁹³⁷ Domingo, 7 de fevereiro de 1909, *Correio da Manhã*.

⁹³⁸ Segunda-feira, 5 de abril de 1909, *O Paiz*.

⁹³⁹ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴⁰ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴¹ Segunda-feira, 5 de abril de 1909, *O Paiz*.

como temos apontado, muitas vezes a consagração de uma determinada figura tinha que ver com a forma com que as virtudes dessa figura elevavam o Brasil perante o mundo civilizado⁹⁴², o louvor a Machado entoadado na Sorbonne teria sido, nesse sentido, “a consagração definitiva do Brasil intelectual pela França intelectual”:

O Brasil deve fazer a mais ampla propaganda da sua intelectualidade. Este país não é apenas o produtor do café, da borracha e do matte, é igualmente a pátria de Gonçalves Dias, de Machado de Assis, de Luís Murat, de Raymundo Corrêa, de Olavo Bilac, de José Veríssimo, de Coelho Netto e tantos outros luminares das letras, inteligência de “elite”, de igual valor às primeiras celebrações europeias⁹⁴³.

Além do discurso de Anatole France e de Oliveira Lima, que “fez a apoteose de Machado de Assis”⁹⁴⁴, a senhorita Mislav “leu três poesias de Machado de Assis, deliciosamente traduzidas pelo poeta Victor Orban”⁹⁴⁵. Para Osório Duque Estrada, comentando as traduções de Orban, “deve[ria] ser um justo motivo de orgulho para a nossa pátria e, sobretudo, para a geração a que pertenceu Machado de Assis, tudo o que se contém nessas páginas”⁹⁴⁶. Dando continuidade à festa, “Gabriel de Piza leu um belo discurso, aplaudindo todas estas manifestações de boa ‘entente’ literária entre a França e o Brasil”⁹⁴⁷. Por fim, “o presidente Anatole France deu então a palavra ao correspondente do País”:

Manifestação como a de hoje, tem por fim tornar conhecido na elite europeia o Brasil moderno. A missão brasileira de propaganda e de expansão econômica, que nos ajudou (e nós agradecemos aqui altamente este auxílio) rende serviços enormes ao Brasil, porque é, graças aos seus esforços conscientes e admiráveis, que a jovem república pode estabelecer o seu crédito nos mercados europeus⁹⁴⁸.

O esforço da comissão, especialmente de Oliveira Lima, que

⁹⁴² Cf., na dissertação, Parte III, cap. 3, “O dobre de finados”.

⁹⁴³ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴⁴ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴⁵ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴⁶ Segunda-feira, 1 de novembro de 1909, *Correio da Manhã*.

⁹⁴⁷ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

⁹⁴⁸ Domingo, 2 de maio de 1909, *O Paiz*.

publicou um pequeno opúsculo com o seu discurso na festa, foi admirado pela ABL. Mário de Alencar propôs que a Academia Brasileira de Letras reconhecesse “os valiosos serviços” que esse membro “tem prestado, no intuito de fazer conhecidas, no estrangeiro, a língua portuguesa e as obras dos nossos escritores”, particularmente “à parte brilhante que tomou na festa da intelectualidade brasileira em homenagem a Machado de Assis, festa de que ele teve a principal iniciativa e na qual demonstrou, excelentemente, o grau de nossa cultura”⁹⁴⁹. O livro de Oliveira Lima fez com que o nome de Machado circulasse em alguns periódicos europeus, como no *Mercure de France* e na “*La Revue Générale*, que se publica em Bruxelas”, este último destacando que “o sr. Oliveira Lima provocou em Paris uma glorificação de Machado de Assis”⁹⁵⁰.

Oliveira Lima exaltou, entre outras coisas, a obra machadiana, transpassada por um “humorismo sem grosseria como sem maldade”. O homem, que o diplomata conhecera na intimidade e, sobretudo, pelas correspondências trocadas anos a fio, era apresentado como reservado, tímido, cordato, mas conversador e amigo. O estilo machadiano não ficou de fora do louvor. Segundo o orador, Machado “estimava imenso os clássicos portugueses e muito especialmente admirava Almeida Garrett, de cuja linguagem a sua, de uma grande pureza, se aproximava pela simplicidade voluntária e pela graça circunspecta”. Destaca ainda o estilo, que “adquirira por fim um acabado extraordinário, sem que parecesse jamais pretensioso, menos ainda precioso, e sem que o espírito de detalhe prejudicasse no mínimo a unidade da concepção”. O equilíbrio que, segundo vários autores, caracteriza a prosa machadiana, também foi evidenciado, terminando o orador por estabelecer Machado como o escritor que “conhecia melhor o idioma vernáculo e dele sabia servir-se com superior mestria no momento literário que coincidiu com a sua morte”⁹⁵¹. A virtude machadiana no uso da língua estava em

não [se dobrar] escrupulosamente a formas obsoletas ou a regras antiquadas, mas [conservar] em seu espírito de novidade o sentimento da disciplina que impedia essa tendência de transbordar e levava-o a cinzelar seu estilo com a delicadeza de um ourives que fosse, não somente um artífice, mas também um artista⁹⁵².

⁹⁴⁹ Segunda-feira, 20 de setembro de 1909, *Correio da Manhã*.

⁹⁵⁰ Quinta-feira, 9 de fevereiro de 1911, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁵¹ *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

⁹⁵² *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Vol. 7 - Ano II, p. 171-190, setembro de 1957.

Já em 1911, ano da publicação do “primeiro livro de importância sobre Machado de Assis”, segundo Carpeaux⁹⁵³, uma escola pública na rua Curvelo, número 50, depois de reformada, ganhou a denominação de Escola Machado de Assis⁹⁵⁴. Ainda nesse ano, em sessão presidida por José Veríssimo, os acadêmicos resolveram autorizar a fundição em bronze do busto de Joaquim Nabuco, para que, com o de Machado de Assis [e Lúcio de Mendonça], figura[asse] na sala das sessões”⁹⁵⁵. Os bustos, produzidos por Jean Magrou, ficaram prontos no ano seguinte, quando então fez-se uma “solenidade [que] revestiu-se da maior imponência, vendo-se na assistência numerosas senhoras e senhoritas”⁹⁵⁶. Presidiu a sessão, na ausência do conselheiro Ruy Barbosa, José Veríssimo, tomando também assento à mesa Sousa Bandeira, Filinto de Almeida e Augusto de Lima. Veríssimo leu então um discurso em que reconhecia o mérito dos três grandes homens: “a Lúcio de Mendonça, a Machado de Assis, a Joaquim Nabuco, deve principalmente a Academia Brasileira a sua existência”⁹⁵⁷. Falando especificamente sobre Machado de Assis, Veríssimo destaca que esse autor “superior ao seu meio e sua raça, realizou o supremo fim do ideal artístico”:

A figura de Machado de Assis se destaca da banalidade do nosso meio, como a de um artista que resumiu a eurtímia completa na arte de escrever, e que sem ter tido entre os contemporâneos a repercussão que merecia, à medida que os tempos vão passando, vai conquistando na posteridade o lugar que definitivamente lhe dará o futuro, de um dos maiores clássicos da língua portuguesa⁹⁵⁸.

De forma sutil, Veríssimo critica a falta de apelo cívico para com as grandes figuras da pátria, cujo reconhecimento, quando vinha, era sempre obra da posteridade: a Machado, diz o crítico, “só faltou haver nascido do outro lado do Atlântico para que nós, gente sem consciência do que se deve a si mesma, lhe propuséssemos estátuas e o proclamássemos o mais insigne engenho literário que teve contemporaneamente

⁹⁵³ O livro é o *Machado de Assis: algumas notas de humor*.

⁹⁵⁴ Terça-feira, 31 de janeiro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

⁹⁵⁵ Domingo, 5 de fevereiro de 1911, *Gazeta de Notícias*.

⁹⁵⁶ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁵⁷ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁵⁸ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista* (SP).

a nossa língua”. Em ampla medida, dada a coincidência entre Machado e a ABL, imortalizar o ex-presidente era, sem dúvida, trabalhar em prol da imortalidade da própria instituição e daqueles que a compunham:

Não vos necessito lembrar tudo o que de esforço, de dedicação, de carinho, lhe deve a nossa companhia. A sua memória será sempre um incentivo para que nos dediquemos a fazer prosperar a nossa corporação, transmitindo às gerações que nos sucedem o precioso legado que dela recebemos. Não me posso furtar ao desejo de tornar pública a bela frase de um de nossos mais eminentes e queridos confrades: amemo-nos em Machado de Assis⁹⁵⁹.

Todavia, com o passar dos anos, a memória de Machado de Assis começou a deixar de merecer movimentos de lembrança e louvor. No ano seguinte, talvez intuído o triste esquecimento, Mário de Alencar lembrou “o compromisso da Academia em promover o monumento de Machado de Assis”, feito ainda em 1908⁹⁶⁰. Em 1915, reproduzindo um informe de um periódico do Rio de Janeiro, o *Correio Paulista* comenta: “um vespertino desta capital registra hoje o aniversário do falecimento de Machado de Assis, salientando a indiferença geral com que passou essa data”⁹⁶¹. Alfredo Pujol, publicando em 1917 o seu livro sobre Machado, principia justamente dizendo: “é lamentável que um grande escritor como Machado de Assis, o maior do Brasil literário e um dos maiores da língua portuguesa em todos os tempos, não seja lido como merece”⁹⁶². Por diversas razões, mas sobretudo pela figuração adversa, que envolvia a imagem machadiana em uma aura de mistério e incompreensão, muitos pósteros não tiveram condições para que se amassem em Machado de Assis.

⁹⁵⁹ Domingo, 16 de junho de 1912, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁶⁰ Segunda-feira, 13 de outubro 1913, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁶¹ Quinta-feira, 30 de setembro de 1915, *Correio Paulista* (SP).

⁹⁶² Pujol, 1917, p. 5.

Epílogo

CONTRA O SILÊNCIO

[...] Eu sei que há um obstáculo,
e V. Exa. o sabe também:
é a conspiração da indiferença.
Mas a perseverança não pode vencê-la?
Devemos esperar que sim.

Machado de Assis, em carta a José de Alencar.

Lutar contra o silêncio é a luta mais vã; todavia, deve-se perseverar nessa luta para romper com o eito da indiferença. Há tantos anos, José de Alencar poderia ter lapidado essa frase em um dos seus escritos imorredouros. Em torno dela, paira – tanto para o jovem escritor, que avança os primeiros passos no mundo das letras, como para o literato consagrado – a possibilidade aterradora da “indiferença pública”. Em *Como e porque sou romancista*, José de Alencar lamenta, precisamente, o “desdém da roda literária” em relação à obra *O Guarani*. Segundo o escritor cearense, durante muito tempo não apareceu “na imprensa qualquer elogio, crítica ou simples notícia do romance”⁹⁶³. O silêncio em torno do seu nome estendeu-se, igualmente, a outras de suas produções; sobre uma delas, por exemplo, comenta relutante: “a imprensa diária resumiu-se nesta notícia de um laconismo esmagador, publicada pelo *Correio Mercantil*: ‘saiu à luz

⁹⁶³ Alencar, 1893, p. 49.

um livro intitulado *Lucíola*”⁹⁶⁴.

Olhando retrospectivamente para o campo literário, e para a sua trajetória em especial, Alencar atribui a si o lugar destacado, embora sofrido, de desbravador no mundo das letras⁹⁶⁵. Ou seja, em relação à estrada “tapeçada de flores” percorrida pelos novos escritores⁹⁶⁶, mormente aqueles socorridos por um nome ilustre, estava “a rota aspérrima que [ele teve] de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência”⁹⁶⁷. Nesse sentido, mesmo em 1873, quando era já escritor conhecido, o silêncio, a indiferença e o despeito dos críticos ainda demasiadamente o perturbavam:

Há de ter ouvido algures, que eu sou um mimoso do público, cortejado pela imprensa, cercado de uma voga de favor, vivendo da falsa e ridícula idolatria a um nome oficial. Aqui tem as provas cabais; e por elas avalie dessa nova conspiração do despeito que viera substituir a antiga conspiração do silêncio e da indiferença⁹⁶⁸.

Em ampla medida, contra a crítica ácida, justa ou injusta, haveria a possibilidade do revide, como bem o sabia Sílvio Romero, que, na hora adequada, buscou acertar as contas com Machado de Assis⁹⁶⁹. Assim, quando denunciou a “conspiração da amizade”, Romero argumentou em prol de Tobias Barreto, autor que ele considerava “relegado ainda hoje para terceiro ou quarto plano pela famosa conspiração do silêncio da crítica fluminense”⁹⁷⁰. A polêmica (empregada tanto por Tobias quanto por Romero) era um elemento importante na luta contra a insensibilidade em torno de determinado autor ou

⁹⁶⁴ Alencar, 1893, p. 53.

⁹⁶⁵ Para Guimarães (2001), a queixa de Alencar ocultava a escassez de público leitor. No entanto, Alencar, conhecendo essa realidade, ainda via nas “rodas” um importante mecanismo de consagração.

⁹⁶⁶ “Hoje em dia, quando surge algum novel escritor, o aparecimento de seu primeiro trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta armas ao gênio triunfante que sobe ao Pantheon” (Alencar, 1893, p. 50).

⁹⁶⁷ Alencar, 1893, p. 50.

⁹⁶⁸ Alencar, 1893, p. 53.

⁹⁶⁹ Em 1870, Sílvio Romero publicou um artigo intitulado “A poesia das *Falenas*”, no qual combatia “o lirismo, o subjetivismo e o humorismo pretensioso de Machado”. Alguns anos depois, em 1879, Machado, no conhecido ensaio “A nova geração”, devolveu as críticas insinuando que os poemas de *Cantos do fim do século* não deixavam ver um verdadeiro poeta. Romero esperou então até 1897, quando escreveu um livro dedicado inteiramente a combater o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Machado não respondeu, mas foi defendido por Lafaiete Rodrigues Pereira em um pequeno livro intitulado *Vindiciae o senhor Sílvio Romero*, publicado em 1899.

⁹⁷⁰ Romero, 1897, p. 42.

livro; em suma, na luta contra o esquecimento⁹⁷¹. Isso sobretudo para aqueles que, na perspectiva de Alencar e Romero, não faziam parte da “roda”. Para estes, o mutismo era sempre rompido pelas vozes amigas, ávidas pela reciprocidade do elogio: em oposição à “conspiração do silêncio”, a “conspiração da amizade” – ou, nas palavras de Múcio Teixeira, a “Confraria do Elogio Mútuo”⁹⁷².

Machado de Assis, talvez sem o querer explicitamente (mas certamente ciente dos benefícios), tornou-se, especialmente do ponto de vista de figuras como Romero, um dos elementos mais significativos e emblemáticos dessa “Confraria”⁹⁷³. Como denunciou o autor do *Estudo Comparativo* – com um pouco de despeito e, quem sabe, de ciúme dissimulado em ódio –, todos falavam do autor de Brás Cubas “com as mesmas banalidades com que costumam saudar os pianistas, as cantoras, e toda a casta de virtuosos da música e do palco”⁹⁷⁴. Durante os mais de cinquenta anos em que frequentou o mundo das letras, Machado teria convocado para junto de si, em virtude do seu talento e temperamento cordial, poucos mas notáveis amigos que, sempre que necessário, o louvavam e o defendiam – muitas vezes justamente, mas sempre com um pinga de “entusiasmo incondicional”, como diria Romero – dos ataques indigestos e dos inimigos de toda ordem⁹⁷⁵. Para Romero, o que dificultava o “caminhar do pensamento crítico” era, na verdade, “o verdadeiro cipoal de lendas e elogios com que admiradores fanáticos e incultos” cercavam as figuras da roda, como Machado⁹⁷⁶.

Até aproximadamente a década de 1880, quando a crítica literária começou a se desenvolver de forma consistente como atividade autônoma e com bases “científicas”, os mecanismos de consagração estavam, quase que necessariamente, em espaços outros, aquém daqueles propriamente literários. Era nos salões, nas editoras, nas livrarias, nas confeitarias e em lugares conexos que, em ampla

⁹⁷¹ Machado também sabia usar a polêmica a seu favor. Segundo Raimundo Magalhães Jr. (2008, p. 380), Machado e o seu editor, Baptiste-Louis Garnier, inventaram uma falsa polêmica na imprensa para publicizar uma obra que o Machado então publicava no *Jornal das Famílias*.

⁹⁷² *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 236).

⁹⁷³ “Pequeno fato, denunciador, entretanto, da consideração em que Machado era tido pelos companheiros. Esse bicho de concha foi sempre, toda a sua vida, um centro, esse jornalista pobre e mulato se impôs logo a roda que o acolheu – a ‘roda da inteligência’ como a classificou um anônimo cronista da época” (Pereira, 1936, p. 112).

⁹⁷⁴ Romero, 1897, p. 14.

⁹⁷⁵ Para um mapeamento dessas querelas, cf. Montello (1998).

⁹⁷⁶ Romero, 1897, p. 71.

medida, carreiras literárias eram forjadas. Segundo Romero, tudo dependia do jeito de aparecer: “se o candidato, por qualquer circunstância, deu no gosto, agradou ao paladar dos noticiaristas e pilhou um elogio, pôde contar que está de carreira feita”⁹⁷⁷. Embora não se resumisse a apenas essa dimensão, muitos comentadores tinha a impressão de que, ao inserir-se em uma dessas rodas, ao cativar amizades e padrinhos, um aspirante a escritor poderia ter, por meio de elogios muitas vezes convencionais e supérfluos, sua obra salva do desprezo destinado aos *estranhos*.

De modo geral, a principal dessas rodas literárias, aquela melhor frequentada, materializou-se na mais prestigiada instituição literária do país: a Academia Brasileira de Letras. Embora a ABL não fosse um espaço desprovido de contradições e conflitos, certo etos conservador aparentemente unia os acadêmicos, dando um ar de homogeneidade ao seletor grupo de imortais. Machado de Assis, não por acaso seu primeiro presidente, exercia nesse espaço uma espécie de “mestrado”, fruto da obra produzida e do prestígio de que gozava. Tamanho era esse prestígio que ele conseguiu, ao tornar-se “cabalista eleitoral na Academia”⁹⁷⁸, colocar para dentro da instituição escritores que, sem obra nem nomeada, eram todavia figuras amigas, como Mário de Alencar. No caso da eleição do filho de José de Alencar, outros fatores interferiram, subtraindo do âmbito literário o critério balizador. Como esclarece Magalhães Jr.⁹⁷⁹, para a vaga de José do Patrocínio (1853-1905) se candidataram o Padre Severiano de Rezende (1871-1931) e o favorito, Domingos Olímpio (1851-1906) – escritor conhecido e de obra significativa. Joaquim Nabuco, porém, esforçou-se para embargar a eleição do escritor sobralense, uma vez que Olímpio há muito criticava a política externa de Rio Branco, chefe da diplomacia da qual fazia parte Nabuco e membro da ABL. Nabuco sugeriu diversos nomes, mas a tentativa não obteve sucesso: os acadêmicos se recusaram a votar em outro candidato apenas para combater Olímpio. Nesse sentido, “a entrada de Mário de Alencar em cena veio a calhar, porque o seu vínculo pessoal com o Presidente garantiu a exclusão do candidato indesejável”⁹⁸⁰. Machado, portanto, fazendo pesar ainda o desejo de ter por perto, nes-

⁹⁷⁷ Romero, 1897, p. 71.

⁹⁷⁸ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁹⁷⁹ Magalhães Jr., 2008d.

⁹⁸⁰ Werneck, 2008, p. 57.

ses anos sozinho, os amigos queridos, “fez valer no seu cargo a unanimidade de que desfrutava entre seus pares, no sentido de, apoiado por um amplo leque de amizades, conduzir o preenchimento das constantes vagas para eleger seus candidatos ou os de seus amigos”⁹⁸¹. Para tanto, não precisou mobilizar os “expedientes politiquieiros ou desonestos”⁹⁸², mas o seu prestígio, que ele sabia manejar com argúcia.

Tendo em vista essas querelas, não é de se estranhar que os vitimados pela “conspiração da amizade”, *i.e.*, os autores preteridos, comumente se ressentissem, descontando a frustração da recusa na figura que melhor representavam o “sistema”. Eis aqui, em traços apenas esboçados, a “conspiração do despeito”. Severiano de Rezende, por exemplo, duplamente derrotado pela “conspiração” de 1905, fez desabar sobre Machado, anos depois, a sua ira veemente. Ao comentar a peça que João Gomes Júnior extraiu de *Dom Casmurro* e fez representar no Rio de Janeiro, em 1922, assim expressou-se o ex-candidato:

Machado de Assis, a quem aconteceu ter produzido algumas peças de matéria metrificada, sem ser poeta, era uma natureza mole e tépida, sem temperamento, sem fibra, sem nervo, sem entusiasmo, sem frêmito, sem exaltação, sem ideal, realizando, no seu gênero, a prototípica emasculada e inerte do corriqueiro, em poligamia branca com todas as realidades imbecis e inexpressivas da vida, sem grandeza nem estilo⁹⁸³.

“E era um Padre”, comenta Josué Montello. Rezende, no entanto, antes de externar-se tão energeticamente contra Machado de Assis, tinha buscado justamente dele se aproximar. Na carta em que se apresenta candidato, não faltam – como é razoável esperar – elogios àquele que era então o presidente da Academia Brasileira de Letras. Severiano de Rezende, inclusive, chega a se colocar como “servo muito admirador e grato” de Machado⁹⁸⁴. Assim, aproximar-se da “roda de Machado de Assis”, quando não do próprio homem, era, indubitavelmente, uma estratégia empregada por vários pretendentes a escritor. Enquanto Godofredo Rangel (1884-1951), por exemplo, lamentava a falta de resposta para a carta que enviara ao autor de *Quin-*

⁹⁸¹ Rodrigues, 2003, p. 130.

⁹⁸² Rodrigues, 2003, p. 130.

⁹⁸³ Montello, 1998, p. 28.

⁹⁸⁴ Montello, 1998, p. 28.

cas Borba em janeiro de 1907⁹⁸⁵; outro mineiro, Belmiro Braga, escrevia com orgulho em outubro de 1908: “não tive a ventura de o conhecer pessoalmente, mas, entre o melhor dos bens que posso legar ao meu filho, está o maço de suas cartas”⁹⁸⁶. A correspondência trocada com o mestre serviria não apenas como herança aos filhos do cronista, mas como benefício simbólico ao próprio Belmiro Braga que, em posse desse material e da intimidade, se tornou, então, apto à honrosa tarefa de escrever para o jornal *O Pharol* o necrológico de Machado de Assis. Assim, a amizade (e os frutos que dela resultavam) que sobrava para alguns poucos, no fim das contas, faltava para tantos outros.

Nesse sentido, a eleição de Mário de Alencar é sintomática de como o senso de comunidade e amizade funcionava para aqueles que se mantinham próximos das esferas de prestígio. A política sobrepujou a literatura, e a amizade – vínculo central no estágio do “sistema literário” àquele tempo – foi um dos elementos viabilizadores. O público não deixou de notar essas manobras e Mário de Alencar, como confessa em texto autobiográfico, precisou lidar com a sinceridade de tanta gente que lhe negou tudo, “amesquinhando-me a produção literária”⁹⁸⁷. As críticas foram tanto externas quanto internas: Arthur Azevedo usou sua coluna no *O Paiz* para atacar o jovem confrade. Já Alcindo Guanabara, no mesmo jornal, criticou o resultado da eleição, “classificando-o como uma injustiça contra um literato consagrado, chegando a afirmar que era a prova de que, ‘mesmo no centro dos imortais, o que prevalece não é a justiça, mas o favoritismo’”⁹⁸⁸. Em carta a Machado de Assis, Oliveira Lima também mostrou descontentamento; embora diga entender o voto do “mestre”, Lima denuncia “um ato de improbidade literária” por parte daqueles que votaram contra a própria consciência⁹⁸⁹. Além disso, Coelho Neto, responsável pela recepção na ABL, fez um frio discurso, deixando patente a sua aversão pelo novo companheiro de instituição.

De modo geral, para Mário de Alencar, a preferência de Machado por ele “obedeceu a um impulso de alma boa”, diz ele, justificando-se: “supondo fazer-me bem, e ser num certo sentido útil à

⁹⁸⁵ Cf., no próximo capítulo, “As faces de Calabar”.

⁹⁸⁶ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

⁹⁸⁷ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁹⁸⁸ “O dia”, *O Paiz*, 1º de nov., 1905, p. 2 (Rodrigues, 2003, p. 140).

⁹⁸⁹ Viana Filho, 1965, p. 255.

corporação que prezava muito, quebrou a sua reserva habitual”⁹⁹⁰. Sozinho, melancólico, doente e carente – pelo menos desde que perdesse a esposa –, não estranha que Machado tenha insistido para que o amigo ingressasse na Academia, especialmente em um momento em que essa entrada evitaria um estorvo. Seja como for, o caráter excepcional da cena talvez se estenda a Machado, mas não, pelo menos do ponto de vista dos paladinos da “conspiração do despeito”, ao sistema literário brasileiro. O engajamento machadiano nesse exemplo de “conspiração da amizade”, mesmo que atípico (o que todavia é questionável)⁹⁹¹, é, não obstante, bastante ilustrativo de alguns dos mecanismos de consagração em voga.

Tanto é assim que José de Alencar, ainda em 1873, refletindo sobre a trajetória literária que iniciara em 1856 com a publicação de *Cinco Minutos*, já denunciava as injunções do campo literário que se explicitariam institucionalmente anos depois. Também Romero, no seu contundente livro sobre (ou contra) Machado, queixou-se desse aspecto, diz ele: “a crítica tem sido sempre, e continua a ser, um negócio de relações individuais, de pequenos grupos quando muito, de *coteries*, de amizades, e de preferências particulares”⁹⁹². Conforme aponta Werneck, “a amizade entranhada no convívio acadêmico do início do século cria um sistema de proteção ao homem de letras que coloca em primeiro plano a respeitabilidade pessoal, relegando o mérito literário para o segundo”⁹⁹³. No final das contas, mesmo quando implícito ou inconsciente, tratava-se ali do poder de dizer quem estaria fora e quem estaria dentro, quem mereceria ser lembrado e quem seria esquecido. É essa (ou foi durante muito tempo) a função de uma certa forma de crítica especializada e, conseqüentemente, das instâncias de consagração. Consagrar é guardar para a posteridade em virtude do valor apresentado. A questão, entretanto, é que valores são esses? Como, ou em que medida, ser justo ou isento?

Em 1905, em um “caso sem exemplo em toda a sua vida”⁹⁹⁴,

⁹⁹⁰ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁹⁹¹ Segundo João Paulo Rodrigues (2003, p. 142), “quaisquer que fossem as suas razões pessoais, mesquinhas ou generosas, ele era o centro pelo qual tinha de passar, em algum momento, o nome dos candidatos, mesmo que fosse para ele negar apoio. Resumindo: ora é Machado quem levante uma candidatura, ora é a ele que recorrem outros acadêmicos em busca de apoio”.

⁹⁹² Romero, 1897, p. 22.

⁹⁹³ Werneck, 2008, p. 58.

⁹⁹⁴ Mário de Alencar. Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

Machado preferiu Mário a Olímpio, a política à literatura. No entanto, de modo geral, o seu posicionamento crítico fora, no mais das vezes, coerente, consciente e cioso das coisas literárias. É essa, curiosamente, a opinião do próprio Mário de Alencar. Segundo ele, se Machado de Assis não tivesse sido movido “por fraqueza, por bondade de coração”, e houvesse efetivamente “subordinado a escolha ao juízo do seu espírito justo e esclarecido”, qualquer dos outros candidatos teria bastado⁹⁹⁵. Antes de se tornar escritor de nomeada nacional, “autor-matriz” da literatura brasileira⁹⁹⁶, mestre de duas gerações de literatos, presidente da ABL, Machado de Assis exerceu, acima de tudo, a crítica literária. Apesar de ter atuado também como comediógrafo, contista, poeta e tradutor nos seus anos inaugurais, o reconhecimento de Machado de Assis no campo das letras foi primeiro como crítico; só mais tarde, abandonada a crítica como atividade sistemática em favor da escrita literária, é que ele foi louvado como escritor.

Em um texto seminal, intitulado “O Ideal do Crítico”, publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro* em 1865, Machado de Assis já identificava os vícios posteriormente lamentados por José de Alencar, e cometidos por ele próprio (haja vista que uma eleição é, em vários sentidos, uma forma ampla de crítica). Para Machado de Assis, em uma frase que se tornaria célebre, até então “a crítica, desamparada pelos esclarecidos, [era] exercida pelos incompetentes”⁹⁹⁷. O jovem, mas já prestigiado homem de letras, militava, então, pelo desenvolvimento de uma crítica “científica”, fecunda, séria, “e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade”⁹⁹⁸. Era preciso, assim, deixar de lado “o ódio, a camaradagem e a indiferença – essas três chagas da crítica de hoje – pondo em lugar delas a sinceridade, a solicitude e a justiça”⁹⁹⁹. Para Machado de Assis, portanto, “a crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou da simpatia,

⁹⁹⁵ Quarta-feira, 29 de setembro de 1909, *Jornal do Commercio*.

⁹⁹⁶ “Autor-matriz” é aquele “cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de leituras críticas, pois elementos diversos de seu texto estimulam abordagens teóricas diferentes” (Castro Rocha, 2013, p. 25).

⁹⁹⁷ Machado de Assis, 2013, p. 236.

⁹⁹⁸ Machado de Assis, 2013, p. 237.

⁹⁹⁹ Machado de Assis, 2013, p. 237.

procure produzir unicamente os juízos da sua consciência”¹⁰⁰⁰.

É sobretudo essa “crítica verdadeira”, esse juízo da consciência, que José de Alencar almejava quando publicou, no *Correio Mercantil*, uma carta apresentando Castro Alves e solicitando ao jovem Machado de Assis, reconhecido pelo escritor cearense como o “primeiro crítico brasileiro”, que fosse ele o “Virgílio do jovem Dante”, conduzindo, pois, o poeta baiano pelo “ínvio caminho da vida literária”¹⁰⁰¹. Segundo José de Alencar, Machado era “o único de nossos modernos escritores que se dedicou à cultura dessa difícil ciência que se chama crítica”¹⁰⁰². A atividade crítica, tal qual esboçada por Machado três anos antes, deveria ser, aos olhos de Alencar, sincera e justa, mas sobretudo solícita ao jovem e talentoso escritor que, não obstante, corria o risco de passar despercebido pela inteligência do Rio de Janeiro:

Nesta capital da civilização brasileira que o é também de nossa indiferença, pouco apreço tem o verdadeiro mérito, quando se apresenta modestamente. Contudo, deixar que passasse por aqui ignorado e despercebido (sic) o jovem poeta baiano, fora mais que uma descortesia. Não lhe parece? Já um poeta o saudou pela imprensa; porém não basta a saudação; é preciso abrir-lhe o teatro, o jornalismo, a sociedade, para que a flor desse talento cheio de seiva se expanda às auras da publicidade¹⁰⁰³.

Em um primeiro momento, José de Alencar parece contradizer-se ao portar-se como padrinho de Castro Alves, conectando-o às figuras centrais do universo literário carioca, ou seja, abrindo para o jovem poeta baiano o “teatro, o jornalismo, a sociedade”. No entanto, ao trazer para a cena pública o debate crítico, José de Alencar visava romper, por um lado, com a “camaradagem” das discussões promovidas em sigilo nas livrarias e, por outro lado, com determinados artifícios mobilizados rotineiramente para integrar-se ao mundo letrado: “podia acrescentar que [Castro Alves] é filho de um médico ilustre. Mas para quê? A genealogia dos poetas começa com seu primeiro poema. E que pergaminhos valem estes selados por Deus?”¹⁰⁰⁴. Vindo

¹⁰⁰⁰ Machado de Assis, 2013, p. 237.

¹⁰⁰¹ Alencar, 1968, p. 229.

¹⁰⁰² Alencar, 1968, p. 229.

¹⁰⁰³ Alencar, 1968, p. 229.

¹⁰⁰⁴ Alencar, 1968, p. 225.

de longe, o poeta não merecia a indiferença da capital, mas uma apreciação justa, que reconhecesse as virtudes sem, contudo, deixar de identificar os erros. José de Alencar, por exemplo, embora enalteça o poeta, nota que alguns poemas “não cedem às excelências da língua portuguesa neste gênero”¹⁰⁰⁵. Além disso, sobre o drama *Gonzaga*, pondera: “olhos severos talvez enxerguem na obra pequenos senões”¹⁰⁰⁶.

No mês seguinte, também no *Correio Mercantil*, saiu a resposta de Machado. Depois de dizer que a recomendação do escritor era uma sacração, Machado passa a avaliar atentamente a obra de Castro Alves e, tal qual o seu correspondente, reconhece e exalta a musa do poeta baiano. No final da epístola, porém, comentando a indiferença sobre a qual se queixara José de Alencar na carta pública (queixa retomada em 1873 e 1893), Machado trata de consolar o autor mais velho, insistindo que ele continuasse meditando “em outras obras-primas com que nos há de vir surpreender”¹⁰⁰⁷. Ainda segundo o jovem Machado de Assis, o ilustre escritor cearense deveria fazê-lo sem temor algum, uma vez que, “contra a conspiração da indiferença”, tinha José de Alencar um abalo invencível: “a conspiração da posteridade”¹⁰⁰⁸.

Em 1887, em um prefácio escrito para uma reedição de *O Guarani*, Machado de Assis retoma essa formulação: “um dia, respondendo a Alencar em carta pública, dizia-lhe eu, com referência a um tópico da sua, que ele tinha por si, contra a conspiração do silêncio, a conspiração da posteridade”¹⁰⁰⁹. Relembrando os encontros com Alencar no Passeio Público, comenta que costumava caminhar com o romancista e escutar dele “a palavra doente, sem vibração de esperanças, nem já de saudades”. Para Machado de Assis, Alencar “sentia o pior que pode sentir o orgulho de um grande engenho: a indiferença pública, depois da aclamação pública”¹⁰¹⁰. Contudo, como vislumbrava Alencar, o “ínvio caminho” passava por essas sórdidas paragens antes de repousar na glória. Nesse sentido, caberia à posteridade – ao consumir a justiça, mas também o amor e a amizade – a dura tarefa de conservar a memória do escritor, cujas obras “davam ao nosso autor o

¹⁰⁰⁵ Alencar, 1968, p. 229.

¹⁰⁰⁶ Alencar, 1968, p. 228.

¹⁰⁰⁷ Machado de Assis, 2008, p. 240.

¹⁰⁰⁸ Machado de Assis, 2008, p. 240.

¹⁰⁰⁹ Machado de Assis, 2013, p. 567.

¹⁰¹⁰ Machado de Assis, 2013, p. 570.

primeiro lugar na literatura brasileira”.¹⁰¹¹ Em *Como e porque sou romancista*, ao comentar os seus últimos escritos, que outros diziam serem os da decrepitude, Alencar finalizava justamente sinalizando à posteridade: “não me afligi com isto, eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escritor póstumo, trocando de boa vontade os favores do presente pelas severidades do futuro”¹⁰¹².

Para Machado, que encontrou no criador de Ceci um amigo e modelo, morto já há dez anos, Alencar começava a renascer nas “edições monumentais” dos seus clássicos: era “a conspiração que começa[va]”¹⁰¹³. Em 1883, em um artigo publicado na *Revista Literária*, que fazia uma edição comemorativa em virtude do aniversário de 6 anos do passamento do escritor cearense, Machado comenta: “cada ano que passa é uma expansão da glória de José de Alencar. Outros apagam-se com o tempo; ele é dos que fulguram a mais e mais, serenamente, sem tumulto, mas com segurança. São assim as glórias definitivas”¹⁰¹⁴. Se a glória é definitiva (porque encerra o mérito), o reconhecimento nem tanto: o reconhecimento é um ato, uma ação, um gesto. José de Alencar, nesse sentido, granjeou o que queria ao escolher (ou aceitar) a “severidade do futuro”, e os gestos de lembrança (por justiça e/ou por amizade) continuaram aparecendo. Passados mais alguns anos, por exemplo, em 1897, novamente Machado de Assis discursa em homenagem a Alencar, agora no lançamento da primeira pedra da estátua do autor de *Patas da Gazela*; durante o elóquio, o orador arremata: “agora que os anos vão passando sobre o óbito do escritor, é justo perpetuá-lo, pela mão de nosso ilustre estatuário nacional”¹⁰¹⁵. Por meio da reedição das suas obras, de comentários na imprensa, da construção de uma estátua, entre outras manifestações públicas, os pósteros (alguns deles, pelos menos) esforçaram-se para manter viva a memória de José de Alencar. A conspiração estava em curso: contra o silêncio dos coetâneos, a posteridade pagava tributo ao nobre romancista cearense, perpetuando-o no tempo e no espaço, na pedra e na memória.

Como sugere Machado, a “conspiração da posteridade” é um

¹⁰¹¹ Machado de Assis, 2013, p. 567.

¹⁰¹² Alencar, 1893, p. 54.

¹⁰¹³ Machado de Assis, 2013, p. 568.

¹⁰¹⁴ 5 de dezembro de 1883, *Revista Literária*, p. 5.

¹⁰¹⁵ Machado de Assis, 2013, p. 581.

ato de perseverança. No entanto, se esse esforço é, em um primeiro momento, político – porque envolve interesses diversos –, é também afetivo e existencial, uma vez que a invenção de heróis responde, em alguma medida, a anseios (e receios) subjetivos. Ao serem eternizados pela memória, os heróis oferecem, para indivíduos e coletividades, uma resposta afetiva à possibilidade assustadora do desaparecimento definitivo. As “festas” materializam, então, as formas assumidas em cada contingência para ritualizar o tempo e o poder. No entanto, para Machado, guardar para a eternidade, embora envolvesse ardis inconscientes e existenciais, próprios ao fenômeno da memória, implicava ainda um conjunto bastante complexo de interesses postos em cena por agentes ciosos em relação ao futuro e em como o passado poderia ser valorado. Por esse ângulo, pode-se dizer que, socialmente compartilhável, a memória sobre Alencar, assim como a memória sobre Machado, dependeu de um esforço, de uma conspiração, de um ímpeto comum, e necessariamente coletivo, que perseverou em um objetivo: não deixar cair no esquecimento os nomes notáveis. Nesse sentido, por mais conhecida que fosse uma figura, só a perseverança teria força para romper com o eito da indiferença: a perseverança tanto era um ato de confiança no futuro quanto um convite para a ação no presente.

É ciente dessa dimensão que Machado, na parte final do discurso proferido no lançamento da pedra fundamental da estátua de Alencar, retoma a passagem derradeira de *Iracema* para anteciper que os vindouros repetiriam “o nome da linda tabajara e do seu imortal autor. Nem tudo passa sobre a terra”¹⁰¹⁶. Alencar e seus feitos deveriam, pois, sobreviver à corruptibilidade do tempo; para tanto, seu nome e suas obras teriam que ser bradados continuamente em atos públicos de louvor. Em um certo sentido, a ação de Machado de Assis em prol de José de Alencar antecipa algumas estratégias de consagração mobilizadas por amigos e admiradores quando do cessar da sua própria existência. Dentre as figuras que aprenderam com o “mestre”, destaca-se, justamente, a de Mário de Alencar. Em 1913, por exemplo, o autor de *Vários Escritos* lembrou aos companheiros “o compromisso da Academia em promover o monumento de Machado”¹⁰¹⁷.

¹⁰¹⁶ Machado de Assis, 2013, p. 582.

¹⁰¹⁷ Segunda-feira, 13 de outubro de 1913, *Correio Paulista* (SP). O projeto de construção da estátua de Machado de Assis foi aprovado na primeira sessão reunida após seu falecimento. “[A Academia] Resolveu ainda nomear oportunamente, uma comissão de 21 membros, dos quais sete pelo menos sairiam da

Mário efetivamente empenhou-se em honrar a memória de Machado, tal qual Machado havia se empenhado em honrar a memória de Alencar¹⁰¹⁸. Nesse sentido, como sugere Santiago, a boa amizade entre os três – além e aquém do túmulo – respaldou “as respectivas consagrações literárias”¹⁰¹⁹. Essas estratégias, não obstante, também ensinaram a ação de terceiros, como a do jornalista Alcindo Guanabara. Durante o discurso que proferiu em homenagem a Machado, o orador conclamou os seus concidadãos a preservarem a memória do recém finado; para tanto, Guanabara emprega, precisamente, as citadas passagens do discurso de Machado de Assis:

Nem tudo passa sobre a terra. Senhores, confirmemos essa palavra. Nem tudo passa sobre a terra. A memória de Machado de Assis não passará: permanecerá fiel e firme e brilhante, honrando-nos e distinguindo-nos e elevando-nos. Correspondamos a esse favor, rendendo a este grande espírito a homenagem que o Brasil lhe deve e que nós que representamos o Brasil lhe não podemos regatear¹⁰²⁰.

Mesmo sendo um ato espontâneo, tributário da amizade, do luto ou de esforços interessados, a manutenção de uma memória que se quer socialmente compartilhável é dependente de uma perseverança que se manifesta em variados níveis de produção e reconhecimento, que mantém eficaz, no tempo e no espaço, a potencialidade comunicativa do símbolo cívico. No âmbito desse raciocínio, para que a memória dessas personagens permanecesse como objeto de culto, para que as suas conquistas não se perdessem, para que a simbologia não caísse no vazio, era necessário cumprir com o dever, qual seja: fazer as homenagens, entoar o louvor e materializar a lembrança em formas públicas de reconhecimento: estátua, nome de ruas, obras reeditadas, eventos *in memoriam* etc. Carlos Magalhães de Azeredo, por exemplo, ciente da necessidade do culto, diz:

Nós que, mais jovens do que ele, entrando na vida quando ele entrava na glória, tivemos a dupla ventura de amá-lo

Academia, que se incumbiriam de promover e angariar os meios necessários a que se levante uma estátua ao grande mestre, nesta cidade, sua terra natal. A presidência desta comissão caberá ao sr. Ministro do Interior”. Domingo, 4 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰¹⁸ Sobre a fascinação de Machado por Alencar, cf. Gutiérrez (2018).

¹⁰¹⁹ Santiago, 2016, p. 143.

¹⁰²⁰ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

e de sabê-lo imortal, transmitiremos o seu nome, a sua obra, consagraremos a ele nosso culto, aos que nos sucederem, para que de geração em geração se perpetue essa herança nacional¹⁰²¹.

De modo geral, as manifestações de luto pela morte de Machado de Assis, *i.e.*, os necrológios, os artigos póstumos, as reportagens, os poemas, assim como os funerais e outras manifestações mnemônicas, podem ser vistos como um primeiro ato de perseveração: um esforço coletivo em reconhecer publicamente as contribuições machadianas, oriundas da sua atividade literária e linguística, para com o desenvolvimento da nação. No entanto, o enfraquecimento da memória de Machado de Assis nos anos seguintes ao de sua morte explica o – e ao mesmo tempo é explicado pelo – declínio dos atos públicos de louvor ao seu nome, que só se restabeleceram a partir da década de 1930, em especial na efeméride do seu nascimento, em 1939. Entre latências e revitalizações, a memória sobre Machado de Assis evidencia, portanto, as nuances definidoras da dinâmica entre lembrança e esquecimento – que responde tanto ao contexto social e político, crítico e afetivo, quanto a movimentações mais amplas nas formas de ritualizar o tempo e o poder.

¹⁰²¹ Terça-feira, 17 de novembro de 1908, *Jornal do Commercio*.

Apêndice

AS FACES DE CALABAR

Ah, agora está explicado.
Você nunca entendeu a luta de Calabar.

Chico Buarque e Ruy Guerra, Calabar: o elogio da traição.

O paradoxo do “autor-matriz”: notas de história da recepção

Machado de Assis é o “autor-matriz” da literatura brasileira. A virtude do “autor-matriz”, entretanto, não é ser o mais conhecido, nem o mais apreciado, em uma determinada época ou localidade. Segundo João Cezar de Castro Rocha, o “autor-matriz” é aquele “cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de leituras críticas, pois elementos diversos de seu texto estimulam abordagens teóricas diferentes”¹⁰²². É nesse sentido que, para Hélio de Seixas Guimarães, Machado de Assis, embora não dispusesse de “intenção consciente ou controle total sobre os modos como sua obra seria lida”, teria todavia construído, de forma bastante sofisticada, “estruturas textuais que dão margem e são capazes de abrigar uma gama enorme de leituras e interpretações – e também de desleituras e superinterpretação”¹⁰²³.

¹⁰²² Castro Rocha, 2013, p. 25.

¹⁰²³ Guimarães, 2017, p. 17.

Para Castro Rocha, porém, o paradoxo do “autor-matriz” consiste na tendência de que, gradativamente, a pluralidade de leituras sopite o texto literário; movimento que, se dissemina e fortalece determinadas perspectivas críticas (que se tornam hegemônicas), também afasta o crítico (e muitas vezes o próprio leitor) do texto original¹⁰²⁴. Para contornar o paradoxo, o ensaísta propõe uma “imersão densa”, *i.e.*, antes de partir de um arcabouço teórico-metodológico dado ante-mão (o que resultaria na repetição viciosa dos paradigmas hegemônicos, relativamente adaptados a novos enunciados), parte-se (para que depois ampliem-se as bases de análise) do texto: o texto, lido amiúde, potencializa novas possibilidades de compreensão. Desse modo, mesmo que se construa, como resultado da “imersão densa”, mais uma interpretação, esta interpretação, além de manter uma relação menos condicionante com as leituras antecedentes (inclusive porque, metodologicamente, Castro Rocha aposta em uma leitura cruzada dos gêneros experimentados por Machado), atualizará a tradição com um viço novo – impedindo, assim, que o autor fique aprisionado nas relações predominantes e perca a dinamicidade que lhe tornou célebre.

Embora a hipótese do “autor-matriz” diga respeito a intencionalidades críticas (e, portanto, às possibilidades de leitura do texto literário), ela também pode servir – paradoxalmente – como balizadora de discussões importantes em história da recepção. Isso porque, de um ponto de vista historiográfico, a tendência tem-se mostrado relativamente a mesma: na medida em que determinadas perspectivas críticas se tornam hegemônicas (e, assim, cristalizam determinadas figurações do autor e da obra), elas acabam obscurecendo perspectivas outras – quer sejam ou não dissonantes do paradigma hegemônico.

Abel Barros Baptista, por exemplo, supõe não exagerar ao dizer que o “paradigma do pé atrás” domina a “atualidade dos estudos machadianos, não tanto pelo número de trabalhos que nele se filiam, mas pelo corpo de problemas que o caracterizam e que, pelos menos, por agora, aparecem incontornáveis para qualquer leitura crítica da obra de Machado”¹⁰²⁵. A partir de críticos como Helen Caldwell, Roberto Schwarz, Silviano Santiago e John Gledson, cada qual desses

¹⁰²⁴ “Eis, então, o paradoxo: quanto mais instigante for o “autor-matriz”, tanto menos legível sua obra se torna. Pois, em lugar de leituras efetivas do texto, os debatedores circunscrevem seu interesse à periferia das questões críticas” (Castro Rocha, 2013, p. 26).

¹⁰²⁵ Baptista, 2003, p. 367.

com contribuições específicas e inarticuláveis, Abel Barros Baptista aponta uma “linha de leitura”, partilhada por todos esses machadianos, “que realça a crítica de Machado à sociedade brasileira sua contemporânea”¹⁰²⁶. Sem desfazer da potencialidade desse paradigma e desses autores, o crítico português evidencia, entretanto, que essa posição acabava obliterando, por força do seu caráter quase incontornável, outros posicionamentos.

Não se trata, porém, de argumentar por um ou outro caminho, mas de perceber que alguns vieses da crítica naturalmente dominam a cena, resultando no sopitamento de perspectivas outras. Assim, se, por um lado, é a “imersão densa” na literatura que retira o autor e sua obra de um embotamento crítico; por outro, a percepção da historicidade da crítica literária e biográfica (e dos pressupostos teórico-metodológicos que ela mobiliza) pode oferecer os subsídios necessários para que a figura que hoje apresenta-se como canônica não degenere em hipostasia. No caso de Machado, pode-se dizer que a posição central – e, em grande medida, inquestionável – que esse autor ocupa hoje no cânone literário, se, tantas vezes, potencializa a circularidade do seu nome; outras vezes, tende a naturalizar esse lugar – como se sempre (e em todos os contextos e partindo de diversificadas perspectivas críticas) Machado fosse admirado e louvado invariavelmente pelos mesmos predicados. Entretanto, não só os predicados (positivos ou negativos) se transformaram, como as próprias figurações machadianas sofreram mutações conforme o terreno crítico em que brotaram. O esvaziamento provocado pela hipostasia, embora compreensível – porque caro à hegemonia –, pode privar a figura machadiana de uma complexidade que lhe é própria e impedir que se enxergue as nuances da sua volumosa fortuna crítica – “que têm tanto a dizer sobre a obra quanto sobre o papel da literatura e do escritor no processo cultural brasileiro”¹⁰²⁷.

¹⁰²⁶ Baptista, 2003, p. 368.

¹⁰²⁷ Guimarães, 2017, p. 17.

Modulações críticas

A história da recepção, ancorada em uma perspectiva que seja não apenas antiquária, mas historiográfica – no sentido forte de voltar-se criticamente sobre os seus antecedentes –, pode esclarecer ângulos importantes dos processos de construção de cânones literários. Se, nas últimas décadas, tem-se escrito bastante sobre autores marginais ou sobre as oscilações dos valores estéticos mobilizados para configurar determinados cânones – movimentos absolutamente profícuos¹⁰²⁸ –, é possível também, imbuído desse mesmo espírito, insistir em uma leitura marginalizada de autores canônicos, como Machado de Assis. Explicitando os momentos de constituição e inflexão das leituras hegemônicas, uma história da recepção crítica nesses moldes pode evidenciar a relação, nem sempre clara, nem sempre tranquila, entre cânone literário, perspectivas crítico-biográficas e contextos políticos e socioculturais.

A sugestão de uma história da recepção nesses termos foi esboçada, mesmo que brevemente e com claras limitações, por um dos mais argutos machadianos: Augusto Meyer. Contra uma leitura que enquadrava Machado em um “perfil oficial”, destituído de contradições e em antagonismo com o que, para o crítico, era o “espírito da obra” (que deixava ver mais o “monstro cerebral”, interessado em dissecar o lado sombrio da existência, e menos o cético atento e amável)¹⁰²⁹, Meyer desejava “poder limpar o desenho animado de suas impurezas caricatas, para aplicá-lo como expressão direta ou simples sugestão destas aventuras da crítica interpretativa”¹⁰³⁰. Como vimos, o olhar de Meyer tinha como eixo nodal a ideia de “objetividade”, que teria faltado aos primeiros comentadores de Machado de Assis, demasiadamente “sentimentais”. Afastada, porém, a questão da objetividade (pela razão de que, inevitavelmente, a objetividade é enquadrada pelos valores do crítico), não deixa de ser interessante a imagem que Meyer mobiliza para dar conta das figurações machadianas:

A imagem do ausente, feita de remendos de recordações e leituras que sobrenadam na memória, una e múltipla, próxima e inatingível, tomou, mas apenas momentanea-

¹⁰²⁸ Perrone-Moisés, 1998.

¹⁰²⁹ Cf. Parte I, cap. 1, “Um olhar necrológico”.

¹⁰³⁰ Meyer, 2008, p. 131-132.

mente, as feições que lhe empresta a eloquência do orador, uma fisionomia nasceu, coloriu-se de vida insuflada, a cada adjetivo, o fantasma é criado à imagem e semelhança do modelo interior que o intérprete traduz¹⁰³¹.

Para o crítico gaúcho, “a verdadeira vida de um escritor é uma sobrevivência, uma ressurreição constante, embora colimitada pelo espírito da obra”¹⁰³². Ressuscitado em cada leitura, que, reiterada, possibilita a cristalização de certas figurações – em que são fundidos “todos os traços complexos ou divergentes num molde comum”¹⁰³³ –, surgem assim vários Machados que, se não coincidem com o Machado real (e nem poderiam fazê-lo), nem por isso são meras abstrações: “entre o retrato e o modelo vivo, há uma outra coisa, um não sei quê. Pois bem, nesse erro de aproximação é que reside a garantia do seu renovo”¹⁰³⁴. Essas aproximações conformam um movimento não linear, errático, que mantém atualizado o potencial estético de uma obra que, em si mesma, traz variadas possibilidades de leitura; se se trata ainda de um autor enigmático, do ponto de vista biográfico e estético, como Machado de Assis, amplia-se, uma vez mais, o caráter plural das abordagens:

Formada a primeira imagem na média dos leitores, o trabalho da crítica, mexeriqueira incorrigível que nada deixa passar em julgado, retoca-a, modifica-a, às vezes a deforma inteiramente, renovando o sentido da obra, por que mudou o ângulo de interesse e são outros os motivos nela contidos que fixam de preferência a atenção dos novos intérpretes¹⁰³⁵.

Essa “fama”, criando moldes comuns, “vive de cunhar medallhões que a mão da posteridade gastará no uso corrente dos lugares-comuns”¹⁰³⁶. O esforço do jornalista (se, por nossa conta, abstrairmos a sua pretensa “objetividade”) é analisar a obra de Machado (e sua fisionomia como autor) levando em conta as modulações críticas ocorridas até então. Sob esse olhar atento, veríamos a imagem de Machado de Assis “em projeção de movimento no tempo, mudando de fisionomia”.

¹⁰³¹ Meyer, 2008, p. 133.

¹⁰³² Meyer, 2008, p. 134.

¹⁰³³ Meyer, 2008, p. 134.

¹⁰³⁴ Meyer, 2008, p. 134.

¹⁰³⁵ Meyer, 2008, p. 134.

¹⁰³⁶ Meyer, 2008, p. 134.

mia e de porte, conforme a importância e o sentido que lhe atribuem os seus intérpretes; espetáculo acidentado às vezes, se consideramos que nele também cabem os juízos mais desdenhosos”¹⁰³⁷. Sobre esses “juízos desdenhosos”, insiste Meyer que “ao intérprete consciencioso incumbe preservar do embotamento essas efígies banalizadas de mão em mão, estudando o que se pode chamar neste caso, com legítima oportunidade, o reverso do medalhão”¹⁰³⁸. O crítico parece buscar, porém, um “verdadeiro” Machado de Assis escondido no reverso do medalhão. Por isso, a sua abordagem, se relativiza a perspectiva hegemônica (baseada no “perfil oficial”), acaba polarizando a questão, o que, para ser justo, certamente teve pertinência e potencialidade. Embora, por falta de tempo, interesse ou condições, Meyer não tenha captado as figurações machadianas em “projeção de movimento no tempo”, essa possibilidade ficou como uma profícua sugestão.

A medalha e o caleidoscópio

Hélio de Seixas Guimarães mapeou – mais ou menos como queria Meyer – as construções coletivas de determinadas figurações machadianas ao longo do século XX e, conseqüentemente, as inflexões críticas provocadas por transformações na recepção e na interpretação da vida e obra do “Bruxo do Cosme Velho”. Em ampla medida, a sua pesquisa se interessou pela “construção coletiva das figuras machadianas, o que Roger Chartier chamou de função-autor”, entendida como o “resultado de operações específicas e complexas que refere a unidade e a coerência de uma obra, ou de uma série de obras, à identidade de um sujeito construído”¹⁰³⁹. A partir daí, objetivou o professor

Captar dinâmicas produzidas pelas divergências, dissensões, polêmicas, concordâncias e mesmo unanimidades suscitadas pelo escritor e pela leitura de sua obra em diferentes momentos, buscando compreender as relações entre as discussões críticas entabuladas em momentos históricos específicos e questões culturais, sociais e políticas, e o papel disso na construção das figuras do escritor¹⁰⁴⁰.

¹⁰³⁷ Meyer, 2008, p. 131-132.

¹⁰³⁸ Meyer, 2008, p. 135.

¹⁰³⁹ Guimarães, 2017, p. 15.

¹⁰⁴⁰ Guimarães, 2017, p. 16.

São quatro figuras machadianas construídas por meio da atividade crítica, a saber: o “escritor de exceção” ou “excêntrico”, tópica das análises coetâneas de Machado de Assis, realizadas, principalmente, por intelectuais como Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo; o “mito nacional”, em que Machado de Assis é apresentado, entre as décadas de 1930 e 1950, mediante a atuação de especialistas como Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes, em associação com outros atores da vida política e cultural, como escritor representativo da nação; o “escritor internacionalizado”, em que se destaca o impacto das leituras estrangeiras na recepção das obras machadianas, em particular as teses de Helen Caldwell sobre *Dom Casmurro* e, mais tarde, as considerações de Susan Sontag e Abel Barros Baptista; e, por fim, o “autor realista”, em que são apresentadas as variantes das leituras que, de diferentes modos, focalizam a relação das obras machadianas com o contexto sócio-histórico do Brasil do século XIX¹⁰⁴¹.

Embora em amplo diálogo com outras figurações e correntes críticas, os capítulos deste trabalho buscaram analisar, junto com os funerais e a retórica cívica machadiana, a recepção crítica e biográfica que consolidou a figura de Machado como “autor exceção” e “mito nacional”. A excepcionalidade machadiana foi relativamente contornada pela *retórica da purificação*, em um movimento que tornou possível tanto a construção cívica – a despeito dos aspectos problemáticos identificados na obra – como também, e a um só tempo, protegeu a figura machadiana de uma figuração que tinha como “referência implícita” um discurso assumidamente racista – materializado, como veremos em seguida, em Sílvio Romero.

Nesse sentido, se, para Guimarães, a assimilação de Machado como “vulto nacional” foi resultado de um processo relativamente longo, “que teve início na década de 1910 [diríamos que teve início com o escritor ainda vivo, mas, sobretudo, a partir de 1908] e se acelerou na década de 1930, quando Machado foi alçado à condição de mito nacional”¹⁰⁴², durante esse tempo, antes e depois dele, desenvolveu-

¹⁰⁴¹ Guimarães, 2017.

¹⁰⁴² Guimarães, 2017, p. 73.

-se uma leitura contrária a Machado. Por esse ângulo, pode-se dizer que a literatura dos “inimigos da machadolatria” atravessa as figuras identificadas por Guimarães, tornando o criador de Brás Cubas, quando não um “autor de exceção”, pelo menos um escritor enigmático. Essa leitura, embora marginal (minoritária, no mais das vezes), foi incômoda; mas, também por isso, manteve em ebulição os atentos machadianos: “todo o mal e todo bem já o disseram dele”, escreveu Moisés Vellinho, para complementar: “uma coisa só nunca puderam fazer: foi esquecê-lo...”¹⁰⁴³.

Além disso, as contradições que essas críticas explicitam deixam antever as contradições da própria sociedade brasileira (o modo como o conceito biossociológico de “raça” é mobilizado por amigos e detratores de Machado de Assis é, nesse sentido, absolutamente sintomático). Trata-se, então, no texto que segue, de mapear os imaginários contrários ao “Bruxo do Cosme Velho”, especialmente aqueles que circulavam quando da sua morte. Imaginários que, apesar da fundição comum, de cariz negativo, têm também suas nuances caleidoscópicas. A busca por esse imaginário, absolutamente intragável em certos enunciados, acontece não porque há concordância com essas críticas (muitas injustas, obscuras, pessoais e claramente racistas), mas, sim, porque esse viés de crítica negativa é, por um lado, parte constitutiva da recepção machadiana. Como diria Meyer, sem essas críticas “faltaria assim à glória de Machado a homenagem do ódio”¹⁰⁴⁴. Por outro lado, é mister destacar que, consagrado na *circunstancialidade da morte* como “benemérito da nação”, essa consagração, calcada em algum consenso, não foi todavia uma unanimidade.

Mesmo que não seja original, a hipótese desenvolvida aqui é que uma parte do imaginário negativo sobre Machado de Assis tem como “referência implícita” a figura de Sílvio Romero. Tratando-se de um autor que formulou seus enunciados tendo como pressuposto teorias racistas e raciológicas, boa parte das opiniões contra a obra e a personalidade machadiana, ancorados nos comentários desse literato, acabaram reproduzindo essa dimensão (muitas vezes de forma inconsciente, embora igualmente problemática; mas tantas outras vezes com a consciência de uma identificação dissimulada). Assim, a *retórica da purifica-*

¹⁰⁴³ Vellinho, 1939, p. 11.

¹⁰⁴⁴ Meyer, 2008, p. 185.

ção funcionou – especialmente, mas não apenas no momento distintivo da morte – como um modo de proteger, por meio de um conhecimento da intimidade e de uma leitura moralista da obra, a figura machadiana de predicados considerados injustos e violentos.

Algumas doses de cólera (1882-1936)

Como sugere Josué Montello, quem olhar Machado de Assis com os olhos de hoje mal será capaz de suspeitar que, “para alcançar a glória tranquila”, lhe foi “preciso superar em silêncio a geração que o negou e combateu”¹⁰⁴⁵. “No meio literário nacional”, destaca Alcides Maya, “um espírito como este havia de provocar fatalmente profundas antipatias e violentos ataques”¹⁰⁴⁶. Ao longo da sua atividade como escritor, Machado de Assis “sofreu diversas agressões, nem todas leves”¹⁰⁴⁷. Durante os mais de cinquenta anos em que frequentou o mundo das letras – destacando-se, no trato e na crítica, sobretudo pela seriedade e pelo temperamento ameno e cordial –, o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* “sempre encontrou quem o injuriasse”¹⁰⁴⁸. Como diria Carlos de Laet, “impossível seria que em vida quase setuagenária, através da administração e das letras, ele não houvesse, muito sem o querer, gerado antipatias, não direi inimizades, e provocado indébitas agressões”. Assim, “época houve em que Machado foi objeto de rijo e porfiados assaltos... Mas nunca respondeu”¹⁰⁴⁹. Os ataques, quase todos ouvidos em silêncio, refletem, em alguma medida, tanto a configuração de Machado como um “escritor de exceção” como a posição central que ele ocupou no universo literário, especialmente nos derradeiros anos, quando já estava consolidada a ABL. Nesse sentido, se, por um lado, a descompostura da obra machadiana causou estranheza e incompreensão – resultando em uma recepção ácida e muitas vezes injusta; por outro, o “homem” Machado de Assis não saiu menos mal, sendo comumente apresentado, por pósteros e coetâneos, como um sujeito apático do ponto de vista cívico¹⁰⁵⁰.

¹⁰⁴⁵ Montello, 1998, p. 96.

¹⁰⁴⁶ Maya, 2007, p. 101.

¹⁰⁴⁷ Machado, 2007, p. 45.

¹⁰⁴⁸ Montello, 1998, p. 243.

¹⁰⁴⁹ Quinta-feira, 1 de outubro de 1908, *Jornal do Brasil*.

¹⁰⁵⁰ Esses temas também foram abordados na ficção, como no romance *O homem que odiava Machado de Assis*, de José Almeida Júnior.

É nesse sentido que, rompendo com a *retórica da purificação* então em voga, o professor e poeta Hemetério José dos Santos serviu-se de um espaço na *Gazeta de Notícias* para dirigir questionamentos contundentes a Machado de Assis. O autor de *Fructos Cadivos* – vale destacar, uns dos mais importantes intelectuais negros do país¹⁰⁵¹ – escreveu uma “carta aberta” ao amigo Fábio Luz, em que discorreu contrariamente ao elevado valor atribuído a Machado de Assis por dois “rubros fanáticos”, que discutiam literatura no Café-logeo¹⁰⁵². Para Hemetério, Machado não merecia os louvores entoados em toda parte, mormente aqueles de cariz patriótico, uma vez que ele não fora “um observador fiel do nosso modo de ser”. A arte machadiana não tinha, para o poeta, “nenhuma relação com o sentimento nacional”, era tão somente “doentia, de uma perversidade fria, não sentida diretamente do meio, mas copiada de leituras pacientemente ruminadas, de romances franceses e ingleses”. O homem, espelhando as suas personagens, também não era apreciável, pois trazia um “ódio disfarçado e felino [...] para com todos, parentes e íntimos, amigos e patrícios, revelando-o ora pelo silêncio que esmaga e anula, ora pela criação de hetairas em época que não as tínhamos em família”. Elevado às alturas do mundo literário e burocrático pelo “carinho dos seus e pelo aconchego que sempre teve de estranhos”, *i.e.*, pela “conspiração da amizade”, Machado de Assis não teria ousado, em um erro absolutamente imperdoável segundo o Hemetério, “levantar com os seus talentos a pedra que tão injustamente esmagou os seus irmãos de cor e de sofrer”¹⁰⁵³. Assim, conforme o professor maranhense,

O problema do “negro” que assumiu em nossa vida de nação talvez um fulgor de bondade único, sem igual, nem nos tempos antigos, pelos cativos de guerra, nem nos tempos modernos, pela escravidão colonial, não mereceu do romancista e do poeta senão pálidas e aguareladas pinturas tão tímidas que claramente revelam que do artista partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência¹⁰⁵⁴.

¹⁰⁵¹ Sobre Hemetério, cf. Silva; Silva e Rodrigues (2013).

¹⁰⁵² Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰⁵³ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰⁵⁴ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

Como sugere Ana Flávia Magalhães Pinto, tais “condenações de ordem literária mantinham relação estreita com os julgamentos que fazia acerca da relação do criticado com a sua cor/raça”¹⁰⁵⁵. Assim, contra a explicitação da “sua cor e procedência” e, conseqüentemente, das mazelas da escravidão, teria Machado, segundo o professor, preferido resignar-se em uma arte “primária e rudimentar”, cujo segredo estava em um “vocabulário minguido e pobre, repetido tão amiúde, indo e tornando, passando incessantemente sobre uma mesma tônica, que o leitor acaba por adormecer”¹⁰⁵⁶. Machado estivera, nesse sentido, desinteressado da causa abolicionista como estivera desinteressado do seu passado negro, materializado, na pena de Hemetério, na “boa mulata velha”, madrastra do criador de *Dom Casmurro*, que todavia chorava “pelo abandono nojoso em que a lançara o enteado de outrora”¹⁰⁵⁷. Em seguida, em um movimento bastante expressivo, Hemetério caracteriza Machado como um “Calabar Literato”: “um Calabar literato”, diz ele, “contorcido e fugitivo nos seus meandros enigmáticos, não é menos criminoso que um Calabar que deserta dos seus pela porta da traição e do suborno”¹⁰⁵⁸. A imagem, além de coerente com o ponto de vista de Hemetério, guarda uma consistência notável: Domingos Fernandes Calabar (1609-1635) – pernambucano que lutou ao lado dos “invasores” durante a ocupação Holandesa do Brasil – é, para certa historiografia, o grande traidor da pátria. Nessa lógica, percebe-se bem o movimento argumentativo de Hemetério: Machado é um “Calabar Literato” porque, a despeito das violências a que eram submetidos os “seus irmãos de cor e de sofrer”, não ousou mobilizar a sua pena contra a escravidão – sendo esta “a queixa que dele teriam outros negros: o retraimento na campanha da Abolição”, como aponta Josué Montello¹⁰⁵⁹.

No entanto, traduzindo uma ambiguidade que interessa, a imagem de Machado como um “Calabar Literato” poderia, com um mínimo esforço, ser lida a contrapelo: Calabar era um traidor ou alguém que mobilizou outras estratégias no sentido de materializar

¹⁰⁵⁵ Magalhães Pinto, 2018, p. 166.

¹⁰⁵⁶ Lúcia Miguel Pereira (1939, p. 87-88) vincula o caráter repetitivo da estética machadiana à epilepsia: “Parece também ser fora de dúvida que foi um epilético. Inúmeras pessoas presenciaram os seus ataques francamente epileptiformes, e muitos traços seus - o apego aos mesmos hábitos, a volta aos mesmos temas traem a “afetividade viscosa e colante da constituição epileptoide ou gliscróide que constitui, segundo Mme. Minkowska, o fundamento constitucional das manifestações epiléticas”.

¹⁰⁵⁷ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰⁵⁸ Domingo, 29 de novembro de 1908, *Gazeta de Notícias*.

¹⁰⁵⁹ Montello, 1998, p. 76.

um objetivo comum: o bem de sua comunidade? Ambiguidade pertinente a Machado: ele foi um traidor (porque ignorou a escravidão) ou alguém que mobilizou outras estratégias de intervenção no debate abolicionista? O recalçamento (intencional ou não) de sua etnicidade foi uma atitude deliberada ou uma estratégia (intencional ou não) de sobrevivência a uma morte social? Assim, pode-se dizer que Hemetério, “no afã de melhor avaliar sua verrina contra Machado”,

Pesou tanto a mão que acabou por beirar a contradição, afirmando coisas que outros de seus textos e sua trajetória de vida deram provas em contrário. Homem que paoutou por diversas vezes assuntos relativos ao preconceito de cor e às experiências negras em seus escritos, dificilmente ele seria alguém que acreditasse que o Brasil fosse um perfeito exemplo de bom convívio entre as raças¹⁰⁶⁰.

Talvez espontaneamente, dando vazão a uma aversão comum; talvez conscientemente, buscando filiação implícita, Hemetério retomou, em vários momentos, tópicos críticos apresentados antes por Sílvio Romero. Como bem observa Ana Flávia Magalhães Pinto, Machado “não teve em Hemetério o seu primeiro censor racial”; “em vários trechos, parece até que Hemetério estava simplesmente parafraseando as sentenças do crítico sergipano”¹⁰⁶¹. Assim como Hemetério incomodou-se com o “entusiasmo incondicional” de alguns admiradores de Machado, Romero não via com bons olhos a áurea de louvor com a qual os discípulos cercavam o “mestre”. Em ampla medida, para o escritor sergipano, Machado era “um dos ídolos consagrados em vida ao nosso beatério letrado”¹⁰⁶². A despeito de certamente merecer um lugar destacado, o crítico pretendia assentá-lo “em seu verdadeiro posto na história intelectual da nossa pátria”¹⁰⁶³. Segundo Alberto Schneider, a obra machadiana converteu-se em um “problema para o autor da *História da literatura brasileira*, pois [ele] sequer podia ignorá-la, devido ao prestígio que Machado de Assis alcançara; nem podia aceitá-la, sob pena de comprometer todo o seu edifício intelectual e político”¹⁰⁶⁴. Tratava-se então, segundo Romero, de analisar a obra do

¹⁰⁶⁰ Magalhães Pinto, 2018, p. 167.

¹⁰⁶¹ Magalhães Pinto, 2018, p. 167.

¹⁰⁶² Romero, 1897, p. XII.

¹⁰⁶³ Romero, 1897, p. XII.

¹⁰⁶⁴ Schneider, 2016, p. 61.

grande carioca a partir de métodos objetivos: “bem aventurados nas letras aqueles que são objeto de estudos desinteressados e sinceros; porque é deles o reino da glória. Machado de Assis é um desses”¹⁰⁶⁵.

“Antes e acima de tudo”, principia Romero, Machado “é entre nós o mais completo espécime do homem de letras”, é “um dos príncipes do estilo”¹⁰⁶⁶. Como sugere Schneider, mesmo “quando Sílvio Romero elogiava o estilo do escritor fluminense [...] tratava-se, na verdade, de uma crítica, pois servia para representar um Machado alheio à luta política e social”¹⁰⁶⁷. Feito esse breve agrado, Sílvio Romero passa então a questionar, de forma mais incisiva, o homem e a obra. Assumindo a literatura e as personagens do autor como uma modalidade de expressão psíquica, Romero afirma que o estilo de Machado de Assis, “sem ter grande originalidade, sem ser notado por um forte cunho pessoal, é a fotografia exata do seu espírito, de sua índole psicológica indecisa”¹⁰⁶⁸. “Sem muita sutileza, como lhe era característico, o polemista Sílvio Romero assentava no colo de Machado de Assis a imagem do mulato pernóstico, afrancesado, com afetação de erudição e finura, incapaz de aceitar o seu lugar na sociedade”¹⁰⁶⁹. Antes de Hemetério, portanto, Sílvio Romero questionou a linguagem e, por meio dela, o homem desinteressante que se desnudava nos livros:

Correto e maneiroso, não é vivace, nem rútilo, nem grandioso, nem eloquente. É plácido e igual, uniforme e compassado. Sente-se que o autor não dispõe profusamente, espontaneamente do vocabulário e da frase. Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. “Ele gagueja no estilo, na palavra escrita, como fazem outros na palavra falada”, disse-me uma vez não sei que desabusado num momento de expansão, sem reparar talvez que dava-me destarte uma verdadeira e admirável notação crítica. Realmente, Machado de Assis repisa, repete, torce, retorce tanto suas ideias e as palavras que as vestem, que deixa-nos a impressão de um perpétuo tartamudear¹⁰⁷⁰.

¹⁰⁶⁵ Romero, 1897, p. XII.

¹⁰⁶⁶ Romero, 1897, p. 2, p. 91.

¹⁰⁶⁷ Schneider, 2016, p. 59.

¹⁰⁶⁸ Romero, 1897, p. 82.

¹⁰⁶⁹ Schneider, 2016, p. 60.

¹⁰⁷⁰ Romero, 1897, p. 83.

Para Romero, “com um punhado de ideias pouco extensas, com um vocabulário que não é dos mais ricos, com uma imaginação sem altos voos”, Machado conseguia dar “muitas e repetidas voltas em torno dos fatos e das noções que eles lhe deixam na inteligência”¹⁰⁷¹. Esse “perpétuo tartamudear”, quando posto em uma narrativa “sóbria, elegante, lírica”, fazia de Machado um bom escritor: “é um notável prosador pela correção, pela simplicidade, pela propriedade das imagens, pelo adequado das comparações, pelo apropriado dos qualificativos. Mas é só isto”¹⁰⁷². Por outro lado, quando a literatura machadiana deixava ver o “filósofo pessimista e [o] sujeito caprichosamente engraçado”¹⁰⁷³, as coisas desandavam:

Lançando mão do artifício de encaixar a brincadeira em malas de defuntos, acredita que está a fazer humor. É por isso que quase todos os seus contos ou romances são ultimamente umas histórias de papéis velhos, de memórias póstumas, de diários de suicidas, de sacristães que deixaram narrativas, de velhos peraltas que escreveram recordações etc¹⁰⁷⁴.

Como acusa a recepção crítica, o *Estudo Comparativo* é menos sobre Machado, que dá título ao volume, e mais sobre Tobias Barreto, que Romero sentia injustamente desprezado. Melhor poeta, melhor ironista, melhor humorista, melhor polemista, Tobias merecia, para Romero, o reconhecimento com o qual a “roda literária” não hesitava honrar Machado. Deslocar Machado para o seu “verdadeiro lugar” na história da literatura implicava, assim, abate-lo em benefício de Tobias Barreto. Ao contrário de Tobias, militante e incisivo, Machado tinha uma personalidade retraída e pacata. Segundo Romero, Machado, em quase toda a sua obra, teria sido um desdenhoso para com o povo brasileiro¹⁰⁷⁵. “Natureza sem turbulências, sem audácias, sem grandes lutas íntimas, sem preocupações sociais, eivado de um indiferentismo incurável, que seria olímpico, se não fosse algum tanto mórbido”¹⁰⁷⁶, Machado não seria o primeiro, tampouco o último dos escritores brasileiros. Seria, sim, “um representante do espírito brasileiro, mas num momento mórbido, indeciso, anuviado”¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷¹ Romero, 1897, p. 86.

¹⁰⁷² Romero, 1897, p. 88.

¹⁰⁷³ Romero, 1897, p. 347.

¹⁰⁷⁴ Romero, 1897, p. 136.

¹⁰⁷⁵ Romero, 1897, p. 80.

¹⁰⁷⁶ Romero, 1897, p. 78.

¹⁰⁷⁷ Romero, 1897, p. 121.

Romero, de forma excessiva, mas coerente com os pressupostos teóricos de índole racista que mobiliza¹⁰⁷⁸, aponta questões que serão retomadas pela fortuna crítica machadiana. Hemetério, como vimos, em um momento determinante, recorreu (mesmo que inconscientemente e de modo contraditório) aos argumentos de Romero. Luís Murat, em 1926, também se filia à recepção energética de Romero – que, segundo o Murat, estaria “preocupado em fornecer ao público um juízo exato e sério sobre o ilustre brasileiro”¹⁰⁷⁹ – para expressar o seu azedume de contorno igualmente racista. Não satisfeito em evidenciar o que qualifica como uma “mistificação satânica”¹⁰⁸⁰, Murat, lembrando (trinta anos depois) palavras sobre Machado atribuídas a José do Patrocínio, destila uma série de agressões:

Pago o ódio que esse homem vota à humanidade com o meu desprezo. Sinto que há ali uma hiena encarcerada e amordaçada, a cujo açamo se aferram os instintos mais ferozes. Nunca olhou para fora de si; nunca deparou, no círculo das suas idealidades e reverências, outro homem que não fosse ele, outra causa que não fosse a sua, outro amor que não fosse o de si mesmo. A alma se lhe estreita numa contração epiléptica de espasmos, a cujo furor as imagens do bem como que se retraem flageladas pelo ódio e a idiossincrasia de um dos mais acabados exemplares de humorismo malfazejo e hipócrita. Vejam: atravessando o mais doloroso, soberbo e trágico momento da nossa vida política. [...] Só um homem, em todo o Brasil e fora dele, passa indiferente por todos esses hosanas e vitupérios, por todo esse clamor e essa tempestade, por todo esse incêndio e essa aluvião. Esse homem é o senhor Machado de Assis. Odeiem-no, porque é mau; odeiem-no, porque odeia a sua raça, a sua pátria e o seu povo. Sua pena destila fel e veneno. Todas as serpentes reunidas da astúcia, da hipocrisia e da revolta contra a sua cor e sua progênie, aninham-se-lhe no coração, envenenam-lhe a alma¹⁰⁸¹.

¹⁰⁷⁸ “Todos os meus trabalhos críticos, que, quando outro mérito não tenha, possuem ao menos o de obedecer a um sistema, a um plano, a um conjunto fundamental de ideias” (Romero, 1897, p. 77).

¹⁰⁷⁹ Montello, 1998, p. 287.

¹⁰⁸⁰ Cf. Parte I, cap. 1, “Um olhar necrológico”.

¹⁰⁸¹ Montello, 1998, p. 277.

Em outras oportunidades, será também o autor sergipano o porta voz, ou a “referência implícita”, dos “inimigos da machadologia” que, desse modo, acabavam compartilhando um mesmo léxico crítico. Alguns dos argumentos apresentados no *Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*, passando pela pena de Murat, retornaram, por exemplo, em 1936 (década central para o processo de construção da figura de Machado como “autor nacional”), quando o escritor Carlos Dias Fernandes publicou o romance *Fretana*. Nesse livro, Fernandes recolheu um triolé cuja autoria é atribuída ao poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898).

Machado de Assaz, assaz,
Machado de Assis, Assis;
Oh! Zebra escrita com giz,
Pega na pena e faz – zaz,
Sai-lhe o Borba por um triz.
Plagiário de Gil Braz
Que de Le Sage nos diz.
Pavio que arde sem gás,
Carranca de chafariz,
Machado de Assaz, assaz,
Machado de Assis, Assis¹⁰⁸².

O poema é, para Ubiratan Machado, uma “agressão impiedosa”. Os termos são demasiadamente duros, Machado é apresentado como um escritor preocupado com banalidades, superficial, sem originalidade, em suma: “um pavio que arde sem gás”¹⁰⁸³. No entanto, como informa Ubiratan, não se sabe exatamente a data e nem as razões que propiciaram essa agressão. Segundo o crítico carioca, os versos ficaram desconhecidos durante aproximadamente 35 anos – certamente eles foram escritos depois de 1891, quando Machado de Assis publicou *Quincas Borba*, citado no poema, e só apareceram em 1936.

¹⁰⁸² Poema atribuído a Cruz e Sousa. Sobre a autoria do poema, cf. Machado (2007). No roteiro do filme *Cruz e Sousa – O poeta do Desterro*, também publicado em livro, e no livro de Josué Montello, *Os inimigos de Machado de Assis*, o poema aparece assim: (Virgílio Várzea) Machado de Assis, assás, / Machado de assás, Assis;/ (Araújo Figueiredo) Oh! Zebra escrita com giz, / Pega na pena faz “zás”, / (Nestor Vitor) / Sae-lhe o “Borba” por um triz. / Plagiário de “Gil Braz”, / (Virgílio Várzea) Que, de Le Sage por trás, / Banalidades nos diz, / (Oscar Rosas) Pavio que arde sem gás, / Carranca de chafariz, / (Nestor Vitor) Machado de Assis assás, / Machado de assás, Assis. No livro de Montello (1998), o poema aparece sem os nomes em parênteses.

¹⁰⁸³ Machado, 2007, p. 47.

A partir de sua publicação, porém, [o poema] passou a ser utilizado como uma espécie de peça de acusação num processo bastante arbitrário, alimentado apenas por provas subjetivas, acusando Machado de elitista e de se colar acima de sua raça, mesmos argumentos invocados pelo professor Hemetério. Com o tempo, o tal “processo” tomou corpo e passou a ser adotado por muita gente, sem maior exame¹⁰⁸⁴.

Todavia, mesmo que a tradição não tenha guardado grandes conflitos – “os depoimentos da época são omissos”¹⁰⁸⁵ –, sugere Ubiratan Machado ser “possível que tenha havido um melindre recalcado do poeta negro contra o mulato Machado”. Como tantos outros literatos, “enxergaria o poeta catarinenses em Machado um trânsfuga de sua raça, um mestiço que tudo fazia para ocultar os traços de sua ascendência negra?”¹⁰⁸⁶. Para Ubiratan, essa hipótese “é até razoável”, uma vez que Nestor Victor, grande amigo de Cruz e Sousa, chegou a se referir a Machado como “o pardavasco da Capitu”. Assim, na frase do escritor – “principalmente [na] alusão depreciativa à cor de Machado” – poder-se-ia “descobrir o eco de uma opinião coletiva dos simbolistas, traduzindo o possível ressentimento de Cruz e Souza contra Machado, centrado no aspecto racial”¹⁰⁸⁷. Por outro lado, o poema também pode ser “encarado como manifestação poética daqueles cochichos maliciosos, a que nos referimos” e, ainda, “como um episódio marginal nos ataques de Sílvio Romero a Machado”¹⁰⁸⁸.

Seja como for, tanto os “cochilos maliciosos” quanto o ressentimento calcado no “aspecto racial”, todos presentes na crítica de Romero, aparecem em alguns comentários coetâneos, como os de Hemetério (que já vimos), Múcio Teixeira e João Ribeiro. Ribeiro, que publicou, entre outras coisas, o *Compêndio de história da literatura brasileira* com Sílvio Romero, comenta: “houve a campanha tempestuosa

¹⁰⁸⁴ Machado, 2007, p. 47-48.

¹⁰⁸⁵ Machado, 2007, p. 48.

¹⁰⁸⁶ Machado, 2007, p. 48.

¹⁰⁸⁷ Machado, 2007, p. 47-48.

¹⁰⁸⁸ “Ora, com exceção dos membros de sua igreja, os simbolistas raras vezes eram elogiados [como foi Cruz e Sousa por Sílvio Romero]. A incompreensão era quase hostil. Assim, é possível que, diante de louvores tão rasgados, o poeta catarinense – mesmo reconhecendo seu próprio valor – ficasse grato, tomando carona em um dos inúmeros ataques de Romero contra Machado. Assim, o triolê retribuiria, de certa forma, os elogios do crítico ao mesmo tempo que dava vazão ao seu ressentimento, longo tempo recalcado. Seria uma espécie de solidariedade na sordidez, atitude muito estranha à grandeza espiritual de Cruz e Souza” (Machado, 2007, p. 51, p. 53).

do abolicionismo: Machado não tugi nem mugiu. Não foi abolicionista nem foi escravocrata; foi sempre um ausente nesse tumulto”¹⁰⁸⁹. Já Teixeira – que fora questionado por Machado, como também o fora Romero no ensaio “A nova geração”¹⁰⁹⁰ – escreve um artigo bastante crítico, e igualmente racista, em que diz que Machado era bom prosador, mas mau poeta; e, em seguida, insiste:

Ninguém é capaz de explicar a sua imperturbabilidade, permanente e fria, diante dos grandes acontecimentos político, sociais e humanos do nosso agitado tempo, em que foi abolida a escravidão da sua raça, dele, mulato com fumaças de branco, que torce o nariz chato e grosso a todos os seus parceiros menos afortunados¹⁰⁹¹.

Seja como for, é interessante notar que alguns dos ataques dirigidos a Machado de Assis são, em alguns momentos, e às vezes precariamente, atribuídos a grandes escritores negros, como Hemetério José dos Santos, Cruz e Souza, José do Patrocínio e, por meio de Romero, Tobias Barreto. Embora diversos autores negros (de Hemetério a Iro-nides Rodrigues)¹⁰⁹² tenham tecido críticas contundentes a Machado de Assis, não deixa de ser sintomático o fato de que algumas atribuições, ou seja, alguns comentários que não foram feitos diretamente pelos sujeitos implicados (como no caso de Patrocínio e Cruz e Sousa), deixam ver mais as opiniões dos sujeitos que a vincularam do que, propriamente, as de quem as teria dito. Nesse sentido, como atestam alguns comentadores, a relação entre Machado de Assis e José do Patrocínio não era assim tão simples. Embora alguém como Alceu Amoroso Lima coloque Patrocínio contra Machado, outros, como Raimundo Magalhães Jr., apontam algumas aproximações (Patrocínio defendeu Machado de Assis das críticas de José Leão, publicadas no *A província de São Paulo*). Como destaca Ana Flávia Magalhães Pinto, “que Patrocínio estimasse

¹⁰⁸⁹ Ribeiro, 1926, *apud* Montello, 1998, p. 219.

¹⁰⁹⁰ “‘Há movimento em suas estrofes, mas há também demasia; o poeta não é correto; falta-lhe limpidez de propriedade. Quando a comoção verdadeira domina o poeta, tais defeitos desaparecem, ou diminuem; mas é rara a comoção nos versos do sr. Múcio Teixeira’. Tais coisas disse que Múcio Teixeira permaneceu, pelo resto da vida, profundamente irritado, à espera de ocasião adequada para um revide, o que se daria mais de vinte anos depois” (Magalhães Jr., 2008b, p. 343).

¹⁰⁹¹ *Jornal do Brasil*, 20 e 27 de maio de 1901 (Machado, 2003, p. 241).

¹⁰⁹² “[Machado] exprimia-se como um escritor branco que não sentisse o mínimo de sangue negro correndo em seu coração. É o patrono da Academia Brasileira de Letras, numa prova de sua branquitude de inspiração, ficando à margem e pouco se preocupando com movimentos sociais do seu tempo, como a Abolição e a República” (Rodrigues, 1997, p. 255-266, *apud* Duarte, 2009, p. 9).

que Machado fosse menos reservado em suas demonstrações de apoio à causa Abolicionista e até lamentasse o acanhamento do caramujo, isso seria bem razoável”¹⁰⁹³, como também o seria para o caso de Cruz e Sousa. No entanto, “as acusações alegadas levam, no limite, a ter que acreditar que o jornalista não tinha estado nem mesmo com homens como Ferreira de Menezes, Luís Guimaraes Junior, Joaquim Nabuco, entre tantos outros que tiveram um bom convívio com o agredido” e que, nesse sentido, “poderiam dizer muito sobre sua personalidade”¹⁰⁹⁴. Todavia, o contato com esses homens, muitos dos quais companheiros da intimidade de Machado de Assis, seria

insuficiente para permitir afirmar que essas palavras não eram mesmo de Patrocínio, mesmo que seja difícil aceitar que, num momento como aquele, ele se preocupasse com o “humorismo malfazejo e hipócrita” de Machado e fizesse um apelo tão veemente pelo ódio a alguém que não disputava espaço com ele, nem muito menos defendia ideia contrárias¹⁰⁹⁵.

Para a pesquisadora, porém, “a base dos argumentos imputados ao chefe da *Cidade do Rio* pode ser encontrada em outros trechos do artigo, pelos quais Murat não se exime da autoria”¹⁰⁹⁶. Ana Flávia acompanha Raimundo Magalhães Jr., que “recuperou essa polêmica e defendeu que tal atitude de Luís Murat seria mais uma evidente demonstração dos prejuízos psíquicos que este sofria – capazes de fazer revelar suas próprias verdades escondidas por longo tempo – do que a exposição de registro fiel”¹⁰⁹⁷. A exatidão de lembrança tão longínqua pesa contra a boa-fé do memorialista, de tal forma que, muito mais que uma opinião de José do Patrocínio, estaria em tela o racismo de Murat, apresentado a partir de “uma série de postulados tomados como cientificamente legítimos à época”¹⁰⁹⁸. Sobre o triolé atribuído por Carlos Dias Fernandes a Cruz e Souza, pode-se dizer coisa parecida, uma vez que, contra a sugestão de serem os versos do poeta do desterro, a “pobreza poética do poema, indigna do gênio de Cruz

¹⁰⁹³ Magalhães Pinto, 2018, p. 144.

¹⁰⁹⁴ Magalhães Pinto, 2018, p. 144.

¹⁰⁹⁵ Magalhães Pinto, 2018, p. 164.

¹⁰⁹⁶ Magalhães Pinto, 2018, p. 164.

¹⁰⁹⁷ Magalhães Pinto, 2018, p. 165.

¹⁰⁹⁸ Magalhães Pinto, 2018, p. 165.

e Souza”, argumenta a favor da hipótese de ter sido o poema escrito por d. Fernandes, que, assim, “deve ter inventado histórias e triolés – ou pelo menos um triolé – na tentativa de tornar mais interessante a memória do Cisne Negro”¹⁰⁹⁹, cujo reconhecimento e prestígio, sutilmente imputado no vínculo entre os dois, refletiria nele também.

Bisbilhotices e outras histórias

Em alguns momentos, como vimos, diversas críticas foram imputadas a escritores negros. Isso talvez acontecesse como uma tentativa de reforçar o distanciamento de Machado de Assis da intelectualidade negra, o que todavia seria faltar com a verdade, uma vez que, ao que tudo indica, além de se relacionar com figuras destacadas como José Ferreira de Menezes, não há desagравos evidentes entre Machado, Patrocínio e Cruz e Sousa – isso embora tenha havido, muito provavelmente, discordâncias sobre assuntos e interesses partilhados, sobretudo as estratégias mobilizadas no âmbito do movimento abolicionista¹¹⁰⁰. De todo modo, em outros momentos, as críticas são atribuídas a grupos específicos, protegidos na obscuridade, no sentido daquela “manifestação poética de cochichos maliciosos”. Romero, matriz dessa crítica, afirma, por exemplo, que o louvor público não impedia que, em particular, “em certas rodas, nas parlandices íntimas, digam-se deles [de alguns escritores] as coisas mais feias”¹¹⁰¹. Desse modo, pergunta Romero: “quem nos garante não ter o nosso Machado de Assis o seu quinhão entre aqueles que é de bom estilo sempre elogiar para inglês ver?”¹¹⁰². “Neste particular”, arremata, “sei de coisas que não podem aparecer num estudo de crítica sem o desfigurar numa espécie de bisbilhotice”. Ao que parece, muitos desses grupos portavam-se contrariamente a Machado. Essa postura, entretanto, se parece agradar Romero, também servia como argumento para os aduladores. Em uma carta conhecida, Godofredo Rangel tenta se aproximar de Machado de Assis. Para tanto, apresenta-se como um defensor do poeta carioca no belo horizonte mineiro:

¹⁰⁹⁹ Machado, 2007, p. 53.

¹¹⁰⁰ Alonso, 2015.

¹¹⁰¹ Romero, 1897, p. 4.

¹¹⁰² Romero, 1897, p. 5.

Prestar-lhe-ei contas minuciosas de cada despeito, pasma, motejo ou indiferença. Sabe que é muito criticado? Aqui na minha terrinha há gente que lhe vota um ódio até o suicídio ou o assassinato. Há poucos dias um abalizado negociante exclamou:

– Ainda que me dessem 20 contos eu não relia o Brás Cubas.

E esse mesmo moço, cuja gravidade antecipou a idade, aventurou que era impossível, sem hipocrisia, gostar-se de Machado de Assis.

Eu protestei.

– Mas qual o merecimento desse homem?

E eu (vê que covardia, caro Mestre?), eu calei-me, vencido antes da luta, aterrorizado pelo berro desse homem que foi dado em tom formidável¹¹⁰³.

Fora os artifícios de linguagem que visam criar uma proximidade com o interlocutor que, todavia, não chegará nunca a responder a carta (embora a tenha guardado em seus arquivos), o texto de Godofredo Rangel explicita a lógica da “conspiração da amizade”. Conquanto diga, no fim da correspondência, que não é como futuro escritor que busca se aproximar de Machado, Rangel, que publicaria *Vida Ociosa* em 1920, tentava justamente obter do escritor carioca a amizade que, talvez, lhe abrisse as portas do universo literário. A “covardia” de Godofredo é, na verdade, uma estratégia de aproximação: caso Machado de Assis respondesse, *i.e.*, caso confirmasse tratar-se mesmo de um homem de “carne e osso, um filho de Adão”, o jovem escritor teria, então, o motivo e, em posse da correspondência, a justificava para tomar coragem na defesa do escritor ilustre. Atitudes desse tipo não eram, porém, isoladas. Também Osório Dutra (1889-1968) conta que, certo dia, “como de costume, fazia-se a clássica rodada e a conversa tomava, pouco a pouco, maiores proporções. Discutia-se e falava-se de tudo, até que, insensivelmente, a palestra caiu no assunto característico da semana: a morte de Machado de Assis”¹¹⁰⁴. Segundo o jovem poeta,

¹¹⁰³ Werneck, 2008, p. 20.

¹¹⁰⁴ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

Cada um dos palestrantes tinha a sua opinião sobre o grande romancista brasileiro. F., estudante de direito com pretensões literárias, julgava o Mestre um escritor vulgar: “fez alguma coisa, é verdade, mas à custa de muito estudo, outros tem feito muito mais, aos vinte e poucos anos de idade. Gonçalves Dias, por exemplo”¹¹⁰⁵.

Em outra oportunidade, Dutra conta que questionou quantas obras de Machado o bacharel conhecia efetivamente: “F. corou, estremeceu ante a indiscrição de minha pergunta e gaguejou, entre dentes, à meia voz: conheço o Memórias de Quincas Borba, Memorial de Esaú e Jacó e a Vida de Aires que é (com licença dos leitores) uma grossa porcaria”¹¹⁰⁶. “Depois de uma resposta tão absurda como essa”, afirma Dutra, “era-me lícito, apenas, a mudez completa e absoluta”¹¹⁰⁷. O poeta então segue o seu artigo narrando um outro caso:

O positivista B. também não apreciava Machado de Assis: “dos nossos diretores de secretaria era o que escrevia mais regularmente. Como poeta, era, numa palavra, intolerável; como filósofo e romancista, pueril e trôpego... Ontem como hoje, nunca valeu coisa alguma. Foi, nem mais nem menos, um burilador de literatices baratas e chocas”¹¹⁰⁸.

Os argumentos são semelhantes aos publicados semana antes por Hemetério José dos Santos e, antes dele, por Sílvio Romero. Aqui, não importa saber se a cena é real ou fictícia, mas verificar a consistência de um imaginário contrário à consagração cívica e literária de Machado de Assis; imaginário este que se estendeu durante todo o século XX. De um ponto de vista literário, Machado de Assis é apresentado, como nessa passagem e algures, como pueril, trôpego, repetitivo, sem brilho; mas os ataques também diziam respeito à dimensão cívica, na qual o recém finado estaria sendo louvado indevidamente:

Não parava ali, porém, a monumental ousadia do admirador entusiasta de Comte: “todas essas manifestações feitas no país inteiro, continuava ele, ao ex-presidente da Academia Brasileira, não tem valor moral ou intrínseco. São o produto inviolável da vontade despótica do Barão

¹¹⁰⁵ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹⁰⁶ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹⁰⁷ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹⁰⁸ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

do Rio Branco! São louros que lhe cabem, glórias que vão, ao fim, refletir na sua alta e distinta personalidade!”¹¹⁰⁹.

Para o positivista B., as manifestações em homenagem a Machado de Assis eram tributárias da ação despótica do Ministro Barão do Rio Branco que, de certo modo, esperava fazer refletir na “sua distinta personalidade” a glória atribuída ao defunto¹¹¹⁰. “Quanta inocência e quanta asneira! Nem mesmo o Rubião de *Quincas Borba* era capaz de assimilar tão sublime filosofia! Em todo o caso, como produto de um cérebro positivo, é sinceramente perdoável...”¹¹¹¹, finaliza ironicamente Dutra. Ao narrar esses ataques, Osório explicita o conflito entre aqueles que, quase sempre sorrateiramente, criticavam Machado de Assis (escorados em Hemetério e Romero) e aqueles que, na imprensa e nas rodas oficiais, louvavam o escritor. Ainda nesse sentido, Machado de Assis foi bastante criticado por ser um dos “monarquistas inimigos do novo regime”. Deocleciano Mártir, no jornal *O tempo*, escreveu artigos em que “apresentava uma das listas que [tinha em seu poder], dos maus patrióticos e hipócritas monarchistas, pagos fartamente pelos cofres da nação para dizerem mal de si próprios e cavarem a ruína da Pátria”. Entre os nomes da lista, figurava o de Machado de Assis, que foi defendido na imprensa pelos literatos Valentim Magalhães e Lúcio de Mendonça, este dizendo que “quem quer que tenha uma leve intuição de justiça, uma centelha de paixão republicana, há de venerar este homem”¹¹¹². Monarquista e liberal, Machado de Assis teria aceitado o novo regime, continuando a contribuir como funcionário público. Todavia, as suas críticas ao modelo republicano ainda soavam nos primeiros anos da República¹¹¹³, fazendo com que muitos olhassem para ele com suspeita.

A referência implícita

A semelhança entre essas críticas formuladas e os enunciados de Sílvio Romero, além de estabelecer os traços de um imaginário comum, também permite a sugestão de que talvez esse autor tenha se constituído como a “referência implícita” para os “inimigos da macha-

¹¹⁰⁹ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹¹⁰ Cf. Prólogo, “O desfecho, ou a saída para a eternidade”.

¹¹¹¹ Quinta-feira, 14 de outubro de 1908, *O Pharol* (MG).

¹¹¹² Magalhães Jr., 2008c, p. 283-288.

¹¹¹³ Gomes, 2019.

dolatria”. Além da “questão racial” e do suposto absenteísmo machadiano, a figuração de um Machado maléfico – “inoculador de venenos sutis” – também pode ser mapeada na literatura romeriana. Em 1885, Sílvio Romero, depois de dizer que Machado “passa[va] atualmente pelo mestre incomparável do romance nacional”, arma-se com palavras duras para dizer que o autor de *Ressurreição* é “um “burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças”, insiste ainda que “esse pequeno representante do pensamento retórico e velho no Brasil é hoje o mais pernicioso enganador, que vai pervertendo a mocidade”¹¹¹⁴.

Como diriam figuras como Mário Matos e José Maria Belo, também para Romero “essa sereia matreira deve[ria] ser abandonada”, e complementa: “o autor de Iaiá Garcia, frívolo e inofensivo como é, é tanto mais para ser combatido, quanto pela dubiedade de seu caráter político e literário em nada pode ajudar a geração que se levante e a quem insinua-se por amigo”. Romero, com a intempestividade que lhe caracteriza, segue dizendo que Machado “pode iludir e ilude ainda a alguns ignorantes pela palavrosidade de seus períodos ociosos, vazios, retortilhados e nada mais”, mas que ele, entretanto, enxergava nele “um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, antes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo”¹¹¹⁵. Nesse sentido, o escritor fluminense bem que poderia continuar “a burilar frases inúteis, a produzir suas Bombinhas da China”, mas que tivesse, então, “o cuidado de conter-se na vacuidade *embaumée* pelos elogios de seus comparsas inconsiderados”¹¹¹⁶. Não parece forçada, portanto, a hipótese de que o tripé do absenteísmo machadiano – político, literário e moral – tenha em Romero uma “referência implícita”: uma espécie de vazante para a circulação de um imaginário de crítica negativa.

No entanto, como sugere Ana Flávia Magalhaes Pinto, “os procedimentos básicos do sofisticado modo romeriano de se afirmar intelectual de peso” estão em “questionar a capacidade intelectual e tentar deslegitimar o alvo das críticas por meio de argumentos racionais”¹¹¹⁷. Anos antes de publicar o livro sobre Machado, Romero

¹¹¹⁴ Romero, 2002, p. 143.

¹¹¹⁵ Romero, 2002, p. 144, p. 143.

¹¹¹⁶ Romero, 2002, p. 145.

¹¹¹⁷ Magalhaes Pinto, 2018, p. 169.

polemizou na imprensa com alguns intelectuais negros sobre o lugar dessas figuras no movimento abolicionista. Ao fazê-lo, o crítico sergipano evidenciou, de modo mais assertivo, alguns dos pressupostos teóricos que apareceriam dissimulados na sua obra. Ainda segundo Ana Flavia, Sílvio Romero estava certo de que “o negro é um ponto de vista vencido na escola etnográfica” e desautorizava homens como Patrocínio a cogitar se suporem ‘mais ilustrados, mais lúcidos, mais desprendidos de prejuízos do que o ilustre [Thomas] Huxley”¹¹¹⁸. Embasando o seu argumento, Romero ainda cita uma passagem do livro do biólogo britânico, em que ele diz:

Pode ser absolutamente certo que alguns negros sejam superiores a alguns brancos; mas nenhum homem de bom senso, bem esclarecido sobre os fatos, poderá crer que em geral o negro valha tanto quanto o branco e muito menos seja-lhe superior. [...] Nossos irmãos negros não poderão, pois, chegar aos mais altos lugares da hierarquia estabelecida pela civilização, ainda que não seja necessário confina-los lá para última classe¹¹¹⁹.

Posteriormente, Romero chega a dizer, aparentemente nesse mesmo sentido, que Machado de Assis é um “genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada”¹¹²⁰. De certa forma, toda a argumentação sociológica romeriana enfatiza o deslocamento da literatura machadiana do que seria esperado de um homem da sua estirpe. A referência implícita de Romero é, portanto, de cariz essencialmente racista. Ao se tornar a “referência implícita” de certo imaginário, esse imaginário, assumidamente negativo e racista, passou a reproduzir, de modo mais ou menos intencional, esses mesmos pressupostos. Como nos casos sintomáticos de Luís Murat e Múcio Teixeira, a “referência implícita” passa a funcionar apenas como um modo de expor preconceitos raciais e de classe, assumindo-os ou não explicitamente.

Não se trata, porém, de negar a valia de uma parte da crítica adversa a Machado de Assis. Como diria Alceu Amoroso Lima, Machado de Assis é “o mais misterioso dos nossos homens de letras”, pois a sua obra e biografia estimulam “as explicações de toda sorte sobre o seu

¹¹¹⁸ Revista Brasileira, ano 2, tomo 7, jan. de 1881. Rio de Janeiro, N. Midosi Editor, 1881, p. 192.

¹¹¹⁹ Revista Brasileira, ano 2, tomo 7, jan. de 1881. Rio de Janeiro, N. Midosi Editor, 1881, p. 127.

¹¹²⁰ Romero, 1897, p. 18.

caso – tem tido a favor ou contra si todos os que pensam e leem em nossa terra”¹¹²¹. No entanto, os imaginários sobre Machado (mesmo os mais positivos) têm como ponto nodal o seu corpo negro. Como destaca Magalhaes Pinto, “a despeito das várias tentativas de construir uma história do pensamento brasileiro sem considerar o impacto do racismo, esse, vira e mexe, aparece como um elefante branco no meio da sala de estar repleta de visitas”.¹¹²² O mesmo pode ser dito da fortuna crítica machadiana: se, por um lado, disseminou-se um imaginário que muitas vezes desandou em racismo; por outro, como já destacado, também os amigos acabaram escamoteando o corpo negro de Machado de Assis, em alguns casos (como no de Nabuco e no de Teixeira) até mesmo sugerindo ser essa a postura do escritor.

Apesar das dificuldades, analisar o imaginário contrário a Machado de Assis pode ser útil em vários sentidos. Primeiro porque ajuda a desconstruir a ideia de que a trajetória desse autor, sua construção canônica e consolidação como “símbolo nacional” se deram sem tensões e contradições. Machado de Assis e a sua memória tiveram que se bater contra inimigos de toda ordem. Nesse sentido, parece compreensível que os amigos, em posse de um conhecimento da intimidade, tenham trabalhado em prol da figuração de um Machado bondoso – coisa que, além de ser um ato de justiça, era ainda um movimento importante para a assunção machadiana ao topo do politeísmo cívico republicano. Segundo porque uma parte dessas críticas tem alguma valia, como a percepção de Augusto Meyer de um analista ou, nas leituras mais positivadas, moralista. Terceiro porque a “referência implícita” dos pressupostos racistas de Romero, ao ser compartilhada e endossada por muitos críticos, acabava por evidenciar processos mais amplos. Nesse sentido, explica Ana Flávia que

Tendo as formulações acerca de cor e raça (conceito biológico ou sociológico) um papel fundamental no entendimento do Brasil sobre si mesmo, e uma vez que essa dinâmica nunca levou a um rompimento do círculo vicioso que alimenta o racismo nesta sociedade, Romero nada mais foi e é do que um espelho côncavo, daqueles que ampliam a imagem refletida e deixam seus detalhes mais evidentes¹¹²³.

¹¹²¹ Lima, 1941, p. 13.

¹¹²² Magalhaes Pinto, 2018, p. 172.

¹¹²³ Magalhaes Pinto, 2018, p. 169-170.

Sobre a hipótese do absenteísmo machadiano

Calcado na hipótese do absenteísmo machadiano, esse imaginário negativo teve grande circularidade sobretudo na primeira metade do século XX. Ainda hoje, entretanto, é possível perceber a persistência de alguns desses enunciados (em 2007 um comercial da Caixa Econômica Federal veiculou um comercial em que Machado era representado por um homem branco). A crítica especialista, no entanto, tem combatido veementemente o suposto absenteísmo machadiano, atacando-o em suas bases: política, social e moral.

Embora não esgote a discussão, e sem querer apontar um caminho único para analisar a fortuna crítica machadiana, as obras abaixo servem apenas para demonstrar como alguns elementos do imaginário contrário a Machado de Assis vêm sendo desconstruídos. A figuração caleidoscópica suscitada pela fortuna crítica tem sido, portanto, colocada a serviço de um movimento que visa compreender como construída a ideia de que Machado “não só buscou integrar-se à cidade letrada dos brancos, como o próprio cidadão esteve presente muito mais nos espaços das elites do que nos do mundo pobre de onde proveio”¹¹²⁴.

Em 1974, Raymundo Faoro publicou *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. A obra é um esforço considerável do historiador de ver a obra machadiana à luz de seu tempo. No entanto, dada a pouca distância da publicação daquele que talvez seja o livro mais importante de Faoro, *Os donos do poder*, a tendência, segundo Alfredo Bosi, é que “a ficção de Machado deveria espelhar a estrutura do Brasil imperial desvendada pelo cientista político de amplo horizonte que foi Raymundo Faoro”¹¹²⁵. Embora, como lembra Bosi¹¹²⁶, seja importante “um mínimo de cautela metodológica” para ler o Faoro leitor de Machado, é razoavelmente fácil perceber os pontos de contato. Faoro vê em Machado o homem que “desvenda o quadro social do Segundo Reinado”, mas o faz de modo tímido, sombreado, “emparedado nos preconceitos e na perspectiva do seu tempo”; é como se Machado caminhasse tateando “o terreno, passo a passo, avançando e recuando”¹¹²⁷. É o dis-

¹¹²⁴ Duarte, 2009, p. 8.

¹¹²⁵ Bosi, 2004, p. 335.

¹¹²⁶ Bosi, 2004, p. 335.

¹¹²⁷ Faoro, 1976, p. 485.

tanciamento do historiador e uma interpretação da história do Brasil que traria nitidez e profundidade ao “esfumado retrato machadiano”. Embora notável, a leitura que Faoro faz da obra machadiana reverbera, em grande medida, a voz de Faoro, e não a de Machado.

A contribuição de Roberto Schwarz ilumina outros ângulos da discussão. Em 1977, o crítico publicou *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. O próprio título do livro indica a perspectiva geral da obra: forma literária e processo social. Quer dizer, a partir daí, a crítica literária, sobretudo a de extração sociológica, constituiu-se a partir de uma articulação dinâmica e criativa com os textos de Machado e com os processos sociais que lhe eram contemporâneos. Para João Cezar de Castro Rocha, por exemplo, “a contribuição do autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* tornou obsoleta uma tradição crítica que insistia em assinalar o pretenso absenteísmo machadiano como marca de sua visão de mundo e de sua literatura”¹¹²⁸. O trabalho de Schwarz reverberou em vários outros pesquisadores. John Gledson é explícito quando comenta a importância de Schwarz para a transformação de seu modo de ler a obra machadiana. No seu *Machado de Assis: ficção e história*, publicado em 1986, ele desenvolve o conceito de “Realismo Enganoso”: “ou seja, está oculto do leitor, de maneira que se torna necessário ler nas entrelinhas para entender o romance”¹¹²⁹. Para Nicolau Sevcenko, o realismo enganoso “não é a ausência ou negação do referente, mas o desafio para que o leitor o encontre lendo os textos a contrapelo da narrativa, buscando seus lapsos, seus atos falhos, suas hesitações, suas referências cifradas e seu substrato histórico”¹¹³⁰.

Nesse sentido, “as transformações das particularidades do sistema brasileiro em fatores estéticos”, na obra machadiana, vêm sendo privilegiadas em relação a um discurso que instava desvinculá-la de seu tempo¹¹³¹. Para Betella, quando lemos a obra de Machado, “estamos nos deparando com o modo machadiano de relativizar e de integrizar no texto da crônica (etc.) a crueldade da formação social brasileira valendo-se de operações cuidadosas de disfarce frasais e revelações semânticas subjacentes”¹¹³². A própria dimensão sórdida da obra

¹¹²⁸ Castro Rocha, 2013, p. 31.

¹¹²⁹ Gledson, 2003, p. 23.

¹¹³⁰ Gledson, 2003, p. 15.

¹¹³¹ Betella, 2006, p. 23.

¹¹³² Betella, 2006, p. 23.

machadiana, tantas vezes questionada, tornou-se, com Alfredo Bosi, moralismo, no sentido setecentista do termo, que dá a ver o sujeito que contempla, sem necessariamente condenar como moralmente inaceitável, os movimentos contraditórios da alma humana¹¹³³.

Esse processo de complexificação das análises e a visualização cada vez mais constante da articulação entre autor, narrador, narratário e leitor, mobilizada por Machado para dotar o texto de determinados efeitos estéticos e políticos, permitiram que tanto a crítica literária quanto outros campos, como a História, comesçassem a ler Machado – o homem e a obra – de outras formas. Em *Machado de Assis, historiador*, de Sidney Chalhoub, embora outras fontes sejam mobilizadas – como jornais, processos civis e documentos da Secretaria de Agricultura –, são as obras de Machado (*Helena, Iaiá Garcia, Memórias Póstumas de Brás Cubas*) que oferecem de forma mais clara as possibilidades de compreensão das dinâmicas sócio-políticas daquele tempo pela ótica de Machado. Além de argumentar que existe uma crítica à sociedade de seu tempo mesmo em obras da chamada “primeira fase”, fica demonstrado que o Machado de Assis – funcionário público – se empenhou em fazer valer a Lei de 28 de setembro de 1871. Astrojildo Pereira já havia apontado caminho semelhante¹¹³⁴.

Eduardo de Assis Duarte, após reconhecer a maneira discreta e “encaramujada” adotada por Machado para falar de questões polêmicas sem se expor demasiadamente, complementa: “é preciso destacar que o perfil de indiferente ou de omissor perante os problemas de seu tempo é antes de tudo, uma *leitura* e, como tal, uma *construção*, fruto do processo de recepção literária, e sujeito a contestações inúmeras”¹¹³⁵. Antes dele, Mailde Trípoli, mapeando a presença de personagens negros na literatura do século XIX, já havia insistido que Machado sempre buscava construir uma representação humanizada: “não transformou o negro em herói ou ser extraordinário, nem o pintou com as cores miseráveis da ideologia dominante. Ele o apresenta

¹¹³³ Bosi, 1999.

¹¹³⁴ Nota retirada do livro *Machado de Assis: afro-descendente* (Duarte, 2009, p. 10): “Astrojildo Pereira (1991, p. 79) cita depoimento do jornalista Francisco de Paula Barros, publicado na revista *Il Brasil*, em agosto de 1888: ‘o trabalho do elemento servil foi sempre um dos mais bem cuidados da Secretaria da Agricultura. [...] A esse grupo de distintos funcionários deve-se a liberdade de milhares de escravos, liberdade que provinha da fiscalização vigilante dos dinheiros públicos, e da qual resultava grande aumento do número de alforrias pela diminuição do exagerado valor do escravo, pela irregularidade de matrículas e não cumprimento de processos legais’”.

¹¹³⁵ Duarte, 2009, p. 9.

como ser humano que é, sujeito em sua condição de oprimido”¹¹³⁶. Para Duarte: “nos escritos machadianos não se veem em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subentendido, à escravidão. Nem se encontram os estereótipos recorrentes cujo foco é a desumanização dos afro-descendentes”¹¹³⁷.

Ana Flávia Magalhães Pinto, além de apresentar um Machado em interlocução, direta ou indireta, com outros pensadores negros do Oitocentos brasileiro, insiste ainda que o escritor “não fez muito alarde sobre a sua identidade racial” e “não dourou a pílula quando a questão era trabalhar narrativamente as mazelas de seu tempo”, deixando “um sem-número de pistas de como processou individualmente os limites impostos pela escravidão aos descendentes de africanos na sociedade brasileira”¹¹³⁸. Por esse ângulo, ele estaria mais “próximo da maioria dos homens livres de cor do seu tempo do que os três ícones citados [Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio] – pelo menos até onde sabemos”¹¹³⁹.

Menos que analisar a fala de figuras como Hemetério José dos Santos, Sílvio Romero e Luís Murat (e, desse modo, explicitar os pressupostos epistemológicos de crítica literária e/ou biográfica que mobilizam), interessou mais compreender a constituição de um imaginário contrário à memória de Machado. A despeito de estarem superadas pela crítica especialista, essas poucas alusões visam destacar que o processo de canonização machadiano não se deu sem conflitos e tensões. Não se trata, portanto, de dar visibilidade para as críticas nem, todavia, de se perder nas armadilhas do louvor, mas compreender os embates por meio dos quais Machado de Assis foi estabelecido como o “autor-matriz” da literatura brasileira.

¹¹³⁶ Cf. Trípoli (1997, 2008).

¹¹³⁷ Duarte, 2009, p. 252-253.

¹¹³⁸ Magalhães Pinto, 2018, p. 184.

¹¹³⁹ Magalhães Pinto, 2018, p. 184.

Referências

ABREU, M. *Biógrafos e críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.

ABREU, R. M. R. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 205-230, 1994.

ABREU, R. M. R. M. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

ALBUQUERQUE, S. L.; BOTO, C. Impressos da instrução pública no Império brasileiro sob as lentes da Filologia. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 20, p. 115-125, 2018.

ALCÂNTARA FILHO, W. A. *Da negação do nacional ao nacional negativo: a crítica sobre Machado de Assis (do oitocentos ao contemporâneo)*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ALENCAR, J. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALENCAR, J. Carta a Machado de Assis, Rio de Janeiro, 29 dez. 1868. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo 1: 1860-1869. Apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet. Organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, C. D. *Amor nenhum dispensa uma gota de cólera: escritos de Carlos Drummond de Andrade sobre Machado de Assis*. Organização e apresentação Hélio de Seixas Guimarães. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

ANDRADE, M. Machado de Assis. In: GUIMARAES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. *Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

ARANHA, G. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores*. São Paulo: Monteiro Lobato & Editores, 1923.

AZEVEDO, A. A. A. *A linguagem de Machado de Assis: ligeiras anotações a um artigo do prof. Silveira Bueno*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais (LTDA), 1944.

BALTASAR, B. La muerte y sus vínculos. In: *Necrológicas*. Veinte años de muertos ilustres. Biztoc, Palma de Mallorca, 1997.

BAPTISTA, A. B. *Autobibliografias: solicitações do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BARRETO FILHO, J. *Introdução a Machado de Assis e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BECHARA, E. Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, n. 2, 2009.

BECHARA, E. Um capítulo esquecido na historiografia linguística do português: a obra de Manuel de Melo (Aveiro, 1834 – Milão, 1884). *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 37/38, p. 31-42, 2. sem. 2009/1. sem. 2010.

BELLEI, S. L. P. *Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade*. Florianópolis: UFSC, 1992.

BELO, J. M. *Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa – síntese da evolução literária do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BETELLA, G. K. *BONS DIAS! O funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BONAFÉ, L. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BOSI, A. Augusto Meyer: crítica machadiana e memória. In: GUIMARÃES, H. S.; SENA, M. (orgs.). *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 7Letras, 2018.

BOSI, A. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo, Ática, 1999.

BOSI, A. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 355-376, 2004.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BROCA, B. Na década modernista: Machado de Assis “Au dessus de la mêlée”. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v. 11, ano III, p. 37-44, setembro de 1958.

CALHEIROS, P. A recepção de Machado de Assis em Portugal. *Travessia – Revista de Literatura do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFSC*, Florianópolis, n. 27, p. 52-95, 1993.

CÂMARA JR., J. M. *Ensaio Machadianos: língua e estilo*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

CANDIDO, A. Esquema de Machado de Assis. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, A. M. Ritual: princípio, meio e fim: do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. In: JANCSÓ, I. (org.).

Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo; Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

CARPEAUX, O. *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951.

CASTRO ROCHA, J. C. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan./jun. 2010.

CATROGA, F. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, L. R; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (org.). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA E SILVA, A. Apresentação. In: MEYER, A. *Machado de Assis, 1935-1958*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; ABL, 2008.

DUARTE, E. A. Estratégias de Caramujo. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo [antologia]*. Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2009.

EAGLETON, T. *Esperança sem otimismo*. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

ELIA, S. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora Ática, 1961.

ENDERS, A. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, L. *Do exílio ao panteão: d. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos*. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

FAGUNDES, L. P. E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de d. Pedro II (1891). *Revista M: Estudos sobre a morte, os mortos e morrer*, v. 1, p. 27-52, 2016.

FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Secr. Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

FÁVERO, L. L; MOLINA, M. A. G. *As Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil*. Lucerna: São Paulo, 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto*. Prefácio de Evanildo Cavalcante Bechara. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

FERREIRA, G. M. *A crítica machadiana durante o Estado Novo*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONSECA, M. J. G. *Machado de Assis e o hipopótamo*. Uma revolução biográfica. 3. ed. São Paulo: Editora Fulgor, s.d.

FORTES, H. P. *A questão da língua brasileira*. Rio de Janeiro: GRD, s.d.

FRANÇA, E. M. A recepção de Machado de Assis em Portugal no século XIX. *Antares: Letras e Humanidades*, v. 10, p. 94-110, 2018.

GALINDO, C. *Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GLEDSON, J. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução Sonia Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, A. M. C. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES, W. F. Abolicionistas e republicanos na série Bons Dias!, de Machado de Assis. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, p. 315-345, 2019.

GOMES, W. F.; SILVA, T. C. Júlia Lopes de Almeida: lembrança e esquecimento. *Mosaico*, São José do Rio Preto, v. 17, p. 343-360, 2018.

GONÇALVES, J. F. “As imponentes festas do Sol”: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em 1918. In: LUSTOSA, I. et al. (orgs.). *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000a.

GONÇALVES, J. F. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000b.

GRANJA, L. Um amigo português de Machado de Assis: Antonio Moutinho de Sousa. *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 10-25, 2012.

GUIMARÃES, H. S. “Um apólogo – Machado de Assis”: do escritor singular ao brasileiro exemplar. *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro, São Paulo, n. 8, dez. 2011.

GUIMARÃES, H. S. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GUIMARÃES, H. S. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura do século 19*. 2001. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

GUIMARÃES, H. S. Presença inquietante: sobre a incorporação de Machado de Assis ao cânone literário moderno (1908-1958). In: GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M. *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 7Letras, 2018.

GUIMARÃES, H. S. Uma longa vida póstuma. In: GUIMARÃES, H. S.; LEBENSZTAYN, L. *Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M. Apresentação. In: GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M. *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 7Letras, 2018.

GUIMARÃES, L. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, R.; ALMEIDA, M. R. C. de; AZEVEDO, C.; GONTIJO, R. (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, M. L. S. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUTIÉRREZ, A. A fascinação de Machado por Alencar. In: FREITAS, L. F.; TORRES, M. H. C.; COSTA, W. C. (orgs.). *Literatura traduzida: antologias, coletâneas e coleções*. Fortaleza: Substância, 2018.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HÖLDERLIN, F. *Poemas*. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HUYSEN, A. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JOBIN, J. L. Machado de Assis e o nacionalismo: o caso das Americanas. In: CASTRO ROCHA, J. C. *Machado de Assis: lido e relido*. São Paulo: Alameda; Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

JUCÁ FILHO, C. *O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: L. Fernandes, 1939.

LIMA, A. A. *Três Ensaios sobre Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Bluhm, 1941.

LIMA SOBRINHO, B. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1977.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. et al. (orgs.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, E. Três faces da crítica nacionalista de Machado de Assis. In: FREITAS, L. F.; TORRES, M. H. C.; COSTA, W. C. *Literatura traduzida: antologias, coletâneas e coleções*. Fortaleza: Substância, 2018.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo 1: 1860-1869. Apresentação, coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet. Organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MACHADO DE ASSIS, J. M. In: AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (orgs.). *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MACHADO, U. *Machado de Assis: roteiro de consagração (crítica em vida do autor)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MACHADO, U. *Três vezes Machado de Assis*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2007.

MAGALHÃES Jr., R. *Machado de Assis, funcionário público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1970.

MAGALHÃES Jr., R. *Vida e Obra de Machado de Assis*. v. 1: Aprendizado. Rio de Janeiro: Record, 2008a.

MAGALHÃES Jr., R. *Vida e Obra de Machado de Assis*. v. 2: Ascensão. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

MAGALHÃES Jr., R. *Vida e obra de Machado de Assis*. v. 3: Maturidade. Rio de Janeiro: Record, 2008c.

MAGALHÃES Jr., R. *Vida e Obra de Machado de Assis*, v. 4: Apogeu. Rio de Janeiro: Record, 2008d.

MAGALHÃES PINTO, A. F. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARCELINO, D. A. *Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas*. São Paulo: Alameda, 2017.

MARCELINO, D. A. *O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

MARCELINO, D. A. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História*, v. 31, p. 125-144, 2011.

MARCELINO, D. A. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de 'homens de letras' na passagem do Império à República. *Tempo* (Online), Niterói, v. 22, p. 260-282, 2016.

MARTINO, A. S. *Machado de Assis e a língua portuguesa na segunda metade do século XIX*. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MASSA, J. M. *A juventude de Machado de Assis: ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATOS, M. *Machado de Assis: o homem e a obra: os personagens explicam o autor*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

MAYA, A. *Machado de Assis: algumas notas sobre humor*. 3. ed. rev. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

MEYER, A. *Machado de Assis, 1935-1958*. Apresentação de Alberto da Costa e Silva. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; ABL, 2008.

MONTEIRO, P. M. Uma flor desajeitada no jardim modernista. In: GUIMARÃES, H. S.; SENNA, M. *Machado de Assis: permanências*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 7Letras, 2018.

MONTELLO, J. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 1993.

ORLANDI, E. L. P. A língua brasileira. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, 2005. p. 29.

PAGLIARO, A. *A Vida do Sinal*. Ensaio sobre a língua e outros símbolos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, A. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991.

PEREIRA, L. M. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PEREIRA, L. M. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PUJOL, A. *Machado de Assis: conferências*. São Paulo: Sociedade de Cultura Artística; Typographia Levi, 1917.

RAMOS, A. *Machado de Assis e a experiência da história: melancolia, raça e assombramento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RIBEIRO, J. A *Língua Nacional e outros estudos linguísticos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

RODRIGUES, J. P. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. 2002. 314 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ROMERO, S. *Estudos de literatura contemporânea (edição comemorativa)*. Organização de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

ROMERO, S. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897.

SALLA, T. M. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. *Machado de Assis em Linha*, v. 5, p. 83-101, 2012.

SANTIAGO, S. *Machado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SARAIVA, A. Machado de Assis em Portugal. In: CASTRO ROCHA, J. C. *Machado de Assis: lido e relido*. São Paulo: Alameda; Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SCHNEIDER, A. L. Sílvia Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. *Intelligere: Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 2 (3), p. 49-67, 2016.

SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

SILVA, A. L.; RODRIGUES, T. L. M. Hemetério José dos Santos: homem de letras e de cor e sua obra. In: Congresso Brasileiro De História Da Educação, 7, 2013, Cuiabá. *Anais*, v. vii, p. 1-14. Cuiabá: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

TELES, A. C. S. Sobre uma carta de Machado de Assis a José Feliciano Castilho (1865). *Letrônica*, v. 8, p. 195-204, 2015.

TRAVAGLIA L. C. Competência linguística. In: FRADE, I. C. A. S; COSTA VAL, M. G.; BREGUNCI, M; G. C. (orgs.). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

TRÍPOLI, M. J. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TRÍPOLI, M. J. Machado de Assis e a escravidão. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, 8-14 set. 2008.

VELLINHO, M. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1939.

VIANA FILHO, L. *A vida de Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

VIEIRA, W. *O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade*. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WERNECK, M. V. *O Homem Encadernado*. A escrita das biografias de Machado de Assis. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

XAVIER, L. *Machado de Assis no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1940.

Jornais consultados

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1875-1956.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1884-1934.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1827-2016

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891-2010.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1901-1974.

CORREIO PAULISTA. São Paulo, 1854-1963

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1825-.

O PHAROL. Juiz de Fora, 1866-1938.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 1898-1916.



Wemerson F. Gomes é doutorando e mestre em História pela UFMG, além de graduado em História (UNI-BH) e em Letras (CEFET-MG). Tem pesquisas no campo dos imaginários da morte, culturas políticas e rituais fúnebres; e, no campo dos estudos machadianos, pesquisa a produção literária e a história da recepção. Atualmente, investiga as relações entre tempo, afeto e história na obra de Machado de Assis.

A obra investiga as figurações de Machado de Assis produzidas na circunstancialidade da sua morte, ocorrida em setembro de 1908. A partir da recepção crítica e dos funerais cívicos, analisa-se como contemporâneos “conspiraram” para consagrá-lo como grande homem pátrio. Consensual sem ser unânime, a assunção de Machado de Assis ao panteão cívico republicano (e ao cânone literário) não se deu sem uma gama de mediações simbólicas perpetradas por sujeitos histórica e afetivamente engajados. Assim, identificar as nuances desse processo talvez ajude a compreender como os heróis cívicos são, a um só tempo, politicamente construídos, antropologicamente imaginados e afetivamente reivindicados.